

**José Manuel Henriques Varandas**

**MONACATO FEMININO E DOMÍNIO RURAL**  
*O PATRIMÓNIO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE*  
*ALMOSTER NO SÉCULO XIV*

# ÍNDICE

<i>Em Jeito de Obrigado...</i>	3
<i>Introdução</i>	7
<i>I. A Fundação de Santa Maria de Almoester</i>	13
1. A Ordem	13
2. A Fundação	17
3. Abadessa e Convento	31
4. Piores e Procuradores	50
5. Os Serviçais	56
<i>II. Zonas de Expansão Fundiária</i>	60
1. O Espaço Geográfico	60
2. O Espaço do Mosteiro de Almoester	69
<i>III. O Património do Mosteiro</i>	73
1. Modos de Aquisição	73
a) as compras	84
b) as doações	94
c) testamentos	120
d) trocas	125
2. Quem dá e quem vende?	129
a) a coroa	130
b) nobreza	131
c) cavaleiros-vilãos	134
d) outros	135
3. Onde ficam?	136
4. Composição da propriedade	138
4.1. Os prédios rústicos	138
a) o pão	146
b) o vinho	157
c) oliveiras, olivais...	163
d) as culturas "mimosas": almuinhas, hortas e pomares	165
e) moer e pisar: os instrumentos de transformação	168
4.2. Os prédios urbanos	174
<i>IV. A Exploração do Património</i>	183
1. Exploração indirecta: os contratos enfiteúticos	183
a) por quanto tempo?	188
b) a quem?	193
c) estrutura das rendas e pagamento dos foros	198
<i>V. Conclusão</i>	213
<i>Bibliografia</i>	216

## ***Em Jeito de Obrigado...***

Este trabalho, que agora se conclui, não pretende ser mais que o resultado de uma investigação iniciada há já algum tempo. Mas não é somente fruto do nosso próprio interesse e, porque não dizê-lo, esforço. A sua execução, por vezes tão complicada, deve muito a um conjunto de pessoas a quem gostaríamos, aqui e agora, de prestar merecida homenagem e os mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar a alguém, nosso orientador e amigo, a quem tantas horas roubámos e paciência gastámos, e que foi o principal impulsionador deste trabalho. Ralhando, encorajando e criticando, sempre com o mais bem humorado dos espíritos, foi o Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa, quem tudo nos ensinou e sempre nos alentou. Para este Mestre um obrigado é pouco, mas sempre fica a nossa Amizade.

Aos Mestres da Escola de Lisboa, de cujo saber somos discípulos, fica o nosso agradecimento pelo apoio, compreensão e estímulo que nunca nos negaram. Seria longo enumerá-los a todos. Lembrarei apenas alguns, com quem mais perto convivemos: os Professores Doutores Joaquim Veríssimo Serrão, António Borges Coelho, António Dias Farinha, António Marques de Almeida e José Augusto Ramos.

Ao Professor Doutor João Carlos Senna Martinez, sempre disponível, um sincero agradecimento pelas informações sobre a cartografia e evolução da paisagem na região que aqui pretendemos tratar.

À Professora Doutora Margarida Garcez Ventura, nossa professora e amiga, um agradecimento muito especial pelos conselhos e incentivos, sempre prontos e pertinentes.

Elemento importante e essencial na fase de arranque deste trabalho de investigação, o suporte paleográfico e diplomático, revelou-se-nos complicado e até, por vezes, intransponível. Ao Mestre António Ribeiro Guerra um muito obrigado pelas horas que, lado a lado, passámos nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo; pelas informações preciosas com que sempre nos ajudou, e, sobretudo, um obrigado pelo riso com que gastámos as longas tardes de Inverno, encerrados naquela Casa dos Pergaminhos.

Aos colegas assistentes, Mestre Bernardo Sá Nogueira; Mestre Manuela Santos Silva; Mestre Hermenegildo Fernandes e Dr. Armando Martins, os mais sinceros agradecimentos pelos conselhos e informações que prontamente nos forneceram.

Aos restantes colegas do Departamento de História, amigos de todos os dias, um obrigado também especial pelo apoio e estímulo com que sempre nos brindaram.

Não poderíamos deixar de prestar os nossos mais vivos agradecimentos a um amigo e colega de longa data, o Dr. António Balcão Vicente que, sempre atento, nos auxiliou de forma preciosa, particularmente no nosso ainda rudimentar latim.

Para a Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Calado Inácio, amiga e colaboradora, uma especial palavra de agradecimento pela ajuda e apoio na organização e desenvolvimento de outros projectos em que nos encontramos envolvidos e para os quais não pudemos dispensar mais tempo.

Ao Sérgio Farinha um agradecimento muito especial pelo esforço, dedicação e competência com que nos auxiliou na organização e planeamento das actividades do Plano Arqueológico de Alcobaça, neste ano de 1994.

Um último grupo de agradecimentos dirige-se aos meus alunos e amigos, que compõem a equipa do Plano Arqueológico de Alcobaça que, com o seu esforço, apoio, competência e dedicação, permitiram que nos pudessemos ausentar durante algum tempo das exigências daquele projecto.

À minha mulher, Marina, um sentido obrigado pelo apoio sereno e constante, que nunca me negou, e a que junto muitas desculpas pelo tempo que "roubei" à nossa vida. Para o resto não descobri palavras.

*Ela sabe!*

«Lancei-me, pois, na escrita. Quando redijo trabalho a dois tempos. Começo por edificar cuidadosamente um esqueleto. No início, ele é apenas uma frágil estrutura mas que se vai revestindo, no seu conjunto, das formas da futura construção, de uma assentada, pois tenho necessidade de a conceber por inteiro, de dispor as grandes massas, como a maior parte dos pintores precisam de cobrir toda a tela antes de iniciar a obra. Feito isto, consolido pouco a pouco a trama inicial, alargo o espaço entre as vigas, insisto no pormenor até erguer uma rede cerrada onde cada argumento, cada ideia, virá encaixar-se no lugar que lhe é dado pelo desenvolvimento lógico da redacção...»

Georges Duby, *A História Continua*

# I

## INTRODUÇÃO

Almoster e o seu convento carecem de uma monografia aprofundada e exaustiva que tome por objecto a multiplicidade dos aspectos do quotidiano dos homens que, embora vivendo no campo, projectam nos espaços urbanos circundantes de que Santarém é o pólo dominante, anseios e paixões, projectos e desilusões que, constantemente, transparecem aos olhos do investigador mais atento.

Estrangulada pelo peso da capital do Ribatejo e das poderosas e influentes ordens monásticas que aí se instalaram, a história das donas de Almoster tem ficado esquecida. De vez em quando, a poeira dos anos é levantada por alguém que, curioso do seu nome e da sua (ainda visível) imponência arquitectónica, deixa que a caneta registre uma fugaz descrição num qualquer roteiro<sup>1</sup> que acabará por morrer nas algibeiras dos escassos viandantes que por ali apressadamente passam. Mas o torvilhão pouco dura e, quando o pó assenta, as velhas paredes tornam a contemplar a mesma paisagem amiga e fiel com quem estaticamente, viajam para a eternidade.

Monumento arquitectónico relativamente abandonado deve à história da arte um primeiro momento de brilho após tantos séculos de silêncio. Um recém-publicado trabalho sobre a sua arquitectura e motivos decorativos<sup>2</sup>, desde o momento da sua fundação até ao princípio do seu declínio, levantou um pouco do véu que encobria aquela instituição que ali, pacientemente, definhava.

---

<sup>1</sup> Santana Dionísio, *Guia de Portugal. II. Estremadura, Alentejo, Algarve*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 367 - 368.

<sup>2</sup> Francisco Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoster*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992.

Mas, por detrás da fachada estão as gentes que a construíram, a habitaram, a desenvolveram e a perderam. O conjunto monástico de Santa Maria de Almoester, testemunho da arquitectura cisterciense no nosso País<sup>3</sup>, precisa que sejam estudados os seus trabalhos e os seus dias. Este nosso trabalho procura reconstituir os ritmos que, no primeiro século após a sua fundação, marcaram o quotidiano dos homens e das mulheres que dele estavam dependentes ou que o dominaram<sup>4</sup>.

Nascido e criado por elementos ligados à estrutura nobiliárquica local, o seu suporte assenta na exploração rural e na possibilidade de colocação de excedentes nos mercados urbanos<sup>5</sup>. Apesar de tardio na Ordem e obedecendo às novas regras de mercado e de comportamento social que caracterizam o final dos tempos medievais, é a importância do universo rural, sua componente fundamental, que determina e condiciona, quase sempre, as estratégias de gestão e de crescimento daquela casa feminina<sup>6</sup>.

Embora próximo de atractivos espaços urbanos<sup>7</sup>, Almoester e o seu mosteiro não fogem à realidade nacional, onde o peso do mundo rural representa o principal sistema condicionador do desenvolvimento e das transformações que o Portugal medieval vai conhecendo: um mundo de senhores e de camponeses, de torres senhoriais e de aldeias.

---

<sup>3</sup> É de realçar a exiguidade de informações que os investigadores da história da implantação cisterciense no nosso país apresentam sobre Almoester. Em trabalho recente sobre as relações entre a nobreza e o monaquismo feminino cisterciense, Maria Helena Cruz Coelho e Rui Cunha Martins apontam a inexistência de trabalhos, quer monográficos, quer de síntese, sobre este mosteiro.

<sup>4</sup> Embora não se possuam as séries documentais completas é possível determinar, com alguma clareza, os principais intervenientes sociais que se compõem em Almoester.

<sup>5</sup> Vide a este respeito, Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 153 a 162.

<sup>6</sup> Embora procurando adquirir, sempre que possível, prédios urbanos, a grande concentração de bens do convento assenta sobre terras de cultivo, onde sobressaem vinhas e terras de sequeiro.

<sup>7</sup> Alenquer e Santarém são os centros fundamentais. Todas as actividades económicas do mosteiro se encontram dependentes do acesso e das facilidades de convivência com aqueles espaços concelhios.



Mas esta imagem, pretensamente nítida, já nasceu desfocada, pois que nos propõe uma generalização que, embora simpática, reduz a realidade do universo medieval aos ritmos das sementeiras e colheitas, marcadas pelo trabalho do camponês e geridas pelo astro solar.

O Homem constitui o vector de abordagem fundamental da história rural<sup>8</sup>, especialmente aqueles que têm por principal tarefa a produção de bens agrícolas. Mas importante é também a preocupação com os outros que, embora não trabalhando directamente a terra, se servem dela e sobre ela constituem formas de poder, capazes de dirigir e influenciar as vivências de toda a sociedade medieval.

Produtores e detentores dos meios de produção não convivem muitas vezes no mesmo espaço geográfico, nem tão pouco pertencem aos mesmos estratos sociais. Desta forma, torna-se importante analisar, com um enfoque cada vez mais preciso, a tipologia de relações que se estabeleceram entre os dois grupos, quer cronológica, quer geograficamente, buscando sempre uma perspectiva de construção de uma história rural mais rigorosa e abrangente, definida por Garcia de Cortázar<sup>9</sup> em três ordens de problemas: as formas de distribuição do poder; a criação de rendas a partir de uma determinada produção e, finalmente, a evolução da paisagem agrária.

É do senso comum afirmarmos que os séculos finais da Idade Média se caracterizaram por uma profunda e generalizada crise<sup>10</sup>. As sucessivas análises feitas sobre os documentos sugerem, embora não de forma pacífica, que o problema fundamental radica numa grave crise de crescimento, sujeita a constantes reajustamentos demográficos e reordenações do processo produtivo,

---

<sup>8</sup> Jose Angel Garcia de Cortázar, *História Rural Medieval*, Lisboa, Estampa, 1983.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>10</sup> Veja-se a este respeito Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1979, p. 283 a 305 e José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. 2º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 340 a 344.

que arrastam consigo modificações profundas nos vários grupos sociais, muitas vezes desenvolvidas de forma violenta e que desorganizam por completo o tradicional modelo político-económico dos séculos anteriores.

O século XIV conhece fortes contracções demográficas que, aliadas à consolidação das estruturas urbanas directamente vocacionadas para um modelo de economia de mercado, condicionam, de forma definitiva, o "velho" mundo rural.

É a aristocracia um dos grupos sociais mais afectados por estes tempos de crise. A constante atracção que os núcleos urbanos exercem sobre os trabalhadores rurais provoca um exaurir de forças no trabalho da terra. Os campos dos nobres vão-se despovoando, abandonando estes a constante luta pelo arroteamento, garantia do aumento da produção. Com toda a indiferença, como só a natureza é capaz, observa-se a vingança do "*saltus*" sobre o "*ager*". A mancha de terras, arduamente domesticadas ao longo de todo o século XIII, vai sendo paulatinamente consumida pelos matos daninhos, afastado que está agora o seu supremo predador: o Homem.

Este abandono dos espaços aráveis precipita a queda dos rendimentos, debilitando os senhorios, especialmente os eclesiásticos que, não poucas vezes, procuram o subsídio régio. O que aliás Almoester faz amiúde encontrando quase sempre um apoio do monarca<sup>11</sup>, gerador de desconforto nas duas comunidades vicinais mais próximas: Alenquer e Santarém.

O desenvolvimento do senhorialismo e das estruturas municipais precipita, nestes finais do mundo medievo, uma rápida cristalização da organização social do espaço rural. Privilégios e formas de dependência são cada vez mais complexos, condicionando os homens e hierarquizando os espaços. Os homens dos núcleos urbanos, fossem do rei, da nobreza ou do

---

<sup>11</sup> Vide o caso paradigmático de uma carta de mercê, de 1302 Maio 30, dada por D. Afonso IV ao Convento de Almoester na qual o rei reconhece a pobreza do mosteiro. (*Chancelarias Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV.* ed. de A. H. de Oliveira Marques, doc. 74, p. 94-95).

clero, possuem cada vez mais o poder de intervir e condicionar a realidade campesina.

Em Portugal são as décadas de trinta e quarenta que tornam visíveis os sintomas da crise. A grande pestilência que começa em 1348 e se prolonga até aos primeiros meses do ano seguinte, teve o especial condão de acelerar a mortalidade por todo o nosso País. Não é, todavia, o único agente. Deve ser associada a frequentes surtos de peste surgidos regularmente até ao fim do século XIV. As guerras contra Castela e desequilíbrios climáticos e ecológicos, que afectaram de forma traumatizante toda a Europa cristã, são outras variáveis a ter em conta no diagnóstico da crise.

O mosteiro de Almoester é um destes senhorios afectados pela crise que durante todo o século XIV se abate sobre Portugal procuram formas e processos de subsistência que lhe permitam lutar contra esta fase de retracção.

Visando ser um estudo sobre a propriedade da casa monacal de Almoester, desde o período da sua formação até aos primeiros tempos do reinado de D. João I, este trabalho não pode, obviamente, ser encarado como uma monografia total sobre a importância daquele mosteiro medieval, nem sequer, como uma aproximação a tal objectivo. Tal facto, contudo, não impede que os resultados obtidos, sirvam como indicadores para um conhecimento, que apesar de relativo, nos pode permitir sondar os aspectos de uma realidade que se prevê mais complexa.

Mas, importa sublinhá-lo, as nossas fontes assentam essencialmente no espólio do cartório de Almoester. Esta especificidade que, ainda por cima, incide num processo conjuntural de grande crise a nível geral, correspondente a uma época de grande convulsão e de decadência dos padrões tradicionais do modelo medieval, faz com que a nossa visão corra o risco de se tornar unilateral, face à complexidade da sociedade portuguesa dos finais da Idade Média.

«Um dos mais magníficos privilégios do historiador, esse rei do passado, é bastar-lhe quando percorre o seu império, tocar com a pena as ruínas e os cadáveres para reconstruir os palácios e ressuscitar os homens; à sua voz, como à de Deus, as ossadas dispersas reúnem-se, as carnes vivas recobrem-nas, as vestimentas sumptuosas revestem-nas, e neste Josaphat imenso onde três mil séculos conduzem os seus filhos, basta-lhe escolher os eleitos pelo seu capricho e invocá-los pelo nome para que no mesmo instante os chamados ergam com a fronte as pedras das campas, afastem com a mão as pregas dos sudários e respondam,...»

Alexandre Dumas, *Isabel da Baviera*

# I

## A FUNDAÇÃO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER

### 1. A Ordem

O processo de criação de um mosteiro cisterciense desenvolve-se de forma extremamente complexa. Embora o convento de Almoster seja de constituição tardia<sup>12</sup>, e na sua composição inicial possamos encontrar alterações às regras iniciais, não podia deixar de cumprir algumas disposições fundamentais que, a não serem seguidas, podiam impedir que os agentes fundadores recebessem a autorização necessária.

A Ordem de Cister, fundada em 1098, assentava a sua existência e a sua "força" na conjugação de dois factores: uma forte autonomia e uma ainda mais poderosa centralização. Pedro Gomes Barbosa<sup>13</sup> refere a existência de uma teia de ligações entre todas as casas de monges bernardos que acabavam por entroncar na primitiva casa, onde tudo se tinha iniciado: Cister.

Tal estrutura obrigava a que todos os abades se deslocassem aos Capítulos Gerais da Ordem, local onde eram apresentados e resolvidos casos específicos de cada uma das abadias espalhadas por toda a Europa, e de onde saíam as linhas orientadoras para toda a comunidade cisterciense. Ali se firmavam a "força" e a independência desta Ordem, expressas através de uma feroz disciplina regente, que conferia aos abades com responsabilidade regional o direito e o poder de fiscalização sobre outros mosteiros (de criação

---

<sup>12</sup> É o caso do mosteiro de Odivelas.

<sup>13</sup> Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 101.

mais recente que deles dependessem<sup>14</sup>), controlando localmente a vida cenobítica dessas novas casas.

Nenhuma nova fundação podia ser sancionada apenas pelo responsável regional. Qualquer nova casa que se pretendesse criar, ou mesmo a filiação de mosteiros já existentes, que seguiam outras regras, não se podia fazer sem o consentimento do Capítulo Geral. Só nesse espaço privilegiado, em reunião periódica das elites da Ordem, poderia ser dada autorização para o aparecimento de novas instituições.

A fundação de uma abadia cisterciense não era algo passível de ser constituído somente a partir de uma forte inspiração do sagrado que, momentaneamente, surgia numa dada região. Cister, embora contaminada e envolvida pelo processo da Reconquista e da luta contra o infiel, não embarca em aventuras de resultado final duvidoso. O Capítulo Geral da Ordem impunha que qualquer fundação reunisse um conjunto mínimo de condições<sup>15</sup>:

- ⊕ Um conjunto de terras doadas que possibilitassem a manutenção e subsistência de um número mínimo de monges;
- ⊕ Condições específicas de habitabilidade que incluía proximidade de linhas de água, de acesso a vias de escoamento e um isolamento (razoável) em relação a comunidades profanas;
- ⊕ Existência de condições locais que possibilitassem a continuidade, no futuro, do número de "irmãos".

---

<sup>14</sup> Alcobaça é um destes pólos regionais fiscalizadores. Com excepção dos mosteiros de S. João de Tarouca e Santa Maria de Almoester, as restantes casas de Cister são "visitadas" por monjes de Alcobaça. Como adiante veremos o principal mosteiro bernardo português vai "usurpar" o direito de visitação que Claraval detinha sobre o cenóbio feminino de Almoester.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 101.

Tais eram as condições que os abades inquiridores procuravam levantar no local. Após o relatório apresentado cabia ao Capítulo Geral tomar a decisão final.

O outro aspecto relevante desta Ordem monástica que tanto sucesso alcançou na Europa cristã ao longo dos séculos XII e XIII relaciona-se com a autonomia que cada mosteiro tinha. Esta autonomia verifica-se sobretudo numa forte capacidade de organização e auto-gestão económica. Cada comunidade geria os seus próprios bens, procurando aumentá-los constantemente através de fenómenos de aquisição específicos, como compras ou doações.

Esta intencionalidade investidora, no plano económico, era suportada por um modelo de gestão centralizador. Cada comunidade procurava constantemente expandir o seu património, mas não de forma anárquica. Todos os processos de aquisição tinham como objectivo fundamental a concentração espacial das propriedades. O aumento constante de património era feito sobretudo através de compras e doações, seguindo uma estratégia de composição pré-definida que assentava preferencialmente numa tendência para uma forte concentração dos prédios rústicos adquiridos. Esta forma de actuação, sistematicamente seguida por todas as casas de Cister estabelecidas no espaço europeu, visava tirar desse conjunto de bens o máximo rendimento, através de uma exploração concertada, e onde a forte concentração alcançada permitia baixar consideravelmente os custos de produção e de distribuição.

A gestão de um espaço cisterciense encontrava-se directamente dependente dos bens que fosse conseguindo adquirir, procurando tirar deles o maior proveito, aumentando com isso, cada vez mais, o prestígio do mosteiro e, conseqüentemente, da Ordem a que pertencia.

A riqueza de Cister garantia-lhe uma margem de manobra tal, numa Europa em constante transformação, que lhe permitia intervir, sempre com proeminência, no restante espaço monacal e até episcopal. A sua força económica, principal sustentáculo da sua independência, permitiu-lhe, ainda,

intervir e influenciar praticamente todas as hierarquias civis detentoras de poder.

\*

Tempo de fome, em que os recursos alimentares são escassos para a maioria da população, a Idade Média precisava de criar forças anímicas e espirituais que lhe permitissem sobreviver. O trabalho<sup>16</sup>, sobretudo o manual, não garante apenas a produção de alimentos, alcançados com suor e fadiga, expoentes máximos de uma "ignominiosa" existência. S. Bernardo enaltece-o, tornando-o verdade e garantia da ordem no mundo. Tal como uma oração, que ao ser murmurada aproxima os homens de Deus, também o trabalho pode redimir a humanidade. Cister e os seus monges exorcizam a "vergonha" do labor humano, seguindo os ensinamentos do seu reformador, sujando as mãos e pondo resguardos escuros sobre os puros hábitos brancos, estabelecem unidades de especialistas, que fazem do trabalho o seu acto de contrição - são os conversos.

Os conventos bernardos extravasam o seu claustro, escorrem para os campos, domesticando-os e fazendo deles espaços de ordem e de vida. O trabalho pode agora ser oferecido ao Criador, como dádiva de fé e de esperança, numa busca propiciatória da colaboração da divindade nas tarefas humanas.

Cister é uma daquelas forças que organizaram e desenvolveram o mundo do homem medievo. A sua implantação, múltipla e sistemática, no nosso país, contribuiu, de forma decisiva, para ajudar a compor uma Nação.

---

<sup>16</sup> Georges Duby, *Saint Bernard et l'Art Cistercien*, Paris, Champs Flammarion, 1979, p. 106.



## 2. A Fundação

Explicar o aparecimento de uma instituição monástica como Santa Maria de Almoester, no período medieval, implica obrigatoriamente o tratamento e análise dos diversos contextos patrocinadores relacionados com a sua emergência.

Este mosteiro não é a única casa feminina cisterciense existente no nosso País. Desde 1210 que o Capítulo Geral da Ordem de Cister permitia a entrada de elementos femininos, sujeitos, no entanto, a uma feroz obediência à clausura e estando sempre dependentes da "fiscalização" de um mosteiro masculino que lhes assegurasse assistência espiritual<sup>17</sup>. Esta possibilidade mantém-se até ao ano de 1220, momento em que a assembleia reunida em Capítulo determina que cessem as fundações de casas femininas<sup>18</sup>. Almoester surge assim como uma fundação aprovada pelo Capítulo Geral, ultrapassando a proibição estabelecida, num período em que o ritmo de novos estabelecimentos bernardinos parece ter abrandado bastante. Mantêm-se contudo as prescrições ligadas à clausura e à necessária tutela efectuada por uma casa masculina.

As disposições saídas da reunião do Capítulo Geral da Ordem, onde a fundação de Santa Maria de Almoester foi autorizada, contemplam aquelas regras fundamentais. O espaço físico por onde as monjas se podem movimentar e o contacto com o profano vêm também minuciosamente definidos. Apenas os confessores, os capelães, os procuradores, o abade visitador, ou os seus representantes podiam quebrar aquelas prescrições.

Recordemos agora uma imagem. A do Vale de Santarém nos finais do século XIII. Ali sentimos os elementos essenciais, os mais abrangentes, onde o

---

<sup>17</sup> Louis Lekai, *The Cistercians. Ideals and Reality*, p. 347-349.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 352.

mosteiro de Almoester se vai enquadrando, numa perspectiva de composição cada vez mais alargada. É o universo escalabitano o elemento coordenador e organizador, em torno do qual se concentram as diversas estruturas de produção da região.

Ampliando agora um pouco o enfoque da nossa câmara, outra imagem se vai construindo. Esta é mais conjuntural e nela o convento das donas de S. Bernardo transforma-se no principal actor, para quem o momento fundacional, os grupos familiares implicados e o enquadramento paisagístico envolvente são agora aspectos em evidência.

Embora cisterciense, o espaço monástico de Almoester assenta numa realidade fundacional completamente diferente do modelo bernardino, que caracterizou as primeiras fundações masculinas no nosso território. Aqui o espaço está domesticado e profusamente habitado<sup>19</sup> desde há muito. Por outro lado a fundação é feita sobre património doado por um particular nobre<sup>20</sup>, com um expesso apoio da coroa, e incide sobre um património fundiário já totalmente desenvolvido.

Tal situação implica forçosamente a existência de uma ideia de continuidade de ocupação e exploração da paisagem rural que agora pretendemos trabalhar. Em primeiro lugar, a existência dessa ideia de contínuo pode ser deduzida do facto de a maioria dos topónimos que encontramos, no século XIV, a caracterizar esta zona, aparecerem em documentação dos dois séculos anteriores.

---

<sup>19</sup> O famoso "deserto" que devia estar subjacente à fundações cistercienses não pode ser interpretado em sentido literal. No caso português a implantação dos monges brancos era feita geralmente em espaços de grande fertilidade, com boas vias de escoamento e sistemas de irrigação, geralmente ocupadas por um substrato de populações rurais. *Vide* a este respeito Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*, p. 102-103 e José Manuel Varandas, "A Valorização do Domínio de Alcobaça: as granjas (séculos XII e XIII)", in *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol.I, Ourense, 1992, p. 556-557.

<sup>20</sup> AN/TT, *Mº de Almoester*, m. 2, nº 55, de 1287 Julho 2.

Num segundo momento apercebemo-nos da existência de uma hierarquização dos espaços, transcrita nas fórmulas designativas empregues na documentação escrita, e fundamentada nas relações de maior ou menor dependência e sistemas de interacção, vividos pelas várias unidades organizativas detectadas.

O espaço de Almoester, figura com relativa individualidade em relação a dois marcos espaciais de acrescida importância: Santarém e Alenquer. Aqui a importância da instituição assenta na base familiar e no poder contar com o apoio da coroa na manutenção e desenvolvimento do espaço, sobretudo em relação às tensões com os dois concelhos<sup>21</sup>.

Mas, embora a existência de grupos familiares nobiliárquicos seja uma das determinantes no processo de constituição de Almoester, e que a seu tempo analisaremos, é, contudo, na dinâmica das relações entre a abadia e as estruturas municipais locais que encontramos mais informação, especialmente de carácter económico e administrativo.

*Al monasterii, Almonaster, o mosteiro.* Parece ser a evolução filológica óbvia, indicativa que num momento anterior ao domínio islâmico do Gharb ali teria existido um mosteiro cristão. Pinho Leal é um acérrimo defensor desta hipótese<sup>22</sup>, que teria servido também como topónimo locativo para os períodos anteriores ao estabelecimento das monjas. Indiscutível parece ser, do ponto de vista linguístico, a presença muçulmana por aqueles lados através do estabelecimento de uma pequena comunidade humana. A utilização do artigo *al* a antecipar o nome latino e a grande quantidade de topónimos locativos existentes nas áreas circundantes reforçam esta ideia. Infelizmente o atraso da arqueologia medieval nesta região impede-nos de apresentar provas verdadeiramente irrefutáveis. Maur Cocheril não contesta a existência de

---

<sup>21</sup> Por diversas vezes os monarcas do século XIV proferem sentenças favoráveis ao convento de Almoester, prejudicando os interesses dos dois concelhos.

<sup>22</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, p. 154.

estabelecimentos humanos hispânicos ou muçulmanos anteriores à fundação, mas não aceita a existência de um mosteiro pré-românico<sup>23</sup>.

\*

Por fim, o mosteiro. A estrutura feminina da Ordem de Cister surge em Portugal graças à acção das princesas Mafalda, Sancha e Teresa, filhas de D. Sancho I<sup>24</sup>, com a colocação, no ano de 1196, de freiras cistercienses no mosteiro de Lorvão, substituindo os monges beneditinos que ali existiam<sup>25</sup>. Esta implantação é acompanhada pela reforma efectuada no mosteiro de Arouca, onde Mafalda, em 1224, estabelece uma ala de monjas bernardas. A primeira fundação de raiz ocorre com o estabelecimento da casa de Santa Maria de Celas<sup>26</sup> que tantas afinidades terão com o cenóbio de Almoester. Outro mosteiro importante ligado à Ordem cisterciense e praticamente contemporâneo da fundação de Almoester é o cenóbio de Odivelas<sup>27</sup>, também de fundação tardia e por isso "desinteressante" aos olhos dos historiadores desta ilustre Ordem.

---

<sup>23</sup> Maur Cocheril, *ibidem*, p. 341. Francisco Teixeira, *ibidem*, p. 55 segue a opinião de Cocheril. Pensamos serem necessárias prospecções arqueológicas no actual aldeamento de Almoester, que sistematicamente desenvolvidas, nos possam dar certezas quanto à existência de um cenóbio paleocristão ou vestígios de um eventual povoado moçárabe.

<sup>24</sup> Sobre o ramo feminino da Ordem de Cister e a acção destas infantas *Vide* Maur Cocheril, "Les Infantes Teresa, Sancha, Mafalda et l'Ordre de Cîteaux au Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, t. 16, Coimbra, 1976, p. 33-49; Maria do Rosário Barbosa Morujão, "Santa Maria de Celas de Coimbra, um mosteiro feminino da Ordem de Cister", in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, p. 583-587.

<sup>25</sup> *Vide* Maria Alegria Fernandes Marques, "Inocência III e a Passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister", *Revista Portuguesa de História*, p. 231-283.

<sup>26</sup> Maria do Rosário Barbosa Morujão, *ibidem*, p. 583-587.

<sup>27</sup> Hermínia Vasconcelos Alves Vilar e Maria João Violante Branco Marques da Silva, "A Fundação do Mosteiro de Odivelas", *Actas do Congresso Internacional Sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, p. 589-601.

A presença do mosteiro de Almoester faz-se notar a partir dos finais do século XIII. A data de 1287<sup>28</sup> constitui o momento primacial do convento de Santa Maria de Almoester. O espaço de fixação e desenvolvimento de Almoester tem como base fundamental para a concentração do seu património fundiário, um conjunto de bens deixados por D. Sancha Peres<sup>29</sup>, destinados a que naquele local fosse criado um convento feminino, da Ordem de Cister ou de outra regra monástica. Os bens doados, sobretudo os prédios rústicos, apresentam uma concentração situada na confluência da ribeira de Almoester com o rio Maior.

A fundação do cenóbio de Almoester é assim disposta por D. Sancha Peres<sup>30</sup>. A sua inserção na Ordem de Cister é determinada por aquela que de

<sup>28</sup> AN/TT, *Mº de Almoester*, m. 2, nº 55, de 1287 Julho 2.

<sup>29</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 55. 1287 Julho 2. Dª Sancha Peres, mulher de D. Airas Vasques e mãe de Dª Berengária Aires, institui através deste testamento, a obrigação de sua filha fundar, nas terras doadas, um mosteiro feminino. Esta fundação pode ter a regra de Cister ou outra. A própria testamentária refere a possibilidade de ser seguida a regra da Ordem do Hospital, à qual se encontrava ligada. Sobretudo sua filha Berengária, que estava casada com Rodrigo Garcia de Paiva, cavaleiro daquela Ordem militar. Dª Sancha Peres estabelece na sua disposição testamentária algumas imposições, como por exemplo, a relativa às futuras abadessas do Convento de Almoester, que deveriam dar "ração" a Aires Moniz, criado de Dª Sancha, até à data da sua morte. Este testamento é muito interessante se repararmos no conjunto, importância e especificidade dos bens doados, bem como os usufrutuários a quem se destinam

<i>Doação</i>	<i>Herdeiro</i>	<i>Imposição</i>
300€		missas por alma
100€	monteiro de Freites	
100€		alma de Pedro Eanes
100€	Sabeda Caydy (mouro ferreiro)	
100€	Estêvão Martins	
100€ + 1 leito de liteira +	Maria Gonçalves, filha de Gonçalo	
1 vaso de prata	Martins, dourador.	
50€	cabido provincial de douradores	
50€	cabido dos frades menores	
30€	Teresa	
30€	Luzia	

<sup>30</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 55. No seu testamento D. Sancha Peres faz referência específica à fundação da casa monacal feminina de Almoester, não indicando contudo qual a regra monástica a ser seguida. A testamentária deixa que seja sua filha Berengária a tomar essa decisão, embora a sua preferência vá para a Ordem de Cister:

*Imprimeiramente mando que mha filha D. Beringueira faça fazer hum Moensteiro de Monjas da Ordim de Cistel, ou d'outra Ordim, que seja a serviço de Deos, qual mha filha tiver por bem, no meu logar d'Almoester.*

facto surge como a grande dinamizadora do novo mosteiro: D. Berengária Aires.

Integrado na diocese de Lisboa o mosteiro de Almoester vê a data da sua fundação ser constantemente referida para o ano de 1289. O dia 19 de Julho daquele ano parece marcar de facto o nascimento daquela casa cisterciense<sup>31</sup>, quando perante a rainha de Portugal<sup>32</sup> e D. Domingos, abade de Alcobaça<sup>33</sup>, o bispo de Lamego, D. Vasco dedica e consagra a nova casa monacal. E é esta a data mais provável para a sua fundação, também sugerida por D. Maur Cocheril. Pinho Leal afirma que o mosteiro apenas foi fundado um ano depois, quando D. Berengária Aires, dama de honor de Isabel de Aragão, faz uma dotação considerável ao mosteiro.

Os primeiros documentos referentes a Almoester começam, *de facto*, a surgir a partir do ano de 1294<sup>34</sup>, quando D. Berengária Aires, já abadessa do mosteiro, aparece a autorizar um empraçamento por quatro vidas, a João

---

<sup>31</sup> Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, p. 341. O autor baseia-se nas descrições de Fr. Francisco Brandão que na 5ª Parte da *Monarquia Lusitana* aponta o ano de 1289 como o ano de referência para a fundação do mosteiro de Almoester. Fr. Manuel dos Santos é da mesma opinião. Matos Sequeira na revista *Belas Artes*, 2ª série, nº 1, p. 26-30, e no *Inventário Artístico do Distrito de Santarém*, p. 87-91, é da mesma opinião. Américo Costa, indica que o mosteiro foi fundado "...pela nobre matrona D. Berengueira Ayres...", decerto motivada pelo milagre a que teria assistido com a Rainha Santa, que querendo ver o corpo de Santa Iria viu as águas do Tejo separarem-se. Também Raul Proença, *Guia de Portugal. II. Estremadura*, p. 368, sugere 1289 como o ano da fundação. Artur Nobre de Gusmão, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia da Idade Média)*, p. 190-195, refere a mesma data. Mais recentemente Francisco Teixeira, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, p. 53-66, continua a partilhar da mesma opinião.

<sup>32</sup> D. Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis.

<sup>33</sup> Segundo Maur Cocheril, *ibidem*, p. 341 e Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*, p. 371, D. Domingos terá ocupado o abaciado durante os anos de 1291 a 1297. Pedro Gomes Barbosa indica-o como o segundo de seu nome.

<sup>34</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11. 1294 Maio 9. Existem contudo três documentos anteriores, um de 1290 Setembro 03 (AN/TT, *Mº de Chelas*, m. , nº ) onde Berengária Aires aparece a celebrar uma permuta de bens com Teresa Fagundes, prioressa do mosteiro de Chelas; um segundo com data de 1292 Janeiro 26 (AN/TT, *Mº Alm.*, m 6, nº 46) relativo a um arrendamento por 20 anos de uma quinta situada em Montelongo (Beira) a Martim Eanes e Geralda Peres e uma carta de apelação dirigida por D. Berengária ao bispo de Lamego datada de 1293 Maio 15 (AN/TT, *Mº Alm.*, mº 10, nº 47). Em todos eles não surge qualquer referência directa ao facto de D. Berengária já ser abadessa de Almoester. Atendendo à data atribuída pela maioria das fontes e dos investigadores, para a fundação do cenóbio, estes três instrumentos são executados já com Berengária como abadessa. Mas não é de todo inverosímil, com excepção do terceiro documento, que possam ser relativos a disposições particulares.

Vasques e Constança Anes de um casal com vinha, olival e serventia de água, que o mosteiro possuía no lugar de Alforgemel<sup>35</sup>. Realizado no mês de Maio e garantido por um foro anual do quarto da produção, dois alqueires de fogaça<sup>36</sup> e um capão, obrigava os foreiros a construírem moinhos "*..na água que vem de Alforomel*<sup>37</sup>...".

A constituição do cenóbio, consagrado pelo bispo de Lamego, D. Vasco Martim de Alvelos<sup>38</sup> em 1289, sucede à sua aceitação pelo Capítulo Geral da Ordem de S. Bernardo, ficando legitimamente ratificada com a bula atribuída supostamente pelo Papa Nicolau IV no mês de Abril de 1299, que se revelou, no entanto, ser um falso<sup>39</sup>.

Existe uma cópia, traduzida em português, do documento de fundação do mosteiro de Almoester<sup>40</sup>, onde são referidos os principais intervenientes no caso Almoester, ligados ao universo eclesiástico. Além do Abade de Cister<sup>41</sup>, aparecem o Abade do mosteiro de Melón<sup>42</sup>, situado na Galiza, e o D. Abade de Alcobaça<sup>43</sup>

---

<sup>35</sup> Esta tinha sido uma das propriedades doadas por Berengária ao mosteiro.

<sup>36</sup> Remissíveis por 25 libras.

<sup>37</sup> Actualmente Alforgemel.

<sup>38</sup> Ocupa a cadeira episcopal entre 1297 e 1302.

<sup>39</sup> Permanece no trono de S. Pedro entre 1288 a 1292, o que torna impossível a autenticidade. Com efeito a legitimação papal deverá ter sido concedida por Bonifácio VIII, já eleito Papa no ano de 1299.

<sup>40</sup> Artur Nobre de Gusmão, *ibidem*, p. 193-195.

<sup>41</sup> D. Teobaldo.

<sup>42</sup> D. Pedro surge como confirmante neste documento.

<sup>43</sup> Na altura parece ser um tal Martinho. Segundo Maur Cocheril, *ibidem*, p. 342-343, que cita fr. Manuel dos Santos, este abade seria o segundo de seu nome e teria "governado" Alcobaça entre 1284 a 1290. Para Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (século XII a 1325)*, Apêndice I, Lista dos Abades Perpétuos de Santa Maria de Alcobaça (até 1327), p. 371, este seria o terceiro abade de Alcobaça denominado Martinho e teria exercido o seu abaciado entre 1281 e 1291.

Por imposição do Capítulo Geral da Ordem os mosteiros femininos são tutelados por abadias masculinas. Obrigado a cumprir esta regra, o cenóbio de Almoester apresenta-nos, contudo, um problema: quem de facto exercia essa tutela? Maur Cocheril refere a disputa entre duas abadias masculinas cistercienses: Claraval e Alcobaça<sup>44</sup>. Mas a existência em terras de França de um documento em português, referente aos fundos de Claraval<sup>45</sup> parece resolver a questão. Este instrumento refere a aceitação, por parte do abade de Cister, da nova fundação. Refere ainda o historiador de Cister que este documento é confirmado por Pedro Ludovico, cónego da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, e contém as assinaturas do abade de Mélon (fr. Pedro) e de D. Martinho, Abade de Alcobaça. A carta assinada refere explicitamente que cabe ao abade de Claraval a gestão espiritual da Casa de Almoester.

Mas Alcobaça não desiste e assume o controlo directo da conduta das monjas enclausuradas no cenóbio de Almoester. E, fá-lo de forma tão compenetrada que, por diversas vezes, as abadessas se queixam dos desmandos provocados pelos monges visitantes que, invariavelmente, provêm de Alcobaça. É o que acontece, por exemplo em 1332<sup>46</sup>, quando a abadessa de Almoester<sup>47</sup> se queixa ao D. Abade dos "...gastos insuportáveis..." provocados por fr. Pedro e fr. Guilherme, chegando mesmo ao ponto de inquirir se aqueles monges teriam sido encarregues por Alcobaça de virem "visitar" Almoester.

A presença da principal abadia cisterciense portuguesa parece ser uma constante. Num considerável número de instrumentos jurídicos produzidos por aquele cenóbio, figuram como testemunhas vários monges alcobacenses que se

---

<sup>44</sup> Maur Cocheril, *idem*, p. 342.

<sup>45</sup> Com a referência 3H 176. A indicação é de Maur Cocheril, *ibidem*, p. 343.

<sup>46</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 3, n<sup>o</sup> 13. 1332 Março 10.

<sup>47</sup> Maria Gomes da Silva.



encontram de visita ou, na maior parte das vezes, cumprem ali funções de assistência como confessores e priores<sup>48</sup>. Um exemplo bem demonstrativo da acção tutelar desempenhada pelos freires de Alcobaça pode ser encontrado num documento de 1376<sup>49</sup>, quando o monge João de Chachinali se desloca a Almoester desempenhando funções de visitador. Este documento, referente a um contrato de emprazamento<sup>50</sup> estabelecido entre o mosteiro de Almoester e Gomes Martins, é testemunhado por frei João, especificamente indicado como "...visitador..." e oriundo "...do Moensteiro d'Alcobaça...".

As datas em torno da fundação da casa feminina de Almoester parecem ser demasiado contraditórias. Seguindo o raciocínio de Cocheril e a informação patente nos documentos existem algumas datas fundamentais: a doação de Sancha Peres, efectuada em 1287; a falsa bula de Nicolau IV atribuída ao ano de 1299; o lançamento da primeira pedra do mosteiro, em 1335<sup>51</sup> e a errónea informação que atribui para o ano de 1387 a autorização do Capítulo Geral da Ordem para a fundação de um novo mosteiro. Naturalmente que a disparidade de um século entre a doação inicial e a autorização da Assembleia cisterciense é por demais óbvia. Cocheril<sup>52</sup>, citando Sousa Viterbo<sup>53</sup>, observa que o erro se deveu a uma leitura errada do copista, que terá juntado mais um "C" à data original, alterando-a de M.CC.LXXX.VII. para M.CCC.LXXX.VII. O mesmo se passa com a data de início de construção do edifício do mosteiro. A

---

<sup>48</sup> Vide em apêndice o mapa representativo dos religiosos de Alcobaça que em Almoester desempenharam funções, p. 56.

<sup>49</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 34. 1376 Outubro 9.

<sup>50</sup> O emprazamento celebrado por três vidas diz respeito a bens diversos localizados em Aveiras de Cima. Gomes Martins, lavrador e Catarina Anes, sua mulher, ficam a pagar por ano ao mosteiro 30 soldos.

<sup>51</sup> Segundo as informações de P. Angel Manrique, *Annales Cistercienses* e Artur Nobre de Gusmão, *ibidem*, p. 192 e 195

<sup>52</sup> Maur Cocheril, *ibidem*, p. 344.

<sup>53</sup> Francisco de Sousa Viterbo, *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*.

referência de Manrique, seguida por Nobre de Gusmão, ao ano de 1355 resultará, muito possivelmente, de um erro de conversão, entre a datação hispânica e a era cristã<sup>54</sup>. Subtraindo os trinta e oito anos chegamos ao ano de 1317, o que coincide perfeitamente com as tradicionais descrições de que teria sido sob influência de Isabel de Aragão que o mosteiro se teria começado a erguer.



Américo Costa<sup>55</sup> refere a existência de uma área coutada e entregue ao mosteiro no mês de Maio de 1336, através de uma carta de doação. Este instrumento jurídico concedia ao mosteiro a posse das terras e dos lavradores que nelas vivessem. Neste couto as abadessas teriam o direito de cobrar "*...os quartos de toda a novidade do couto...*". Recebem os dízimos e dentro da área coutada "*..não se pode fazer rendas sem a sua licença...*". Sobre a renda "*...pagam laudémio...*" e para "*...a feitura de casa pagam uma galinha de foro...*". Quanto à administração diz o mesmo autor que "*...as abadessas fazem juizes no couto, com procurador...*"; "*...apresentam alcaide...*" e os juízes de Santarém têm "*...de pedir autorização às abadessas para nele entrarem...*".

A existência do couto de Almoester é confirmada por D. Dinis<sup>56</sup> e pelos reis seus sucessores. Com efeito D. Afonso IV<sup>57</sup>, D. Pedro I<sup>58</sup>, D. Fernando I<sup>59</sup>

---

<sup>54</sup> Artur Nobre de Gusmão, *ibidem*, p. 193-195.

<sup>55</sup> Américo Costa, *ibidem*, p.

<sup>56</sup>

**1298 Maio 01, Santarém**

*D. Dinis concede ao Mosteiro de Santa Maria de Almoester a carta de couto pela qual são estabelecidos os respectivos direitos e limites geográficos..*

AN/TT., *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, f. 3 - 3v..

En nome de deus e de Sancta Maria. sa madre e de toda a sa corte celestial amen. Sabham todos quantos esta carta virem como eu don Denis, pela graça de deus Rey de pertugal e do algarue ensenbra con a Raynha dona Isabel mha molher. filha do muj noble dom Pedro, Rei d'Aragom e con o Infante dom Afonso, meu filho primeiro e herdeiro. per fazer graça e mercee aa'badessa e

---

Conuento do Moesteiro de Sancta Maria d'Almoester, que he en termho de Sanctarem. o qual moesteiro hi fundou e fez Dona Biringueira per mha alma e rremimento de meus pecados. couto-o en Mile soldos da mha moeda esse Moesteiro e todo o herdamento que en rredor desse Moesteiro con seus direitos e perteenças. assj como ssom diuisados e demarcados e ensarrados per padrões certos que hi foram postos e ergudos per meu spicial mandado per Steu'eanes meu perteiro mayor e con meu pendon. Conuem a ssaber primeiramente pelo padron que esta no logar que chamam algar da figueira e, des i como vay ao padron que esta no logar que chamam o Camarnal. E des i como vay ao padron que esta no lagar. e des i como vay ao padron que esta no val do moynho e, des i como vay ao padron que esta na cabeça do Azanbuieiro. e des i como vay ao padron que esta no vale que chamam de Santarem, como parte con Monparleu e con Silvestre perez. e des i como vay ao padron que parte con achelas e con Alforzomel e des i como vay ao padron que esta sobre-la varzea dos canaes como parte con achelas. des i vay ao padron que esta en cima da Cabeça como parte com achelas. des i como vay ao padron que esta no vale que chamam de Pero mouro como parte com filhos de dom Origo. des i como vay ao padron que esta no val que chamam de dom Meendo a par do algar que dizem de Domingos iohannes como parte com Joham origues. des i como vay ao padron que esta no logar que parte com o spital. des i como vay ao padron que esta a par do algar da ameixoeira como parte com esse spital e com Petarinho. des i como vay ao padron que esta na louriceira como parte com esse Petarinho. des i como vay a outro padron que esta aalem desse en essa louriceira como parte com esse Petarinho. des i como vay ao padron que esta no logar que chamam as Covas do Gaffo como parte com esse Petaryo. des i como vay ao padron que esta na rribeira a par do paul hu chamam o ponto, como parte com petarinho. des i como vay ao padron que esta a par do poul que chamam o espinheiro como parte com o herdamento de Pero vicente que foy de Vaasco velho. des i como vay ao padron que esta a sobr' esse como vay ao monte como parte com esse Pero vicente. des i como vay ao padron que esta en çima do cabeça do monte, como parte com esse Pero vicente hu chamam o espinheyro. des i como vay ao padron que esta no val da [...] como parte com esse Pero vicente. des i como vay ao padron que esta no lagoa que chamam da vessada, como parte com esse Pero vicente. e des i como se parte com o outro padron que primeiramente possorem no sobredito algar que chamam da figueira. Pelos quaes marcos meos e deuisões eu couto esse Moesteiro e o dito seu herdamento. assi como esse Moesteiro e herdamento ssom ensarrados pelos ditos padrões e deuisões. E eu sobredito Rey dom Denis ensembra com a dita Raynha dona Isabel e com o dito Infante dom Afonso meu filho por tal que vos Abadessa e donas que agora morades en esse Moesteiro e que hi morarem daqui adeante seiades teudas de rogardes a deus per saude dos nossos corpos e das nossas almas e de nossos padres. Eu porem este couto faço e confirmo a vos e a esse Moesteiro pera todo sempre de mha bõa e livre voontade e de meu boom coração. Convem a saber quem quer que de direito real que en esse couto seia. ou ao meu poder preteesca des oge este dia adeante o tolho de todo direito e de todo o senhoryo real e ponha-o no vosso senhoryo e en vosso poder e do dito Moesteiro pera todo sempre. E se perventura alguem ou alguuns ueerem ou ueer também meu provinco. ou outro qualquer Romper ou britar. ou per força entrar en o dito Couto. peite Sex mil soldos de Moeda que en portugal correr ao dito Moesteiro ou aaquele a que esse Moesteiro sa vos der. per cada hua vez que o romper ou britar ou per força entrar. E quanto dano ou perda fezer en esse couto tanto eu dobro e ponho a esse Moesteiro que quem esse couto guardar e manter Assi como eu couto pelos ditos padrões e conffirmo como dito he. assi meus sucessores com outros aiam a beençon de deus e de Santa Maria sa madre e de toda a Corte celestial e a mya. E se o contrairo fezer cousa que deus non mande aia a maldiçom de dues e de santa Maria sa madre e de toda a corte celestial e a mjnha e todavia o couto sobredito fique pera todo sempre en sa firmidão assi como dito he. E eu sobredito Rei ensembra com a dita Rainha e com o dito Inffante meu filho. a qu' esta carta deste couto mandey fazer com meu seelo do chumbo seelar e rovorei e com mhas maaos conffirmei. E per este couto non tolho a esse Moesteiro desuso dicto os seus herdamentos que a fora do dito Couto en esse logar de Almoester. Mais tenho per bem e quero e mando quaes aia esse Moesteiro e o possuya pera todo sempre assi como melhor possoirom e ouerom aqueles ondeez esse Moesteiro ouve. Dada en Santarem, primeiro dia de Maio. El Rey o mandou. Era. M<sup>o</sup>. CCC. xxxvj anos. ts. dom Johane affonso. moordomo mayor. dom Martim gil. Alferez. dom Joham rrodriguez de Briteiros. dom Ffernãõ perez de baruosa. dom Lourenço soarez de valadarez. dom Pero anes portel. Joham ffernandez de limha. Martim affonso. Joham perez de sousa. Johane meendes de briteiros. Joham simhom. meyrinho moor en casa delRey. Pero affonso ribeiro. Dom Martinho, Arcebispo de Bragaa. Dom Johane, bispo de Lixboa. Dom Pedro, bispo de Coimbra. Dom Sancho, bispo do Porto. Dom Vaasco, bispo de Lamego. Dom Egas, bispo de Viseu. Dom Ffrey Johane, bispo da Guarda. Dom Ffernando, bispo d'Éuora. Dom Johane Electo de Silue. Paay domingues vaiam d'Éuora, *Vide* Steuam peres de Rraz. Gonçalo ffernandez. Ouuidores da corte. *Vide* Giral domingues dayam de Bragaa. *Vide* Joham peres d'Alpartos dayam de Viseu. Sivuestre migueez sobrejuiz. *Vide* Joham miguees d'Acre. *Vide* Steu'eanes. arcediago de Santarem chanceler. *Vide* Rodrigo iohanes escriuam da corte a ffez.

<sup>57</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 2, n<sup>o</sup> 70. 1330 Novembro 16.

<sup>58</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 2, n<sup>o</sup> 19. 1358 Agosto 2.

<sup>59</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 2, n<sup>o</sup> 42. 1365 Março 6.

e D. João I<sup>60</sup>, o fundador da nova dinastia reinante em Portugal, assinam documentos confirmando a posse da área coutada de Almoester para as monjas e onde os direitos e privilégios concedidos pelo rei lavrador são mantidos.



A opção pela regra cisterciense merece ser analisada. Não é por acaso que Berengária Aires escolhe seguir o modelo cisterciense. Naturalmente que ao momento da sua fundação a estrutura cisterciense já não se encontra exactamente "em moda". O advento e o grande êxito que as ordens mendicantes alcançaram no nosso País, e no resto da Europa colocavam-nas no topo dos modelos regráticos adoptados por novas instituições monásticas em formação. O próprio espaço escalabitano, com várias casas ligadas ao modelo mendicante, e onde sobressai no plano feminino, Santa Clara de Santarém, apresenta-se como uma região de forte implantação destes "novos modelos monásticos".

É provável que a saturação local de casas ligadas à regra de S. Francisco ou de S. Domingos tenha contribuído para o aparecimento de uma instituição motivada por outro modelo. Mas a razão fundamental encontra-se provavelmente no prestígio que a regra cisterciense alcançou em Portugal, bem como às ligações pessoais de D. Berengária com a "Rainha Santa".

A ligação da Ordem de Cister à nobreza é algo de definitivamente assumido no nosso universo medieval. As determinações de S. Bernardo e a evolução das casas cistercienses tinham constituído ao longo dos séculos XII e XIII pólos de atracção para os grupos sociais mais elevados. Almoester cisterciense reunia condições capazes de atrair membros de famílias ilustres, mas sobretudo elementos ligados a uma nobreza de menor costado e até

---

<sup>60</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 14. 1385 Agosto 27.

burguesas de Santarém e arredores, que viam na sua entrada para o mosteiro de Almoester possibilidades de aumentarem o prestígio social da família de onde provinham.

Aspecto determinante parece ser, como já apontámos, o facto de a sua primeira abadessa possuir relações privilegiadas com a Rainha de Portugal. D. Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis, acaba por dotar a casa de Cister no seu testamento, além de ter favorecido constantemente o aparecimento de uma nova casa.

Fundação cisterciense tardia não é contudo a única. O ano de 1295 marca o aparecimento, sob protecção régia, do mosteiro de S. Dinis de Odivelas<sup>61</sup>. Embora tradicionalmente caracterizado por ser uma fundação marcadamente pia<sup>62</sup>, o cenóbio feminino de Odivelas muito deve ao interesse do monarca, que através dela vê mais uma possibilidade de prestigiar a poderosa Ordem de Cister.

O panorama fundacional de Almoester é contudo diferente. Aqui não vislumbramos quaisquer motivações políticas, nem tão pouco piedosas. A influência e o patrocínio régios, embora existentes, não são fundamentais. Almoester constitui-se a partir de um patronato garantido, sobretudo, pelas doações de Sancha Peres e da sua filha Berengária. A ligação à casa real existe, mas a atitude fundacional é marcadamente particular. Não vemos aqui, ao contrário da casa de Odivelas, qualquer dimensão política, embora a "escolha" de Alcobaça como casa "fiscalizadora" deva ser entendida no quadro das relações, sempre instáveis, entre o aparelho de Estado e a estrutura da Igreja.

---

<sup>61</sup> Vide a este respeito o trabalho de Hermínia Vasconcelos Alves Vilar e Maria João Violante Branco Marques da Silva, "A Fundação do Mosteiro de Odivelas", in *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol.I, p. 589-601.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 591.



O espaço onde a casa monacal de Almoſter vai tomar aſſento não é uma região abandonada como referimos. Fundado em 1289, o edifício do convento ſomente começa a ſer conſtruído no ano de 1317<sup>63</sup>. A ſer verdade, eſta data indicada por D. Maur Cocheril, coloca-nos alguns problemas de carácter funcional. Desde 1296 que encontramos referências à existência de elementos femininos vivendo em regime monáſtico no lugar de Almoſter<sup>64</sup>. Onde é que viviam? Não eſtando conſtruído o moſteiro e tendo que cumprir as rígidas regras clausurais, as monjas necessitavam de um eſpaço envolvente que as proteja das provocações do *inominável* e dos eſtímulos do mundo profano. Sabemos que eſte eſpaço eſtuvia e que embora não conſtruído de propósito para dar guarida a monjas parece, contudo, tê-las recebido. Era muito provavelmente, o Paço de D. Berengária, herdado de ſua mãe Sancha Peres<sup>65</sup>, e que encontramos referido na documentação de Almoſter, pelo menos uma vez, quando a primeira *mater* de Almoſter eſtabelece um contrato com um carpinteiro pertencente à comunidade judaica de Santarém. Abraão Judeu, de ſeu nome, compromete-ſe em Novembro de 1305 a madeirar o Paço, prometendo que o acaba até ao dia 1 de Maio do ano ſeguente. Senão o conseguir ficará ſem os ſeus bens e o ſeu corpo, no que ſerá acompanhado pelos dois filhos Samuel e Moisés<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> O prazo de construção do moſteiro foi motivo de controvérsia entre vários historiadores. Pinho Leal, afirmava que o edifício monáſtico tinha ſido iniciado em 1299 e terminado em 1300. Maur Cocheril, *ibidem*, p. 341, contesta, com toda a razão, afirmando que nenhum edifício monacal cisterciense tinha ſido concludido no prazo de um ano: «*Nous n'avons encore jamais rencontré un seul monastère élevé en un laps de temps aussi court.*» Cocheril aponta a conclusão dos trabalhos para o ano de 1317. Infelizmente, o mais recente eſtudo (Francisco Teixeira, *ibidem*) sobre as características arquitectónicas do edifício não refere qualquer data para o início das obras.

<sup>64</sup> *Vide* a eſte reſpeito a liſtagem das monjas de Almoſter inserido neste capítulo, p. 48.

<sup>65</sup> Que é referida pela documentação como “ſenhora” do lugar de Almoſter.

<sup>66</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 44. 1305 Novembro 3.

### 3. Abadessa e Convento

Um dos aspectos mais difíceis de analisar e desenvolver quando se pretende estudar uma instituição monástica relaciona-se com a sua estrutura interna. **Quantas monjas tinham? De que forma se organizavam no interior do mosteiro?** São questões fundamentais, embora pareçam elementares, para as quais no entanto possuímos muito poucas respostas. A documentação existente, relativa ao cenóbio de Almoester, não nos fornece grandes indicações, mas pelo menos permite-nos compreender a estrutura geral do seu funcionamento.

Ao longo do século XIV a instituição monástica almosteriense divide-se em duas partes bem distintas, embora complementares e dependentes uma da outra: a abadessa, por um lado, e o conjunto das monjas - o convento - pelo outro.

Embora colocando os interesses do cenóbio acima de tudo, notamos, com frequência, a existência de interesses particulares por parte das várias freiras<sup>67</sup> que frequentemente aforam parte dos seus bens. Quanto às abadessas, as referências sobre a existência de contratos estabelecidos a título particular são bem mais escassos. Apenas conhecemos um contrato de arrendamento

---

<sup>67</sup> São vários os contratos deste género referidos pelos pergaminhos de Almoester. O primeiro surge-nos logo em 1311 Janeiro 16 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 62) e é feito por Nuno Rodrigues, procurador do mosteiro, em nome da monja Dórdia Rodrigues. O contrato estabelece o arrendamento de várias herdades de pão, situadas na Valada, a Pêro Lourenço, lavrador e morador em Santarém. Beringela Martins obtém, também, autorização do mosteiro para arrendar quatro courelas de vinha que possuía em Alvisquer a Gonçalo Esteves e Catarina Peres por um prazo de quatro anos (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 53. 1331 Dezembro 13), e volta a pedir autorização, agora à abadessa Guiomar Afonso, para aforar a título perpétuo vários bens que possuía no lugar de Ventosa, em Vila Nova de S. Pedro (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 54. 1347 Junho 22). Afonso Martins Negro e Sancha Anes, os novos foreiros, passariam a pagar de foro 50 libras, 1 alqueire de fogaça, 1 capão e 10 ovos. Após a morte da monja Beringela estes bens passam para a posse da Abadia, que mantém contudo o aforamento. O ano de 1350 traz-nos mais um destes contratos estabelecidos particularmente. A dona professa Maria Peres empraça diversas propriedades (vinhas, oliveiras, terras e moinhos) que possuía em Almoester, a Mateus Domingues e Clara Anes (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 6. 1350 Outubro 28). O prazo é por três vidas. O último contrato particular é estabelecido entre a freira Maria Gomes e Rui Escudeiro de Alenquer (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 30. 1398 Novembro 26) e consiste num arrendamento por seis anos de um olival situado no sítio da Portela, bem junto à vila de Alenquer.

efectuado por D. Berengária Aires a Martim Eanes e Geralda Peres<sup>68</sup>. Este diz respeito à renda, estabelecida por 20 anos, de uma quinta situada em Montelongo<sup>69</sup> e cujo montante anual era de 58 maravedis.

À frente da estrutura hierárquica do cenóbio cisterciense de Almoester encontra-se a abadessa. É muito provável que o modelo organizador se inspirasse na estrutura electiva que encontramos patente em todas as casas de Cister, onde da reunião do Capítulo saía o novo dirigente do convento. Não dispomos de informações directas sobre a forma como as abadessas eram escolhidas e empossadas. Os documentos de Almoester apenas se limitam a referir o nome da abadessa, quando o fazem, como figura determinante nos contratos de locação ou na correspondência oficial que o mosteiro mantém, por necessidade, com outras instituições. Sabemos contudo que a primeira abadessa de Almoester é designada, não pelo convento<sup>70</sup>, mas sim pela sua própria família, que garantia a fundação do mosteiro, nomeadamente sua mãe Sancha Peres, que afirma expressamente que será a sua filha a assumir os destinos da nova casa cenobítica. Esta dependência da família patrocinadora continua a ser seguida logo no abaciado seguinte que apresenta as mesmas características. Com efeito, é Maria Rodrigues, filha de Rodrigo Garcia de Paiva e Berengária Aires, quem entre 1311 e 1321<sup>71</sup>, assume a liderança do mosteiro. O modelo parece ser, pelo menos nos primeiros tempos, claramente influenciado pela estrutura familiar que afinal de contas, dotou aquele cenóbio. Esta união entre o patronato e o cargo de abadessa parece-nos aqui evidente<sup>72</sup>, surgindo a

---

<sup>68</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 6, n<sup>o</sup> 46. 1292 Janeiro 26.

<sup>69</sup> O documento localiza esta terra na "*Beira*". Não nos foi possível, com exactidão estabelecer qual a região das Beiras em que esta propriedade se insere.

<sup>70</sup> Desconhecemos se as monjas, mais tarde, em reunião do seu convento, tenham eleito Berengária Aires, mas tal ocorrência não nos parece de todo descabida.

<sup>71</sup> Estas são as datas limites conhecidas para o início e término deste abaciado.



superiora do mosteiro da família patrona, integrada no grupo social mais elevado da região.

A abadessa é para a comunidade cenobítica como uma mãe<sup>73</sup>. Ela socorre, ampara, alimenta e vigia. É a primeira em tudo e figura sempre como a representante e a responsável por aquela comunidade espiritual. Governa o cenóbio sem quaisquer limitações (internas) ao seu poder, carregando nos seus ombros a missão de defender o mosteiro nos pleitos externos, típicos do mundo civil e, *mater* extremosa, vê crescer as suas "filhas" amparando-as sempre que o espírito fraqueja. Desempenhando o papel de um verdadeiro prior, no seu limitado espaço, ela é o pilar da instituição e as suas acções reflectem-se na vida e prestígio do mesmo. Ao mostrar fortaleza o mosteiro cresce; ao fraquejar na vida do século e na subtilidade do espírito o cenóbio fenece.

A primeira abadessa de Almoester foi, como vimos, D. Berengária Aires<sup>74</sup>. Filha de Airas Vasques e Sancha Peres e casada com Rui Garcia de Paiva parece firmar as suas origens por via paterna e por via conjugal em Egas Moniz, se seguirmos a descrição apresentada por frei Francisco Brandão<sup>75</sup>. Parece gozar esta dama de algum prestígio junto da corte, especialmente com a rainha Isabel de Aragão, que nos seus testamentos recomenda ao filho e netos o

---

<sup>72</sup> É este o modelo definidor da casa monástica de Arouca, estudado por Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*, p. 61. Neste trabalho a autora refere os padroeiros daquele cenóbio "...mais preocupados com a transmissão do domínio do que com a eleição do abade."

<sup>73</sup> Citemos Maria Helena Cruz Coelho & Rui Cunha Martins, "O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa", sep. revista *Theologica*, p. 484:

*"Mas o mosteiro poderá ser para as donas um espaço talvez bem mais atractivo que a vida secular. Dentro dele, libertando-se da tutela parental ou marital, obedecem a uma mulher, a uma superiora, a uma mãe por certo mais atenta e carinhosa."*

<sup>74</sup> Francisco Teixeira, *ibidem*, p. 53 refere a sua existência entre os anos de 1270 e 1336. Não negamos esta datação, mas o ano de 1310 marca o fim desta interessante mulher à frente dos destinos da casa de Almoester. Mais nenhum documento daquele mosteiro, posterior a 1310, faz qualquer referência a Berengária Aires.

<sup>75</sup> Vide a árvore genealógica sobre a ascendência de Berengária Aires apresentada na nota 378 ao capítulo IV, p. 137. Fr. Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, Quinta Parte, Livro XVI, p. 241-243; José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa, a família e o poder*.

novo mosteiro de Almoester. O papel desta primeira abadessa na confirmação dos destinos daquela casa monacal é fundamental. Como vimos, aquele cenóbio nasce e consolida-se a partir do património que Sancha Peres e sua filha lhe doam. Especialmente esta última que, possuindo propriedades em várias regiões do País, as vai permutar e vender de forma a consolidar o património fundiário do mosteiro em espaços geográficos mais próximos, como adiante veremos.

Casada com um cavaleiro da Ordem do Hospital, de onde adquiriu um conjunto de propriedades rústicas, Berengária Aires vai manter com aquela instituição, entre 1271 e 1305,<sup>76</sup> um forte contencioso relativamente à posse de diversos bens. Para a Ordem dos Cavaleiros de S. João do Hospital, D. Rui Garcia de Paiva e a sua esposa seriam "...*frater e soror...*" daquela instituição, não podendo dispor livremente dos seus bens<sup>77</sup>. Como aponta Francisco Teixeira,<sup>78</sup> a intenção de doação de Berengária de parte dos seus bens à nova casa monacal que pretendia fundar parece comprometida pela oposição que os comendadores do Hospital lhe fazem:

*"...Pode supôr-se que a Ordem do Hospital já tinha anteriormente expresso a sua oposição a doações efectuadas, ou a efectuar, ou então, a própria D. Berengária Aires recearia qualquer eventual*

---

<sup>76</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 40. 1271 Maio 8. Reinado de Afonso III. Este documento diz respeito a uma doação feita pelo Grão Mestre da Ordem do Hospital, a Rui Garcia de Paiva e Berengária Aires de diversos bens localizados em Cinfães. É expressamente referido no documento que após a morte de ambos aqueles bens voltariam à posse dos Hospitalários, com excepção dos bens entretanto adquiridos pelo casal. Confirmam este documento D. Maran Fagundes, comendador da Ordem do Hospital em Leça; D. João Durães, comendador do Hospital em Belver; D. Afonso Peres Farina, comendador do Hospital em Rio Meão; mestre Tomé, tesoureiro da Sé de Braga; Gonçalo Gonçalves, chantre da Sé do Porto, D. Estêvão Martins, cónego da Sé de Braga e Gonçalo Martins, referido como clérigo de D. Rui Garcia de Paiva. (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 16. 1304 Julho 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 40. 1305; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 58, são outros documentos onde consta esta contenda sobre a posse de bens fundiários).

<sup>77</sup> fr. Francisco Brandão, *ibidem*, p. 245-247.

<sup>78</sup> Francisco Teixeira, *ibidem*, p. 63.

*oposição pois, em documento datado de 1301<sup>79</sup>, precavam-se, claramente, da possibilidade de ocorrência de futuras querelas..."*

Entre 1305 e 1306 deixamos de ter qualquer indicação relativa a esta contenda entre a primeira abadessa de Almoester e a Ordem de S. João do Hospital. O processo judicial é aliás extremamente curioso. A maior parte das acções judiciais interpostas por Berengária Aires ou pelos comendadores do Hospital são geralmente indeferidas. Com efeito, os juízes afirmam-se incapazes de julgar aquele pleito. É o que afirma Gonçalo Rodrigues, juiz de Lisboa, aos procuradores de Almoester e da Ordem do Hospital sobre quem deve ter a posse de vários bens localizados na comarca da Beira<sup>80</sup>.

A última referência a propriedades exploradas pelo mosteiro de Almoester pertencentes à Ordem do Hospital é do ano de 1380<sup>81</sup>. Este documento isolado que diz respeito a um contrato de emprazamento efectuado entre Almoester e Vasco Lourenço de Lourosa e Margarida Martins sobre um casal com renda anual de 7 maravedis, possui um documento incluso de 1281 Janeiro 4 que refere que após a morte de Berengária Aires e Rui Garcia de Paiva, aquele casal deve remeter para os Hospitalários.

---

<sup>79</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21.

*"...eu donna Biringueira nunca fiz uoto antee huam Ordem nem pormey a fazer, e como uer que esta Crus traga nom a trago por uoto que fizesse ca cada que a quiser tolher tolhe la cy..."*

<sup>80</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 60. 1303 Setembro 1. Os procuradores de Almoester são Estêvão Raimundo de Porto Carreiro (milites); Martim Mendes; Domingos Martins de Torres Novas; Martim Rodrigues, dito o porcalho e Lourenço Eanes. Pelos Hospitalários falam D. Garcia Martins, prior dos *fratres* e *sorores* do Hospital; fr. João Jerosolimitani e Gonçalo Rodrigues, arqui-diácono. Os procuradores do Hospital trazem um documento onde se afirma que Berengária Aires tinha sido professa naquela Ordem. O julgamento é indeferido por Berengária Aires e o convento de Almoester não terem apresentado advogado.

Outro julgamento que vê o mesmo fim aparece indicado num documento de 1303 Setembro 6 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 12). Consistia numa apelação feita por Afonso Rodrigues, porcionário de Lisboa e procurador de Berengária Aires contra a Ordem do Hospital por causa da posse de terras, também na comarca da Beira. D. Celestino, procurador dos Hospitalários indica, mais uma vez, que Berengária tinha sido casada com um cavaleiro daquela Ordem, tendo o estatuto de dona professa.

<sup>81</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 41. 1380 Abril 12.

Berengária Aires e o seu marido parecem ter tido uma existência atribulada na comarca da Beira e nos termos de Alenquer e Santarém. Além do conflito desgastante que, após a morte de Rui Garcia, Berengária vai travar com a Ordem do Hospital, existem nos documentos de Almoester algumas sentenças relativas a questões pendentes com cavaleiros e lavradores locais. Em 1274 os juízes de Santarém, a mando de D. Afonso III, pronunciam-se a favor deste nosso activo casal numa disputa havida com Lopo Rodrigues sobre a posse de uma almuinha e de um herdamento, no lugar de Marinha, termo de Alenquer<sup>82</sup>. Outra sentença favorável a D. Berengária diz respeito a uma ordem régia que manda que não se proceda contra Rui Geraldês, criado daquela dama, por causa de uma agressão que aquele teria cometido no interior da igreja de Cinfães<sup>83</sup>. Mas nem sempre a justiça régia se apresenta clemente para D. Berengária Aires. Mesmo após a morte de seu marido, é obrigada a pagar ao cavaleiro Estêvão Martins d'Antrambos os Rios uma compensação de 10 libras, por danos que os criados de D. Rui Garcia tinham provocado nas pessoas de Estêvão Martins e seu pai<sup>84</sup>.

Do seu casamento com o cavaleiro Rui Garcia de Paiva tem uma filha, Maria Rodrigues, segunda abadessa de Almoester. O seu abaciado é bastante curto, embora relativamente activo, já que são adquiridas, como adiante veremos, algumas propriedades de razoável extensão e bastante produtividade. Francisco Teixeira<sup>85</sup> refere que a ausência do nome desta abadessa nos Livros de Linhagens indicaria o pouco prestígio em que aquele ramo dos Monizes teria caído. Não conhecemos qualquer casamento a Maria Rodrigues. As

---

<sup>82</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 35. 1274 Fevereiro 20.

<sup>83</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 45. 1281 Julho 18.

<sup>84</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 12. 1311 Fevereiro. O estado de conservação do pergaminho impediu-nos de poder saber o dia exacto em que a sentença foi proferida.

<sup>85</sup> Francisco Teixeira, *ibidem*, p. 61.

informações sobre o seu curto abaciado são relativamente escassas, mas um aspecto parece manter-se: a protecção régia ao mosteiro.

Maria Gomes da Silva, Guiomar Afonso e Sancha Vasques da Fonseca, provenientes da pequena nobreza local, serão três decididas abadessas de Almoester. Especialmente Guiomar Afonso, mulher voluntariosa e extraordinariamente activa, ao ponto de defender pela força o património do seu mosteiro. Em 1343, substituindo provisoriamente Maria Gomes da Silva na gestão do mosteiro, vê ser proferida uma sentença favorável ao cenóbio almosteriense<sup>86</sup>. Com efeito as justiças do reino determinam que não seja levantada qualquer sanção aos homens armados, enviados pela abadessa de Almoester, que agrediram Lopo Peres e praticaram outros actos de violência, por causa da posse de umas terras de pão localizadas em Tavra. A sentença é favorável ao convento já que Lopo Peres não consegue justificar perante os oficiais de justiça a posse daquelas terras, que parece ter ocupado ilegalmente. Outra contenda, resolvida de forma violenta, e sobre a qual não possuímos qualquer sentença, é a existente entre Guiomar Afonso e Martim Domingues, por causa da posse das rendas de uma casa localizada em Almoester<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 21. 1343 Fevereiro 17.

<sup>87</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 37. 1347 Março 10.

<i>NOME</i>	<i>ABACIADO</i>
Berengária Aires	1290 - 1310
Maria Rodrigues <sup>88</sup>	1311 - 1321
Maria Gomes da Silva	1321 - 1347
Guiomar Afonso	1347 - 1371
Sancha Vasques da Fonseca	1371 - 1393
Maria Anes Teixeira	1387
Maria Rodrigues da Fonseca	1394 - 1400

Vimos as mães. Falemos agora das filhas. A falta de dados é aqui bem evidente, já que a comunidade conventual não transparece como uma entidade jurídica, não possui expressão própria e não representa uma individualidade distinta. Como diz Maria Helena da Cruz Coelho ela está totalmente dependente da sua superiora, que por ela vela constantemente<sup>89</sup>.

Vinda do frenesim do mundo profano, a nova monja adapta-se a uma realidade claramente diferente, onde as suas aspirações "normais" de casar e ser mãe são suprimidas e substituídas por outros valores. A freira volta-se para um mundo de introspecção e calma, pavimentado e ordenado por regras inflexíveis, que a colocam num espaço "intocável", onde o tempo dos homens faz agora menos sentido. Impõe-se a clausura devido à sua condição feminina, paradigma do Mal na mentalidade medieva, como a única forma de alcançar a purificação junto da divindade. Austero, sim; inflexível, sim; repressivo, também. O mosteiro cumpre-se a si próprio, anulando o indivíduo, integrando-o num processo comunitário para onde todos os esforços devem ser dirigidos. A professa liberta-se, assim, das tentações da sua própria carne através de um casamento com um esposo espiritual, Jesus Cristo, consumado apenas pela oração e mortificação.

---

<sup>88</sup> Filha de Berengária Aires e de Rodrigo Garcia de Paiva. É a 2ª abadessa do mosteiro de Almoester.

<sup>89</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *ibidem*, p. 63.

O que as atrai então? O rigor, para algumas estamos seguros que sim. Mas, para uma larga maioria, depara-se-lhe pela frente uma vida dura, marcada pela impossibilidade de poder aspirar ao casamento e à conseqüente maternidade. A vida monástica parece ser assim pouco apelativa. No entanto, talvez traga uma nova hipótese de vida, fora do século, especialmente se não possuírem dote que lhes traga um casamento libertador. A vida monacal pode trazer-lhes um grau diferente de liberdade. É certo que renunciam aos "prazeres" do mundo, mas ganham uma vida em comunidade, extremamente protectora e confortável, e um acréscimo ao seu próprio estatuto. Agora que vivem em espiritualidade, no seio da Igreja, estão acima do comum dos mortais, que se vê obrigado a respeitar e proteger o hábito que elas usam.

Mas os mosteiros femininos têm também uma função ecológica, não menos importante. O surto de casas monacais destinadas a albergar mulheres acompanha o crescimento demográfico, relativamente desequilibrado, que a humanidade cristã conhece a partir dos finais do século XII, onde a feminilidade se sobrepõe claramente. O acrescido aumento de mulheres traz problemas demográficos e económicos, sobretudo às casas nobiliárquicas, que encontram nas casas monacais o local adequado para "depositarem" os seus excedentes femininos<sup>90</sup>.

Quando comparado com outras realidades monásticas cistercienses<sup>91</sup>, o mosteiro de Santa Maria de Almoester não apresenta um recrutamento de monjas oriundas de famílias ligadas às principais linhagens do reino. Com efeito, as freiras de Almoester provêm de grupos nobres de segunda ordem<sup>92</sup> e,

---

<sup>90</sup> Maria Helena da Cruz Coelho & Rui Cunha Martins, "O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XV)", sep. da *Revista Theologica*, 2ª série, p. 484.

<sup>91</sup> Especialmente com o cenóbio feminino de Arouca estudado por Maria Helena Cruz Coelho, *ibidem*.

<sup>92</sup> Se exceptuarmos os mosteiros de Arouca e Lorvão todas as outras casas monacais femininas até agora estudadas não apresentam grandes ligações a grandes casas senhoriais. Tal como em Almoester os seus contingentes de freiras são constituídos por mulheres provenientes de uma média e baixa nobreza ou de famílias burguesas (rurais ou urbanas). Vejam-se a este respeito, por exemplo, os trabalhos de Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século*

num crescente número de casos, de estratos conotados com uma burguesia urbana proveniente sobretudo das vilas de Santarém e Alenquer. Obviamente que a importância deste pequeno mosteiro cisterciense era relativamente reduzida no plano local, sobretudo quando lançado em concorrência com as "novas" e fortemente atractivas casas monacais femininas sedeadas na vila de Santarém, como Santa Clara ou o convento de S. Domingos.

A proveniência de muitas das freiras que o mosteiro conheceu ao longo do século XIV constitui também matéria muito sensível. Se para algumas, infelizmente poucas, conseguimos descortinar o local geográfico de origem, a maioria continua indetectável. Existem, contudo, informações curiosas e importantes relacionadas com algumas das mulheres que habitaram entre as paredes daquela casa. Logo no momento de fundação do mosteiro encontramos um curioso grupo de monjas que vêm procurar refúgio em Almoester. Primas e irmãs, professando no mosteiro cisterciense de Celas, são atraídas pela nova casa iniciada por Berengária Aires. Desconhecendo por completo o processo que as trouxe a Almoester, sabemos por um documento autenticado por Pedro António, tabelião de Coimbra, datado de 1296<sup>93</sup> e feito no mosteiro de Celas que, Maria Gonçalves, Aldonça Gonçalves, Guiomar Afonso<sup>94</sup>, Aldonça Vasques<sup>95</sup>, Guiomar Rodrigues<sup>96</sup>, Berengueira Gomes da Mota<sup>97</sup>, Teresa Domingues<sup>98</sup>, Monia Gil<sup>99</sup> e Joana Lourenço<sup>100</sup>, entregam como dote todos os

---

XV e Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Importante é também o trabalho de Maria Helena Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, *Ibidem*, p. 481-506.

<sup>93</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 31. 1296 Julho 26.

<sup>94</sup> As três monjas são netas de D. Dórdia Nunes, frequentemente referida em vários documentos existentes no cartório de Almoester. Guiomar Afonso vai acabar por ser uma das mais activas e influentes abadessas do mosteiro no período por nós estudado.

<sup>95</sup> É filha de Vasco Fernandes de Ramires.

<sup>96</sup> Filha de Rodrigo Vasques.

<sup>97</sup> Filha de Gomes da Mota é com frequência referida na documentação de Almoester especialmente relacionada com contratos de aforamento de várias propriedades que possuía.



"...bens móveis e de raiz que haviam dentro e fora do Reyno". Pela composição das várias propriedades rústicas doadas por algumas destas monjas ao mosteiro é muito provável que a sua região de origem se circunscrevesse aos termos de Santarém, Óbidos e Alenquer e que na sua maior parte proviessem de famílias nobres<sup>101</sup> de pequenos rendimentos e de grupos familiares ligados à cavalaria-vilã<sup>102</sup> destes três espaços municipais portugueses.

E é neste espaço que o mosteiro vai descobrir a maior parte dos seus recursos humanos correspondendo ao mesmo tempo às expectativas locais da pequena nobreza e ao crescente número de famílias ligadas a estratos mais abastados do Povo. Parecem ser os grupos familiares urbanos ligados a mesteres e a casas de cavaleiros-vilãos detentores de património rústico (em acentuada crise) os principais fornecedores de elementos femininos ao cenóbio de Almoester.

Acerca das monjas de Almoester desconhecemos qual o número exacto que ocupava, durante um abaciado específico, as celas do mosteiro<sup>103</sup>. Os dados fornecidos pela documentação não são esclarecedores quanto a totais, mas podemos, a partir das amostragens alcançadas, registar alguns valores referenciais:

---

<sup>98</sup> Esta monja é referida como sendo uma antiga criada de D. Berengária Aires.

<sup>99</sup> É filha de Gil Miguéis, mercador em Lisboa.

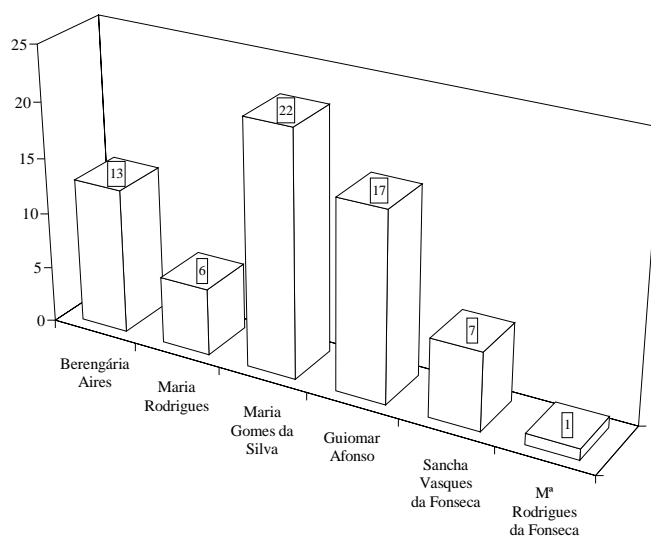
<sup>100</sup> Filha de D. Lourenço, mercador em Lisboa.

<sup>101</sup> Parece-nos ser o caso das netas de D. Dórdia Nunes: Maria Gonçalves, Aldonça Gonçalves e Guiomar Afonso.

<sup>102</sup> É claramente o caso de Berengária Gomes da Mota, Monia Gil e Joana Lourenço.

<sup>103</sup> Vide *Lista das Monjas de Santa Maria de Almoester*, p. 48.

gráfico 1- Total de monjas por abaciado (valores relativos)



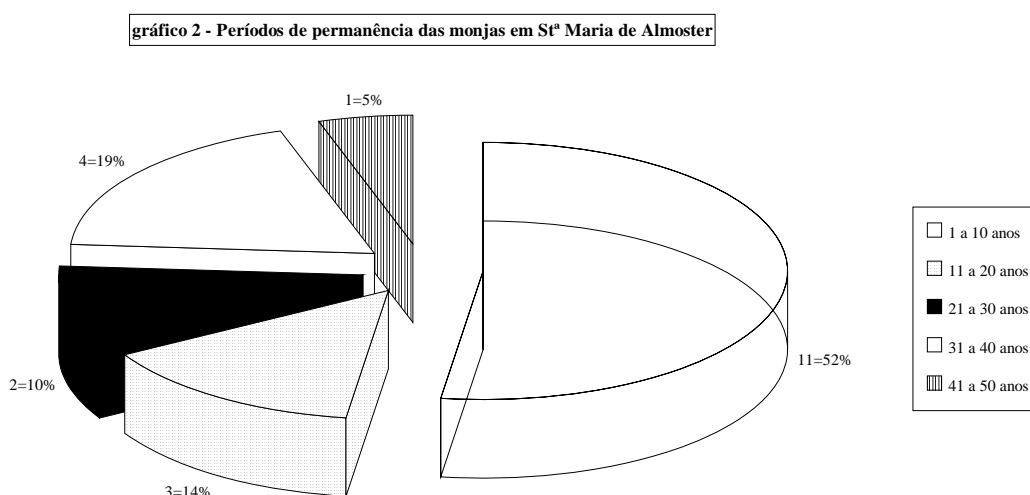
Naturalmente que estes números não correspondem a valores absolutos, o que aliás se compreende visto muitas das monjas sobreviverem a vários abaciados<sup>104</sup>. É o que acontece entre 1321 e 1371, quando muitas freiras aparecem frequentemente referidas naqueles dois abaciados. Analisados os quantitativos, podemos apresentar um referencial provisório de ocupação cuja média se situaria num número de onze monjas<sup>105</sup>. Tal indicação parece-nos verosímil sobretudo quando comparada com o primeiro abaciado do mosteiro, período em que detectámos treze monjas para além da abadessa. Interessante, no entanto, é a progressiva tendência para um aumento do número de donas professoras, pelo menos até 1371, momento a partir do qual parece verificar-se uma certa contracção demográfica. Estes índices registados para o século XIV carecem de continuidade se quisermos compreender qual a tendência "demográfica" do cenóbio feminino de Almoester. A verificação dos números do "conventus" para o século de Quatrocentos é tarefa que se impõe.

---

<sup>104</sup> Vide *Lista das Monjas de Santa Maria de Almoester por Abaciado*, p. 50.

<sup>105</sup> Se a este valor juntarmos as abadessas ficaremos com um valor médio de doze a treze elementos femininos.

Difícil é proceder-se ao estabelecimento dos grupos etários do convento. Pela análise dos dados parece que o tempo médio de residência da freira no convento é bastante curto (10 anos) a julgar pelos valores percentuais indicados no **gráfico n° 2**. Julgamos, no entanto, estar perto da verdade ao afirmar que grande parte das monjas referidas na documentação entram para o mosteiro numa idade "adulta", já que a maioria parece ter sido casada previamente.



Quanto ao escalonamento hierárquico das monjas que ocupavam a casa almosteriense também os documentos se revelam bastante lacónicos. Encontramos referências à existência de prioressas e sub-prioressas<sup>106</sup>, sendo as mais restantes designadas como donas professoras ou simplesmente como monjas "...do convento...". Também a referência a actividades específicas desenvolvidas pelas monjas é muito parcimoniosamente referida pelos pergaminhos do mosteiro, que não nos fornecem qualquer pista. A estrutura funcional daquele cenóbio estava muito provavelmente distribuída por vários organismos específicos, com um limitado grau de autonomia, possuindo mesmo na sua dependência a gestão de vários rendimentos. Desses organismos

<sup>106</sup> Vide *Lista das Monjas de Santa Maria de Almoester*, p. 48.

temos conhecimento da existência de uma enfermaria,<sup>107</sup> de uma vestiaría<sup>108</sup> e de um dispensário destinado a gerir as necessidades alimentares da abadessa e das monjas<sup>109</sup>. Embora sem indicações precisas quanto a monjas e serviçais que neles desempenhassem qualquer função, julgamos ser pertinente afirmar que algumas das freiras do convento assumissem funções específicas relacionadas com a administração e desempenho daqueles organismos, à semelhança do que acontecia noutros cenóbios femininos cistercienses.

A enfermaria de Almoester revestia-se de relevante importância local e constituía importante fonte de atracção de novas doações, incluindo a possibilidade de o mosteiro poder receber bens imóveis em quantidade superior à estipulada pela legislação régia. Em 1326,<sup>110</sup> D. Afonso IV manda o juiz dos órfãos de Santarém, Vicente Louvado, averiguar qual o teor de uma contenda existente entre a abadessa do mosteiro e o cavaleiro-vilão Aires Martins Sarrazom. O magistrado apura que referido cavaleiro-vilão não quer entregar parte da herança que sua sogra, a monja Constança Lourenço, tinha deixado ao

---

<sup>107</sup> São várias as referências documentais à existência de uma enfermaria no mosteiro. A primeira é de 1301 Junho 5 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46) em que D. Maria Gonçalves, monja oriunda do mosteiro de Celas, deixa em testamento para a enfermaria um herdamento, uma vinha, um lagar e várias casas, no valor de 750 libras. Esta doação vai ser pormitida, mais tarde por D. Afonso IV (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 10. 1347 Junho 16. Em 1305 Fevereiro 12 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2) a enfermaria do mosteiro é de novo beneficiada com a doação de uma terra e de um paúl situados em Alpiarça. A doadora é D. Berengária Aires. Em 1318 Maio 22 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 14) a renda paga por Lourenço Anes Graínho e Sancha Peres sobre um aforamento perpétuo de uma herdade reverte para "...o sustento da enfermaria...". esta propriedade situava-se em Ventosa. Mais dois aforamentos de prédios rústicos efectuados em 1147 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 22. 1347 Julho 22; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 8. 1347 Dezembro 26) revertem totalmente para as despesas de manutenção da enfermaria do mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ambos os testamentos da Rainha Santa Isabel dotam consideravelmente a enfermaria do mosteiro de Almoester, passando de 500 para 1000 libras como nos indicam António Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, vol. II, p. 6, 14 e 17 e Fernando Barros Leite, *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*, p. 352; 358-361.

<sup>108</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38. 1304 Janeiro 12. D. Berengária Aires doa uma vinha e uma adega ao mosteiro. Os rendimentos reverteriam a favor da vestiaría do convento. Deviam chegar para vestir uma monja e para pagar as soldadas dos capelães que rezassem missa no mosteiro.

<sup>109</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 93. 1334 Abril 14. Vicente Martins, escrivão do rei na vila de Santarém, deixa a sua prima Guiomar Afonso e ao mosteiro de Almoester um conjunto de bens destinados a pagar o seu enterro no adro da igreja e as missas por sua alma. Seriam rezadas duas missas por ano (uma no dia da sua morte e outra no dia do seu enterro) e feita uma pitação às religiosas do convento.

<sup>110</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 56. 1326 Junho 18.

mosteiro. Como o testamento da freira refere claramente que os rendimentos desses bens reverteriam a favor da enfermaria<sup>111</sup>, o monarca decide a favor do mosteiro, satisfazendo assim a petição da abadessa. Este tipo de facilidades concedidas pela coroa repete-se de novo, em 1347,<sup>112</sup> quando D. Guiomar Afonso consegue que as rendas de um aforamento de bens rurais localizados no lugar de Ventosa<sup>113</sup> revertam a favor da enfermaria.

---

<sup>111</sup> Vide, AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 53; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 51. 1329 Outubro 7. Neste segundo documento Constança Lourenço referida como senhora "...de qualidade e digna de tal honra..." solicita à rainha Isabel de Aragão que tomasse à sua conta o cumprimento do testamento. Os bens deixados à enfermaria consistiam na terça parte de 2 casais de herdade e de 1 lagar localizados em Vila Nova de S. Pedro. D. Constança Lourenço tinha sido casada com João Martins Trovador e era mãe de Aldonça Anes. Aldonça, casada com Aires Martins Sarrazom vai mais tarde entrar como monja no mosteiro. Era prima de D. Guiomar Afonso, 4ª abadessa de Almoester.

<sup>112</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 54. 1347 Junho 22. Este aforamento perpétuo efectuado a Afonso Martins Negro e Sancha Anes consiste em 50 libras, 1 capão engordado, 10 ovos e 1 alqueire de fogaça por ano. A abadessa possui um documento régio (que se encontra incluso no documento) que a autoriza a receber esses rendimentos, ao mesmo tempo que possibilita aos rendeiros a venda dos bens desde que o não façam a cavaleiro, dona, clérigo, mouro, judeu ou a outra pessoa poderosa.

<sup>113</sup> Termo de Santarém.

### *Lista das Monjas de Santa Maria de Almoſter*

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>DATAS</i>
<i>Alda Fernandes de Carvalho</i>	monja / prioressa	1363 - 1391
<i>Aldonça Anes</i> <sup>114</sup>	monja	1329 - 1341
<i>Aldonça Gonçalves</i> <sup>115</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Beatriz Afonso</i>	monja	1356
<i>Berengária Anes</i>	monja	1368
<i>Berengária Gomes da Mota</i> <sup>116</sup>	monja	1296 - 1335
<i>Berengária Martins Pimentel</i>	monja	1345 - 1347
<i>Berengária Peres</i>	monja	1349
<i>Beringela Martins</i>	monja	1332 - 1339
<i>Catelina Anes Ramos</i>	monja	1347
<i>Constança Gil</i>	monja	1368 <sup>117</sup>
<i>Constança Gonçalves</i>	monja	
<i>Constança Lobata</i>	monja	1376
<i>Constança Lourenço</i>	monja	1320
<i>Constança Peres do Casal</i>	monja	1387 - 1393
<i>Constança Rodrigues</i>	monja	1342
<i>Dórdia Rodrigues</i>	monja	1311 - 1349
<i>Graíinha</i>	monja	1324
<i>Guiomar Afonso</i> <sup>118</sup>	monja / abadessa	1296 - 1371
<i>Guiomar Rodrigues</i> <sup>119</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Inês Afonso</i>	monja	1342
<i>Inês Fernandes do Carvalho</i>	monja	1344
<i>Inês Martins d'Alvim</i>	monja	1367
<i>Joana Lourenço</i> <sup>120</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Leonor Martins</i>	monja	1337
<i>Leonor Martins Pombinha</i>	monja	1377 - 1382
<i>Luzia Domingues</i>	monja	1300 - 1347
<i>Maior Mendes</i>	monja	1331
<i>Maior Peres</i>	monja	1344
<i>Margarida Martins</i>	subprioressa	1376 - 1391
<i>Maria Gil</i>	monja	1328 - 1351
<i>Maria Gomes da Silva</i> <sup>121</sup>	monja / abadessa	1314 - 1347

---

<sup>114</sup> É sobrinha de Guiomar Afonso

<sup>115</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>116</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>117</sup> Data póstuma.

<sup>118</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra. É provável que tenha sido a 4ª abadessa de Almoſter, entre 1347 e 1371.

<sup>119</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>120</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<i>Maria Gonçalves</i> <sup>122</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Maria Gonçalves da Silveira</i>	monja	1347 <sup>123</sup>
<i>Maria Mendes</i>	monja	1334 <sup>124</sup>
<i>Maria Nunes</i> <sup>125</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Maria Peres</i>	monja	1350
<i>Marinha Rodrigues</i>	monja	1356
<i>Marta Peres</i>	prioessa	1282
<i>Mécia</i>	monja	1313 <sup>126</sup>
<i>Monia Gil</i> <sup>127</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Monina Gil</i>	monja	
<i>Senhorinha Lourenço</i>	monja	1349
<i>Teresa Anes</i>	monja	1371 <sup>128</sup>
<i>Teresa Domingues</i> <sup>129</sup>	monja	1296 - 1301
<i>Teresa Gonçalves Coutinho</i>	monja	1387 - 1398
<i>Teresa Mendes</i>	monja	1357 <sup>130</sup>
<i>Teresa Peres</i>	monja	

---

<sup>121</sup> 3ª abadessa de Almoester (1321-1347).

<sup>122</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>123</sup> Data póstuma.

<sup>124</sup> Data póstuma.

<sup>125</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>126</sup> Esta data é póstuma.

<sup>127</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>128</sup> Data póstuma.

<sup>129</sup> É oriunda do mosteiro de Celas, em Coimbra.

<sup>130</sup> Data póstuma.

***Lista das Monjas de Santa Maria de Almoester por Abaciado***

<i>Abadessa</i>	<i>Monja</i>
<b><i>Berengária Aires (1290-1310)</i></b>	Aldonça Gonçalves Maria Gonçalves Guiomar Afonso Berengária Gomes da Mota Dórdia Rodrigues Guiomar Rodrigues Joana Lourenço Monia Gil Luzia Domingues Maria Nunes Marta Peres Teresa Domingues Mécia
<b><i>Maria Rodrigues (1311-1321)</i></b>	Berengária Gomes da Mota Constança Lourenço Dórdia Rodrigues Guiomar Afonso Luzia Domingues Maria Gomes da Silva
<b><i>Maria Gomes da Silva (1321-1347)</i></b>	Aldonça Anes Aldonça Gomes Berengária Gomes da Mota Berengária Martins Pimentel Beringela Martins Catelina Anes Ramos Constança Lourenço Constança Pais Constança Rodrigues Dórdia Rodrigues Graíinha Guiomar Afonso Inês Afonso Inês Fernandes do Carvalho Leonor Martins Luzia Domingues Maior Mendes Maior Peres Margarida Martins Maria Gil Maria Gonçalves da Silveira Maria Mendes



<i>Guiomar Afonso (1347-1371)</i>	Alda Fernandes de Carvalho Aldonça Anes Beatriz Afonso Berengária Anes Berengária Martins Pimentel Berengária Peres Catelina Anes Ramos Constança Gil Constança Gonçalves Inês Martins d'Alvim Maria Gil Maria Peres Marinha Rodrigues Monina Gil Senhorinha Lourenço Teresa Anes Teresa Mendes
-----------------------------------	---

<i>Sancha Vasques da Fonseca (1371-1394)</i>	Alda Fernandes de Carvalho Constança Lobata Constança Peres do Casal Leonor Martins Pombinha Margarida Martins Teresa Gonçalves Coutinho Teresa Peres
--	---

<i>Maria Rodrigues da Fonseca (1394-1398)</i>	Teresa Gonçalves Coutinho
---	---------------------------

#### 4. *Priores e Procuradores*

Estabelecido à parte, encontra-se o sacerdote responsável pelos ofícios divinos celebrados na igreja do mosteiro. Também sobre os capelães e confessores das monjas não possuímos muitas informações, embora conheçamos a proveniência de alguns. Com efeito, cabe a Santa Maria de Alcobaça zelar pela assistência espiritual das monjas ali sujeitas à clausura, como fora ordenado pelo Capítulo Geral da Ordem. Assim, muitos dos confessores e capelães que prestaram assistência às freiras brancas provinham da Abadia alcobacense<sup>131</sup>. É o caso de frei João<sup>132</sup> que, durante os anos de 1363 a 1379, exerce as funções de confessor junto das monjas da casa monacal de Almoester, ou de frei Martim<sup>133</sup>, prior do mosteiro no ano de 1351, ou ainda frei Rodrigo<sup>134</sup> que, no ano de 1387, aparece referido como capelão do convento.

Os priores de Almoester têm uma acção determinante na gestão e desenvolvimento do cenóbio ao assumirem, muitas vezes, o papel de procuradores dos interesses das abadessas e do convento. Impedidas de abandonar as paredes góticas do seu mosteiro, cabe aos priores a representação, defesa e verificação das disposições legais relativas ao património e aos interesses gerais e específicos daquela instituição. Nem todos, obviamente, serão priores do mosteiro, mas a necessidade de homens letrados e esclarecidos aperta a malha de escolha. Em locais geograficamente mais afastados do mosteiro, como o Porto, Lisboa ou o reino do Algarve, a abadessa utiliza letrados locais, geralmente associados a cartórios tabeliônicos.

---

<sup>131</sup> Vide o mapa referente à listagem dos priores que desempenharam funções no mosteiro de Almoester, p. 54.

<sup>132</sup> Vide *Lista dos Capelões de Santa Maria de Almoester*, p. 55.

<sup>133</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2.

<sup>134</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 14.

Não era, pois, gente escolhida ao acaso, mas antes homens letrados e conhecedores, capazes de administrarem e celebrarem contratos vantajosos para o mosteiro<sup>135</sup>, como por exemplo Pedro Domingues, procurador do mosteiro na vila de Santarém, referido sempre como bacharel em leis<sup>136</sup>. A sua função é vital para a estrutura administrativa do mosteiro. A obrigação à clausura que a regra cisterciense impõe às monjas impede-as de poderem exercer um controlo directo dos espaços por elas dominados, ou sequer a possibilidade de se deslocarem a Santarém e outras vilas da região onde o convento possui interesses. É o procurador do mosteiro quem executa essas tarefas. As aquisições de novas propriedades, a celebração de contratos de arrendamento ou emprazamento, a defesa dos interesses do cenóbio nas disputas jurídicas que geralmente rodeiam os processos de herança, a representação jurídica do mosteiro face às justiças do reino, tudo isto são competências exclusivas dos procuradores, homens de confiança de todo o convento.

É a abadessa que procede à nomeação do procurador após consulta ao convento, por tempo determinado e com uma função específica a desempenhar. Esta nomeação é obrigatoriamente composta por uma procuração escrita, devidamente autenticada por um tabelião público. Compete-lhe a ela, também, destituí-lo, caso as suas diligências não correspondam às expectativas.

O ano de 1304 apresenta-nos um acontecimento deste género. A abadessa Berengária Aires revoga o mandato de Estêvão Martins, Estêvão Eanes de Cinfães e Afonso Abril como procuradores na disputa que o mosteiro tem com a Ordem do Hospital sobre a posse de diversas propriedades na comarca da Beira<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Vide *Lista dos Procuradores de Santa Maria de Almoester*, p. 56.

<sup>136</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 49. 1336 Dezembro 18.

<sup>137</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 16. 1304 Julho 9. Infelizmente o documento não nos dá qualquer indicação sobre o tipo de propriedades e a sua exacta localização. Não existe, também, qualquer

Embora alguns dos procuradores do mosteiro sejam clérigos, geralmente desempenhando funções de assistência espiritual às monjas, tal não significa que o mosteiro não recorra a laicos<sup>138</sup>, sobretudo quando estes se encontram inseridos dentro das estruturas administrativas locais, como por exemplo João Lourenço, tabelião na vila de Santarém que, em 1367<sup>139</sup>, é comissionado pela abadessa Guiomar Afonso para representar o mosteiro na celebração de um contrato de arrendamento feito a João Aparício, lavrador em Tavra e morador em Adema d'Águas, de um casal de herdade.

---

referência sobre quem terá assumido as funções de procurador do mosteiro nesta contenda com a Ordem do Hospital.

<sup>138</sup> Vide *Lista dos Procuradores de Santa Maria de Almoester*, p. 56.

<sup>139</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 26. 1367 Novembro 24.

***Lista dos Capelões de Santa Maria de Almoester***

<b><i>DATAS</i></b>	<b><i>NOME</i></b>	<b><i>FUNÇÃO</i></b>	<b><i>DOCUMENTO</i></b>
1300 1334	<i>Lourenço Martins</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 4, nº 52 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 49
1300 1329	<i>João Domingues</i>	capelão / prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 17 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 2, nº 23
1304 1329	<i>Domingos Peres</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 40 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 2, nº 23
1304 1305	<i>Domingos Domingues</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 40 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 45
1305	<i>Martinho Anes</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 45
1305	<i>Gomes Martins</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 45
1306	<i>João Vicente</i>	prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 60
1321	<i>Pêro Peres</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 17
1337	<i>Domingos Fernandes</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 44
1342	<i>Gonçalo Domingues</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 7
1351	<i>fr. Martim</i>	prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 3
1363 1367 1371 1375	<i>fr. João</i>	confessor	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 4 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 1, nº 26 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 23 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 11
1363 1374 1375 1379	<i>Afonso Vicente</i>	prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 4 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 23 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 11 AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 42
1377	<i>Vasco Vicente</i>	prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 50
1384	<i>Afonso Martins</i>	prior	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 17
1387	<i>fr. Rodrigo</i>	capelão	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 14

***Lista dos Procuradores de Santa Maria de Almoſter***

<b><i>PROCURADOR</i></b>	<b><i>CARGO</i></b>	<b><i>DATAS</i></b>
<i>Afonso Domingues</i>	prior de Almoſter	1376 - 1398
<i>Afonso Geraldês</i>		1308
<i>Afonso Martins Patameira</i>		1304
<i>Afonso Miguéis</i>		1336 - 1338
<i>Afonso Rodrigues</i>		1303 - 1335
<i>Afonso Vicente</i>		1303
<i>Afonso Vicente</i>	prior de Almoſter	1356 - 1379
<i>Álvaro Lourenço</i>	(Algarve)	1382
<i>Estácio Anes</i>	prior de Almoſter	1367 - 1368
<i>Estêvão Martins</i>	prior de Almoſter	1349
<i>Estêvão Peres</i>		1343
<i>Fernão Aires de Guimarães</i>		1334 - 1335
<i>fr. Martim</i> <sup>140</sup>	prior de Almoſter	1351
<i>Gonçalo Domingues</i>		1318
<i>João Anes</i>		1339
<i>João Domingues</i>	prior de Almoſter	1336
<i>João Lourenço</i>		1293
<i>João Lourenço</i>	tabelião em Santarém	1367
<i>Lopo Afonso</i>		1374 - 1387
<i>Martim Esteves</i>		1349
<i>Martim Lourenço</i>	(Santarém)	1352
<i>Nuno Rodrigues</i>		1311 - 1350
<i>Pedro Eanes da Ramada</i>		1313
<i>Pedro Domingues</i>	bacharel em leis (Santarém)	1336
<i>Rodrigo Anes</i>		1347
<i>Rui Fernandes</i>		1329
<i>Rui Soares</i>		1335
<i>Rui Vasques</i>		1335
<i>Sancho Eanes</i>		1361

---

<sup>140</sup> monge de Santa Maria de Alcobaça.

*Lista dos Monges Visitadores de Santa Maria de Almoſter*

<i>DATA</i>	<i>NOME</i>	<i>DOCUMENTO</i>
1300	<i>fr. Francisco</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 52
1304	<i>fr. Martinho da Pederneira</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 38
1305	<i>fr. Domingos Martins</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 45
1320	<i>fr. Pedro</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 2, nº 53
1325		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 11
1320	<i>fr. Martinho Martins</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 2, nº 53
1325		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 11
1329	<i>fr. João</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 61
1334	<i>fr. Afonso</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 1
1342		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 5
1334	<i>fr. Martinho</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 49
1337	<i>fr. Domingos</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 44
1342	<i>fr. Martim de Sº Tirso</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 5
1363	<i>fr. João</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 4
1367		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 1, nº 26
1371		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 23
1366	<i>fr. João Moie</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 24
1376	<i>fr. João de Chachinali</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 34
1387	<i>fr. Rodrigo</i> <sup>141</sup>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 14
1391		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 26

---

<sup>141</sup> É capelão de Almoſter.

## 5. Os serviçais

São indispensáveis em qualquer casa monástica medieval. Constituindo a chamada *família* do mosteiro, são verdadeiros criados a quem o mosteiro veste e alimenta, e de que dispõe para os mais variados serviços. Na maior parte dos casos detectados na documentação, os indivíduos referidos como criados encontram-se directamente dependentes da abadessa, aparecendo a confirmar diversos actos jurídicos celebrados por Almoester. Apenas uma excepção parece quebrar esta regra e diz respeito a Rui Peres<sup>142</sup> que aparece referido como criado de Vicente Abril, prior de Almoester, quando, em Outubro de 1320, serve de testemunha a uma doação de diversos bens<sup>143</sup>, localizados em Almoester, feita pela futura monja, Constança Lourenço, ao mosteiro de Almoester e a outros herdeiros. Outros há, no entanto, que acompanharam algumas das suas antigas amas na vida conventual.

Desconhecemos com exactidão o total de dependentes do mosteiro encarregados de executar um elevado número de tarefas que não podem ser feitas pelas monjas, visto serem demasiado pesadas do ponto de vista físico, ou

---

<sup>142</sup> Vide a *Lista dos Serviçais de Santa Maria de Almoester*, p. 60.

<sup>143</sup> AN/TT, M. Alm., m. 2, n° 53. 1320 Outubro 21. Além de diversas propriedades que ficam para o mosteiro Constança Lourenço deixa ainda os seguintes bens:

<i>DOAÇÃO</i>	<i>DESTINO</i>
50 libras	Mosteiro de Arouca
40 libras	Nicolau (criado)
40 libras	Guiomar Afonso (monja de Almoester)
35 libras	enterro e missa no mosteiro de Almoester
30 libras	Maria Gomes da Silva (abadessa de Almoester)
30 libras	Lourenço Abril (prior de Almoester)
20 libras	missas por alma
10 libras	Sancha Martins
10 libras	Nicolau
5 libras	Afonso Pêro d'Arrifana
4 libras	emparedadas de S. Nicolau
3 libras	Domingos Anes
3 libras	Vasco Pais
3 libras	Sancha Rodrigues
3 libras	abade D. Pedro (confessor)
5 morabitinos	Maria Galega e filha



implicarem a exposição das freiras aos olhares profanos. Tarefas pouco dignificantes e atractivas do ponto de vista espiritual, como o serviço de cozinha, a confecção de calçado e vestuário, o trabalho nas hortas e com os animais, a manutenção dos edifícios do mosteiro e outras seriam executadas por serviçais laicos.

Outro aspecto que devemos ter em conta relaciona-se com a existência de diversos caseiros do mosteiro que, apesar de pertencerem ao processo exploratório indirecto do mosteiro, possuem privilégios próprios, garantidos pelos seus contratos de exploração, que os libertam de alguns encargos concelhios<sup>144</sup>. É o que acontece com João de Aguiar, caseiro de Almoester. Em 1370 o procurador do mosteiro consegue um alvará de D. Fernando I que isenta aquele lavrador de prestar serviço militar na milícia levantada em Santarém<sup>145</sup>. Esta isenção é concedida após o juiz de Santarém ter investigado, a mando do rei, se de facto João de Aguiar lavrava, com cinco juntas de bois, um casal localizado em Cabeçadas. No último ano da centúria de Trezentos, a abadessa de Almoester intervém, mais uma vez, conseguindo que D. João I isente através de um alvará régio, quinze dos seus caseiros de "...servirem na guerra...", bem como o próprio procurador de Almoester<sup>146</sup>.

O trabalho dos dependentes, necessariamente existente, apresenta-se contudo escassamente referido pelos documentos disponíveis no cartório de Almoester. A mão-cheia de serviçais que podemos apresentar constitui, no entanto, o referencial de um conjunto de mão-de-obra vital à estrutura

---

<sup>144</sup> É o que nos indicam, por exemplo, Mercedes Borrero Fernandez, "Los Contratos Agrarios y el Mercado de Trabajo en el Campo Sevillano Bajomedieval", in *Historia, Instituciones, Documentos*, nº 14, p. 191-192 e Hilario Casado, *Señores, Mercadores y Campesinos. La Comarca de Burgos a fines de la Edad Media*, p. 333-334.

<sup>145</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 38. 1370 Julho 4. O rei pretendia levantar 25 homens de armas a cavalo no concelho de Santarém.

<sup>146</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 37. 1400 Janeiro 26.

monástica de Almoſter, sobretudo quando associada ao ſeu governo doméstico<sup>147</sup>

*Lista dos Serviçais de Santa Maria de Almoſter*

<i>DATA</i>	<i>NOME</i>	<i>DOCUMENTO</i>
1290	<i>Geraldo Viegas</i>	AN/TT, <i>Mº de Chelas</i> , m. , nº
1313	<i>Vicente Martins</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 80
1320	<i>Rui Peres</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 2, nº 53
1329	<i>Lourenço Peres</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 58
1342	<i>João Anes</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 6
1342	<i>João Martins</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 5
1344	<i>Afonso Domingues</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 2
1352	<i>Vicente Abril</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 22
1352	<i>Vicente Anes</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 22
1352	<i>Martim Domingues</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 55
1367	<i>Fernando Homem de Carvalho</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 1, nº 26
1371		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 23
1377		AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 50
1374	<i>João de Carvalho</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 6, nº 23
1387	<i>Martim Gil</i>	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 62

---

<sup>147</sup> Tal como acontecia noutras casas monásticas, como por exemplo a de S. Salvador de Grijó estudada por Luis Carlos Amaral, *ibidem*, p. 152-153.

«A fisionomia da vegetação é por certo o sinal mais expressivo de um território, como a sua ausência é um dos traços que nos surpreendem. Quando procuramos evocar uma paisagem escondida nas nossas recordações, não é uma planta em particular, uma palmeira, uma oliveira, cuja imagem se aviva na memória; é o conjunto dos vegetais diversos que revestem o solo, lhe sublinham ondulações e os contornos, e lhe imprimem pela silhueta, cores, espaçamento ou massas, um carácter comum de individualidade»

Vidal de La Blache, *Principes de Géographie Humaine*

## II

# ZONAS DE EXPANSÃO FUNDIÁRIA

### 1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Construir uma abordagem sobre um espaço preciso, constantemente afectado pelo percurso de gerações e gerações de indivíduos e que, sobre ele, provocaram, umas vezes, profundas alterações, outras vezes, quase imperceptíveis mudanças, requer uma análise atenta sobre as condicionantes e as variáveis físicas dessa unidade geográfica específica. Abordá-lo do ponto de vista da Geografia é o mais seguro.

Esta disciplina é fundamental para o estudo da História Rural. As informações trazidas pela documentação, fonte habitual do conhecimento da realidade medieval, necessitam de ser confrontadas com a história física da região ou espaço a trabalhar. A fenomenologia de aquisição de propriedades (e a sua exploração) precisa deste diálogo com os dados da Geografia<sup>148</sup>, quanto mais não seja, para podermos ter a certeza de que esses testemunhos poderiam ter consequência quando desenvolvidos sobre a realidade física da região. E, caso não coincidam, deverão ser analisados caso a caso, no sentido de sabermos quais os custos (em trabalho humano e potencialidade de rendimentos), de um tipo específico de exploração rural, efectuada em terrenos inadequados.

Procuremos uma porção de território que seja topograficamente homogéneo, que apresente uma cobertura vegetal de características aproximadas, servida por um clima estável e, que tenha, sobretudo, limites bem

---

<sup>148</sup> Vide Jose Angel Garcia de Cortázar, *História Rural Medieval*. Lisboa, 1983. p. 59.

definidos. Assente este espaço a estudar, na sua forma e delimitação, busquemos os seus componentes: começando pelo relevo, mergulhando na sua hidrografia e sentido a aspereza ou toque macio dos seus solos. Adicionemos-lhe a variável humana, utente e transformadora desta base de vida, e temos garantido a certeza de que não existe "imobilismo" geográfico.

O vale de Santarém é um destes espaços. Área profundamente rural, conservadora, mas não imóvel abre-se à mudança através do Tejo e de uma das cidades mais importantes do ocidente peninsular, Santarém, que lhe imprimem uma dinâmica própria. O rio, aqui, marca e fomenta um hibridismo de actividades influenciadoras dos campos que o bordejam, atraindo para si os espaços e os homens do interior e, simultaneamente, abrindo e ligando toda esta região ao exterior. É Santarém que domina todo o fértil vale; define-o e organiza-o, impondo-lhe os seus interesses políticos e a sua estrutura administrativa. Cidade de reis alimenta-se dele, sorvendo-lhe os excedentes, e dinamiza-o através das suas veias. Ponto de passagem e de ligação<sup>149</sup> entre o norte e o sul do país, a velha *Scallabis* é o centro catalisador de uma dinâmica regional e inter-regional, onde a influência e expansão urbanas são agentes atractivos para uma periferia que se constitui e desenvolve como a principal fonte de abastecimento desta urbe.

Falar do espaço composto pelo convento de Almoester implica a sua inserção nesta sub-região bem específica: a **Estremadura Tagana**. Banhada pelo Tejo, esta área fertilíssima, a julgar pelos geógrafos clássicos e

---

<sup>149</sup> Desde o período Clássico que o rio Tejo e o eixo viário Olissipo - Braccara assentam nesta cidade. Ambos são os principais responsáveis, desde sempre, pelo progresso e antropização constante da região. É importante, contudo, tomarmos nota das diferenças, fundamentais, entre a época medieval e a actualidade - a importância do porto fluvial de Santarém, o menor assoreamento do rio, que lhe conferia uma navegabilidade muito superior, que estendia a ligação fluvial mais para o interior. Para não falarmos da existência de ligações, quer viárias (vias romanas secundárias, referidas na documentação e detectadas pela arqueologia), quer fluviais, aproveitando as potencialidades dos pequenos afluentes, como era, por exemplo, o caso do rio Maior. Tais condições garantiram um grande desenvolvimento a esta região, bem como lhe ampliaram a importância estratégica, quer política, quer económica, durante toda a Idade Média.

muçulmanos<sup>150</sup>, e comprovada pela documentação existente, constitui uma das áreas de maior apetência para o estabelecimento de unidades de exploração agrícola. Este espaço tagano, voltado para o rio, prolonga-se para o interior, aproveitando as falhas geológicas dos antigos "braços de rio", agora preenchidas por níveis de aluvião ou depósitos quaternários, do Plio-Plistocénico<sup>151</sup>.

De razoável dimensão na sua margem esquerda, onde atinge uma largura de cerca de 5 km<sup>152</sup>, esta planície aluvial é menos larga na margem direita do Tejo, ficando limitada aos vales, ribeiras e pequenos cursos de água que penetram para o interior na direcção de Rio Maior e das Serras que impedem o acesso ao litoral. Almoater situa-se num destes pequenos vales, sendo servida por um curso de água: a ribeira de Almoater.

São estas terras de aluvião extraordinariamente férteis para a prática da agricultura, ressaltando a horticultura como uma das actividades mais desenvolvidas. É, contudo, a cultura cerealífera que ocupa a maior parte do espaço arável. No período medieval estas terras de aluvião constituem um dos principais núcleos de produção de cereais<sup>153</sup>. A fertilidade é um dom do rio que

---

<sup>150</sup> Como o geógrafo islâmico Edrisi, *Géographie*, t. II, p. 29, que descreve com grande minúcia esta região. Não resistimos a citar uma passagem da Crónica Geral de Espanha de 1344 inserida na obra de António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, p. ?:

**"Do Termo de Santarém**

*Parte o termo de Beja com o termo de Santarém. E Santarém jaz a oeste de Beja e a Oeste de Córdoba e jaz sobre o rio de Tejo, porto donde se mete em o mar. Em o termo de Santarém há muitas e boas bondades e é mui saborosa terra. E, quando é no chão, não costumam aí alqueivar nem na lavração duas vezes se não quiserem, tanto é de boa terra naturalmente. E quando enche o Tejo, sai pela terra chã e cobre-a toda e, pois que o rio desce, fazem suas sementeiras mui boas e serôdias. E tanto fica a terra em boa maneira disposta que chega o pão a segar com as primeiras. Em termo de Santarém há terra tão frutífera que, do dia que semeiam o pão até sete semanas, o segam. E o castelo de Santarém jaz em um monte mui grande e mui alto e mui forte e não há lugar por onde o possam combater senão a mui grande porigo..."*

<sup>151</sup> Suzanne Daveau, «Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos», in *CLIO*, nº 2, Lisboa, 1982, p. 13-37. São também importantes as Cartas Geológicas de Portugal, na esc. 1: 50.000, números 30-D, 31-A e 31-C, acompanhados das respectivas memórias descritivas.

<sup>152</sup> Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ibidem*, Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 24.

<sup>153</sup> Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*, p. 18. O autor designa-as, juntamente com algumas áreas do Alentejo, como o celeiro de Portugal.

ampara, também, um vasto conjunto de terras de paul, onde a água permanece estática, sem escoamento, constituindo reserva agrícola de primeira ordem. Durante toda a Idade Média são inúmeros os documentos que referem, especificamente, os trabalhos de drenagem que nestas terras alagadas são praticados, com o intuito de serem recuperadas para a exploração agrícola, processo ao qual as monjas de Almoster não se furtam.

Mas a região não é apenas composta pela planície aluvial do Tejo. Planaltos calcários e colinas miocénicas repartem-se com planaltos pliocenos<sup>154</sup>, permitindo uma grande diversidade de culturas, onde sobressai o plantio de vinha que, aproveitando os planaltos calcários, se desenvolve por toda a região, confrontando-se com os campos de cereal do Tejo e dos pequenos vales cortados a meio por ribeiras que desaguam no Tejo.

Uma destas é a ribeira de Almoster onde, numa das margens, se instala o mosteiro cisterciense das monjas de Santa Maria de Almoster. Este pequeno curso de água<sup>155</sup> é um afluente do rio Maior<sup>156</sup>, que corre sobre uma das principais falhas geológicas da região, orientada a **NW-SW**, e que juntamente com a ribeira da Asseca (outra falha geológica) desenham os contornos das principais áreas de extensão e arroteamento dos campos abastecedores da cidade escalabitana.

Aspectos fundamentais para a compreensão deste espaço ribatejano, circunscrito à região de Santarém, em que Almoster e o seu domínio se

---

<sup>154</sup> Georges Zbyszewski, «Étude géologique de la région de Santarém», in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XXXV, Lisboa, 1954, p. 193-225.

<sup>155</sup> Mas extremamente importante para a economia da área e do futuro mosteiro, a atestar por referências que nos indicam a existência de diversas azenhas, ao longo do seu curso, durante todo o século XIV.

<sup>156</sup> Este rio Maior é um dos principais afluentes do Tejo nesta região. Embora a documentação trabalhada não garanta a sua navegabilidade, não deixa no entanto de o considerar como um dos principais espaços de composição de propriedades. A fertilidade das suas margens e encostas, bem como dos planaltos que o rodeiam aliada à facilidade de ligação entre o interior desta região e a cidade de Santarém (é um dos eixos de acesso) são, julgamos, as principais responsáveis por esta intensa procura.

inserir, são o clima, a sua cobertura vegetal (natural, domesticada e exótica), os recursos hídricos e a tipologia dos solos.

A dualidade de influências climáticas que caracteriza Portugal, tornando-o «...*mediterrâneo por natureza e atlântico por posição*<sup>157</sup>» é uma variável determinante nesta região. Aqui, o clima apresenta-se temperado, acentuando a benignidade das influências mediterrâneas, onde a temperatura apresenta valores médios mensais de 15 graus positivos<sup>158</sup>. Esta benignidade climática é, de forma constante e por vezes catastrófica, cortada por um forte regime de chuvas. Tal pluviosidade apresenta uma leitura média anual de 697,7<sup>mm</sup>, garantindo valores de humidade altíssimos, atingindo índices de 90% no Inverno e 70% no Verão<sup>159</sup>.

Estes níveis de pluviosidade e humidade são, em grande parte, responsáveis pela enorme fertilidade destes planaltos e vales aluviais, bem como pelos vastos recursos hídricos que aqui podemos apreciar, intensamente utilizados por romanos e mouros, constituindo a principal fonte energética, da qual também as monjas de Almoster irão depender. Os solos pliocenos que caracterizam as terras de Almoster e da região escalabitana são ricos em lençóis de água superficiais que alimentam muitas fontes e poços. Esta riqueza hídrica e a sua relativa facilidade de exploração permitem que o povoamento seja bastante disseminado, surgindo espalhadas, por todo o lado, pequenas aldeias e habitações dispersas.

Mas os indicadores médios apresentados são apenas resultado das modernas medições meteorológicas. Continuamos a não possuir dados suficientes para medir a constância destes valores ou a magnitude das

---

<sup>157</sup> Pequito Rebelo, *A Terra Portuguesa*, 1929, Lisboa, p. 55.

<sup>158</sup> Maria Ângela V. Beirante, *ibidem*, p. 26-27, refere uma média anual de temperaturas máximas entre os 20 e os 23 graus, rondando a média anual das temperaturas mínimas os 10 graus.

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, p. 27. A autora apresenta valores baseados em leituras sistemáticas feitas pelo posto meteorológico de Santarém.



flutuações eventualmente ocorridas durante a Idade Média. Embora conhecendo as dominantes para o conjunto da Europa Ocidental<sup>160</sup>, que não podem ser aplicadas directamente, a maior parte dos indícios, apresentados pela documentação, apontam para um equilíbrio climático muito semelhante ao referido por Maria Ângela Beirante no seu trabalho<sup>161</sup> e onde, muito provavelmente (salvo anos de excepção), terá existido um regime pluviométrico muito semelhante.

\*

Não é fácil fazer a reconstituição completa do que seria a paisagem natural desta área, sobretudo a sua cobertura vegetal espontânea. Não podendo reduzir o estudo da flora apenas ao espaço ocupado pelo *ager*, é importante procurar para lá do cultivado, outras formas de ocupação do solo, que possibilitem uma imagem, mais ou menos nítida, da primitiva vegetação.

As condições específicas desta região, em que o solo apresenta uma grande estabilidade, permitem uma constância de flora indígena. Característica fundamental, decorrente do seu próprio posicionamento geográfico de zona intermédia entre o norte e o sul do País, é um convívio de espécies mediterrâneas com flora atlântica, em que as primeiras são manifestamente dominantes.

Como espécies arbóreas e arbustivas mediterrâneas podemos referir fortes concentrações de azinheira<sup>162</sup>, espécie característica de regiões mais secas, o sobreiro<sup>163</sup>, figueira, zambujeiro<sup>164</sup>, carrasco<sup>165</sup>, carvalho cerquinho<sup>166</sup>,

---

<sup>160</sup> Emmanuel Le Roy Ladurie, *Histoire du Climat depuis l'An Mil*, vol. II, Paris, Flammarion, 1993, p. 50 e 51.

<sup>161</sup> Maria Ângela V. Beirante, *ibidem*, p. 27.

<sup>162</sup> *Quercus ilex*.

<sup>163</sup> *Quercus suber*.

<sup>164</sup> *Olea europaea*.

pinheiro manso, loureiro, aroeira, medronheiro, murta, tojo, carqueja, rosmaninho, urze, esteva, alfazema, alecrim.

As espécies nitidamente atlânticas (árvores e arbustivas) surgem em quantidade menor, e são caracterizadas pelo carvalho alvarinho<sup>167</sup>, castanheiro, ulmeiro, amieiro, choupo, freixo, pinheiro bravo<sup>168</sup>.

\*\*

Nas culturas características do *ager almonasteriensis*, e dos termos de Santarém e Alenquer, são espécies dominantes a vinha e a oliveira, que aqui encontram condições excepcionais de implantação e desenvolvimento. As fontes e os autores dos períodos clássico e muçulmano referem a introdução de outras culturas mediterrâneas como as árvores de fruto, nomeadamente laranjeiras, cidreiras, limoeiros, pessegueiros, damasqueiros, etc. O forte regime de humidade e as características barrentas dos solos locais permitiram a introdução e desenvolvimento de hortas e quintais referidos amiúde, também, nas fontes medievais.

A tipologia de culturas não termina nas hortas e nos pomares. A sementeira de espécies herbáceas como o trigo, a cevada e a fava assume dimensões consideráveis, tornando-se, especialmente as duas primeiras espécies, nas principais culturas a desenvolver.

O pão de trigo, o vinho e o azeite não são, aqui, a exceção à regra. A paisagem do *ager* vai-se definindo através de uma ocupação total do espaço em que olivais e vinhas delimitam a periferia de vastas searas de trigo, formando uma imagem de adaptação do meio aos padrões de cultura e às necessidades

---

<sup>165</sup> *Quercus coccifera*.

<sup>166</sup> *Quercus faginea*.

<sup>167</sup> *Quercus robur*.

<sup>168</sup> *Pinus pinaster*.

alimentares<sup>169</sup>, onde estes três produtos, que compõem a famosa trilogia mediterrânea<sup>170</sup>, exercem um papel determinante na estruturação do espaço agricultado.

Outro aspecto importante relaciona-se com a potencialidade de recursos hídricos que a subárea da Estremadura Tagana apresenta. Abundantemente fornecida por vastas precipitações, a sua rede hidrográfica que desempenha um papel importante e activo na modelação constante de uma hierarquia de vertentes, formadora simultânea de planaltos e vales pouco expostos, de grandes capacidades agrícolas e cinegéticas, é largamente explorada e aproveitada. Ela permite uma fácil deslocação de pessoas e bens por toda a sub-região, ligando-a através da sua navegabilidade ao interior e resto do país. Este sistema hídrico possibilita o desenvolvimento do regadio que, embora esteja dependente de uma abundante mão-de-obra facilmente detectável na documentação existente, é bastante utilizado, tornando-se numa das práticas agrícolas mais importantes deste espaço, ao longo do período medieval. Mas, não são apenas a agricultura e o transporte que são favorecidos pela existência de linhas de água. A utilização de ribeiros e cursos de água como fonte de energia é outra das variáveis detectadas. Esta força hidráulica em potencial é usada, de forma sistemática, como energia motriz para azenhas, responsáveis pela transformação em farinha do cereal proveniente das terras de aluvião, junto ao Tejo e a outros rios. Estes engenhos de moagem são detectados em canais artificiais de derivação da corrente, onde o domínio das forças torrenciais dos pequenos cursos de água é, mais facilmente, exercida.

Em guisa de conclusão podemos afirmar que, toda esta Estremadura Tagana constituía um espaço geográfico atraente para quem nele se quisesse

---

<sup>169</sup> Iria Gonçalves, "Acerca da Alimentação Medieval", in *Imagens do Mundo Medieval*, p. 203 e seguintes.

<sup>170</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

fixar, pela qualidade dos seus solos continuamente tocados por um conjunto hidrográfico suportado pelo fértil Tejo, pela riqueza, flexibilidade e constância dos seus solos, pela benignidade do seu clima e, de extrema importância, pelas facilidades de comunicações, quer dentro do termo de Santarém, quer nas ligações rápidas e seguras a outros espaços regionais e inter-regionais.

Era uma área apetecível para particulares, instituições e coroa, mesmo se o Tejo, por vezes impaciente, fizesse a água transbordar, ou abanasse a superfície dos quietos pauis, libertando nuvens de mosquitos causadores de algumas maleitas endémicas.

## 2. O Espaço do Mosteiro de Almoester

São estes campos circunvizinhos da aldeia de Almoester que, durante os finais do século XIII e toda a centúria de Trezentos, constituem em grande parte o suporte e o sustento da comunidade cisterciense ali estabelecida. Mas não são os únicos<sup>171</sup>.

As abadessas que no século XIV tomam o controlo dos destinos do mosteiro imprimiram uma estratégia de aquisições que, dentro das possibilidades do cenóbio, procurava adquirir bens, de forma concentrada e em locais de fácil acesso e grande importância económica. Os espaços próximos de Almoester, servidos por cursos de água, que lhes garantem fertilidade e escoamento são os locais preferenciais de implantação. Terras de pão, courelas de vinha e unidades transformadoras como moinhos hidráulicos e lagares<sup>172</sup> situam-se, na sua maioria, nas vizinhanças de ribeiros, ou mesmo adstritos a eles. O grosso do domínio centrava-se, assim, próximo do mosteiro, a distâncias que um dia de viagem permitia cobrir, integrado dentro do espaço geopolítico do concelho medieval de Santarém.

Outras áreas do termo escalabitano despertam interesse às monjas de Almoester. Os campos da Valada, a antiga Balata muçulmana<sup>173</sup>, são um dos espaços onde detectamos grande movimentação. Com efeito, uma razoável quantidade de contratos de aforamento é executada sobre propriedades rurais

---

<sup>171</sup> Encontrámos, como adiante veremos, bastantes propriedades localizadas noutras áreas do termo de Santarém e nas regiões de Alenquer, Lisboa, Óbidos, Montemor-o-Novo e Silves.

<sup>172</sup> De azeite e de vinho.

<sup>173</sup> Ao falar sobre o Garbe nos princípios do século XII, o geógrafo Edrici, transcrito por António Borges Coelho, *ibidem*, p. 70, descreve os campos da Balata nestes termos:

*"De Lisboa, seguindo a margem do rio e dirigindo-se para oriente, a Santarém, contam-se 80 milhas. Pode-se ir por terra ou por água. No caminho estão os campos ditos de Balata. Os habitantes de Lisboa e a maior parte dos do Garbe dizem que o trigo que aí se semeia não fica na terra mais de quarenta dias e pode ser ceifado ao fim desse tempo. Acrescentam que uma medida rende 100, aproximadamente."*

ali situadas<sup>174</sup>. Mas os recursos económicos do mosteiro não se encontram limitados a estas duas áreas situadas no alfoz de Santarém. Os campos ondulantes entre Alenquer, Arruda e os áridos montes que compõem a serra de Montejunto, também conhecem a presença das freiras. Afastados da influência dominial do mosteiro, os bens compostos neste espaço possuem, no entanto, as mesmas características posicionais que as terras pertencentes ao núcleo duro do cenóbio apresentam: a proximidade de linhas de água e a facilidade de acesso aos centros urbanos são condições fundamentais. O mesmo se passa no termo de Óbidos, onde os vários casais, vinhas e almuinhas que vemos aquele espaço monástico entregar para exploração a agricultores privados se encostam a cursos de água ou, então, estão situados em áreas onde o regadio se processa com grande facilidade. As propriedades dispostas em torno de Lisboa, mais escassas e disponibilizando menos informação, provavelmente apresentariam o mesmo tipo de condições.

O património rural de Almoester assenta num espaço político-administrativo determinante: o alfoz de Santarém. Esta área, de campos rasos e terras de colina, é resultante da bacia do Tejo que condiciona e determina as formas como a instalação humana aí se processou, definindo um quadro ecológico dentro do qual o cenóbio almosteriense se constituiu.

Orograficamente a região integrada no termo santareno é constituída por relevos bastante suaves. A oscilação de altitudes varia entre o nível da planície fluvial e os 100 metros. Embora apresente áreas de grande planura, como aquelas que constituem os campos de Valada, a norte, e as lezírias do outro lado do Tejo, o grosso das propriedades rurais situa-se numa área onde o microrelevo assume um papel decisivo, especialmente na forma como os solos irão ser usados pelos lavradores e como, no afã da vida rural, irão ser irrigados,

---

<sup>174</sup> Vide a este respeito o capítulo sobre o património rural do mosteiro e o levantamento cartográfico efectuado: Vide, **MAPA - Terras de Pão**, p. 162; Vide, **MAPA - As Vinhas**, p. 168; Vide, **MAPA - Moinhos e Lagares**, p. 179.

aproveitando os numerosos mas pequenos cursos torrenciais, muito debilitados no período de estio.

A exposição da maior parte dos campos às influências climatéricas provenientes de sul e oeste, torna-os bastante aptos para o plantio da vinha. O regime de ventos moderados<sup>175</sup> permite que a vide dê origem a vinhos bastante generosos e de boa qualidade.

As paisagens rurais que as monjas podiam desfrutar por todo o termo de Santarém possuíam as condições necessárias para a implantação de um novo espaço monástico com características senhoriais. O espaço físico que suporta este domínio cenobítico é profundamente disputado por outras estruturas senhoriais laicas e eclesiásticas e até por proprietários alodiais, que tornam difícil a consolidação e desenvolvimento das potencialidades dominiais da nova casa monástica<sup>176</sup>.

A consolidação patrimonial de Santa Maria de Almoester resulta, sem qualquer espécie de dúvida, da tenacidade das suas abadessas e monjas que, pedaço a pedaço vão compondo bens necessários à sua subsistência e à sua missão. Estrutura dominial monástica bem integrada no seu tempo dos homens vê a sua implantação política suportada por uma atitude que é constante aos cenóbios de Cister que o nosso País conheceu: **a alma voltada para o céu, mas os pés bem assentes na terra**. Como se formou, consolidou e ampliou o património fundiário desta casa monacal, integrando-se em espaços físicos bem determinados, é o que adiante veremos.

---

<sup>175</sup> Os graus calóricos necessários para se vir a ter uma boa produção têm de estar situados entre os 26.00 e os 28.00 graus. Vide a este respeito Hilario Casado Alonso, *Señores, Mercadores Y Campesinos. La Comarca de Burgos al fines de la Edad Media (siglos XV-XVI)*, p. 128. A existência de correntes frias, vindas do setentrião, poderiam afectar as cepas e impedir o desenvolvimento da uva.

<sup>176</sup> Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 153-154; Luis Carlos Amaral, *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, p. 38.

«Cada senhorio possuía, de facto, o seu destino próprio e a sua estrutura original; existem poucos cuja gestão possa ser examinada de maneira satisfatória; enfim, a organização da sua economia revela-se muito dependente da personalidade dos homens que, num dado momento, os administravam.»

Georges Duby, *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*



### III

## O PATRIMÓNIO DO MOSTEIRO

### 1. *Modos de Aquisição*

Apesar de o nosso interesse incidir, de forma mais exaustiva, sobre o período posterior à fundação do convento de Almoster, a composição do seu património fundiário - prédios rústicos e urbanos - assenta num espaço geográfico, político e económico, que se encontra perfeitamente organizado e colonizado<sup>177</sup>, desde a segunda metade do século XII.

A fundação e estabelecimento de um novo senhorio patrimonial na região escalabitana, nos finais do século XIII, insere-se num sistema económico e social regional, bem definido, mas que, quando comparado com outras instituições monásticas existentes neste espaço geográfico, apresenta características próprias.

O acesso a espaços fundiários encontra-se, à partida, tremendamente condicionado. Grande parte das unidades de exploração encontram-se nas mãos de outras instituições, laicas e religiosas, ou então, disseminadas por um restrito conjunto de proprietários alodiais, que se encontram em vias de extinção. A região é profundamente disputada por senhorios monásticos, seculares e laicos. Desde o início que a casa monástica feminina de Almoster encontra grandes dificuldades, que a impedem de se poder constituir como um grande domínio

---

<sup>177</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 7, n<sup>o</sup> 20. 1188 Fevereiro 6.

Do reinado de D. Sancho I, este documento é referente a uma acto de compra-e-venda de uma vinha, localizada em Alvisquer. A propriedade é vendida por Mem Domingues e Maria Eanes, vizinhos de Santarém, a D. Pedro Anes e D. Urraca Pais, pelo montante de 204 maravedis. Esta vinha estava localizada próximo do caminho de acesso a Santarém e confrontava com outra pertencente à Ordem de Santiago. O aparecimento deste instrumento de venda no cartório de Almoster, referente aos finais do século XII, é demonstrativo da pressão humana e rural que se fazia sentir, nessa altura, na região de Santarém.

senhorial, nestas terras do Vale do Tejo. Sem o apoio de grandes proprietários, como o rei ou a nobreza, que lhe garantam um conjunto de dotações patrimoniais e meios financeiros<sup>178</sup>, seria impossível a existência do mosteiro. São eles, claramente, responsáveis pelo desenvolvimento de uma política de aquisições de terras e bens imóveis, especialmente vocacionados para uma economia de produção<sup>179</sup>, virada para os mercados urbanos, e que cada vez mais se vai sobrepondo aos modelos regionais de auto-consumo.

A totalidade das propriedades adquiridas pelas monjas de Cister, desde os finais do século XIII até aos últimos dias da centúria de Trezentos, corresponde já a perfeitas unidades económicas, onde a exploração se encontra otimizada. Com excepção de escassas referências relativas a drenagens de alguns paus<sup>180</sup>, localizados junto ao rio Tejo e na falha geológica do rio Maior, desconhecemos por completo a existência de novos arroteamentos nos espaços dominados pelo mosteiro, o que vem reforçar a nossa ideia de que as propriedades pretendidas e adquiridas constituem unidades produtivas completamente antropizadas e no auge das suas capacidades produtivas.

Embora, neste trabalho, não se proceda à comparação com outros domínios fundiários<sup>181</sup>, o que seria interessante na percepção das estratégias

---

<sup>178</sup> A coroa intervém, por diversas vezes, com dotes expressivos para o mosteiro de Almoester. (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 8. 1269 Janeiro 26) - Afonso III confirma ao alcaide e alvazis de Santarém, uma doação de 300 libras, feita pela rainha D. Beatriz à sua criada, Maria Nunes, que tinha acabado de tomar ordens em Almoester.

<sup>179</sup> Veja-se sobre esta questão: Javier Pérez-Embid, *El Cister en Castilla y León. Monacato y dominios rurales (s.XII-XV)*, Junta de Castilla y León, 1986, p. 371, 383. A.H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 76-93. José Mattoso, "Senhorios Monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII", in *Actas de Las I Jornadas de Metodologia Aplicada...*, II, p. 177-184.

<sup>180</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2. 1305 Fevereiro 12.  
D. Berengária Aires doa a terça parte das terras e mais um paul, que possuía próximo de Alpiarça. O rendimento destes bens (após a drenagem do paul) reverteria para a enfermaria do mosteiro. (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 11. 1347 Junho 20) - Um alvará régio manda que as justiças do reino obriguem os lavradores de terras do mosteiro, próximas do paul de Almoester, a abrir todas as regueiras, para que o paul não fique prejudicado. Tal medida merece protesto por parte da abadessa Guiomar Afonso. A conservação do paul, como zona cinegética e de recolção, para o rei, prejudicava a existência e a produção das herdades que o mosteiro ali possuía e arrendava.

relacionadas com a ocupação do espaço produtivo, é evidente, a partir da análise da documentação fornecida pelo cartório de Almoester, que esta microregião integrada no Vale de Santarém se encontra num processo de exaustiva ocupação e utilização.

Santa Maria de Almoester viu o seu património crescer por intermédio de várias formas de aquisição. Compras e doações parecem ser, numa análise mais profunda, os principais modelos jurídicos utilizados, aparecendo os instrumentos de escambo numa proporção extraordinariamente reduzida<sup>182</sup>, não alcançando expressão significativa no conjunto dos bens compostos.

Mas, compras e doações, apesar de abundantemente citadas, não são as únicas formas de aquisição de propriedades. São variados os instrumentos que citam conflitos sobre a posse e usufruto de bens, deixados geralmente por herança, dos quais não detectámos o mínimo vestígio sobre a forma de aquisição pelo mosteiro, nem de quando passaram a figurar, pela primeira vez, no património daquela casa religiosa<sup>183</sup>. A estes, em que a forma da aquisição não pode ser detectada, acabámos por os incluir no somatório total, não discriminado, dos bens de Almoester.

\*

A base fundamental do património do convento de Almoester assenta na doação de terras e bens feita por D. Sancha Peres<sup>184</sup> a sua filha D. Berengária

---

<sup>181</sup> Nomeadamente os senhorios monásticos e seculares que possuem interesses na mesma região, e que não possuem qualquer levantamento ou estudo em história rural feito até ao presente.

<sup>182</sup> Embora aparecem algumas propriedades escambadas entre particulares e que nós encontramos, mais tarde, na posse do Mosteiro, só possuímos um documento de permuta, bem como a sua cópia, datados, respectivamente, de 1383 Janeiro 15 (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 6, n<sup>o</sup> 10) e 1383 Fevereiro 5 (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 6, n<sup>o</sup> 11). Aqui as monjas de Almoester trocam 1/3 de um pomar que possuíam em Montemor-o-Novo por 6 hestins e mais 6 talhos de terra que Pêro Esteves e Inês Vasques possuíam no termo de Santarém.

<sup>183</sup> É o que sucede, por exemplo, com uma casa com vinha e lagar situada em Alfoargem, bem como de outros bens localizados no termo de Lisboa. Por morte do seu proprietário, Lourenço Anes de Briteiros, o mosteiro entra na posse destas propriedades (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 8, n<sup>o</sup> 2. 1344 Setembro 28).

Aires<sup>185</sup>, primeira abadessa do Mosteiro. Esta doação é posteriormente sequenciada por um volume crescente de compras e legados, que aumentam o seu espaço inicial, bem como por uma estratégia de aquisição em zonas bem definidas e de grande interesse económico, como os concelhos de Óbidos, Alenquer<sup>186</sup> e Santarém<sup>187</sup>, ou em localidades próximas de vias de escoamento ou linhas de água, como acontece em Alvisquer, Cortiçada, Albergaria, Torre Penalva, Vila Nova de S. Pedro, Abitureiras, etc.

A própria Berengária Aires, primeira abadessa, demonstra ser o principal patrono fundiário do mosteiro. Um apreciável conjunto de doações<sup>188</sup> entra, a partir de 1289, num fluxo constante, na posse do convento de Almoester.



Mas embora apresentando uma razoável concentração de propriedades, e de estar integrado numa ordem que não menospreza a busca do lucro, o convento de Almoester está longe de ser um mosteiro rico. Por diversas vezes o poder real, do qual sempre dependeu, teve de intervir<sup>189</sup>. Exemplo bem

---

<sup>184</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 55. 1287 Julho 2.

<sup>185</sup> D. Berengária Aires foi mulher de Rodrigo Garcia de Paiva, cavaleiro da Ordem do Hospital.

<sup>186</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 27. 1304 Setembro 27 - Esta é a primeira referência a propriedades possuídas pelo mosteiro no termo de Alenquer. O instrumento refere-se à posse de um casal de herdade no lugar de Castanheira. No entanto, já em 1271 Junho 7 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 28), encontramos referências relativas à posse de bens em Alenquer por parte de D. Berengária Aires e sua filha, Maria Rodrigues. O instrumento em causa é uma carta de procuração, passada pela futura abadessa de Almoester, a João Vicente, clérigo, para este cobrar de Lopo Rodrigues, vizinho de Alenquer, uma dívida de 1000 libras, referente a rendas em atraso.

<sup>187</sup> Embora grande parte do património que Almoester possui em Santarém esteja concentrado em áreas peri-urbanas, é de destacar uma razoável concentração de casas dentro da vila, nomeadamente nas ruas dos Mercadores e Peleiros.

<sup>188</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 31. 1296 Julho 26.

São interessantes as doações feitas por um grupo de monjas de Celas que se transferem para Almoester e as entregam como dote. Mas, determinantes são os legados feitos entre 1301 e 1305 pela própria abadessa, Berengária Aires (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 11; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2), onde são deixados ao mosteiro bastantes propriedades.

demonstrativo deste facto ocorre durante o reinado de D. Afonso IV<sup>190</sup>, em que o monarca concede, a título excepcional, possibilidade de o convento poder adquirir bens em valores superiores aos estipulados pelas leis do reino, então em vigor.

Este final do século XIII e princípios do XIV marcou, de forma bem vinculada, as mais sérias tentativas de desamortização da propriedade eclesiástica que a nossa Idade Média presenciou. As várias leis de desamortização aplicadas ao património eclesiástico não limitavam totalmente o crescimento dos patrimónios de dioceses e mosteiros. Elas incidiam apenas sobre

---

<sup>189</sup> São variadas as cartas régias, sobretudo de D. Dinis e Afonso IV referindo às justiças do reino de que devem garantir o património de Almoester. O próprio mosteiro é dotado por duas vezes pela Rainha Santa.

<sup>190</sup> *Chancelarias Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV*, ed. de A. H. de Oliveira Marques, doc. 74, p. 94-95.

*Carta por que A abadessa e o Moensteiro d almoester possan auer todolos erdamentos que lhis ficaren das Donas que morreren*

DO n Affonso pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta uiren faço saber que a abadessa e o conuento <do Moensteiro> d almoester mi mostraron hua carta d el Rei Dom Dinis meu padre a que deus pordõe na qual era conteudo que el querendo fazer mercee aa dicta abadessa e conuento desse Moensteiro tijnha por ben e mandaua que esse Monsteiro podesse auer todolos herdamentos e possissões que hi leixassen as donas que en esse Moensteiro entrassen en orden Outrossi Alguus herdamentos se lhos alguen leixasse por sas almas.

E eu quando fiz Cortes en Euora os procuradores que hj ueeron das Cidades e das vilas dos meus Reinos que era gran mengua e gran despoboamento da mha terra d aueren de guanharen os moesteiros e as egreias e as ordijs herdamentos e possissões assi como as auyan e guaanhauan e que mj pedian por mercee que esto que o non soffresse e que mandasse aguardar a lei que el Rei meu padre sob esto fezera.

E eu ueendo que me pedian aguisado mandei e outorgei que essa lei fosse manteuda e aguardada assi en como a meu padre fezera

Pêro eu querendo fazer graça. e mercee a <e>ssa abadessa e conuento do dicto Moensteiro porque soube que esse Moensteiro era pobre Tenho por ben e mando que as donas que ora hi son ou depois entraren en esse Monsteiro en ordjn que possam leixar tantos herdamentos de sseus patrimonyos por que esse Moensteiro possa auer mil libras. de Renda en cada huu ano. mais ca o que ora ha. E en esto non ser factio nenhuu engano nen cousa a que eu depois aia de tornar. E non lhis seian embargados pola lei dicta que diz que Moensteiros e egreias e ordijs non possam auer nen guaanhar nenhuua possissões nen herdamentos. E des que o dicto Moensteiro esto ouuer. non auer nen guaanhar mais.

E pora ser. de <esto certo> mando que as possissões que esse Moensteiro daqui adeante ouuer ou guaanhar por esta maneira que o faça saber aos tabaliões das terras hu essas possissões foren e as façan Registrar en seus liuros.

Outrossi mando que esta carta seia publicada e registada na audiença dos tabaliões de Sanctaren. E outrossi que o escriuan do meu Almojarifado dessa uila o Registre no liuro do estado do almojarifado.

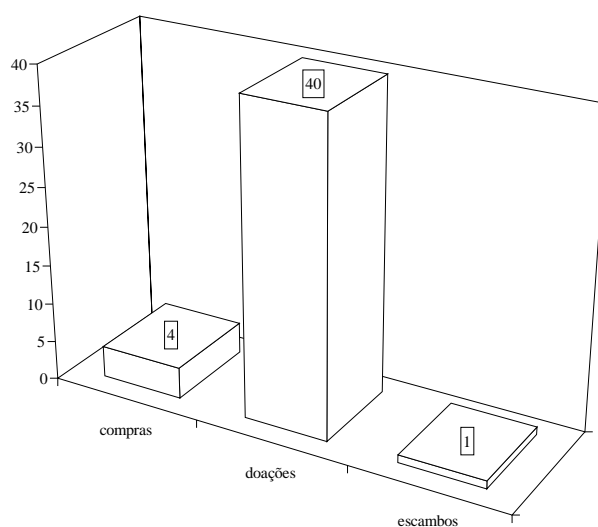
E mando a essa abadessa. ou a outra qualquer que for en esse Monsteiro. e a esse conuento que tanto que lhis Alguus herdamentos ficaren por esta guisa dessas donas que foren ao meu Almojarife de Sanctaren e ao meu escriuan pora os escreueren en esse liuro E pora o saber. Eu quando esse Moensteiro ouuer acabada a renda das dictas Mil libras de que lhis façan graça que esse Moensteiro possa auer E sse o assi non fezeren esta graça non lhis ualha. e as dictas abadessa e conuento tenha esta carta.

Dante en Torres Vedras trijnta dias de mayo. El Rey o mandou por Johan uicente. seu clérigo Steuam porez. a ffez. Era M<sup>o</sup>. iij<sup>o</sup>. e lx<sup>o</sup>. quatro. Anos  
Johan uicente

compras<sup>191</sup> e heranças dos monges professos<sup>192</sup>, impedindo neste último caso as instituições de herdarem os bens dos seus religiosos.

No dia 15 de Março de 1310<sup>193</sup>, o rei D. Dinis autoriza o mosteiro de Almoester a poder receber, e manter, todos os bens deixados em herança por religiosos ou laicos. Esta mercê é mais tarde confirmada por Afonso IV<sup>194</sup>, determinando o herdeiro do "rei-poeta" que o mosteiro possa apenas adquirir bens, móveis ou de raiz, em qualquer ponto do país, desde que a totalidade das compras não ultrapasse as 1000 libras. Ordena, também, que todos os herdamentos deixados ao cenóbio fiquem registados no almoxarifado de Santarém e nos tabeliães de outros locais onde Almoester venha a receber heranças.

gráfico 3 - Aquisições referidas pela documentação do Mosteiro



As formas jurídicas que Santa Maria de Almoester utiliza no

---

<sup>191</sup> Leis de 1211 (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, p. 169; *Livro das Leis e Posturas*, p. 169); Lei de 1286 (*Livro das Leis e Posturas*, p. 169 e *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V.* liv. II. p. 174-176); Lei de 1305 (*Livro das Leis e Posturas*. p. 205).

<sup>192</sup> Lei de 1291 (*Livro das Leis e Posturas*. p. 72-76 e *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V.* Liv. II, p. 179-183).

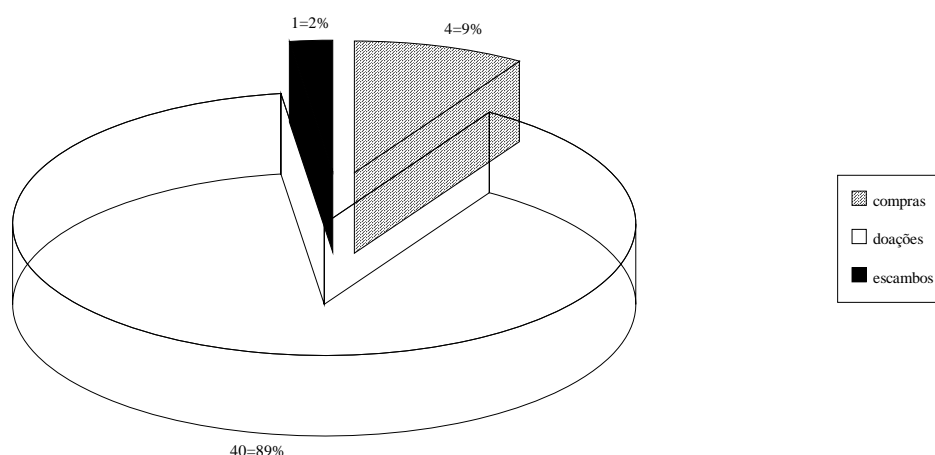
<sup>193</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 29.

<sup>194</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 34 de 1326 Maio 30.

estabelecimento do seu património circunscreveram-se a três tipos fundamentais:

- por compras;
- por doações (feitas por laicos e heranças das monjas)
- por escambos.

gráfico 4 - Aquisições do Mosteiro de Almoester (valores percentuais)



A este conjunto de modelos detectados temos ainda que juntar um apreciável número de bens adquiridos de forma indeterminada, mas referidos nos documentos do mosteiro.

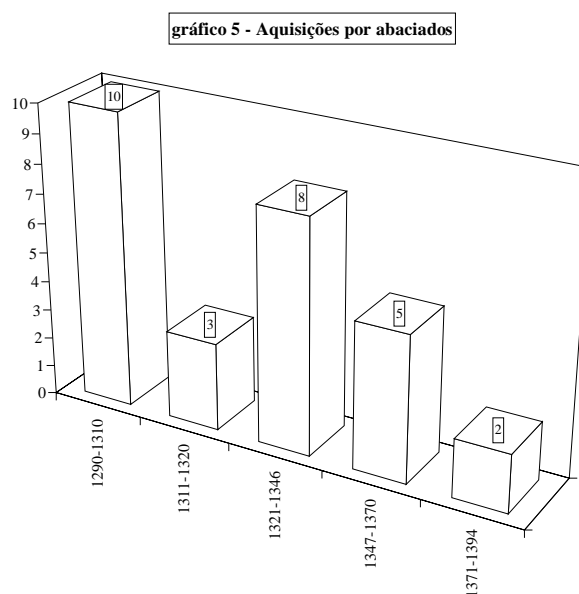
Estas formas de aquisição de património apresentam comportamentos diferenciados à medida que vamos avançando no século de Trezentos. As condições para o estabelecimento de um grande domínio eram difíceis, extremamente limitadas pela concorrência com outras instituições idênticas, cujas sedes assentavam em espaços urbanos e com maiores capacidades a nível financeiro. A tentativa de consolidação dilatada<sup>195</sup> é fortemente asfixiada pela

---

<sup>195</sup> Ao longo de toda a Baixa Idade Média esta estratégia é seguida por muitos senhorios seculares e monásticos. Efectivamente, são as casas cistercienses, embora com índices de expansão mais reduzidos do que nos séculos anteriores, aquelas que procuram alargar os seus domínios fundiários. Referenciais a esta questão continuam a ser as obras de Javier Pérez-Embido, *El Cister en Castilla y León*, p. 369-419 e Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 24 - 66.

concorrência, fazendo com que o padrão normal de aquisições assente, com maior intensidade, nas doações, ficando as compras em plano secundário<sup>196</sup>.

A tendência de crescimento do património de Almoester, quando analisada por abaciados, apresenta fases de aquisição bem distintas e diferenciadas. Destacam-se, dentro dos vários modelos jurídicos, três grandes períodos:



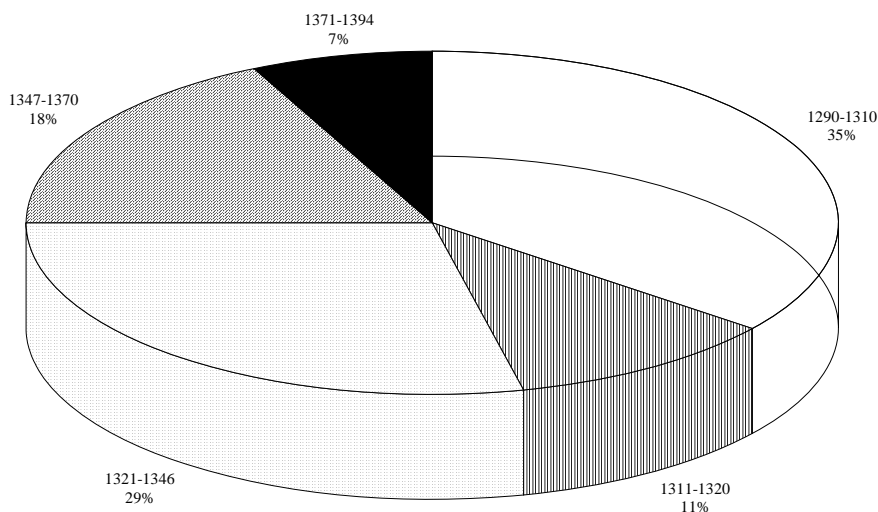
O primeiro, composto pelos últimos anos do século de Duzentos e o primeiro decénio da centúria seguinte (27%, ou sete contratos firmados); o segundo, que corresponde ao abaciado de Maria Gomes da Silva (1322 a 1347), em que se realizam dez contratos administrativos, garantindo o maior valor percentual alcançado pelo mosteiro: 38%.

---

<sup>196</sup> Este é, invariavelmente, o padrão das outras casas de Cister que conhecemos.



gráfico 6 - Aquisições por abaciado (valores percentuais)



Um último período decorre nos finais do século XIV, onde Sancha Vasques da Fonseca, quinta abadessa, vê o património de Almoester aumentar 23% (6 contratos) do total de aquisições apresentado pelo mosteiro.

Os três períodos analisados caracterizam-se por uma tendência para um crescimento que, paulatinamente, vai aumentando o espaço de investimento e rendimento potencial daquela casa monástica.

Excepção a este crescimento gradual constitui o período entre 1348 e 1371<sup>197</sup>. Durante esta gestão, a quebra observada na estratégia de aquisições é forte, facto a que as convulsões políticas, económicas e sociais que este período conhece, não são alheias, e que acabam, eventualmente, por estagnar<sup>198</sup> o crescimento da comunidade de Almoester num patamar exíguo de 4% (1 aquisição).

Duma forma geral e mais englobante, teríamos os períodos de 1290-1310, 1322-1347 e 1372-1393, como os mais importantes para o crescimento

---

<sup>197</sup> Quarto abaciado (D. Guiomar Afonso).

<sup>198</sup> Tal facto não significa que este abaciado não apresente um dinamismo próprio e característico. D. Guiomar Afonso é uma das mais truculentas abadessas que Almoester conheceu. São constantes os atritos com os concelhos de Santarém e Alenquer.

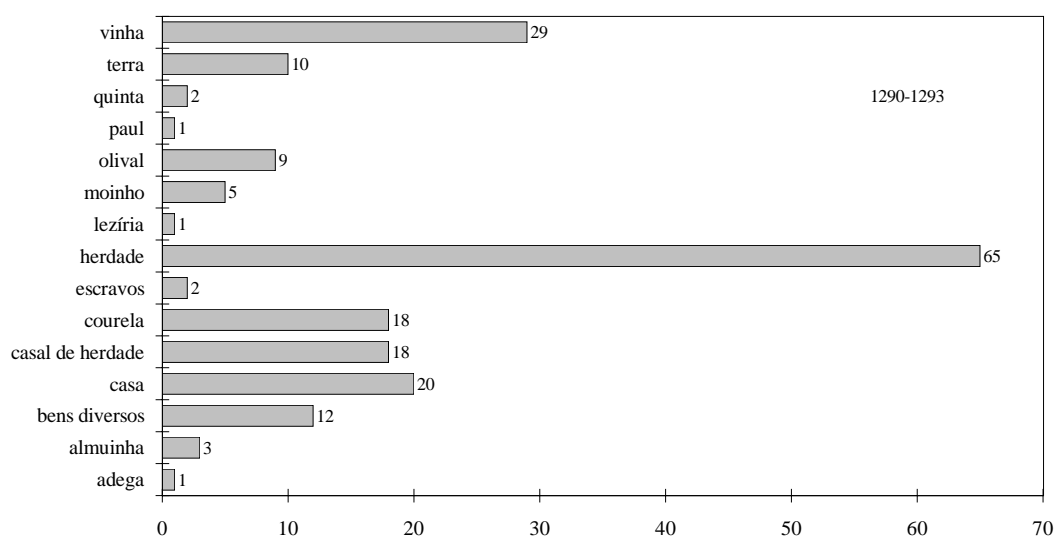
do mosteiro. Parecem ser estes, momentos de intensa actividade e de grande dinamismo por parte das mulheres que diariamente percorrem o claustro gótico do mosteiro de Almoester. Mas, tal facto não significa que as aquisições efectuadas fossem desenvolvidas sobre áreas de grande dimensionamento físico e rentabilidade económica. Encontramos, por exemplo, referências a contratos de enfiteuse sobre bens extremamente valiosos e de grande procura, como moinhos, fora destes três períodos.

Processo difícil consiste na discriminação, quantitativa e qualitativa, de forma exhaustiva, de todos os bens móveis e de raiz que são adquiridos. Embora interessantes e razoavelmente compostas, estamos longe de possuir as séries completas relativas a toda a documentação que, eventualmente, um dia terão integrado o cartório daquele mosteiro.

A frieza da documentação que possuímos, não nos permite, também, grandes veleidades. Reparámos, no entanto, que existe uma tendência, bastante evidente para um forte emparcelamento da propriedade. Nalgumas aquisições por doação, como adiante veremos, encontramos o doador a transmitir ao mosteiro, apenas, a parte que lhe coube por herança directa. Mas a constante mais habitual aponta para um ainda maior fraccionamento da propriedade adquirida por avoenga.

O tipo de bens adquiridos é grande e variado. No entanto, analisando a documentação recolhida, podemos afirmar com segurança que a maioria dos bens adquiridos se referem a herdades.

gráfico 7 - Propriedades adquiridas



Esta predilecção por bens rurais encontra-se perfeitamente expressa nos elementos acima indicados, onde terras de pão, courelas de vinha e olivais representam os principais bens adquiridos pelo mosteiro. Expressão curiosa e interessante incide numa procura de prédios urbanos. As vinte casas compradas, doadas ou herdadas indicam-nos a importância crescente e a imensa atracção que a detenção de propriedades urbanas provoca nas freiras cistercienses de Almoester

Olhando para as indicações fornecidas pelas tabelas de aquisição e pelas suas unidades jurídicas (compras, doações e escambos), de forma individual, aquelas não nos permitem avaliar, com rigor, a totalidade do património existente no cenóbio de Almoester.

Não podemos, com os dados disponíveis, apresentar valores absolutos, mas um aspecto parece ser evidente: o módulo mais preenchido é representado pelo quadro das doações, onde os legados por herança representam a variável principal.

### **a) As compras**

Factor importante no processo de composição das propriedades das instituições monásticas medievais as compras apenas preenchem 9% do total de propriedades rústicas e urbanas, adquiridas pelo mosteiro de Almoester. Esta percentagem, que se pode constatar no **GRÁFICO 3**<sup>199</sup>, coloca-as em segundo plano face aos actos de doação que encontramos a serem efectuados à mesma instituição, ao longo de toda a centúria de Trezentos.

Os actos de compra-e-venda<sup>200</sup> detectados entre particulares e o cenóbio são referentes a doações de bens (89%<sup>201</sup>) que ultrapassam largamente os bens alcançados por compra ou por permuta. Propriedades adquiridas entre indivíduos particulares, principalmente no termo de Santarém, estes bens acabariam mais tarde por integrar o património do mosteiro, sobretudo através de doações feitas, quer directamente, quer por herança de mulheres que abraçaram os votos monásticos em Almoester.

Não os possuímos. Mas a existência, por si só, de registos de vendas entre particulares, acaba por implicar a posse dos bens neles referidos por parte do mosteiro. Em alienações muito posteriores de algum do seu património vamos encontrar referências a estas transacções privadas, cujos instrumentos legais são geralmente apostos no processo de registo da propriedade alienada. Nas várias disputas jurídicas que o mosteiro vai travar contra diversos indivíduos e instituições a posse destes documentos referentes a actos de compra-e-venda entre particulares acaba, também, por ser vantajosa para as monjas, que sistematicamente vão ganhando processo a processo.

---

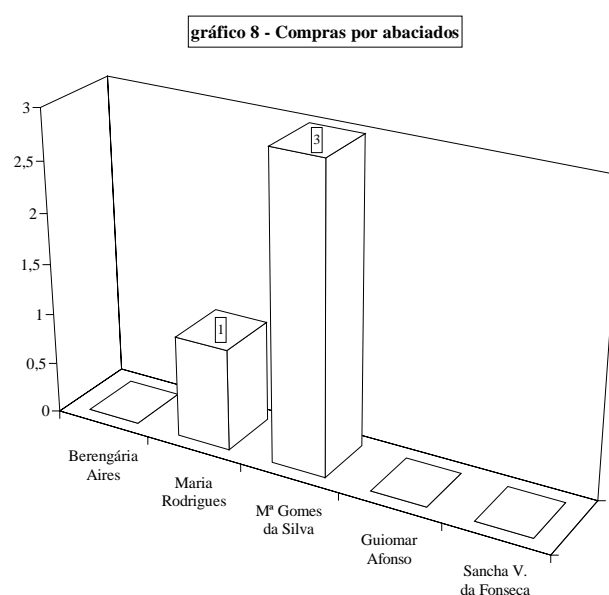
<sup>199</sup> Vide gráfico 3 - Aquisições do Mosteiro de Almoester, p. 82.

<sup>200</sup> Vide gráfico 3 - Aquisições do Mosteiro de Almoester, p. 82.

<sup>201</sup> Vide gráfico 4 - Aquisições do Mosteiro de Almoester (valores percentuais), p. 82.

Estes bens são, geralmente, comprados a proprietários vilãos, tal como nos indica, por exemplo, um documento de compra-e-venda de 1314 Maio 24<sup>202</sup>, em que Martim Anes e Estefânia Martins, moradores em Santarém, vendem ao mosteiro uma vinha, por 520 libras, localizada próximo de Valada, junto ao Tejo.

Parte restrita do património fundiário apresentado pela documentação, referente ao período em estudo, assenta num conjunto de compras feito pelas diversas abadessas do cenóbio de Almoester.



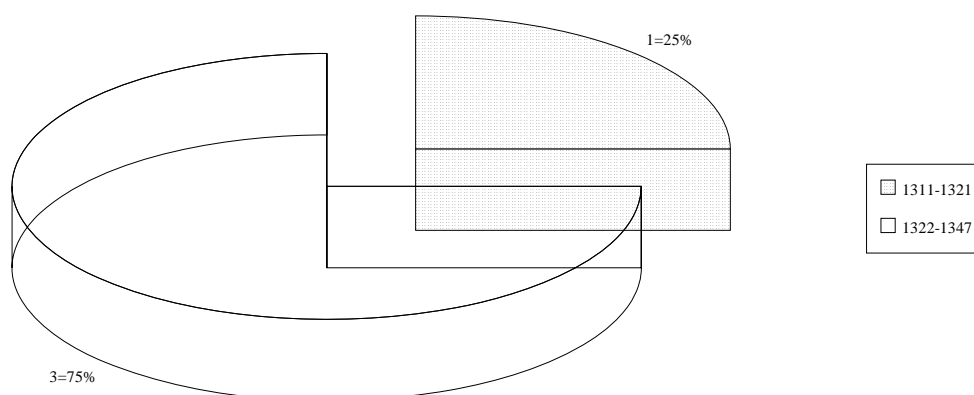
Ao avaliarmos o movimento de compras efectuado, encontramos dois abaciados onde tal fenómeno adquire alguma expressão. Um deles corresponde ao abaciado de D. Maria Rodrigues<sup>203</sup>, e que de 1311 a 1321 apresenta uma aquisição, equivalente a 25% do total de aquisições efectuadas pelo mosteiro durante o primeiro século da sua existência.

---

<sup>202</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 40.

<sup>203</sup> Maria Rodrigues é filha de Berengária Aires e o primeiro documento que nos dá notícia do início do seu abaciado está datado de 1312 Setembro 28.

gráfico 9 - Compras por abaciado (valores percentuais)



Mas é o período abacial seguinte, liderado por Maria Gomes da Silva, aquele que detém um maior número de contratos por compra. A sua actividade aquisicional, que garante ao mosteiro 75% dos actos de compra-e-venda (3 aquisições), não constitui, no entanto, uma progressiva tendência para o aumento de património fundiário através do modelo - compra.

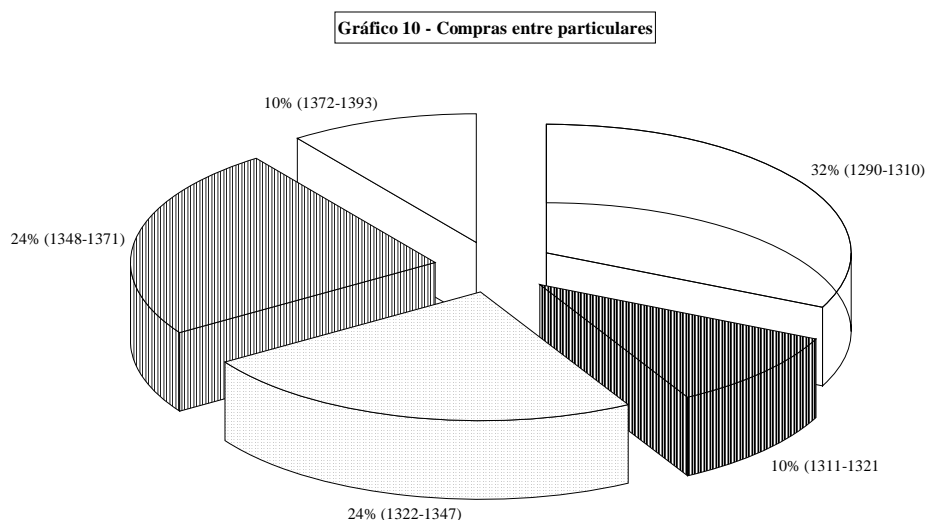
Aliás, a tendência é perfeitamente regressiva. Entre 1348 e 1393, período que compreende os restantes abaciados por nós estudados<sup>204</sup>, nenhum contrato de compra-e-venda feito pelo mosteiro se encontra registado. As dificuldades de gestão que os senhorios monásticos<sup>205</sup> vão conhecer na segunda metade da centúria de Trezentos não são, julgamos, alheias a este fenómeno. O aumento de conflitos entre rendeiros e as monjas de Almoester, visível na documentação, e que adiante exploraremos, indica um provável abaixamento dos rendimentos do mosteiro, o que vem impedir uma continuidade do investimento sobre novos bens.

---

<sup>204</sup> Guiomar Afonso e Sancha Vasques da Fonseca.

<sup>205</sup> Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 28 e 29, alerta-nos para o mesmo fenómeno, ao analisar as formas de aquisição do património fundiário alcobacense, onde a partir de 1329 se nota uma desaceleração nítida nos contratos de compra-e-venda.

Por outro lado, os últimos dias do ano da graça de 1347 trazem consigo os maus presságios de um ano novo, cheio de desgraças e mortandade. A partir de 1348, a variável epidémica - peste negra - passa a afectar, de forma bastante definida, o modelo aquisicional. O mosteiro deixa de comprar bens.



Apesar de escassos, os documentos sobre contratos de compra existentes na documentação de Almoester não se resumem somente às aquisições realizadas pelas abadessas e convento. Uns totais de vinte e uns contratos encontram-se depositados no espólio daquele mosteiro. É óbvio que não os podemos contabilizar no movimento das compras efectuadas pelo mosteiro, mas alguns deles são de bastante importância, como por exemplo, a compra que João Anes faz a Fernão Gil e Joana Domingues de uma herdade de pão<sup>206</sup>, pelo preço de 400 libras, no lugar de Tavra.

Embora atravessando momentos de grande dificuldade no campo do investimento, o pagamento das propriedades adquiridas pelas freiras brancas de Almoester, é sempre efectuado em espécie, variando o preço dos bens

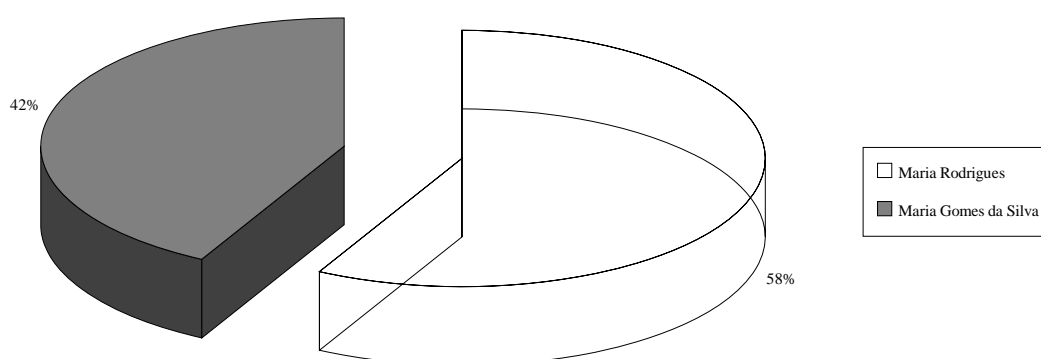
---

<sup>206</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 7. 1342 Setembro 17.

comprados entre 125 libras<sup>207</sup> e 520 libras dadas por uma vinha<sup>208</sup>, nos campos de Valada, em Santarém.

A acumulação de bens adquiridos directamente pelo mosteiro através de actos de compras, desde os finais do século XIII e durante toda a centúria seguinte, surge-nos como pouco expressiva no cômputo geral das formas de aquisição. De realçar a concentração deste tipo de actos jurídicos durante a primeira metade do século XIV. De facto, parece que até ao ano de 1346 o mosteiro possui alguma capacidade para investir em bens fundiários, revelando alguma expressão económica e disponibilidade por parte do tesouro monástico. São os anos de 1324 a 1346 aqueles que se apresentam mais plenamente preenchidos.

gráfico 11 - Valores investidos



As três aquisições detectadas custaram às monjas 371 libras correspondentes à compra de várias propriedades, não ultrapassando, porém, as 520 libras investidas numa só propriedade<sup>209</sup> em Maio de 1314, durante o

<sup>207</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 23. 1329 Outubro 16 - João Martins e Estefânia Domingues vendem ao mosteiro casas com duas courelas e uma vinha, em Azureira, termo de Óbidos.

<sup>208</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 40. 1314 Maio 24 - Martim Anes e Estefânia Martins são os vendedores.

<sup>209</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 40.



abaciado anterior. A compra desta propriedade por parte do mosteiro a Martim Anes e Estefânia Martins é por certo uma aquisição excepcional, justificada decerto pela dimensão, capacidade de produção e valorização do terreno em função da sua localização<sup>210</sup>.

DATA E LOCAL	COMPRADOR	VENDEDOR	PROPRIEDADE	PREÇO
1314 Maio 24 (Valada)	<i>Mosteiro de Almoſter</i>	Martim Anes Estefânia Martins	vinha - 1	520 £
1329 Outubro 16 (Óbidos) <sup>211</sup>	<i>Mosteiro de Almoſter</i>	João Martins Estefânia Domingues	casas courelas - 2 vinha - 1	125 £
1329 Outubro 16 (Óbidos) <sup>212</sup>	<i>Mosteiro de Almoſter</i>	António Domingues Estefânia Salvador	casas com courelas - 3 terra - 4 vinha - 1	156 £
1331 Setembro 28 (Óbidos) <sup>213</sup>	<i>Mosteiro de Almoſter</i>	Domingos Peres Maria Peres	herdade - 1 vinha - 5	90 £

\*

Curiosa é a localização das compras efectuadas por Almoſter. A propriedade mais valiosa é adquirida num local de intensa procura por parte dos diversos investidores fundiários. Os campos de Valada (terras de pão ou vinhas) são dos mais férteis na região e a sua proximidade em relação a Santarém faz deles parcelas muito pretendidas. Esta aquisição que demonstra uma estratégia de investimento sobre espaços valorizados contrasta, em termos geográficos, com as três aquisições registadas no período seguinte.

---

<sup>210</sup> Valada vai ser local de grande concentração de propriedades por parte do mosteiro ao longo do século XIV.

<sup>211</sup> No lugar de Azureira.

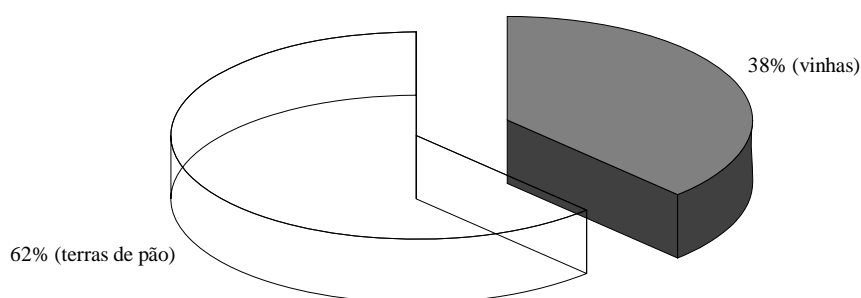
<sup>212</sup> No lugar de Vila Nova.

<sup>213</sup> No lugar de Ventosa.

Compras de excepção, de certeza justificadas por uma futura valorização e acréscimo de rendimentos ao mosteiro, são adquiridas no termo de Óbidos e estão directamente relacionadas com uma licença concedida pelo rei Afonso IV, grande benfeitor deste mosteiro, que lhes permite adquirirem propriedades rurais no valor de 700 libras<sup>214</sup>.

De uma forma geral o mosteiro adquiriu em maior quantidade propriedades de características rurais, onde sobressaem as terras de pão e as vinhas.

gráfico 12 - Tipo de compras



com excepção de uma vinha, todas as restantes propriedades são encabeçadas por casas.

Numa relação hierárquica do interesse do investimento destacamos as herdades destinadas a produção de cereal que totalizam 62%. Desenvolvida como monocultura ou associada a terras para plantio de cereal, a vinha preenche 38% das tendências de aquisição.

Procurar estabelecer uma relação entre o preço de custo e o tipo de propriedade adquirida seria mais completa, se de uma forma rigorosa, pudéssemos apresentar, também, as dimensões das áreas adquiridas.

---

<sup>214</sup> Esta licença toma maior fôlego quando assistimos a uma monja de Almoster colocar à venda bens que possuía por herança no Algarve. Curiosamente o valor dessa venda resulta em 700 libras (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 20).

Setembro e Novembro são os meses onde detectamos maior actividade de compras. Feitas em Óbidos, as compras de propriedades rurais envolvem a pequenos proprietários. Essas aquisições poderão ter sido facilitadas pela necessidade que aqueles lavradores têm de dinheiro. Indispensável para aquisição de sementes destinadas às parcelas que ainda mantêm, ou para o pagamento de rendas e foros a outros senhorios. A outra compra que conhecemos é feita durante a Primavera<sup>215</sup>. Tais comportamentos integram-se, de forma natural, nos ritmos agrícolas que conhecemos para este período da nossa Idade Média.

Procurar uma perspectiva de rentabilização na observação do fenómeno aquisicional de Almoester leva-nos a procurar a existência de um modelo racional, por parte da hierarquia de Almoester, onde a dispersão física das propriedades fosse evitada.

Numa observação mais detalhada das propriedades adquiridas reparamos que os bens comprados em contexto rural apresentam uma clara concentração. Esta tendência é confirmada quando justaposta aos dados fornecidos pelos contratos de enfiteuse, onde a aposta assenta numa clara fragmentação das herdades encabeçando-as com um casal.

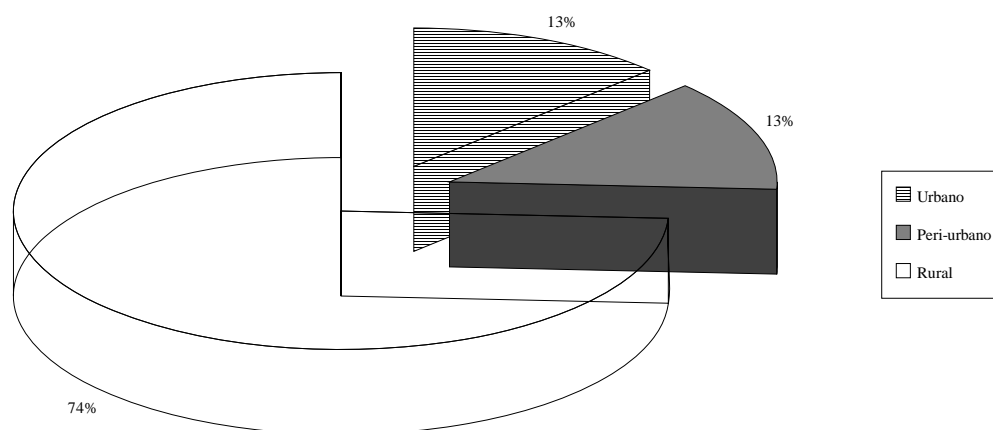
O modelo urbano de compras<sup>216</sup> apresenta uma óbvia estratégia de concentração. A escolha de Santarém e Lisboa são notórias e a concentração das compras por ruas e por freguesias é, aqui, mais que explícita.

---

<sup>215</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 40. 1314 Maio 24.

<sup>216</sup> Transacções feitas entre particulares, que mais tarde entrarão por legado no património fundiário de Almoester.

gráfico 13 - Compras de propriedades (1290-1293)



Observando o volume de aquisições na sua totalidade a preferência pelas aquisições de prédios rurais mantém-se (74%), ficando as compras de bens localizados em espaços peri-urbanos (13%) e urbanos (13%) relegadas para segundo lugar.

A referência a propriedades localizadas relativamente perto de centros urbanos, azenhas, levadas, lagares, olivais, pomares e adegas, pode ser atraente para o mosteiro de Santa Maria, que não irá negar as futuras doações.

Interessante é o conjunto de bens variados, detectados na documentação referente a diversas aquisições. De destacar é a compra de dois escravos mouros, no valor de 611 maravedis sevilhanos, por D. Dinis.

No conjunto da documentação referente às religiosas de Almoester, não encontramos nenhuma informação que se relacionasse com a venda, por parte das monjas, de qualquer propriedade, o que nos leva a supor que uma vez adquiridos os bens se tornavam praticamente inalienáveis.

Apenas uma exceção, ocorrida em 1375 Agosto 26<sup>217</sup>, quebra esta regra. A monja Inês Martins d'Alvim vende, em nome da abadessa e convento

---

<sup>217</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 20. Monja professa de Almoester e oriunda de famílias nobres, Inês Martins d'Alvim era filha de D. João Peres d'Alvim e d D. Urraca.

de Almoester, todos os bens<sup>218</sup> que lhe tinham ficado por herança paterna. O mosteiro realiza com a venda perto de 700 libras, de bom dinheiro português, que irão ser utilizadas, em grande parte, na aquisição de novas propriedades foreiras, nos termos de Óbidos e Santarém, bem como na enfermaria do mosteiro. É óbvio que a posse de bens fundiários, no reino do Algarve, apresentaria às freiras bernardas alguns problemas de administração e, eventualmente, o contrato de um procurador acabaria, a médio prazo, por ser demasiado oneroso para a limitada capacidade de investimento daquela instituição religiosa.

O mosteiro compra poucas propriedades, como referimos. Embora desconheçamos a totalidade dos processos relacionados com eventuais patrocinadores do mosteiro, podemos afirmar que a disponibilidade financeira das monjas não é das mais famosas. Sem o apoio da casa real, quer através de legislação mais favorável, quer por intermédio de diversas dotações<sup>219</sup> pensamos que teria sido muito difícil para o mosteiro adquirir estas quatro propriedades.

Se não se descortina uma estratégia organizada, por parte do cenóbio, relativamente às compras de bens, esta inexistência é reforçada pela própria localização<sup>220</sup>. Os lugares onde o mosteiro compra propriedades encontram-se bastante afastados da área de Almoester, sobretudo os adquiridos no termo de Óbidos, não evidenciando por isso um plano determinado de aquisições. A própria distância cronológica entre as várias compras vem, também, reforçar esta ideia. Mas o facto de não encontrarmos essa estratégia de expansão através de compras, tão comum às principais casas cistercienses<sup>221</sup>, não implica

---

<sup>218</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 20. Nomeadamente, quintas, coutos e padroados.

<sup>219</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 29. 1300 Julho 30. D. Dinis doa a Maria Nunes 300 libras. Maria Nunes tinha sido criada da rainha D. Beatriz. Esta doação destinava-se à aquisição de propriedades. Maria Nunes, monja de Almoester, é referida como tendo sido monja de Lorvão.

<sup>220</sup> *Vide* o mapa relativo a bens adquiridos por compra, na página seguinte.

que ao mosteiro não conviesse investir naquelas propriedades. Olhando para os locais que ocupam<sup>222</sup>, percebemos que constituem duas das principais áreas de investimento para todos os agentes económicos conhecidos na região<sup>223</sup>.

### **b) As doações**

A constante procura por parte do Homem de formas capazes de o propiciarem junto das forças que dirigem o *Além*, leva-o a imaginar, criar e regularizar, até de forma institucional, processos e modelos capazes, em todos os momentos, de lhe garantir uma confortável expectativa sobre um futuro, que nem o mago mais apurado ou o monge mais pio podem prever.

A Antiguidade Clássica, fértil em cultos pagãos, deu forma e conteúdo ao modelo da oferenda mortuária, elemento processual capaz de estabelecer e garantir o contacto com a divindade.

A Idade que fez renascer Aristóteles e Platão, que se agarrou à terra "reconquistada" através das espessas paredes dos templos românicos e que, vertiginosamente, tentou chegar aos "Céus" trepando pelas torres das catedrais góticas, que finalmente, após mil anos, lança com o sal do Atlântico, o Homem na Modernidade, concebe, dá à luz e acarinha a doação pia.

Enraizando-se profundamente nos costumes de toda a Medievalidade Ocidental, aperfeiçoa-se, transforma-se, recicla-se. Aproveitando a génese do purgatório (patamar supremo das infelicidades humanas: a virtuosa

---

<sup>221</sup> É o que se passa, por exemplo, com o Mosteiro de Alcobaça, que desde o século XII até finais do XV, faz das compras, e da sua concentração, (muitas vezes camufladas) uma das principais formas de crescimento territorial, como exemplificaram Iria Gonçalves e Pedro Gomes Barbosa.

<sup>222</sup> Algeber, no termo de Óbidos, e o lugar de Valada, nas proximidades do rio Tejo e integrada no termo de Santarém.

<sup>223</sup> Desde os mosteiros da região e da vila de Santarém, às casas monásticas lisboetas, passando pelos ricos proprietários vilãos da região. Bispados, como o de Lisboa, membros da aristocracia e a própria família real, aparecem a adquirir - ou a vender - bens nestes dois espaços.

estagnação)<sup>224</sup> a partir do século XII, multiplica-se. Doa-se por morte, doa-se por alma, doa-se por remissão dos pecados. Enfim, doa-se! Mas a quem?

Estando Deus impossibilitado de receber pessoalmente, é a igreja que recebe este encargo. A partir do século XII encontramos as ordens religiosas, espalhadas por todo o Continente europeu, a receberem doações<sup>225</sup> de leigos pertencentes a grupos sociais menos favorecidos.

A maioria dos cenóbios constitui-se a partir de legados pios que lhes atribuem meios capazes de garantir, simultaneamente, a subsistência e a possibilidade de poderem levar ao fim as missões sacralizadas para as quais, afinal de contas, nasceram: a salvação da Humanidade pela oração, a atenuação das dores terrenas dos Homens através da prestação de actos de solidariedade, difíceis de organizar pelos restantes corpos sociais - dotação de enfermarias e assistência aos pobres e necessitados.

Garantia "*a posteriori*", a doação permitia ao doador utilizar, com perspectivas de "lucro", os bens que ao longo da vida havia entesourado, entregando-os a outros, que pela força das orações lhe pudessem propiciar a salvação eterna<sup>226</sup>.

Mas embora lamentadas, por vezes, pelos nobres que as concederam, as doações feitas às unidades monásticas acabam por garantir, em momentos mais difíceis (como os vividos na segunda metade do século XIV) a sua própria existência e continuidade como grupo social, como tão bem o explicitou Maria Helena da Cruz Coelho.

---

<sup>224</sup> Sobre esta questão *Vide* a obra de Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, Estampa, 1993.

<sup>225</sup> Em Portugal as investigações feitas sobre senhorios monásticos apontam para um significativo predomínio da doação como modelo jurídico fundamental na constituição e ampliação desses domínios.

<sup>226</sup> Muitas das doações indicavam claramente o desejo por parte dos indivíduos de serem enterrados sob a protecção do mosteiro, numa tentativa fixa de aproximação ao ente criador. São neste aspecto fundamentais as obras de Phillipe Ariés, *O Homem Perante a Morte*, Mem Martins, Europa -América, [s.d.] e *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, [s.d.].

*"Viabilizam-se então os escambos de terras que possam favorecer o núcleo de propriedades honradas das famílias, ainda que não se deixe também de atender aos intuitos emparceladores do mosteiro. Mas, sobretudo, deixa-se que os parentes continuem, em sua vida, na posse dos bens que depois reverterão para o mosteiro. É esta via do préstamo que permite ao mosteiro agraciar a nobreza, atraindo-a e defendendo-a." 227*

Parte considerável do património de Almoester compõe-se sobre um conjunto de propriedades fundiárias e outros bens cuja proveniência detectamos através de instrumentos de doação<sup>228</sup>. À semelhança de muitas instituições monásticas medievais estudadas por outros autores<sup>229</sup>, também aqui, são as doações claramente maioritárias quando comparadas com outros modelos jurídicos como as compras ou os escambos.

O mosteiro, durante o período por nós estudado, apresenta um número considerável de contratos de doação<sup>230</sup>. 40 bens doados são recolhidos pelo mosteiro garantindo 89% de todo o património adquirido. A estes há que juntar mais 10 legados, relatados pela documentação entre 1289 e 1399, que são efectuados entre particulares e que acabarão, mais tarde, por entrar no património do cenóbio, também, por doação.

---

<sup>227</sup> Maria Helena da Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, "O Monaquismo Feminino e a Nobreza Medieval Portuguesa", sep. da Revista *Theologica*, II série, Vol. XXVIII, Fasc. 2, 1993. p. 502.

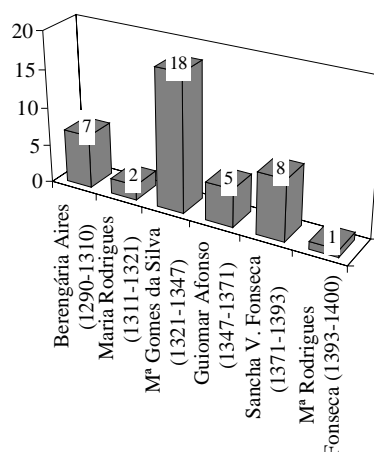
<sup>228</sup> Usamos aqui o termo doação no seu sentido lato, englobando heranças, testamentos, doações por morte e doações com reserva de usufruto, à semelhança do enunciado por Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca, 1988, p. 92 e 93. Doações e legados apenas apresentam diferenças quando avaliado juridicamente. As características principais, de ambos, são muito semelhantes, pelo que uma análise mais discriminativa acabaria por se tornar em mera repetição.

<sup>229</sup> Vejam-se a este respeito os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*; Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)* e Rui Cunha Martins, *Património Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, entre outros.

<sup>230</sup> Vide **gráficos 3 e 4**, p. 82.



**gráfico 14 - Doações / heranças por abaciado**



1287 inicia, através de um legado fundamental<sup>231</sup>, a da formação do domínio senhorial de Almoſter. Concretamente, são as disposições constantes deste documento que vão permitir a atracção de futuras doações e, sobretudo, o angariar candidatas a monjas que venham constituir o primeiro convento.

A primeira doação efectiva<sup>232</sup>, posterior ao momento fundacional, corresponde a um conjunto de legados entregues a Berengária Aires<sup>233</sup> por diversas monjas oriundas do mosteiro cisterciense de Celas, em terras do Mondego, que pretendem ser transferidas para a nova casa bernarda recém-fundada no lugar de Almoſter. Estes bens, que infelizmente não vêm discriminados no pergaminho que nos ficou como registo, destinam-se ao pagamento do dote de entrada na Ordem<sup>234</sup>.

<sup>231</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 55. 287 Julho 2 - Estamos a falar da doação feita por D. Sancha Peres, que descreve com bastante rigor o destino que o usufrutuário lhe deve dar: "*Imprimeiramente mando que mha filha D. Beringueira faça fazer hum Moenſteiro de Monjas da Ordim de Cistel, ou d'outra Ordim, que seja a serviço de Deos, qual mha filha tiver por bem, no meu logar d'Almoſter...*".

<sup>232</sup> Se considerarmos a fundação no ano de 1289.

<sup>233</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 21 - A doação é feita por Aldonça Gonçalves, Guiomar Afonso (futura abadessa), Aldonça Vasques, Guiomar Rodrigues, Berengária Gomes da Mouta (ou Mota), Teresa Domingues, Monia Gil e Joana Lourenço.

<sup>234</sup> Possuímos vários documentos, referentes a diversos abaciados, onde são feitas doações para dote de entrada na Ordem. (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 15; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 5; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 6 e 7).

A movimentação das doações por abaciados é expressiva no que diz respeito a flutuações entre períodos de maior normalidade e momentos mais difíceis. O primeiro abaciado conhecido (1289-1310) apresenta um interessante fluxo de doações (17%, ou sete legados efectuados<sup>235</sup>), e assenta sobretudo num conjunto importante de bens entregues pela própria Berengária Aires<sup>236</sup> ao convento.

A primeira abadessa de Santa Maria de Almoester é a principal patrona deste mosteiro. Com as doações por ela feitas, constitui-se o embrião do património fundiário, suficiente para satisfazer as necessidades fundamentais da comunidade em formação. Em 22 de Abril de 1301<sup>237</sup>, D. Berengária doa ao cenóbio, pela salvação da sua alma, uma lezíria localizada no lugar de Corte da Vila, próximo de Azambuja. Do mesmo ano, mas agora em Junho, no dia 3<sup>238</sup>, lega à mesma instituição várias vinhas com árvores e lagares. Dois dias depois<sup>239</sup> entrega um herdamento com casas, vinha e lagar, que possuía nos campos de Tavra, termo de Santarém. Mas o volume de bens doados pela primeira *mater* de Almoester não termina por aqui. No começo do ano de 1304<sup>240</sup>, vêmo-la de novo dotar o *seu* mosteiro com várias vinhas e uma adega. Um ano e um mês depois<sup>241</sup>, a terça parte de todas as terras que possuía em Alpiarça reverte a favor das Donas. A esta doação junta-se também um paul, localizado no mesmo sítio.

---

<sup>235</sup> Vide gráficos 14 e 15 - Doações e heranças, p. 100 e 102.

<sup>236</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 11; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2.

<sup>237</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 11.

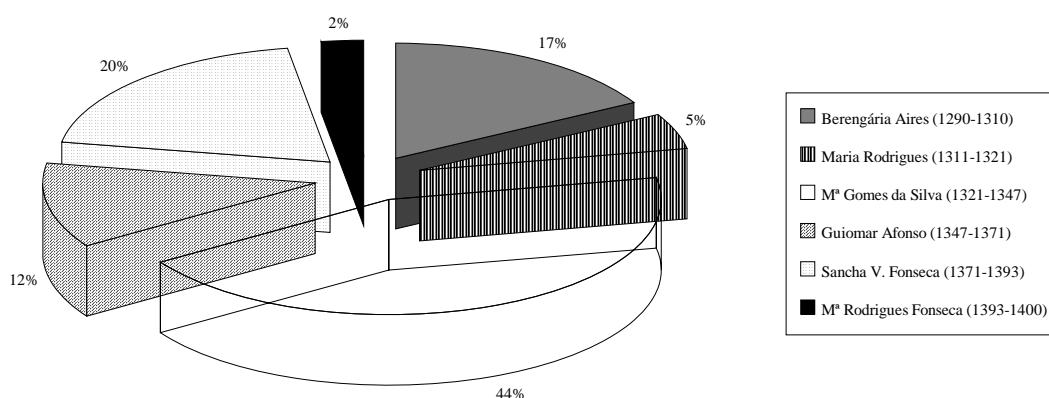
<sup>238</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21 - Nesta doação D. Berengária Aires entrega ao mosteiro todas as vinhas que possui na zona de Alvisquer.

<sup>239</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46. 1301 Junho 5.

<sup>240</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38. 1304 Janeiro 12 - Infelizmente o mau estado em que o pergaminho consultado se encontrava impediu-nos de poder indicar, com precisão, o local exacto.

<sup>241</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 60. 1305 Fevereiro 12.

gráfico 15 - Doações / heranças por abaciado



Segundo período a considerar, o abaciado de Maria Rodrigues<sup>242</sup> (1311-1321), apresenta uma significativa quebra no volume de instrumentos de doação. Apenas 2 unidades, correspondentes a 5% do total de legados, existem na documentação consultada<sup>243</sup>. A primeira doação<sup>244</sup> é feita por três monjas de Almoster, D. Mécia<sup>245</sup>, D. Maria Gomes<sup>246</sup> e sua irmã D. Aldonça Gomes<sup>247</sup>, que deixam ao mosteiro a terça parte dos bens que possuíam em Tavra, Alcaidaria e Manteigas<sup>248</sup>.

---

<sup>242</sup> D. Maria Rodrigues é filha de Rodrigo Garcia de Paiva e Berengária Aires.

<sup>243</sup> Nenhuma das doações é feita pela abadessa ao mosteiro.

<sup>244</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 63. 1313 Setembro 29 - Não possuímos o diploma de doação mas apenas um registo de tomada de posse da herança deixada ao mosteiro por aquelas monjas. É muito provável que a doação tenha sido feita durante o abaciado anterior.

<sup>245</sup> A única referência que possuímos em relação ao monacato de D. Mécia é do ano de 1313, muito provavelmente já como data póstuma.

<sup>246</sup> É provável que seja Maria Gomes da Silva, terceira abadessa de Almoster (1314 a 1347). É abadessa a partir de 1321.

<sup>247</sup> Monacato de 1313 a 1341.

<sup>248</sup> A saber: a terça parte de 1 olival, de 1 casa e de 1 herdade.

No final do ano de 1320<sup>249</sup> encontramos a monja Constança Lourenço<sup>250</sup> a deixar à enfermaria do convento todos os bens que possuía no lugar de Almoester.

Mas é com Maria Gomes da Silva<sup>251</sup>, terceira abadessa, que se verifica o momento mais significativo de legados deixados ao mosteiro. 47%, equivalentes a 18 instrumentos<sup>252</sup>, surgem como um valor bem expressivo acerca do conjunto de bens que entram agora no património de Almoester. Embora 61%<sup>253</sup> sejam relativos a tomadas de posse sobre heranças (apenas 39% são doações expressas) feitas no passado<sup>254</sup>, é interessante registar a capacidade de atracção que o senhorio monástico exerce sobre potenciais doadores.

Algumas destas doações (3 unidades) são relativas a dotes entregues por novas monjas, no momento da entrada na Ordem. Tal é o caso de Leonor Martins Pombinha<sup>255</sup> que doa um herdamento que possuía em Alvisquer e de Inês Afonso<sup>256</sup> que, em 1342 Fevereiro 8, entrega bens diversos<sup>257</sup> que detinha na cidade de Lisboa. Um último dote registado neste abaciado reporta-se ao

---

<sup>249</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 53. 1320 Outubro 21.

<sup>250</sup> Monacato de 1313 a 1320.

<sup>251</sup> Abadessa entre 1321 e 1347.

<sup>252</sup> *Vide gráfico 19 - Doações e posse de heranças*, p. 114.

<sup>253</sup> Abaciado de Maria Gomes da Silva (1321-1347).

<sup>254</sup> Também aqui não possuímos os instrumentos originais de doação.

<sup>255</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 15. 1337 Março 7. Esta doação é efectuada por Domingas Vicente, avó de Leonor, determinando que seja para ser usada como dote: ou para a entrada no convento; ou para o casamento da sua neta. Domingas Vicente tinha sido casada com João Martins Pombinho. Encontramos Leonor Martins como monja de Almoester a partir de 1337.

<sup>256</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 5 - Inês Afonso era filha de Afonso Giães e Aldonza Vasques e neta de mestre Julião de Lisboa, referido no documento como "*...mestre em leis e escolar...*". Inês vai ser monja em Almoester a partir de 1342.

<sup>257</sup> O documento consultado não é expressivo em relação ao tipo de bens que Inês Afonso possuía em Lisboa.

ano de 1342<sup>258</sup>, em que Constança Rodrigues entra no convento almonasteriense doando-lhe um vasto conjunto de bens localizados no termo de Santarém<sup>259</sup>.

Nos restantes instrumentos de doação a maior parte dos doadores são representados por elementos ligados ao claustro do convento. Oito instrumentos referem-se a doações (ou tomada de posse por herança) de bens e propriedades feitas ao mosteiro por algumas das suas monjas. É o caso de Maria Afonso<sup>260</sup>, cujos bens situados em Santarém são tomados pelo mosteiro após a sua morte. O mesmo se passa com dois casais situados em Vila Nova de S. Pedro d'Arrifana, doados pela freira Constança Lourenço<sup>261</sup> e que o convento retoma.

Datado de 1334 surge-nos um instrumento de doação directa ao mosteiro, apresentando características diferentes em relação ao modelo tradicionalmente seguido. Catarina Anes do Ferragial<sup>262</sup> doa a Almofter uma vinha localizada em Alvisquer e mais 50 libras em dinheiro. Este legado<sup>263</sup> é feito para a salvação da alma de sua filha, Maria Mendes, monja daquele convento.

---

<sup>258</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 6 e 7 (1342 Fevereiro 8 e 1342 Setembro 19) - Constança Rodrigues era filha de Rodrigo Anes Galego e Maria Esteves.

<sup>259</sup> A saber: várias herdades; 2 olivais, 1 almuinha e ¼ de casa em Almofter, Ladeira e Tavra.

<sup>260</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 37. 1321 Março 19.

<sup>261</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 51. 1329 Outubro 7 - Constança Lourenço já anteriormente tinha doado um conjunto de bens que possuía no lugar de Almofter (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 53 de 1320 Outubro 21). Este documento contém um treslado datado de 1326 Julho 8.

<sup>262</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 1, de 1334 Julho 21 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 2, de 1334 Agosto 13. Não encontramos mais nenhuma referência que nos permitisse classificar Catarina Anes do Ferragial como monja de Almofter.

<sup>263</sup> O convento toma posse destes bens seis dias depois (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 49, de 1334 Julho 27).



Importantes são as doações feitas por particulares ao mosteiro, quer pela localização dos bens legados, quer pelo seu próprio valor e potencial económicos. É o que se passa com um conjunto de bens<sup>264</sup>, pertencentes a Pêro Afonso e situados nos férteis campos de Valada, e que são tomados por Almoester no Verão de 1328, alegando as monjas que aqueles bens lhes tinham sido doados pelo defunto. A mesma atitude é tomada em relação a duas casas<sup>265</sup>, dois lagares e duas vinhas situadas em Alforgemel, previamente doados aquela instituição monástica por Lourenço Anes de Briteiros.

Guiomar Afonso, abadessa seguinte, dirige os destinos do ainda jovem senhorio de Almoester entre os anos de 1347 e 1371. Desta gestão registamos uma acentuada diminuição no volume de bens que por doação entram no cenóbio. Apenas 12% (5 cartas de doação e posse de heranças) do movimento total do mosteiro até finais do século XIV, acabam por traduzir um expressivo abrandamento em relação à tendência verificada no abaciado anterior<sup>266</sup>.

Os doadores detectados mantêm, de certa forma, as tendências verificadas em abaciados anteriores. Também aqui existe um claro equilíbrio entre doações feitas por particulares e legados atribuídos por monjas ao seu convento.

Factor primariamente explicativo de uma regressão detectada para o período compreendido entre os anos de 1347 e 1371, o surto de peste bubónica que parece ter assolado o país não é, pelo menos em Almoester, acompanhado

---

<sup>264</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 3, n<sup>o</sup> 18. 1328 Julho 3 - a saber: várias casas; 2 courelas de herdade; 2 vinhas e 1 adega com 5 cubas, 3 tonéis e 1 bacelo.

<sup>265</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 8, n<sup>o</sup> 2. 1344 Setembro 28.

<sup>266</sup> Os escassos instrumentos de doação entre 1347 e 1379 existentes no cartório das freiras de Almoester, leva-nos a subscrever as dúvidas levantadas por Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 29, acerca da influência da Peste Negra no significativo aumento de doações aos mosteiros. Obviamente que nos faltam estudos mais profundos e sérios sobre a importância do fenómeno pestífero na economia e sociedade portuguesas dos finais da Idade Média.

por um grande aumento de doações. O fenómeno é, aliás, inversamente proporcional.

É provável que a região de Santarém tenha reagido de forma idêntica ao resto do país, assistindo a uma metódica deslocação dos ocupantes do termo rural para os centros urbanos<sup>267</sup>, afastando-os cada vez mais da gestão directa dos seus bens fundiários, deixando para os camponeses o domínio útil da terra. Este fenómeno é acompanhado por uma redução da área e quantidade de propriedades exploradas directamente pelo mosteiro, passando os contratos de enfiteuse a dominar, como adiante veremos, o panorama da gestão agrária daquele domínio senhorial.

Este cenário de diminuição de área explorada, acompanhado por escassas aquisições por doação, que vemos surgir em Almoester, pode também estar relacionado com uma quebra demográfica acentuada provocada por múltiplos factores e onde o modelo epidémico pode alcançar alguma expressão.

O período seguinte (1371-1393) apresenta, ao nível das doações, sintomas de recuperação. Dos cinco instrumentos referentes a bens adquiridos por doação, detectados no abaciado anterior, passa-se agora para um total de 8 cartas respeitantes a este modelo jurídico<sup>268</sup>, correspondentes a 20%<sup>269</sup> do volume total de propriedades doadas às monjas.

---

<sup>267</sup> A vila de Santarém, conhece para este período uma concentração populacional suportada por várias migrações rurais. Santarém conhece um momento de excesso de mão-de-obra não especializada que escasseia nos campos envolventes. *Vide* Maria Ângela Beirante, *ibidem*, p. 55. Sobre a forma como a Grande Peste afectou a vila de Santarém tome-se nota do trabalho de Iria Gonçalves sobre "As Consequências Demográficas da Peste Negra", publicado em "Para o Estudo da Peste Negra em Portugal", sep. da *Revista Bracara Augusta*, Vol. XIV-XV, nº 1-2, Braga, 1963, p. 9 a 15.

<sup>268</sup> Apenas um documento é referente a uma tomada de posse por parte do mosteiro (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 31. 1385).

<sup>269</sup> *Vide gráfico 15 - Doações e heranças*, p. 102.

Com uma doação por alma<sup>270</sup> e a referência a uma tomada de posse, totalizam somente duas das oito doações atribuídas ao mosteiro. O resto é doado por particulares, que iniciam o processo em 1376<sup>271</sup>. O casal Nuno Caturro e Constança Gomes atribuem ao convento, pela salvação de sua alma, uma quinta em Torre Penalva. Esta primavera de 1376 é de facto auspiciosa para Almoester. O mês de Maio<sup>272</sup> propicia ao claustro de Almoester uma doação de perto de cinquenta propriedades<sup>273</sup>, feita pelo mesmo Nuno Caturro e mulher.

As doações continuam no ano de 1379<sup>274</sup>, quando Mendo Afonso de Figueiredo doa ao mosteiro um olival que tinha em Tremez. O último instrumento<sup>275</sup> que atribui bens a Almoester é feito por Afonso Geraldês e Inês Afonso, e corresponde a dez propriedades<sup>276</sup> situadas em Alfoigemel.

Quanto a eventuais referências a instrumentos de doação efectuados entre particulares neste abaciado de Sancha Vasques da Fonseca<sup>277</sup> elas não alcançam nenhuma expressão.

Terminado de forma abrupta no ano de 1368, só em 1376 o mosteiro retoma o fluxo de doações, que se mantém constante até 1387. Qual a razão desta retoma?

---

<sup>270</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 15, de 1387 Maio 25 - Teresa Gonçalves Coutinho (1387-1398) doa várias casas com as suas terras (choussos e courelas) e moinhos, localizados próximo da ribeira de S. João, no lugar de Alvisquer.

<sup>271</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 46. 1376 Abril 24.

<sup>272</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 1. 1376 Maio 22.

<sup>273</sup> 46 para ser mais preciso: 39 herdades; 2 casas; 2 courelas; 2 almuinhas e 1 vinha. Estas propriedades localizavam-se nas proximidades do mosteiro, nos lugares de Vila Nova de S. Pedro d'Arrifana, Torre Penalva, Vila Nova (do Couto) e Outeiro da Cortiçada.

<sup>274</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 32. 1379 Junho 9.

<sup>275</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 15.

<sup>276</sup> a saber: 1 casa, 1 olival e 8 courelas.

<sup>277</sup> O período cronológico em que se insere este abaciado, um dos mais críticos da nossa Idade Média, poderá ser responsável por esta situação. Sobretudo a acentuada quebra demográfica no mundo rural.



Conhecemos, de forma indirecta, muitos sintomas e aspectos da "crise", através dos protestos da Nação levados às cortes, e das medidas mais enérgicas tomadas pelos monarcas portugueses ao longo do século XIV. Todas procuram restabelecer o sistema produtivo, incidindo especialmente no combate à alta de preços, mas sobretudo na contenção do êxodo rural. A constante degradação dos campos e a falta de cereais levam a medidas de excepção como a famosa ordenação de lavoura ou Lei das Sesmarias, promulgada em 1375. Pestes, maus anos agrícolas, revoltas populares e instabilidade geral são, também, variáveis fundamentais na explicação dos graves problemas que afectam o país.

O estado constante de guerra contra o reino de Castela desde 1370 surge-nos como factor importante a considerar. As várias derrotas sofridas pelas forças de D. Fernando e as invasões do país, a partir de 1383, que levaram à guerra da independência poderão ter influido no aumento das doações feitas ao mosteiro que aqui estamos a trabalhar.



Mas o espaço de Almoester é também patrocinado pela instituição régia. Várias doações são atribuídas ao mosteiro pela coroa neste primeiro século da sua fundação. Personagem fundamental para os senhorios monásticos femininos dos finais do século XIII e inícios do XIV, a Rainha Santa dota consideravelmente as Donas de Almoester e garante-lhe, para sempre, protecção régia.<sup>278</sup> D. Afonso IV e D. Beatriz<sup>279</sup> intervêm por diversas vezes em benefício

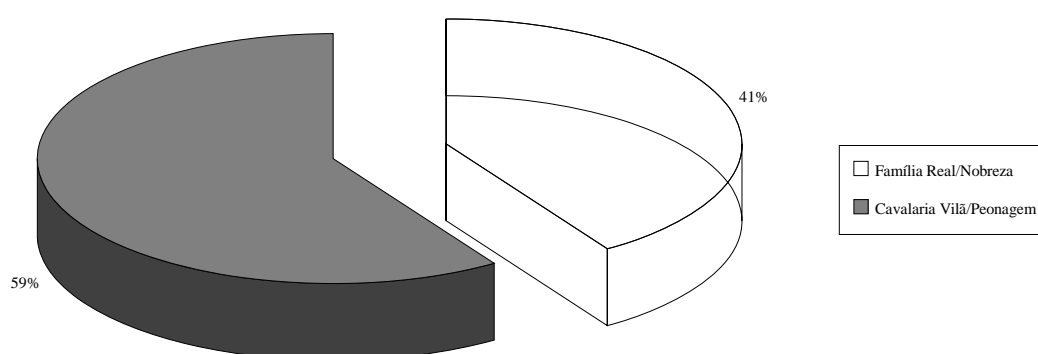
<sup>278</sup> Os dois testamentos de Isabel de Aragão são explícitos:

1327 Abril 19  
"...Item aas Donas de Santa Clara de Lixbona duzentas libras. Item aas Donas de Santa Clara de Santaren trezentas libras. Item aas Donas de Sam Domingos de Santaren duzentas libras...Item mando ao Moesteyro dAlmoester quinhentas libras..."

1327 Dezembro 22  
"...Item mão ao Mostreiro de Almoester mil libras...E peço (sic) a ElRey Dom Afonso meu filho & a rainha Dona Breatis & ao Iffante Dom Pedro meu neto & à Iffanta Dona Maria minha neta, que tenhaõ por bem de tomarem este meu testamento en si... Outro si lhes encomendo o Mostreiro de Santa Ana das cellas da ponte & o Mostreiro do Almoester..."

do mosteiro quer dotando-o com meios financeiros que lhe permitam adquirir bens fundiários, quer contribuindo através de apanágios excepcionais em relação ao código legal existente que possibilitem ao mosteiro arrecadar as heranças das suas freiras e de particulares beneméritos, bem como ultrapassar a base de investimento legal a que os senhorios eclesiásticos estavam obrigados pelas justiças do reino.

gráfico 16 - Proveniência social das doações



Formas de aquisição patrimonial de grande importância no que diz respeito aos bens possuídos pelo mosteiro, as doações encontradas assentam em bases sociais diferentes. Tais legados piedosos são provenientes de grupos sociais bem determinados. O primeiro é preenchido por dotações atribuídas ao mosteiro pela família real (D. Dinis, D. Isabel de Aragão, D. Beatriz e D. Afonso IV), bem como por elementos integrantes de uma nobreza local. Ao segundo grupo pertencem proprietários provenientes da cavalaria vilã dos principais concelhos envolvidos<sup>280</sup>, elementos ligados a mesteres urbanos e um conjunto apreciável de proprietários rurais.

---

excertos extraídos de Fernando Barros Leite, *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*. [Coimbra], 1993, p. 354 e 359.

<sup>279</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. , nº. 8

<sup>280</sup> Lisboa, Óbidos e Santarém.

Pertence a este grupo constituído por elementos oriundos da cavalaria-vilã a maior quantidade de doações<sup>281</sup> (59%, correspondentes a 23 legados) feitas ao mosteiro. O grupo nobiliárquico é representado por 16 instrumentos de doação (41%).

No grupo dos doadores não nobres<sup>282</sup>, detectámos uma distribuição por casais e pessoas singulares<sup>283</sup>.

Contribuintes importantes para o crescimento do património de Almoester acabavam por ser as suas próprias monjas que, através do dote, ou mais tarde por legado dos seus bens, o alargavam e tornavam economicamente operacional. Atrás destas monjas, algumas das quais para sempre esquecidas da História, vislumbramos pequenas famílias nobres e um conjunto de indivíduos ligados à cavalaria vilã santarena, que contribuem activamente para o aumento do senhorio de Almoester.

Se já sabemos quem doa, torna-se agora importante procurar descortinar o porquê destas doações: quais as causas e expectativas que provocam a doação? Nas doações particulares encontramos as motivações de ordem espiritual a dominar o processo. Estas dádivas, que pretendem propiciar ao indivíduo, um contacto privilegiado com o Além, num momento *post mortem* reflectem a preocupação com a salvação da alma e a remissão dos pecados do benfeitor. O medo do "julgamento" de Deus leva a que os doadores deixem expresso no instrumento que destinam ao mosteiro, a encomenda de missas por

---

<sup>281</sup> Vide gráfico 16 - Proveniência social das doações, p. 109.

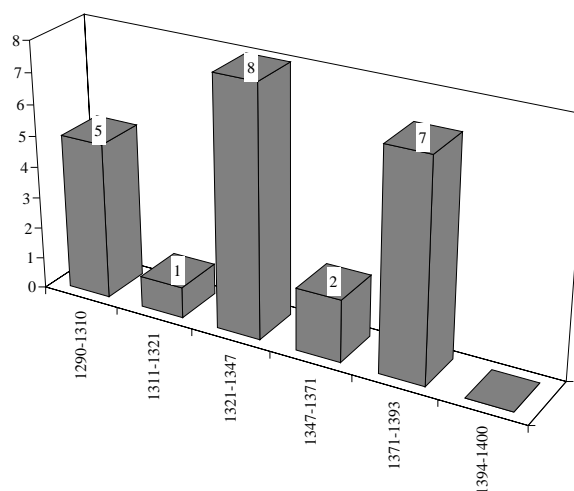
<sup>282</sup> Doações do grupo popular:

<i>GRUPO POPULAR</i>	<i>DOAÇÕES</i>	<i>%</i>
casal	6	23%
pessoas singulares	17 (2 são viúvas)	65%
sem informação	3	12%

<sup>283</sup> Provavelmente muitas destas pessoas singulares estariam em estado de viuvez, o que constituiria forte motivação para a procura de protecção espiritual do mosteiro.

alma, bem como a protecção e manutenção das suas campas, onde sob a fresca sombra gótica das paredes de Almoester aguardarão o último dia.

gráfico 17 - Doações "por alma"



Não é apenas a encomenda das almas a única razão que se oferece aos potenciais doadores. Procurando viver comodamente os últimos dias da sua existência terrena, entregam às freiras os bens que possuem, salvaguardando expressamente o usufruto dos rendimentos (ou parte deles)<sup>284</sup> das suas propriedades até à hora da morte. Estas doações por *salvação da alma* só podem ser rentabilizadas após o desaparecimento do indivíduo, impedindo o mosteiro de as poder lançar, de imediato, no seu activo.

Doações por morte ou de *reservato usufructo* <sup>285</sup> trazem ainda outro género de problemas. A questão da herança dos filhos limitava o quantitativo dos bens que poderiam ser doados ao mosteiro. Um conjunto bastante apreciável de litígios entre as monjas de Almoester e particulares diz respeito a

---

<sup>284</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, nº 1, m. 61. 1383 Agosto 30 - Este é um dos exemplos que podemos citar. O mosteiro fica obrigado a alimentar João Peres e a sua mulher Margarida Anes (...com carne, peixe e vinho) e a abrigá-los em duas casas próximas do celeiro do mosteiro. Em troca disto e da salvação das suas almas, com enterro no alpendre e missas perpétuas, os doadores entregam ao mosteiro todos os bens que possuem em Torre Penalva, Vila Nova, Ventosa e Arrifana.

<sup>285</sup> Não detectámos no cartório de Santa Maria de Almoester nenhum documento onde a doação oferecesse, não a posse do imóvel (total ou parcial), mas apenas as rendas.

contestações que os herdeiros fazem sobre os bens doados pelos seus progenitores, bem como a forma como são efectuadas as partilhas<sup>286</sup>.

O procedimento mais comum - o mais fácil<sup>287</sup> - é a divisão dos bens de herança em partes. Esta situação permitia que fosse salvaguardado o direito, por parte dos descendentes legítimos, à posse dos bens de avoenga.

A intencionalidade da doação recaía assim, num processo de divisão das partes dos bens que tinham entrado, por ganhadia, no património do particular. A estes bens era retirada, na maior parte dos casos<sup>288</sup>, a terça parte, passível de ser doada a instituições religiosas e garantida por medidas jurídicas de excepção.

Ao procurarmos dar cor ao universo de doações que compõem parte do património de Santa Maria de Almoester acabamos por nos fixar num instantâneo, em que as doações feitas sobre bens de herança correspondem praticamente à terça das propriedades adquiridas por ganhadia.

Como atrás referimos, o mosteiro tinha autorização expressa da coroa para poder ficar com as heranças deixadas pelas suas monjas professoras. A isenção à lei geral de 1291, concedida por Afonso IV<sup>289</sup> permite este género de transferências de bens. Podendo herdar os seus bens e deixá-los ao mosteiro estavam, no entanto, impedidas de os poderem alienar. Se o quisessem fazer necessitavam de uma autorização da abadessa e do convento<sup>290</sup>.

---

<sup>286</sup> O mesmo se verifica com outras casas religiosas.

<sup>287</sup> *Vide* sobre este aspecto Maria Helena Cruz Coelho, *ibidem*, p. 94 - 95.

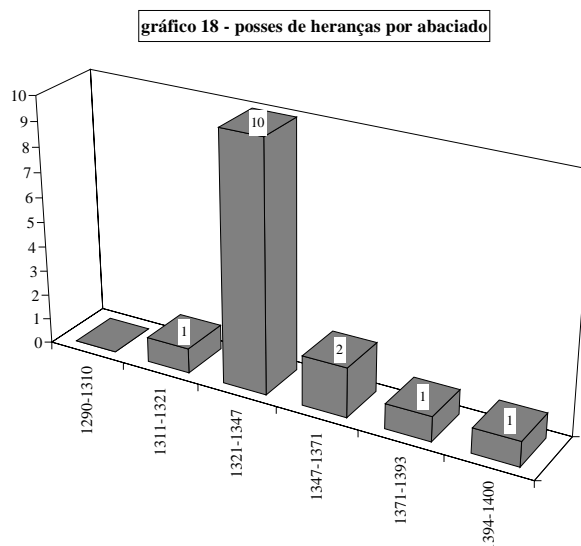
<sup>288</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, nº 2, m. 32. 1342 Abril 21 - Gonçalo Peres e Teresa Anes são um caso paradigmático. No instrumento de doação, assinado pelo tabelião de Santarém, Lourenço Martins, Teresa Anes, viúva de Gonçalo Peres, deixa ao mosteiro a terça parte dos bens que possuía em Almoester.

<sup>289</sup> Em nota anterior reproduzimos a carta de privilégio atribuída por Afonso IV às Donas de Almoester. *Vide* nota 193, p. 80.

<sup>290</sup> Esta impossibilidade de poderem desfazer-se dos seus bens é regra dentro da comunidade cisterciense. Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 50 refere a existência desta norma para o mosteiro de Alcobaça.

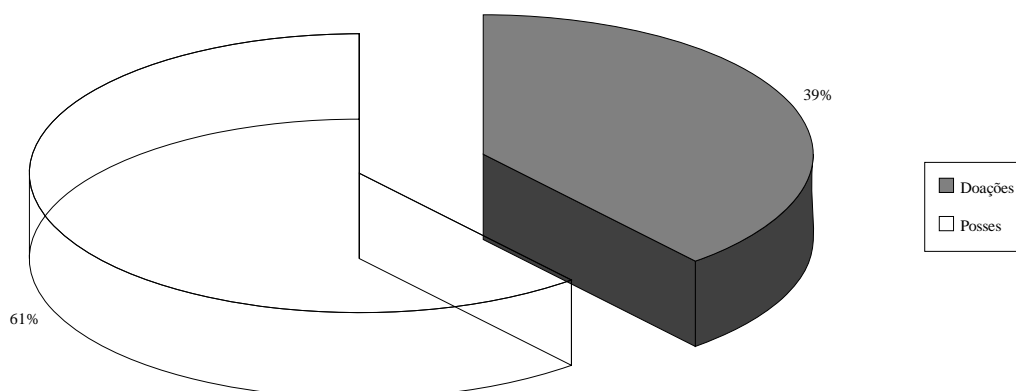
A existência de heranças, mesmo pertencentes a um senhorio monástico, como é o de Almoster, arrasta consigo, quase sempre disputas litigiosas entre os herdeiros. A maior parte das heranças atribuídas a Almoster foram sendo contestadas pelos parentes dos eventuais testamenteiros, alcançando os processos de litígio referentes à qualidade e quantidade dos bens doados, proporções de maior gravidade, levando os descendentes dos doadores a oporem-se, por todos os meios, ao mosteiro.

Valia-se Almoster, nestas alturas, dos privilégios e mercês concedidas pelo poder régio. Em casos mais desesperados acabava por apelar directamente ao monarca, conseguindo assim uma solução satisfatória e garantindo mais um documento de confirmação das concessões atrás recebidas.



Comparadas com as doações (39%), as posses jurídicas de bens adquiridos por herança são claramente maioritárias (61%).

gráfico 19 - Doações e posse de heranças



São em grande número os documentos<sup>291</sup> que se referem a heranças, especialmente sobre tomadas de posse, por sentença judicial, de bens doados ao mosteiro, quer por particulares, quer por monjas professoras o que vem indicar a existência de forte contestação local à tendência de crescimento do cenóbio, à custa de propriedades subtraídas aos proprietários herdeiros locais.

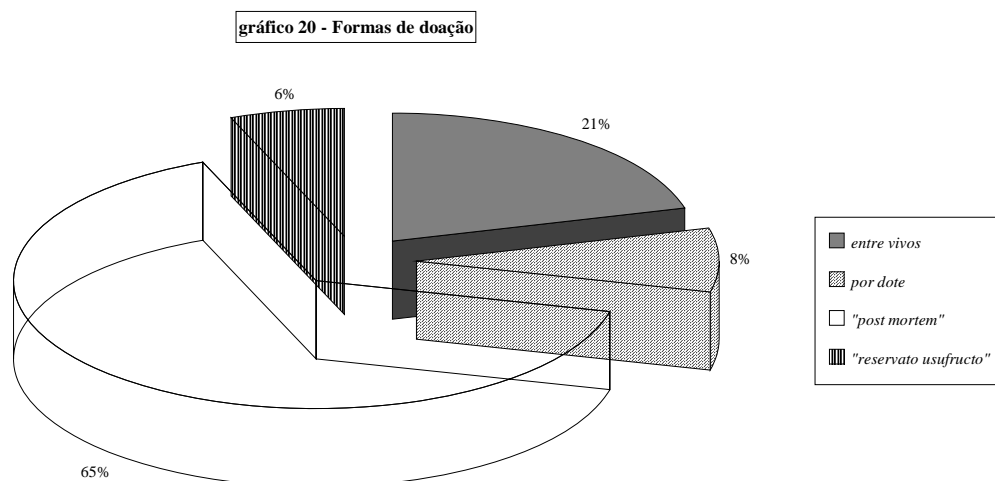


Doar espiritualmente, apenas para salvação da alma, não constitui a única forma. Profundamente arraigadas na mentalidade medieval, a fé e o peso da "mão de Deus", serviam como panaceias para a expiação de comportamentos mais duvidosos. Algumas cartas de doação aparecem como pagamentos de dívidas materiais contraídas, neste caso, com o mosteiro. Rendas atrasadas, violação expressa de direitos e prerrogativas do convento são motivos de sobra que levam os prevaricadores a prestar contas ao cenóbio, geralmente perante as justiças do reino.

---

<sup>291</sup> Como podemos constatar nos **gráficos 18 e 19 - Doações e posses de heranças**, p. 114.

Durante o período de organização do processo judicial, do julgamento do caso até à posterior execução da sentença, os bens doados ao mosteiro ficam impugnados e incapacitados de poderem produzir, ou ser convertidos, em mais-valia para o cenóbio.



Das 48 doações feitas às donas de Almoester e entre particulares, por nós levantadas, 10 (21%) reportam-se a actos de doação entre vivos, enquanto 31 (65%) são doações testamentárias<sup>292</sup>. Deste conjunto, onde o maior número representa propriedades adquiridas após a morte do doador, não entrando por isso imediatamente em vigor e não sendo de imediato rentável para o mosteiro, existem, de forma segura, 3 (6%) instrumentos onde consta, de forma explícita, a reserva de usufruto para o doador e outros 4 (8%) que consistiam em dotes de entrada de bens para as monjas.

De registar o facto de 4 das doações serem estabelecidas por dote<sup>293</sup> para tomar ordens. As pretendentes entregavam ao mosteiro todos os bens móveis e

---

<sup>292</sup> Vide a este respeito a alínea que se refere explicitamente às disposições testamentárias.

<sup>293</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 31 de 1296 Julho 26; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 44 de 1337 Julho 8; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 5 de 1342 Fevereiro 8 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 6 de 1342 Fevereiro 8.



de raiz que possuíam. Numa delas<sup>294</sup> encontramos as primeiras monjas deste convento.

À enfermaria do mosteiro é atribuída uma doação<sup>295</sup>, feita por D. Berengária Aires e que compreendia a terça parte das terras e de um paul que possuía em Alpiarça. Curiosa é a doação de várias vinhas e de uma adega<sup>296</sup>, em Santarém, ao mosteiro. D. Berengária Aires, a doadora, destina os rendimentos resultantes da exploração dessas propriedades à vestimenta do mosteiro. Desses rendimentos deveria resultar vestimenta para uma monja e dela deveriam ainda ser pagas as soldadas dos capelães que rezavam missa na igreja conventual.

São poucos os documentos referentes a doações entre particulares existentes no cartório de Almoester<sup>297</sup>. Durante o primeiro século de existência do mosteiro contabilizámos um total de sete instrumentos referentes a doações e heranças<sup>298</sup> entre particulares.

Naturalmente escasso, este tipo de registos é bastante importante para a gestão administrativa do mosteiro, já que aqueles permitem justificar e garantir a posse e alienação futuras dos bens referidos. Não contabilizáveis nas doações directas atribuídas às monjas, representam, alguns deles, importantes dotações. É o caso, já referido<sup>299</sup>, da doação efectuada por D. Beatriz. A rainha doa à sua antiga criada 300 libras, para esta adquirir bens fundiários que sirvam de dote para a sua entrada no mosteiro. É vontade expressa da soberana que, após a morte de Maria Nunes, os bens assim adquiridos revertam a favor de Almoester.

---

<sup>294</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 31.

<sup>295</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2 - Muitas das rendas dos contratos de enfiteuse vão-se destinar a esta enfermaria.

<sup>296</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38, de 1304 Janeiro 12.

<sup>297</sup> Vide **gráfico 14 - Doações/heranças por Abaciados**, p. 100.

<sup>298</sup> Também aqui juntámos às doações os documentos referentes a actos de posse de bens herdados.

<sup>299</sup> Vide p. 280.

Outra doação entre particulares que deve ser referida é efectuada por D. Sancha Peres, mãe da primeira abadessa do mosteiro<sup>300</sup>, a João Peres<sup>301</sup> e sua mulher, Maria Martins, de uma casa localizada na freguesia de Santa Maria de Marvila<sup>302</sup>, dentro das muralhas de Santarém.

O ano de 1319<sup>303</sup> é testemunha de uma dotação feita pelo mosteiro de Lorvão a Fernão Peres e sua mulher. Parece ser, à primeira vista, um procedimento normal, não fora o caso de esta doação incidir sobre uma albergaria localizada em Almoester. Esta albergaria vem a integrar os bens de Almoester, mercê de uma sentença<sup>304</sup> proferida por D. Afonso IV, penalizadora para o mosteiro de Lorvão. Sabemos, ainda, que esta albergaria era reguengueira, como consta do resultado de uma inquirição<sup>305</sup> ordenada por Afonso III.

No Verão de 1368<sup>306</sup> encontramos o mosteiro de Santa Maria de Almoester a fazer uma curiosa dotação a uma das suas monjas. Berengária Anes recebe, para seu usufruto, um conjunto de herdades<sup>307</sup> e vinhas localizadas na área de Alenquer<sup>308</sup>. Doação feita por uma vida, os bens voltariam, após a sua morte, à posse do mosteiro.

---

<sup>300</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 60. 1306 Agosto 6.

<sup>301</sup> João Peres é indicado como sendo um dos alvazis de Lisboa.

<sup>302</sup> Muito provavelmente situada na rua dos Mercadores onde o mosteiro vai possuir e arrendar, mais tarde, um apreciável número de casas.

<sup>303</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 5. 1319 Março 10.

<sup>304</sup> AN/TT, *Gavetas - I*, m. 2, nº 5. 1326 Julho 5.

<sup>305</sup> *Livro II de Direitos Reais*, fólio 56.

<sup>306</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 6. 1368 Agosto 12 - Esta é a única data conhecida do monacato de Berengária Anes.

<sup>307</sup> Estes bens tinham pertencido à monja Constança Gil (desconhecemos qual o período em que esta monja frequentou o claustro de Almoester).

<sup>308</sup> Desconhecemos a exacta localização destas propriedades.

O último registo reporta-se aos primeiros dias de 1399<sup>309</sup> e diz respeito a uma doação feita pela monja Berengária Martins Pimentel<sup>310</sup> a seu irmão Vasco Martins Pimentel e sua cunhada, Maria Rodrigues, de duas courelas de vinha, localizadas no lugar de Alvisquer.

Muito variados são os bens doados, desde o pequeno pedaço de terra até propriedades e bens bastante valiosos, como a doação feita em 1376<sup>311</sup> por Nuno Caturro, que atribui ao mosteiro perto de cinquenta propriedades, ou os moinhos, casas e terras legados por Teresa Gonçalves Coutinho<sup>312</sup> na Primavera de 1387.

Numa escala de valores sobre a expectativa dos bens entrados por doação no cartório das freiras de Almoester, deparamos com uma maior incidência de propriedades rurais<sup>313</sup> (79%), onde sobressai, de forma bem notória, a herdade<sup>314</sup> (47 doações correspondem a este tipo de propriedade), logo seguida por vinhas (10 unidades) e courelas (15 unidades)<sup>315</sup>.

---

<sup>309</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 14. 1399 Janeiro 11.

<sup>310</sup> Viúva de Martim Rodrigues, encontramos-la já como freira de Almoester em 1345.

<sup>311</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 1. 1376 Maio 22.

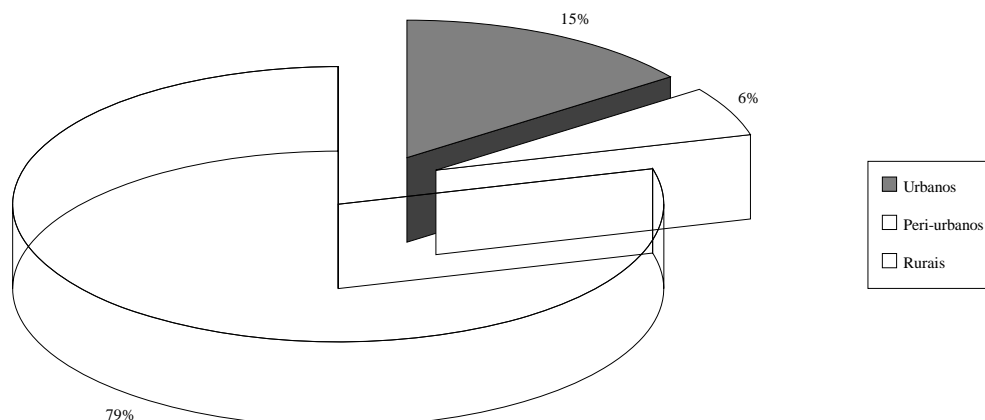
<sup>312</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 15. 1387 Maio 25.

<sup>313</sup> Como nos indica o **gráfico 21 - Doações**, p. 119.

<sup>314</sup> Se a este valor juntarmos os 14 casais de herdade referidos pelos instrumentos de doação, a expressão deste tipo de unidade agrícola aumentará consideravelmente, quando comparada com outras formas de exploração económica relacionadas com a tipologia agrícola.

<sup>315</sup> Os números indicados para estas propriedades (urbanas e peri-urbanas incluídas), não correspondem, no entanto, àquele que deveria ter sido o volume real de unidades entradas no mosteiro. Na maior parte dos casos, a referência constante no instrumento paleográfico indica um número indeterminado de herdades, courelas, terras, casas, moinhos, etc. Optámos por atribuir, pelo menos, a cada um destes casos, uma unidade. Difícil, também, é descobrir a que tipo de courelas a documentação se refere, pois podem ser terras de pão ou courelas de vinha.

gráfico 21 - Doações



Olivais, almuinhas, lezírias, quintas, terras e paus alcançam expressão pouco significativa, sobretudo quando comparados com os anteriores, como podemos observar no quadro seguinte:

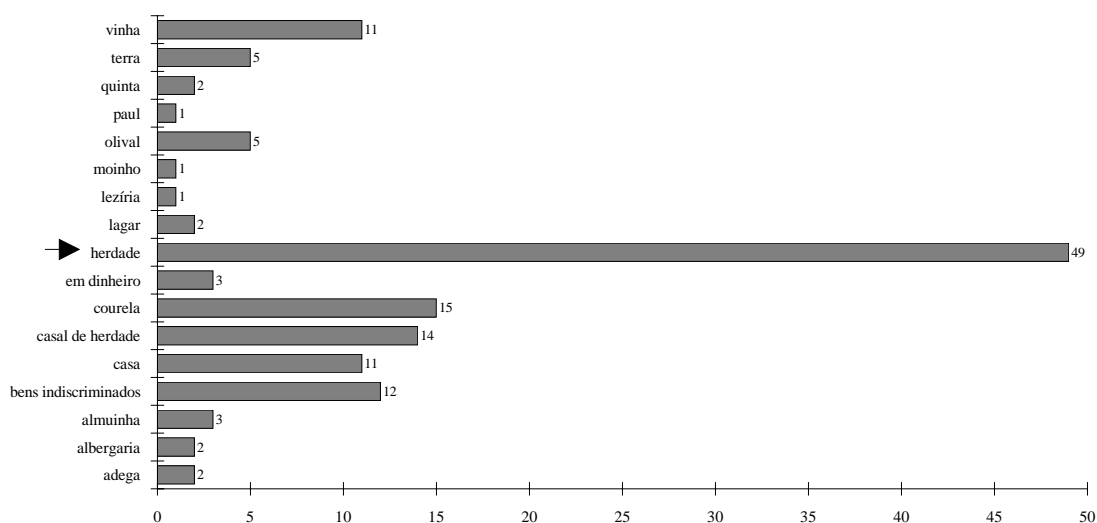
almuinha	2
olival	5
paul	1
terra	5
lezíria	1
quinta	2

O espaço peri-urbano também surge como interveniente no processo de doações ao mosteiro. Heranças sobre adegas, lagares e um moinho<sup>316</sup> preenchem 6%<sup>317</sup> dos instrumentos paleográficos que Almoſter possui no século XIV, referentes a propriedades doadas.

<sup>316</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 52. 1389 Julho 27.

<sup>317</sup> Vide gráfico 22 - Bens doados, p. 120.

gráfico 22 - Bens doados ao Mosteiro



Como referimos, o mosteiro procura intervir no espaço urbano. Com efeito, 15%<sup>318</sup> de aquisições por legado reportam-se exclusivamente a bens situados nas vilas mais próximas, como Santarém ou Alenquer. O acesso ao mercado potencial dos espaços urbanos e a fundamental ligação destes com outras sub-regiões constituem verdadeiros pólos de atracção para a gestão daquele senhorio monástico. Factor interessante relaciona-se com um razoável número de doações e posses de casas<sup>319</sup>, que mais tarde irão ser arrendadas pelo mosteiro a particulares. Algumas delas serão mesmo utilizadas como extensões físicas do próprio mosteiro, executando aí, a abadessa e as monjas, sempre acompanhadas do seu procurador, alguns actos oficiais relacionados com a gestão do mosteiro de Santa Maria de Almoester.

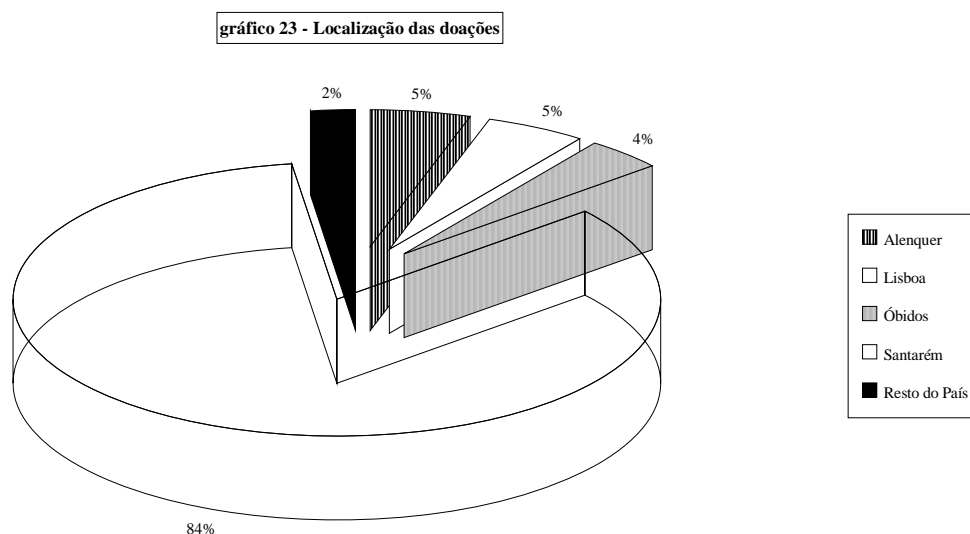
Do total de documentos analisados, doze indicam doações efectuadas sobre bens diversos, de difícil caracterização. Mas atrevemo-nos, motivados pela sua localização geográfica, a considerar a maioria como sendo

<sup>318</sup> Tal como consta no **gráfico 21 - Doações**, p. 119.

<sup>319</sup> Contabilizámos 6 documentos referentes a prédios urbanos adquiridos por doação e herança. Naturalmente que não correspondem ao mesmo número de casas. Como já referimos, em relação aos prédios rústicos, alguns destes documentos apontam várias casas.

constituídos por prédios rurais. Três cartas de doação referem ainda dotações ao mosteiro feitas em dinheiro<sup>320</sup>.

A localização das propriedades adquiridas por doação apresenta-se relativamente concentrada. Efectivamente 84%<sup>321</sup> das doações estabelecidas ao mosteiro são sobre bens localizados no termo de Santarém. Os termos de Alenquer e Lisboa movimentam, cada um, 5% do volume total de doações, cabendo ao alfoz de Óbidos 4% de bens dados ao mosteiro.



De 1293 Novembro 25<sup>322</sup> consta uma carta de posse sobre um herdamento, herdado por Berengária Aires, em Chaves, que preenche os 2% atribuídos a entradas por doação relativas ao resto do país<sup>323</sup>.

---

<sup>320</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 29 e 49. 1300 Julho 30 e 1301 Julho 7; AN/TT, *Mº Alm.*, m. , nº 8. 1301 Julho 7; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 1 e 2. 1334 Julho 21 e 1334 Agosto 13; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 44. 1337 Julho 8.

<sup>321</sup> Vide gráfico 23 - Localização das doações, p. 122.

<sup>322</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 9. O mau estado do pergaminho impede-nos de saber quem fez a doação.

<sup>323</sup> Excluímos desta caracterização geográfica os termos de Alenquer, Lisboa e Óbidos, onde o mosteiro tem, ao longo de todo o século XIV, bastantes interesses económicos.

As trinta e oito cartas referentes a bens doados a Almofter, situados em Santarém, por nós contabilizadas, apresentam-se dispersas por todo o alfoz, como podemos constatar no seguinte quadro<sup>324</sup>:

***Termo de Santarém:***

<i>Localização da doação</i>	<i>Quantidade de doações</i>
Abitureiras	2
Albergaria	2
Alforgemel	2
Almofter	6
Alpiarça	1
Alvisquer	5
Azambuja	1
Azóia	1
Muje	1
Outeiro da Cortiçada	2
Santarém (núcleo urbano)	6
Tavra	3
Torre Penalva	3
Tremez	1
Ulme	1
Valada	3
Ventosa	1
Vila Nova	2
Vila Nova de S. Pedro	2

De registar, porém, uma manifesta concentração em três locais bem determinados: o lugar de Almofter, que apresenta seis doações, às quais a proximidade da casa monacal não será alheia; Alvisquer, que tal como o primeiro, apresenta uma razoável concentração de propriedades rurais (5 instrumentos referentes a doações e posses por herança) especialmente constituídas por courelas de vinha<sup>325</sup>. Interessante parece ser a concentração de prédios urbanos doados ao mosteiro na vila de Santarém que, com seis registos confirmados, constitui um núcleo de bens urbanos de relativo interesse.

<sup>324</sup> Vide o MAPA - As doações, p. 124.

<sup>325</sup> O lugar de Alvisquer sempre apresentou uma forte concentração de explorações vitivinícolas. As várias instituições monásticas, instaladas em Santarém, a estrutura municipal e a própria coroa possuíam aí bastantes vinhas. Vide a este respeito o trabalho de Maria Ângela Beirante sobre a vila medieval de Santarém.

Podemos, com bastante segurança, afirmar que, em termos gerais, a aquisição de bens por parte de Santa Maria de Almoester é feita essencialmente por incorporação de doações. Analisando os dados recolhidos, constatamos que a maior parte das doações incide sobre herdades e casais de herdade. À semelhança do que acontece na maioria dos senhorios monásticos que conhecemos, também em Almoester, o quadro de doações acaba por constituir a maior parte da riqueza adquirida e consolidada.

Existem, como vimos, bastantes maneiras de incentivar uma doação. São exemplos fundamentais as intervenções que são feitas por elementos da família real, propiciando ao mosteiro meios e isenções jurídicas, dinamizadoras de futuras dotações. A coroa empenha-se em garantir a Almoester, através de determinações judiciais, a posse efectiva dos bens que lhe vão sendo doados.

Fenómeno importante e de grande significado, as doações não podem ser vistas de forma isolada, ou como mera referência de crescimento económico. Processo socialmente interactivo elas acabam por ser, de facto, primaciais indicadores de comportamentos e reacções sociais, que necessariamente temos que procurar compreender.

Elas resultam, finalmente, de um conjunto de relações entre diferentes espaços da hierarquia social existente no Portugal medievo e naquela região sobranceira ao rio Tejo, ao longo de todo o século de Trezentos.

### **c) Testamentos**

Sendo consideráveis os bens entrados no mosteiro por doação *post mortem*, apenas quatro documentos são expressivos quanto a disposições testamentárias. O primeiro instrumento, claramente anterior à fundação do convento de Almoester, é datado de 1249 Junho<sup>326</sup> e corresponde às disposições

---



testamentárias deixadas por D. Fernando Nunes e D. Elvira Peres, sua mulher. É de suas vontades que os mosteiros de Vila Boa do Bispo e de Landim, os Cónegos Regrantes e o mosteiro beneditino de Stº Tirso recebam várias fazendas<sup>327</sup>. Legados por sua morte deixam também ao mosteiro de Sobredas o casal de Teide, uma fazenda em Jamanes e uma quinta em Poiares, bem como 30 maravedis velhos por ano. Tal legado implicava que o mosteiro de Sobredas lhes permitisse aí sepultura e a manutenção de uma capela, com missa diária. A D. Berengária e seu marido ficam algumas quintas que, mais tarde, entrarão no património do mosteiro, sendo depois rapidamente alienadas.

1287 Julho 2<sup>328</sup> representa, no entanto, o aparecimento do testamento mais importante deixado ao Mosteiro de Almoester. No legado ali estabelecido estabelece-se a existência do próprio mosteiro, tal como já tivemos oportunidade de constatar.

Maria Afonso, muito provavelmente monja em Almoester nesta altura, recebe em 1321 Março 19<sup>329</sup>, de seu pai, Afonso Guilherme, um conjunto de bens bastante valiosos, rondando as 3200 libras<sup>330</sup>. Ficou-nos, também, um testamento curioso de 1336 Dezembro 18<sup>331</sup>, deixado por Vicente Martins<sup>332</sup>,

---

<sup>326</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 33

<sup>327</sup> O testamento não discrimina a quantidade e a qualidade de bens entregues a cada uma destas instituições.

<sup>328</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 55 . *Vide* cap. ?, p. ?, nota. ?

<sup>329</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 37

<sup>330</sup> Maria Afonso recebe em dinheiro 2500 £, a que se juntam 300 £ em liteira, 1 moura no valor de 100 £, 2 casas em Lisboa valorizadas em 300 £ e ainda 1 vaso de prata. As referidas casas estavam arrendadas por 6 anos ao "hospital". Neste testamento são referidos os bens que ficaram para seu irmão Pêro Afonso e que compunham vinhas, almuinhas e olivais no termo de Torres Novas. Sobre os bens de Pêro Afonso não podemos dar mais informações, já que os documentos de Almoester sobre eles são mudos.

<sup>331</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 49

<sup>332</sup> Vicente Martins era primo de D. Guiomar Afonso e de D. Sancha Vasques da Fonseca, respectivamente quarta e quinta abadessas de Almoester. Era ainda parente de Aldera e Maria Gonçalves, irmãs e monjas de Almoester. Além de muitos legados pios deixados a igrejas e pobres de Santarém, Vicente Martins deixa ao mosteiro e religiosas de Almoester os seguintes bens:

morador em Santarém, às suas familiares do convento de Almoester. Neste treslado, em pública-forma, fica prescrito que Vicente Martins deve ser enterrado à porta da igreja de Almoester, sob o alpendre. A fazenda de raiz entregue deveria ser vendida e o valor da sua venda utilizado para a celebração de duas missas cantadas nos aniversários do seu enterro. Deveriam ainda as monjas, em procissão, benzer, com cruz e água, a sua campa. Ao capelão que lhe rezasse a missa de enterro era entregue, também, uma dádiva, destinada a que este fizesse um responso, todos os dias, após a morte do doador.

Os testamentos presentes na documentação de Almoester no primeiro século da sua fundação são, como vimos, e se exceptuarmos o testamento de D. Sancha Peres, muito pouco expressivos no que diz respeito à composição da propriedade daquela casa monacal. É um facto que todos eles apresentam semelhanças evidentes com doações *post mortem*, mas não o são. Constituem os testamentos objecto de análise por parte do direito sucessório, afastando-os, por assim dizer, da esfera do direito contratual, onde se inserem as doações<sup>333</sup>.

Algumas heranças também são referenciadas nos pergaminhos das donas de Almoester, especialmente de património deixado pelas monjas. Garantida por postura régia<sup>334</sup>, a posse destes bens não é pacífica para o

Mosteiro de Almoester	200 £ (fazenda de raiz)
D. Guiomar Afonso	50 £
capelão que rezasse a missa do enterro	50 £
prior da freguesia de Almoester	15 £
Aldera Gonçalves (monja)	10 £
para sua sepultura e arranjo da campa	20 £

Por morte de D. Guiomar Afonso o rendimento de 200 £ de fazenda passaria para Dórdia Rodrigues, religiosa do mosteiro e, também, sua parente.

<sup>333</sup> Vide a este respeito Paulo Merêa, "Sobre Doações *causa mortis*", in *Novos Estudos de História do Direito*, p. 119-121 e "Sobre a Revogabilidade das Doações por Morte", in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vol. I, p. 173-184. Importante é também a contribuição dada por Jesús Lalinde Abadía, *Iniciación Histórica al Derecho Español*, p. 811-812. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 32, ao analisar as formas jurídicas de constituição do património alcobacense desenvolve a distinção entre direito contratual e direito sucessório.

<sup>334</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 29. 1310 Março 15 - D. Dinis autoriza o mosteiro de Almoester a poder receber todos os bens deixados em herança por religiosos ou laicos. Esta mercê é confirmada por

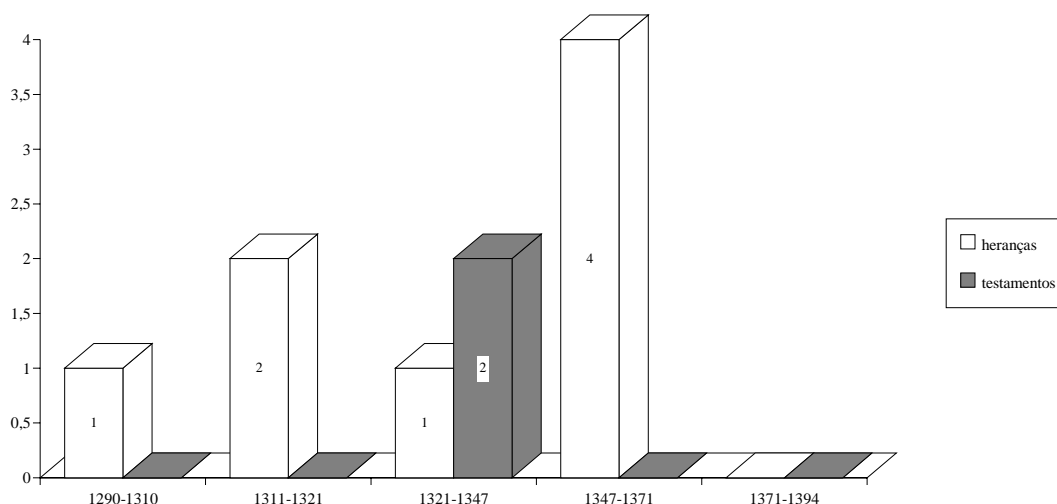
mosteiro. A repararmos no quadro seguinte verificamos que o processo de herança acaba, na maior parte das vezes, por chegar aos juizes de Santarém e mesmo, por reverter, quase sempre, para a justiça régia.

---

Afonso IV (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 34) em 1326 Maio 30. Afonso IV determina ainda que o mosteiro possa adquirir bens não superiores a 1000 libras e que todos os herdamentos recebidos fiquem registados no almoxarifado de Santarém e nos tabeliães de outros locais onde o mosteiro venha a receber heranças.

1329 Outubro 7 <sup>335</sup>	o mosteiro toma posse da herança da monja Constança Lourenço. Estes bens eram compostos por 2 casais em Vila Nova de S. Pedro. Os bens são tomados por sentença régia a Pêro Vicente.
1335 Março 3 <sup>336</sup>	o mosteiro toma posse dos bens de Berengueira Gomes da Mota, que aquela possuía no termo de Óbidos.
1341 Junho 6 <sup>337</sup>	o mosteiro toma posse de três casais em Abitureiras, deixados por Aldonza Gomes, monja de Almoester.
1363 Janeiro 21 <sup>338</sup>	o mosteiro toma posse das propriedades em Requeixada e Ponte de Ulme, deixadas por herança pela abadessa Maria Gomes da Silva.
De 1363 Fevereiro 13 339	o mosteiro toma posse de 3 casais em Albergaria; 3 casais e 2 moinhos na Póvoa da Cortiçada e mais 2 casais em Arruda.
1396, Janeiro 4 <sup>340</sup>	o mosteiro toma posse de duas casas, situadas na rua dos Peleiros, em Santarém, por herança da monja Maria Esteves Azeimota.

gráfico 24 - Testamentos e heranças



Das informações disponíveis na documentação levantada referentes a

<sup>335</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 51 - Constança Lourenço tinha sido mulher de João Martins Trovador e mãe de Aldonza Anes, também ela professa de Almoester.

<sup>336</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 9 - Sobre esta herança o mosteiro de Almoester faz várias apelações ao monarca, motivadas pelo facto de os magistrados de Óbidos decidirem em desfavor das monjas. Numa delas (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 25 de 1326 Agosto 26) existe um documento incluso, de 1356 Agosto 21, em que D. Afonso IV decide o litígio a favor do mosteiro.

<sup>337</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 6, (a, b, e c) - A este instrumento estão ligadas duas cópias datadas respectivamente de 1341 Junho 8 e uma outra de 1341 Agosto 31.

<sup>338</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 14.

<sup>339</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 27.

<sup>340</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 3 - Nesta sentença que confere a posse das referidas casas a Almoester, o inquilino que as ocupa, Salvador Afonso, sapateiro de profissão, recebe ordem de despejo, confirmada pelos juiz e alvazil de Santarém, a pedido do mosteiro.

heranças deixadas ao mosteiro não encontramos mais referências a bens legados por monjas. Existem mais uns quantos instrumentos referentes a posses sobre bens particulares, mas não conseguimos apurar se são referentes a tomadas de posse motivadas pelo não pagamento de dívidas e rendas ou se por herdamento.

#### **d) Trocas**

São escassos os documentos que, naquele cartório, se referem a permutas de bens. Apenas 2% do total dos bens são compostos através de escambos, tal como nos mostra a documentação<sup>341</sup>. Mas falar sobre bens escambados pelo convento de Almoester com outras instituições, ou até com particulares, implica que se teçam, *a priori*, algumas considerações. Em primeiro lugar, esta modalidade contratual não contribui, de um determinado ponto de vista<sup>342</sup>, para o aumento do património do mosteiro, já que, por princípio, todas as propriedades adquiridas por esta forma, são amortizadas por uma "igual" saída de bens, por parte da mesma instituição.

Não podendo pois ser encarados como modalidade directa de aquisição, os escambos representam no entanto intencionalidades precisas e objectivas no que diz respeito à concentração dos bens por parte daquela casa religiosa. O mosteiro desfaz-se de terras que não lhe interessam. Não porque estejam desvalorizadas ou porque os seus níveis de produção não atinjam valores lucrativos. A distância a que muitas propriedades se encontram de Almoester, a dificuldade de comunicações e os problemas de cobrança das rendas, levam a que o mosteiro proceda ou à sua venda, ou então a uma troca vantajosa, pela

---

<sup>341</sup> Tal expressão percentual pode ser encontrada no **gráfico 4 - Aquisições do Mosteiro de Almoester (valores percentuais)**, p. 82.

<sup>342</sup> Vide a este respeito Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 32.

qual consiga adquirir propriedades localizadas próximo da sua área coutada, para onde rapidamente se expande.

Tal é o caso de um instrumento de troca, de 1290 Setembro 3<sup>343</sup> em que Berengária Aires troca com Teresa Fagundes, prioressa do convento de Chelas, um herdamento que possui em Cabeço de Moiros<sup>344</sup>, por uma herdade situada em Rego<sup>345</sup> e por vários herdamentos em Vila Nova<sup>346</sup>, próximos de Almoester. A fazer fé na data de 1289 para a fundação do mosteiro este seria o primeiro escambo efectuado por Berengária Aires como abadessa do convento.

Outro exemplo desta tendência para a concentração de propriedades rústicas surge num pergaminho de 1332 Novembro 6<sup>347</sup>, em que Berengária Martins, monja professa de Almoester, escamba a sua parte da herança paterna, situada em ambas as margens do rio Douro, por uma herdade com 7 hestins e meio, localizada em Tavra. Esta troca é feita com seu irmão Vasco Martins.

Escambo curioso é o efectuado em 1347 Março 1<sup>348</sup>, entre Catelina Anes Ramos e sua irmã Maria Anes Lobata. Catelina, monja de Almoester, obtém autorização da abadessa e convento para trocar uma vinha com canavial que possuía no lugar de Valada, por quinhão de terra na Malosa, pertença de sua irmã. Outra troca interessante é a que o cenóbio faz em 1383 Janeiro 15<sup>349</sup>, pela qual a abadessa Sancha Vasques da Fonseca e o convento entregam a terça parte de um pomar que possuíam na vila de Montemor-o-Novo, a Pêro Esteves<sup>350</sup> e a sua mulher Inês Vasques, em troca de três propriedades, uma

---

<sup>343</sup> AN/TT, *Mº de Chelas*, m. 7, nº

<sup>344</sup> Com provável localização no termo de Lisboa.

<sup>345</sup> Actualmente Rego de Mansos.

<sup>346</sup> Vila Nova do Couto.

<sup>347</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 50.

<sup>348</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 36, nº 83.

<sup>349</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 10 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 11 (1383 Fevereiro 5).

com 6 hestins de dimensão, situada no lugar de Quintais, ao Cartaxo, outra medindo 4 hestins e localizada em Arudel<sup>351</sup> e ainda 6 talhos de terra no lugar de Reguengo.

Embora pouco expressivos entre as formas de aquisição, os escambos acabam por se apresentar como doações camufladas. Senão, vejamos:

A troca feita por Almoſter de bens que possuía em Montemor-o-Novo, e que acima indicámos, não é acompanhada por um conjunto de bens, cujo valor de mercado seja semelhante. Pelo contrário, as propriedades que Pêro Esteves entrega ao mosteiro, são em maior quantidade, de melhor qualidade e, seguramente, muito mais valiosas, pela sua dimensão, localização e rentabilidade<sup>352</sup>. O **GRÁFICO 25** apresenta o referencial de permutas realizadas entre as monjas de Almoſter e os seus familiares<sup>353</sup>.

---

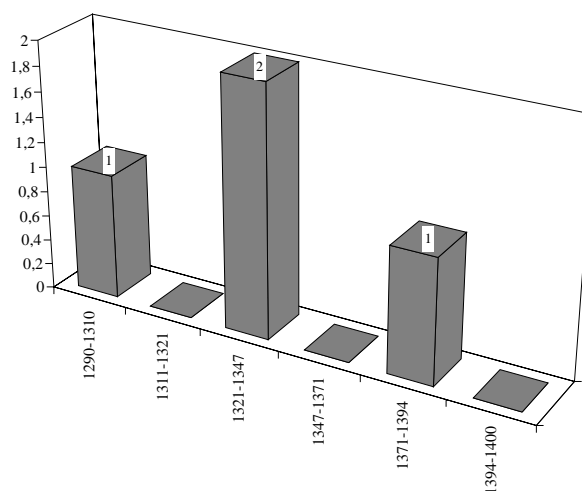
<sup>350</sup> Pêro Esteves foi irmão de Maria Esteves, monja de Almoſter, proprietária daquela fracção do pomar, que por legado ficou para o mosteiro.

<sup>351</sup> Arudel era uma das zonas mais pretendidas pelo mosteiro, sobretudo para a exploração da vinha e de olivais.

<sup>352</sup> Fenómeno detectável na quase totalidade de instituições monásticas e seculares medievais, a utilização da permuta permitia tornear, com bastante eficácia, a lei de desamortização. A troca de propriedades pouco valiosas por outras muito melhor localizadas e de longe mais caras e rentáveis, parece ser prática comum. *Vide* a este respeito, Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*, p.

<sup>353</sup> AN/TT, *Mº de Chelas*, m. , nº (1290 Setembro 3); AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 50. (32 Novembro 6) e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 83 (1347 Março 1).

gráfico 25 - Escambos efectuados por Stª Maria de Almoſter



Observando o ritmo de permutas existentes no espólio documental de Almoſter, somos confrontados com três momentos bem distintos: uma unidade referente à fase de arranque da instituição monástica que nos propusemos estudar e que, obviamente, procura compor o senhorio do mosteiro através de uma política de concentração de propriedades. Um segundo momento relativo àquele que, talvez, tenha sido o abaciado de maior aquisição e composição do senhorio de Almoſter. Estamos-nos a referir à gestão de Maria Gomes da Silva onde, de forma efectiva, o cenóbio atingiu o pico do seu crescimento. E uma fase final em que, a mando de Sancha Vasques da Fonseca, o mosteiro parece retomar um novo fôlego no que respeita ao aumento do seu património.

Desta terceira fase é o único instrumento onde Almoſter surge como interlocutor directo no processo de permutas<sup>354</sup>. Este último escambo tem, em virtude do seu conteúdo, de ser encarado como uma doação encapotada, integrando-se numa política, de novo activa, de valorização do espaço dominial de Almoſter.

---

<sup>354</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 10 e 11.



## **2. Quem dá e quem vende?**

Aspecto redutor e de solução complicada, relaciona-se com a escassez de informação que a documentação do cartório de Almoester apresenta sobre o lugar que grande parte dos indivíduos, por ela referidos, ocupavam na escala social dos espaços em que habitavam. Complicado, também, é o tentar descortinar com total precisão, através da documentação trabalhada, a condição profissional e as relações de parentesco do universo de indivíduos que doam, ou vendem, bens ao mosteiro. Resta-nos assim pegar em algumas das pontas soltas espalhadas pelos pergaminhos e procurar alguns esclarecimentos.

É um facto que o mosteiro contrata com um grande número de pessoas das mais variadas condições sociais e económicas. Mas estas relações não são uniformes, nem sequer pertencem ao mesmo tipo. Formas de aquisição onerosas como as compras ou permutas, distinguem-se com grande clareza, de doações, legados e heranças, que necessária ou gratuitamente, são representativos de outros modelos de aquisição. Assim torna-se fundamental analisar, de forma separada, estes dois grupos distintos que, no entanto, acabaremos, muitas vezes, por confrontar e comparar.

Quanto aos dados apresentados, apenas os podemos considerar como um referencial de amostragem. Não temos todos os valores, os documentos não são expressivos a esse ponto, mas podemos dos números recolhidos extrair alguns significados, passíveis de nos proporcionarem uma caracterização mais sólida dos grupos socioprofissionais envolvidos com o mosteiro de Almoester.

O quadro seguinte é representativo da forma como os vários grupos sociais, através de doações ou compras, se envolveram com o mosteiro. Deitando um olhar para os acordos celebrados com a estrutura nobiliárquica

verificamos que estes se colocam numa posição inferior (23% do total de contratos)<sup>355</sup> em relação à ocupada pelo grupo dos não-nobres.

<i>Contratante (estrato social)</i>	<i>Contratos não onerosos</i>		<i>Contratos onerosos</i>		<i>Totais parciais</i>		<i>Total</i>	
	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>
<b>Eclesiásticos:</b>								
Monjas	16	36%	-	-	16	26%	16	27%
<b>Nobres:</b>								
Rei e familiares	2	5%	2	13%	4	7%		
Cavaleiros	10	23%	-	-	10	17%	14	23%
<b>Apaniguados:</b>								
Criados de nobres	-	-	1	6%	1	2%	1	2%
<b>Povo:</b>								
Cavaleiros-vilãos	9	20%	3	18%	12	20%		
Comerciantes	-	-	2	13%	2	3%	29	48%
Mesteirais	-	-	2	13%	2	3%		
Agricultores <sup>356</sup>	7	16%	6	37%	13	22%		
<i>Total</i>	<b>44</b>	<b>100%</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>

### **a) Coroa**

Cabe à família real um dos mais proeminentes papéis na composição do património almosterense. Embora os monarcas portugueses dos finais da Idade Média não contribuam com um vasto número de doações, assiste-lhes porém a capacidade de dotar Almoster com meios e fórmulas capazes de atraírem e fixarem, quer futuras doações, quer permitindo às freiras ampliar o seu património, como vimos, através de compras.

<sup>355</sup> Apesar de indicados no quadro contratual, não consideraremos aqui os contratos feitos com as monjas professoras de Almoster. Não possuímos a listagem completa daquelas freiras, e das que detectámos poucas são as que se integram num dos dois grupos definidos.

<sup>356</sup> O número de agricultores envolvidos com o mosteiro de Almoster era concerteza mais elevado. A existência de um apreciável conjunto de documentos que não refere a profissão ou o grupo social dos contratantes torna difícil o podermos apresentar dados mais completos. Naturalmente que nem todos seriam agricultores. Encontramos, com alguma frequência, elementos oriundos do espaço urbano, sem profissão determinada, a vender ou doar propriedades a Almoster situadas em espaço agrícola.

Casa monástica patrocinada pela coroa<sup>357</sup>, encontra na mulher de D. Dinis um grande apoio. O facto de Berengária Aires ter sido uma das aias da rainha acaba por influenciar Isabel de Aragão que, no seu segundo testamento, dota consideravelmente o mosteiro. D. Dinis e os reis que lhe sucedem até ao final da dinastia são monarcas generosos para as monjas de Almoester<sup>358</sup>, quer através de dotações financeiras, atribuídas a algumas freiras, quer concedendo novas regalias jurídicas<sup>359</sup>, quer revalidando a posse do couto e das suas regalias<sup>360</sup>.

## **b) nobreza**

Este escalão preenche 17% do total de contratos executados com o mosteiro e nele encontramos elementos pertencentes a uma nobreza de sangue.

---

<sup>357</sup> Embora reservando para si a capacidade de visitação do convento de Almoester, o mosteiro de Alcobaça nunca o favoreceu dominialmente, ou de outra forma.

<sup>358</sup> Indicámos atrás várias dessas dotações.

<sup>359</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 37. 1374 Setembro 6 - Neste documento, o rei D. Fernando I isenta do pagamento de taxa fiscal quaisquer produtos que o mosteiro de Almoester transaccione ou transporte na vila de Alenquer. O rei determina ainda que o mosteiro não deve pagar uma couraça ao concelho. Esta diploma régio, feito por João Anes da Fazenda do rei, é motivado por uma carta da abadessa de Almoester. Nela, o mosteiro queixa-se de que o concelho de Alenquer pretende cobrar 10 libras e mais 20 soldos por cada alqueire de pão. Pretendiam ainda os magistrados de Alenquer a cobrança de 1 soldo de sisa pelo transporte de pão para fora da vila. Almoester queixa-se de forma veemente, argumentando que já paga excessivamente sobre a sua mais-valia: 200 libras ao Papa ("...pelos seus mantjmentos") e mais 140 libras ao cardeal.

<sup>360</sup> É o caso da confirmação dada por D. Pedro à abadessa e convento de Almoester:

**1358 Junho 1**, Lisboa - *D. Pedro I, rei de Portugal, confirma a carta de couto do mosteiro de Almoester.*

A) AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 30.

Dom Pedro pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue A quantos esta carta Virem ffaço saber que Eu querendo fazer graça e merçêe [sic] Abadessa e Conuento do mosteiro d'Almoester termho de Santarém Outrogolhis e confirmo todolos foros priuilegios e liberdades que ao dicto moesteiro foram dados e outorgados polos reys que ante mjm foram e seus bons Usos e Custumes que sempre ouueram e sempre usarom Ata a morte d'El Rey dom Affonso meu padre a quem Deus pordoe E mando que daqui en dante lhis sejam aguardados e que husem [sic] como sempre usarom Ata o dicto tempo como dicto he En testemunho desto lhis mandey dar esta mha carta Data en Lixboa primeiro dia de Junho. El Rey mandou por meestre Gonçalo das [sic] e por Lourenço Estevez seus vassalos. Vasco Anes A fez Era de mil trezentos e Noveenta e seis Anos.

É o caso de Lourenço Anes de Briteiros<sup>361</sup> que encontramos no ano de 1344 a deixar como herança, ao mosteiro, um conjunto de prédios rústicos que possuía no lugar de Alforagemel<sup>362</sup>, muito próximo do cenóbio. Outra família envolvida é a dos Pimentéis<sup>363</sup>. O ano de 1339 encontra a monja Berengária Martins<sup>364</sup> a doar a seu filho Vasco Martins Pimentel duas courelas de pão em Alvisquer. Outra doação saída desta aristocracia de sangue é a efectuada por Mendo Afonso de Figueiredo em 1379<sup>365</sup>. É provável que mais elementos da nobreza tivessem relações com o mosteiro. As listagens de testemunhas fazem prova dessa existência, ao referirem indivíduos cuja designação antroponímica surge acompanhada do termo "miles" ou "cavaleiro"<sup>366</sup>, embora a maioria dos casos seja relativa a elementos pertencentes à cavalaria-vilã estremenha.

Mas é Berengária Aires quem encontramos a efectuar o maior número de dotações<sup>367</sup> ao mosteiro. Ligada por casamento à casa de Paiva<sup>368</sup> e filha de

---

<sup>361</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 2. 1344 Setembro 28 - É muito provável que Lourenço Anes de Briteiros esteja ligado à casa de Briteiros, oriunda do norte do País. *Vide* a este respeito, José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, p. 106 e 151.

<sup>362</sup> Já nos referimos a esta doação mais atrás.

<sup>363</sup> Também, muito provavelmente com as suas origens localizadas nas regiões nortenhas de Portugal. *Vide* José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, p. 106 e 234.

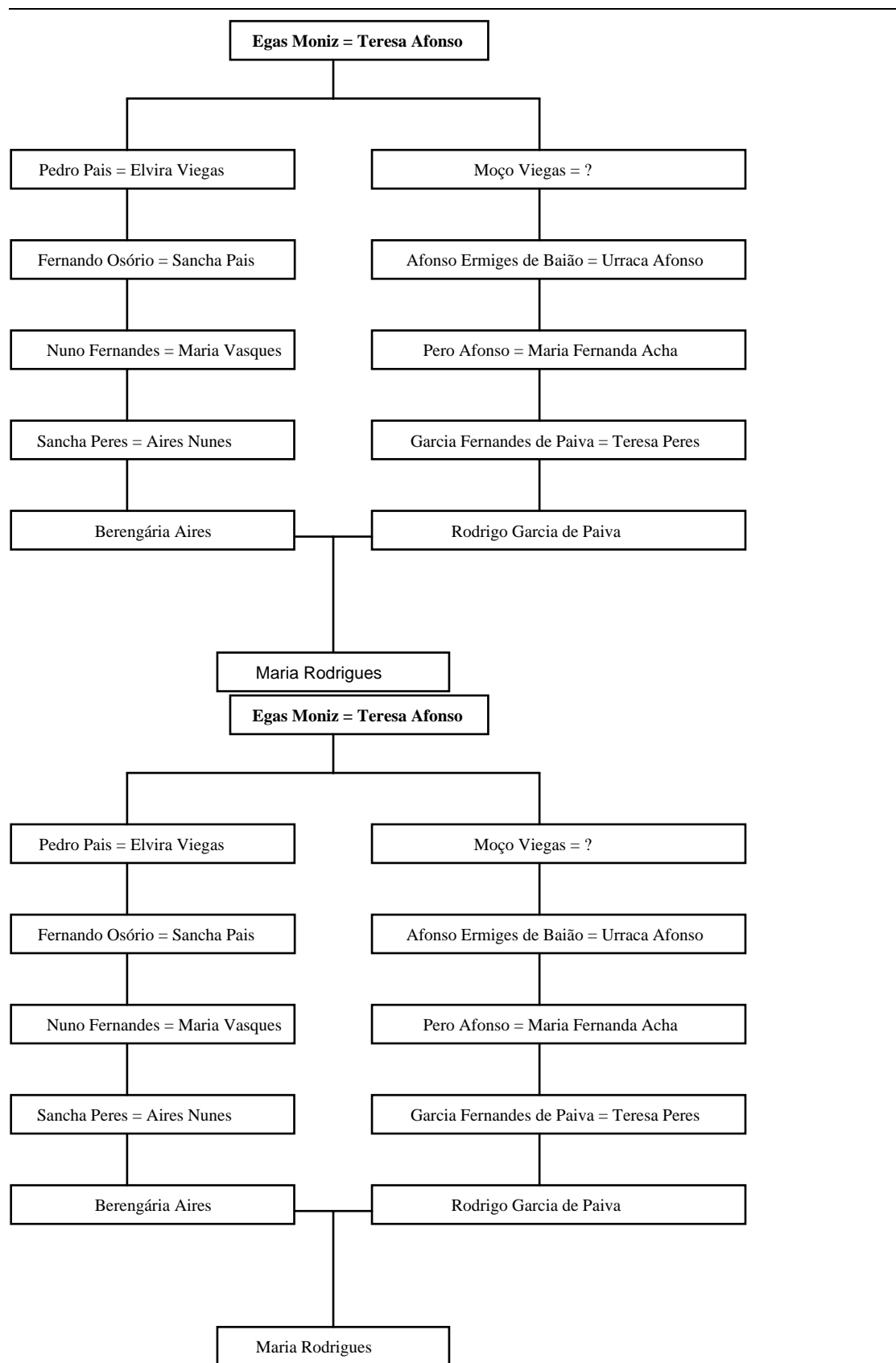
<sup>364</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 14. 1339 Janeiro 11. É viúva de Martim Rodrigues Pimentel.

<sup>365</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 32. 1379 Junho 9.

<sup>366</sup> É o caso de Rui Vasques e de Martim Gomes, referidos em 1301 Abril 22 como "cavaleiros"(AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 11). Sem qualquer dúvida quanto à *Ordem* em que se inserem, estão, com toda a certeza, Estêvão Raimundo de Portocarreiro e Pedro Anes de Paiva (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21. 1301 Junho 3). O mesmo caso se aplica a Rui Pais Viegas, que em 1301 Junho 5 aparece a confirmar uma doação feita por D. Berengária Aires a Almoester (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46).

<sup>367</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 11. 1301 Abril 22; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21. 1301 Junho 3; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46. 1301 Junho 5; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38. 1304 Janeiro 12 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 2. 1304 Janeiro 12.

<sup>368</sup> D. Berengária era mulher de Rodrigo Garcia de Paiva, cavaleiro da Ordem do Hospital, filho de Garcia Fernandes de Paiva. D. Berengária e o marido encontram-se ligados à casa de Egas Moniz. Berengária, filha de Aires Nunes e Sancha Peres, descende de Pedro Pais e Elvira Viegas, sua trisavó e filha de Egas Moniz e Teresa Afonso, como podemos observar no esquema genealógico abaixo desenhado extraído da obra de Francisco Teixeira, *ibidem*, p. 60.



Aires Nunes e Sancha Peres, a sua ligação à casa real revelou-se fundamental no aparecimento da casa feminina de Almoester.

Referidas à parte no quadro referencial indicado, algumas das monjas pertencem, sem dúvida alguma, a famílias nobres, revelando-nos também aqui, em Almoester, a continuação de uma simbiose perfeita entre casas religiosas (femininas) e grupos nobiliárquicos<sup>369</sup>. Paradigmas deste fenómeno são as monjas Mécia, Maria Gomes e Aldonça Gomes<sup>370</sup>, Constança Lourenço<sup>371</sup>, Berengária Martins<sup>372</sup>, D. Clara<sup>373</sup>; Maria Gomes da Silva<sup>374</sup> e Teresa Gonçalves Coutinho<sup>375</sup>, que deixam ao mosteiro a terça parte dos seus bens.

### **c) cavaleiros-vilãos**

Ao analisarmos os acordos efectuados por elementos ligados ao grupo não-nobre com o mosteiro de Almoester, verificamos que um dos grupos mais solicitados é o correspondente à cavalaria-vilã. Não possuímos, no quadro antroponímico referenciado, elementos que nos indiquem, com total precisão, a quantidade de indivíduos pertencentes a essa elite popular, para além dos doze (20%) detectados. Um conjunto apreciável de documentos refere a existência de indivíduos designados como "cavaleiro" ou "escudeiro" que pertencem à cavalaria-vilã santarena, tornando difícil a distinção entre nobreza de sangue e aristocracia ligada a funções ou apenas rica<sup>376</sup>.

---

<sup>369</sup> Sobre este aspecto *Vide* o trabalho de Maria Helena Cruz Coelho e Rui Cunha Martins, *ibidem*, p. 481 a 506.

<sup>370</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 63. 1313 Setembro 29.

<sup>371</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 53. 1320 Outubro 21. Tem inserido um treslado de 1326 Julho 8.

<sup>372</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 14. 1339 Janeiro 11.

<sup>373</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 79. 1345 Setembro 21. Tinha sido mulher de Martim Durão.

<sup>374</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 14. 1363 Janeiro 21. Foi a terceira abadessa de Almoester.

<sup>375</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 15. 1387 Maio 25.

Parte dos bens integrados no património de Almoester provêm desta cavalaria-vilã. É o caso, por exemplo, das doações de Vicente Filipe<sup>377</sup>, Afonso Geraldês de Alforomel<sup>378</sup>, Afonso Esteves Guímaro<sup>379</sup>, Nuno Caturro<sup>380</sup>, Vasco Martins<sup>381</sup> e João Peres<sup>382</sup>.

#### **d) outros**

Em último lugar registemos os contratos celebrados entre o mosteiro e pessoas que conseguimos localizar socioprofissionalmente, e que representam o grupo de onde sai a maior parte do património possuído por Almoester. Cabe aos agricultores<sup>383</sup> a percentagem mais alta de contratos feitos com as monjas

---

<sup>376</sup> Em Santarém, no século XIV, a quantia de 1000 libras permitia a qualquer indivíduo tornar-se cavaleiro-vilão (AN/TT, *Gav.*, m. 1, nº 54).

<sup>377</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 31. 1330 Outubro 26.

<sup>378</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 27. 1345 Dezembro 12; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 42. 1348 Novembro 11 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 15. 1387 Outubro 22. Este último documento refere-se à tomada de posse dos bens doados em Alforomel, por morte da sua mulher Inês Afonso. Inês tinha sido monja de Almoester.

<sup>379</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 14. 1364 Fevereiro 22.

<sup>380</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 46. 1376 Abril 24 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 1. 1376 Maio 22.

<sup>381</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 17. 1381. O mau estado do documento impediu-nos de saber qual o mês e o dia.

<sup>382</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 61 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 25. 1383 Agosto 30.

<sup>383</sup> Referidos nos documentos como lavradores. É provável que alguns pertençam à cavalaria-vilã mais abastada de Santarém e de outras vilas. É o caso de João Cheo e de sua mulher Domingas Esteves (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 21), moradores e lavradores em Óbidos, que doam a terça dos seus bens ao mosteiro. Outro lavrador que encontramos, postumamente, a dotar Almoester é Gonçalo Peres, moradores no "...couto d'Almoester..." (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 23. 1342 Abril 21). Outros lavradores envolvidos com Almoester são João Martins (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 23. 1329 Outubro 16) e António Domingues (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 20. 1329 Outubro 16), que lhe vendem alguns dos seus bens.

(37% equivalentes a 7 doações e 6 vendas<sup>384</sup>), logo seguidos por mercadores<sup>385</sup> e mesterais<sup>386</sup>.

São, obviamente, todos eles, indivíduos possuidores de meios de fortuna e detentores de profissões bem remuneradas e capazes de atrair riqueza, como o são as actividades ligadas aos mesteres urbanos ou de carácter mercantil.

Os bens integrados no património de Almoester são provenientes, na sua maioria (48%, equivalentes a 29 acordos) do grupo dos não-nobres, embora em alguns contratos nos escape a proveniência social e a situação profissional dos celebrantes.

### **3. Onde ficam?**

Encontramos assim um espaço dominial cujos limites se encontram perfeitamente determinados ao longo de todo o século XIV e onde as formas de aquisição se revelaram bastante importantes na composição daquele domínio.

Se o conjunto é por si só apreciável, importa agora proceder à sua localização no espaço físico envolvente a Almoester, procurando determinar qual o peso e a importância<sup>387</sup> que os locais dos bens doados ou comprados tiveram na construção do património do mosteiro.

Ao procurarmos estabelecer a localização das propriedades e bens adquiridos deparamos, de imediato, com uma concentração de propriedades

---

<sup>384</sup> Vide o quadro da página 135.

<sup>385</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 40. 1314 Maio 24. Martim Anes, casado com Estefânia Martins é referido como mercador.

<sup>386</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 32. 1305 Abril 27 - Martim Peres, referido neste documento, é sapateiro na Porta da Alfoufa, em Lisboa. Era casado com Domingas Peres. AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 93. 1334 Abril 14 - Aqui Estêvão de Serpa é referido como ferreiro, no lugar de Portela, termo de Santarém. Era casado com Constança Anes.

<sup>387</sup> Mais à frente desenvolvemos com maior detalhe o tipo de propriedades e a sua localização.



rurais em locais próximos à aldeia de Almoester e, por conseguinte, ao mosteiro<sup>388</sup>. Lugares como Vila Nova do Couto, Alforgemel, Torre Penalva, Vila Nova de S. Pedro de Arrifana e o próprio povoado de Almoester concentram 16 contratos, correspondentes à maioria das propriedades que compõem o património das monjas.

O espaço envolvente da vila medieval de Santarém é, também, um dos mais solicitados. A existência de um número bastante interessante de prédios rústicos e urbanos na posse do mosteiro, é demonstrativa da atracção que este local possuía. O valor patrimonial dos bens agrícolas e o lucro das futuras rendas urbanas acabaram por lançar Almoester num processo de especulação imobiliária em concorrência com outras instituições monásticas e civis.

Próximo de Santarém e com acessos bastante cómodos e rápidos ao lugar de Almoester, ficavam as terras irrigadas da Valada, onde o mosteiro compõe uma série de bens. A margem Sul do Tejo não escapa, também, aos olhos das monjas cistercienses. Um conjunto de propriedades adquiridas em Ulme, Alpiarça, Tavra e Muge exemplificam bem o interesse que o mosteiro tinha sobre esses campos alagados.

A Norte da vila escalabitana, lugares como Alvisquer, Azóia, Abitureiras e Outeiro da Cortiçada apresentam propriedades que de forma onerosa ou por doação, acabam por se integrar no património de Almoester, fazendo das courelas de vinha associadas a olivais um dos principais investimentos detectados. Também Alenquer não está ausente dos interesses das monjas. Apesar de encontrarmos uma única prova relacionada com um acto de doação, a grande referência a bens aforados pelo mosteiro a particulares nesse local indica o interesse com que o mosteiro encarava a vila de Alenquer.

Todas estas propriedades rurais possuídas nos termos de Santarém e Alenquer, mais próximas ou mais afastadas do mosteiro apresentam uma

---

<sup>388</sup> Vide MAPA - As aquisições, p. 143.

característica comum: a facilidade de acessos. Com efeito a existência de um vasto conjunto de rios e ribeiros, interligados e de fácil acesso, tornam a gestão dos bens adquiridos, em princípio, bastante compensadora.

Mais longe, para Oeste, ultrapassada a Serra de Montejunto, encontramos as pisadas das monjas noutra terra das nossas rainhas: Óbidos. Não são muitos os bens aí compostos. A concorrência é demasiado forte<sup>389</sup>. Mas a sua importância reside no facto de terem sido compostos por dote de monjas ou adquiridos através de dotações financeiras atribuídas pela família real<sup>390</sup>.

## 4. Composição da Propriedade

### 4.1. Os prédios rústicos

Domínio rural por excelência, o espaço fundiário de Santa Maria de Almoester é constituído predominantemente por terras de cultivo, cuja maioria se compõe em searas de pão, uma das principais fontes de rendimento dos senhorios monásticos medievais e destino dos crónicos rendimentos resultantes da colecta das rendas e da comercialização de excedentes<sup>391</sup>.

O conjunto das propriedades pertencentes ao mosteiro de Almoester encontra-se espalhado por uma das mais férteis regiões da Estremadura: o Vale

---

<sup>389</sup> Não esqueçamos os interesses que a abadia de Alcobaça ali detém, bem como o próprio concelho municipal. Vide a este respeito Iria Gonçalves, *Ibidem*, Pedro Gomes Barbosa; *Ibidem*, e Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*, dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova. Lisboa, 1987.

<sup>390</sup> Como atrás indicámos.

<sup>391</sup> Veja-se a este respeito os trabalhos de J. Angel García de Cortázar, *La Sociedad Rural en la España Medieval*, p. 200-225; Marie-Thérèse Lorcin, *Les Campagnes de la Région Lyonnaise aux XIV e XV Siècles*, p. 369-401; Hugues Neveux, "Déclin et Reprise: la fluctuation biséculaire" in *Histoire de la France Rurale*, 2, p. 84-86.

de Santarém e as verdejantes colinas que o cercam. Terra transformada e agricultada desde os primeiros alvares da sedentarização, apresenta, no período medieval, uma prática agrícola extraordinariamente polivalente, evidenciada nas cartas de aforamento feitas entre agricultores e o mosteiro e onde os primeiros se obrigavam, para seu sustento e pagamento das rendas, a plantar todos os tipos de produtos fundamentais: o pão, o vinho, o azeite, as leguminosas e a fruta<sup>392</sup>.

A documentação de que dispomos, relativa ao património do cenóbio almosteriense, diz respeito a prédios rústicos e urbanos, tornando-se pertinente procurar estabelecer uma relação de grandeza entre uns e outros, assim como a tipologia de propriedades que cada um destes grupos apresenta.

Aspecto relevante e que entendemos salientar diz respeito à dificuldade de identificação de documentos, que embora digam respeito ao mesmo tipo de propriedade, nos surgem em momentos bem diferenciados. Por vezes conseguimos traçar a evolução de uma terra, ou de uma casa, quando o conjunto dos documentos que se lhes referem indica os nomes dos anteriores proprietários. Mas, quase sempre, a identificação só se torna possível através da localização e das confrontações, operação que se apresenta sempre bastante arriscada. A segurança deste tipo de levantamento é muito variável, dadas as imprecisões na descrição geográfica das confrontações, dando um carácter aleatório aos dados fornecidos pelos documentos, que conferem ao fenómeno uma excessiva carga de relatividade.

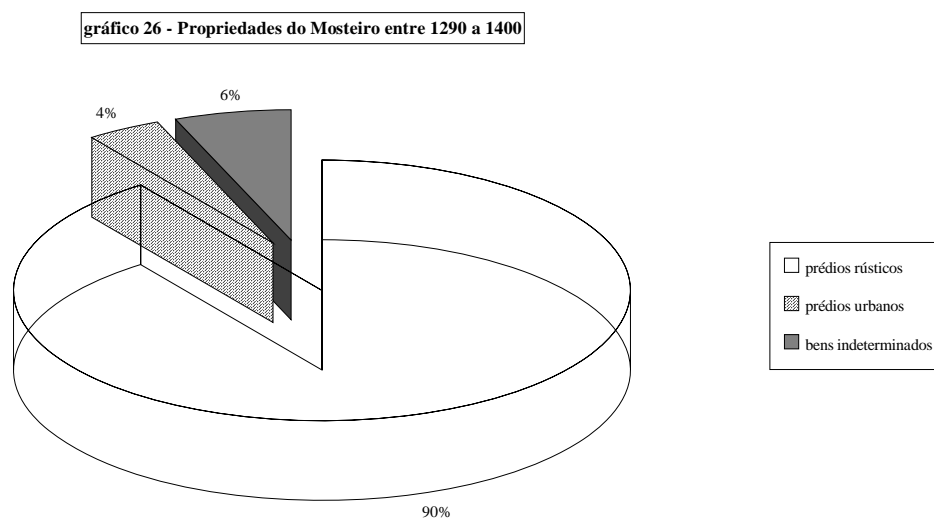
Mas apesar deste relativismo, que temos sempre presente, conseguimos detectar uma base sólida de propriedades administradas, ainda que de forma indirecta, pelas monjas cistercienses de Almoster capazes de nos poderem fornecer elementos para um quadro analítico evidenciador dos tipos, formas e

---

<sup>392</sup> Entre outros, possuímos vários documentos que nos indicam o plantio deste tipo de culturas: AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 6; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 46; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 23.

métodos de acção sobre o espaço económico de que dispunham. O nosso critério manteve como prédios distintos todos aqueles em que não houvesse a garantia de os diferentes documentos corresponderem ao mesmo bem.

A distribuição das propriedades apresenta um total de 270 prédios com origem rústica, contra apenas 11 prédios urbanos, numa relação de grandeza de 90% para os primeiros e 4% para os segundos.

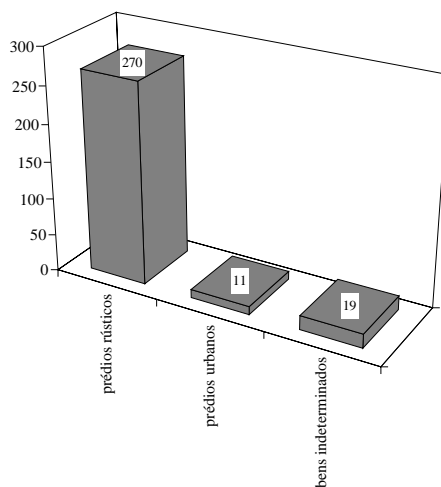


Estes valores, observados ao longo de toda a centúria de Trezentos, são ainda acrescentados com 6% (referentes a 19 documentos) de bens cuja natureza não conseguimos determinar, mas que a julgar pelas indicações toponímicas poderão ser maioritariamente rurais.

<i>topónimos rurais</i>	11 = 73%
<i>topónimos urbanos</i>	3 = 20%
<i>sem indicação topográfica</i>	1 = 7%

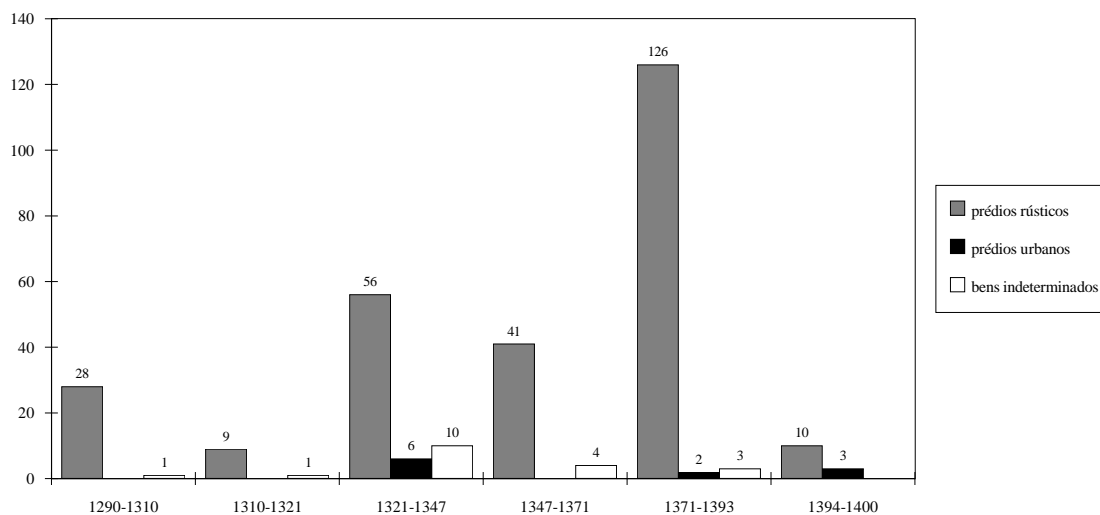
Embora desalinhados com a informação extraída dos instrumentos de aquisição, que aponta para valores situados muito abaixo dos agora indicados, será contudo interessante observarmos a dinâmica de posse que o mosteiro apresenta em cada um dos abaciados estudados.

gráfico 27 - Propriedades do Mosteiro entre 1290 e 1400 (valores absolutos)



Com efeito, observamos um aumento significativo de propriedades integradas no património de Almoester a partir de 1321, o que contrasta bastante com os valores recolhidos para as duas primeiras abadessas do convento<sup>393</sup>. De 1321 a 1393, período que corresponde a três dos mais bem sucedidos abaciados<sup>394</sup>,

gráfico 28 - Total de propriedades por abaciado



a gestão fundiária do mosteiro apresenta um saldo fortemente positivo, com

<sup>393</sup> Berengária Aires e Maria Rodrigues.

<sup>394</sup> Respectivamente Maria Gomes da Silva, Guiomar Afonso e Sancha Vasques da Fonseca.

incidência para os anos de 1371 a 1393 onde contabilizámos 126 propriedades<sup>395</sup>. Embora desconheçamos todas as variáveis envolvidas, desde estratégias definidas de aquisição até fenómenos puramente pessoais, é muito provável que o despovoamento progressivo da região próxima do mosteiro gótico, motivado por diversas razões do foro político, social e económico<sup>396</sup>, levasse a um aumento da quantidade de bens legalmente possuídos pelas freiras de Almoester, em especial para aqueles que incidem sobre o meio rural.

Como observámos anteriormente, embora sempre importante, o acréscimo de bens por aquisição<sup>397</sup>, revela-se bastante aquém do volume de bens (rurais e urbanos) possuídos por Almoester ao longo do século XIV. Embora não possamos, com toda a segurança que um documento legal nos pode dar, determinar a forma como grande parte dos bens foi adquirida pela monjas, sabemos contudo que não se praticaram alienações<sup>398</sup>, mantendo-se o domínio de Almoester estabilizado durante todo o período estudado. Tal facto leva-nos a optar por uma descrição global das terras de lavoura e prédios urbanos possuídos pelo cenóbio ao longo daquele século, sem nos preocuparmos com reduções de carácter cronológico, que pensamos, não seriam funcionais, nem justificáveis.

Sem sombra de discussão a primazia pertence ao conjunto de propriedades situadas em contexto rural, fazendo destas a principal estrutura de suporte económico da comunidade cisterciense.

---

<sup>395</sup> Os valores indicados não podem ser encarados como absolutos, já que na maioria dos documentos, as referências ao quantitativo de propriedades não possuem muita precisão, indicando a posse de vários bens. Optámos, nestes casos, por atribuir a referência mínima de 2 unidades.

<sup>396</sup> Já nos referimos a esta questão no capítulo sobre as formas de aquisição de propriedade detectadas no mosteiro de Almoester.

<sup>397</sup> Estamos a referir-nos e *Videntemente* às aquisições que se encontram registadas no cartório do mosteiro.

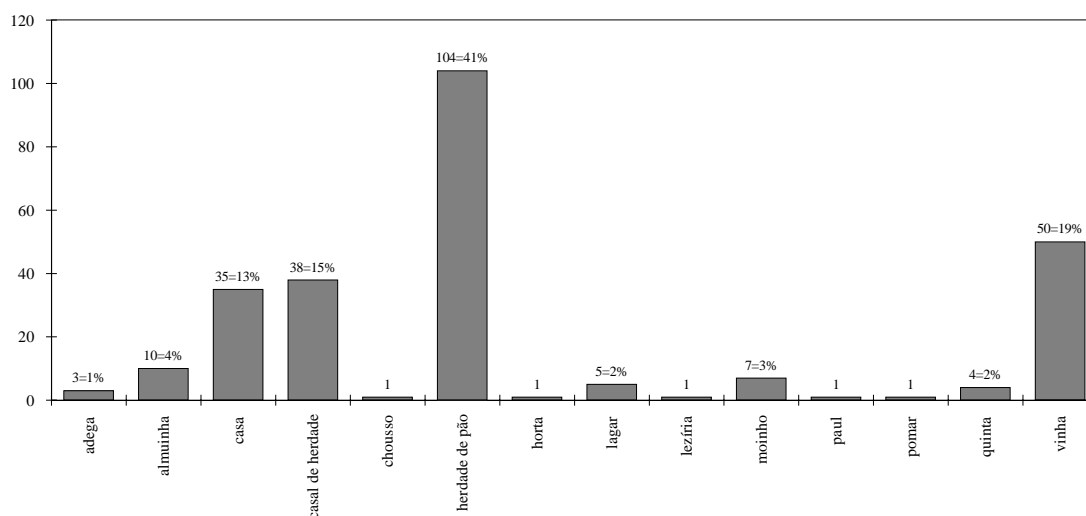
<sup>398</sup> Nenhum documento possuído se refere a venda de bens, para este período, por parte do mosteiro. Existe contudo um contrato curioso, onde o mosteiro doa a uma das suas monjas várias herdades de pão e courelas de vinha, que possuía em Almoester. Esta doação é feita apenas durante a vida dessa monja (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 6. 1368 Agosto 12).



À semelhança do que ocorre pelo País, também o senhorio monástico de Almoester tende a concentrar e organizar a sua estrutura rural a partir do "casal", como unidade fundamental de exploração<sup>399</sup>. Este modelo facilita, à partida, o controlo por parte das monjas, que assim vêm melhorar o processo de recebimento de rendas.

As 38 referências a casais de herdade (15%)<sup>400</sup> apontam para a existência, por parte das freiras de Almoester, de um modelo concentrador das propriedades em unidades de estrutura mais alargadas e passíveis de suportarem um maior número de diferentes culturas agrícolas.

gráfico 29 - Prédios Rústicos



Se o mosteiro encontra nesta concentração de propriedades uma maior capacidade de recolha de rendimentos, também os rendeiros são atraídos por estas unidades rurais, vendo as possibilidades de subsistência

<sup>399</sup> Este é o modelo vigente na Região do Baixo Mondego, como refere Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, p. 98 e 99.

<sup>400</sup> Vide gráfico 29 - Prédios rústicos, p. 148.

consideravelmente aumentadas e o pagamento dos foros mais acessível, pela maior extensão de solo arável e diversidade de produtos explorados.

Era a **casa**<sup>401</sup> o valor fundamental. A partir dela se organizava a restante propriedade numa escala hierárquica determinada a respeitar a solicitação de géneros agrícolas que os finais da Idade Média exigem. Nela se vivia o que pressupõe uma directa ocupação do espaço rural por parte do rendeiro. A obrigatoriedade de habitação por parte dos novos inquilinos era uma constante nos contratos enfiteúticos do mosteiro de Almoester<sup>402</sup>. Entre outros, é paradigmático o arrendamento, estabelecido por seis anos em nome de Gonçalo Anes, de um casal de herdade em Tavra. Além do pagamento de um terço sobre toda a produção anual, as monjas impunham como condições para o arrendamento ser efectuado que o rendeiro lá morasse e que o lavrasse. Estas obrigações de valorização das propriedades não se restringem somente aos prédios rústicos referidos como "casais". Muitas outras propriedades como almuinhas<sup>403</sup> e vinhas<sup>404</sup> têm nas disposições contratuais entre o mosteiro e os enfiteutas prescrições idênticas.

Esta estabilidade, assumida pelo foreiro e pela sua família, permite a existência de melhores e mais sistemáticas condições de exploração, que irão possibilitar um aumento dos níveis produtivos. Em muitos locais aforados<sup>405</sup> os

---

<sup>401</sup> Idem, *ibidem*, p. 103. A autora defende que o "casal" é constituído pela casa, como elemento aglutinador e coordenador, e pelo resto das terras de lavoura.

<sup>402</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 17. 1382 Julho 13.

<sup>403</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29 - João Peres e Maria Afonso emprazam, por três vidas, uma almuinha em Vale de Soeiro Tição, termo de Santarém, por 15 maravedis, dois alqueires de trigo e dois capões, com a condição de nela uma casa para habitação (própria). Eram ainda obrigados a plantar árvores de fruto especificadas pelas monjas, *a saber: pereiras, pereiros, macieiras e figueiras*.

<sup>404</sup> É o caso de um arrendamento com a duração de dez anos de três vinhas situadas no lugar de Castanheira, termo de Alenquer, estabelecido entre as monjas e João Peres Costela. Ao receber o instrumento jurídico o enfiteuta compromete-se a construir, naquelas propriedades, uma casa e um pardieiro (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 29. 1389 Novembro 17).

<sup>405</sup> Serve-nos de exemplo um contrato de emprazamento entre o mosteiro e João Peres, onde o novo rendeiro é obrigado a construir casa (para habitação) e a plantar diversas árvores de fruto (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29).



novos locatários eram obrigados, pelas condições do contrato estabelecido com o mosteiro, a construírem casas e outros benefícios<sup>406</sup>, que valorizam, de forma considerável, o valor predial das propriedades e permitem a Almoester aumentar o preço das rendas para com futuros enfiteutas.

Em grande parte dos contratos de enfiteuse referentes a "casais de herdade" a pena do tabelião discrimina, a mando do procurador do cenóbio, a obrigatoriedade de os novos rendeiros construírem casas e beneficiarem, com outras iniciativas, os bens arrendados. O ano de 1367<sup>407</sup> dá-nos um claro exemplo deste tipo de obrigações: Lourenço Palmeiro, morador na Ponte da Couraça, termo de Alenquer, ao emprazar, por uma vida, um casal de herdade vê-se obrigado a "*...fazer duas casas e uma charrua para os bois...*", além da renda anual que tem de pagar ao mosteiro<sup>408</sup>.

A existência de um número considerável de casas<sup>409</sup>, que aparecem referidas isoladamente, no conjunto do património rural do cenóbio feminino de Santa Maria de Almoester é, também, extremamente interessante. Naturalmente utilizadas como espaço habitacional elas não se restringem apenas a serem meros locais onde o lavrador descansa da sua labuta diária; nem somente o local de organização e vivência familiar. Estas casas, tão apetecíveis para os candidatos a rendeiros, são perfeitas unidades económicas.

Praticamente todas possuem choussos e é assim que são aforadas<sup>410</sup>. Encabeçando um conjunto de propriedades dispostas de forma bem ordenada e

---

<sup>406</sup> Como o plantio de árvores, construção de moinhos, abertura de canais, plantio de sebes divisórias, consolidação de caminhos, etc.

<sup>407</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 26. 1367 Dezembro 27.

<sup>408</sup> Designadamente, metade de toda a produção de cereal, vinho, legumes e frutos, junto com 2 capões e 1 marrão *...bem criado...*

<sup>409</sup> Mais exactamente 35 (13%). Veja-se a este respeito o **gráfico 29 - Prédios rústicos**, p. 148.

<sup>410</sup> Citemos um caso. No ano de 1300 as monjas Maria Domingues e Teresa Domingues, com autorização da abadessa e do convento emprazam, por uma vida, a João Lourenço (referido como lavrador) duas casas, ambas com choussos e mais duas vinhas localizadas nos lugares de Almoester e Rego, no termo de Santarém (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 52. 1300 Junho 24).

aproveitando as condições do terreno, desde "herdades de pão", courelas de vinha, olivais, pomares e hortas, a casa com os seus anexos serve na perfeição a estratégia de rentabilização das terras "alugadas" pelas freiras bernardas. À semelhança de outros senhorios monásticos espalhados pelo país, o **casal** é utilizado como elemento aglutinador e organizador do modelo de exploração indirecta que serve à casa cisterciense de Almofter.

***Prédios Rurais (casas arrendadas)***<sup>411</sup>

<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>ENFITEUTA</b>	<b>PROPRIEDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DOCUMENTO</b>
<i>M° de Almofter</i>	João Domingues Teresa Anes	casas = 2 vinhas = 2	Almofter e Rego (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. 4, n° 52 1300 Junho 24
<i>M° de Almofter</i>	Martim Pais Marinha Geraldês	casa = 1  casa = 1	Almofter (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. , n° 1321 AN/TT, M° Alm., m. 2, n° 3 1325
<i>M° de Almofter</i>	Margarida Esteves	casa = 1	Almofter (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. 4, n° 30 1323 Abril 3
<i>M° de Almofter</i>	Afonso Peres Beatriz Anes	casa = +	Botelhas (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. 4, n° 18 1378 Novembro 7
<i>M° de Almofter</i>	Pedro Afonso Catarina Martins	casa = 2	Almofter (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. 10, n° 42 1379 Janeiro 30
<i>M° de Almofter</i>	Afonso Anes Maria Anes	casa = 2	Almofter (Santarém)	AN/TT, M° Alm., m. 4, n° 43 1387 Dezembro 18
<i>M° de Almofter</i>	Estêvão Domingues Carregado	casa = 1	Ponte da Couraça (Alenquer)	AN/TT, M° Alm., m. 1, n° 24 1388 Novembro 22

**a) O pão**

No conjunto dos bens rústicos que encontrámos na posse das monjas de Almofter, herdades de pão e courelas de vinha destacam-se significativamente do resto das propriedades agrícolas. Mas são os campos semeados com cereal quem domina o *ager* do mosteiro. De facto, 104 dos prédios rústicos detidos pelas monjas são compostos por terrenos cultivados com cereal<sup>412</sup>. Falar deste

<sup>411</sup> Todas estas casas possuem choussos.

tipo de explorações, desenvolvidas de forma indirecta por aquele cenóbio, implica abordar a questão cerealífera. Estes 41% alcançam uma expressão bastante mais elevada se lhe juntarmos os 19% respeitantes às propriedades encabeçadas por um casal<sup>413</sup>.

Os 38 casais de herdade referidos pelos instrumentos paleográficos almosterienses possuíam áreas de solo arável destinadas especificamente à sementeira de trigo e de outros cereais. É o que se passa com um contrato de arrendamento estabelecido pelas freiras, logo após o Natal de 1350<sup>414</sup>. João Afonso arrenda, por 4 anos, um casal localizado em Tavra, a poucos quilómetros da vila de Santarém. Este arrendamento, que lhe custa "...seis moios de pão..." e "...seis alqueires de fogaça por cada huu ano...", inclui a existência de herdades produtoras de cereal. Verão de 1363, no lugar de Ulme, próximo da ponte, mas do outro lado do Tejo, Vasco Afonso<sup>415</sup> empraça em sua vida, na de sua mulher e na do seu filho, 2 casais de herdade<sup>416</sup>. A renda anual compõe-se de ...tres quarteiros de trigo...<sup>417</sup> e ...dous capões bem engordados... É bem provável que aqueles casais tivessem "*terras de pão*".

Domínio monástico caracterizado por um tipo de exploração polivalente<sup>418</sup>, o cereal aparece como o principal produto a ser explorado. O plantio de "pão" espalha-se por todas as áreas e espaços onde Almoester constitui património.

---

<sup>412</sup> Que podemos constatar nos dados apresentados pelo **gráfico 29 - Prédios rústicos**, p. 148.

<sup>413</sup> Vide **gráfico 29 - Prédios rústicos**, p. 148.

<sup>414</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 50. 1350 Dezembro 27.

<sup>415</sup> Era filho de Afonso Esteves Guímaro.

<sup>416</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 4. 1363 Julho 30.

<sup>417</sup> 48 alqueires pela medida de Santarém (1 quarteiro = 16 alqueires).

<sup>418</sup> À semelhança de outras instituições monásticas inseridas nesta região. É o caso de Alcobaça que apresenta uma grande polivalência de culturas, como nos indicam os trabalhos de Iria Gonçalves e Pedro Gomes Barbosa.

Isolado ou acompanhado por outras culturas, o cereal representa a base alimentar do homem medieval e, em especial, do camponês<sup>419</sup>. Agente fundamental, determinante da sobrevivência de comunidades e dos indivíduos, o plantio de "pão" suporta uma economia que, no século XIV, ainda surge fortemente influenciada pelo modelo de auto-suficiência<sup>420</sup>, obrigando de forma compulsiva os foreiros de prédios rústicos a delimitar parcelas de terra destinadas unicamente ao plantio de cereais. A subsistência básica estava assim assegurada e o pagamento das rendas, muitas vezes em cereal, garantido<sup>421</sup>.

O cadastro rural de Almoester é pontilhado, por todo o lado por espaços cobertos por searas. Praticamente todos os agentes arrendatários exploram terras de "pão" de forma directa. Se, eventualmente, arrendaram uma vinha ou um olival logo nos surgem indicações relacionadas com o resgate do foro, onde o pagamento em cereais é uma constante.

Cultura praticada intensamente por todo o país, de Norte a Sul, os cereais encontram nesta região do Vale do Tejo condições excepcionais. As zonas mais baixas, junto ao maior rio que atravessa o território nacional, onde as terras de aluvião e um sistema de regadio, de origem romana e optimizado pelas comunidades muçulmanas, tornam a produção de cereal extremamente vantajosa, quer ao nível da qualidade, quer no plano da quantidade<sup>422</sup>.

---

<sup>419</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 68, salienta o facto de o plantio de cereais se encontrar sempre associado aos estabelecimentos humanos, determinando, muitas vezes, o local de implantação e até, a potencialidade de desenvolvimento das novas comunidades de agricultores.

<sup>420</sup> Vide a este respeito A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, p. 15; Iria Gonçalves, "Acerca da alimentação medieval", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, nº 2, p. 445; *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 68.

<sup>421</sup> Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 68.

<sup>422</sup> A fertilidade das zonas, sazonalmente, alagadas pelo Tejo é proverbial. Os geógrafos muçulmanos ao descreverem toda esta bacia hidrográfica indicam colheitas de grandes dimensões, que na generosidade oriental atingem expressões verdadeiramente assombrosas. É o caso do geógrafo islâmico, Edrisi, *Géographie*, t. II, p. 29, que refere colheitas numa relação de 100 e mesmo 200 grãos recolhidos por cada semeado. Sobre esta região são importantes as definições de Viterbo, *Elucidário...*, I, p. 169-170 (Balata), E. Lévy Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age*, p. 139 e A.H. de

A paisagem agrária dominada pelas freiras bernardas apresenta um conjunto de cereais produzidos<sup>423</sup> onde o trigo<sup>424</sup> sobressai como o cereal mais cultivado, sendo constantemente referido nos contratos de enfiteuse realizados pelo mosteiro e, naturalmente, o mais utilizado na confecção de pão. É muito natural, que o calendário das sementeiras privilegiasse os trigos de Inverno<sup>425</sup>, lançados à terra nos primeiros meses do ano<sup>426</sup>. Cultura robusta, semeada em grande quantidade, o trigo surge como o cereal mais produzido. Os documentos que se referem a este produto não indicam qual a espécie, ou espécies, utilizadas pelos agricultores. Oriundo do levante ou do ocidente, sendo de Inverno ou de Verão, ele é designado apenas como "pão".

---

Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal...*, p. 73. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 1, *Geografia e Cultura*, p. 61 transcreve o texto de um autor muçulmano que diz o seguinte sobre os solos escalabitanos nos séculos XI e XII:

"...O terreno da região de Santarém é de excelente qualidade. O Tejo inunda periodicamente as planícies que o bordejam à maneira do Nilo no Egipto. Os habitantes, depois da cheia, semeiam o grão sobre o lodo que ficou depositado, isto quando no resto da região o tempo das sementeiras passou já. A colheita obtida é muito abundante e não há atraso na formação das espigas e na sua maturação. Um dos distritos de Santarém é o **Saklab**: é o terreno mais fértil do mundo. O rendimento do grão é aí, nos anos de rendimento médio, de 100 por 1; nos melhores, de 200 por 1."

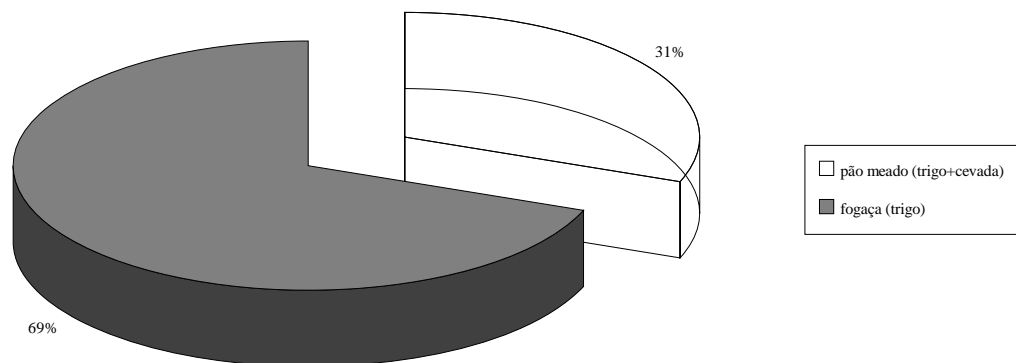
<sup>423</sup> Por todo o País se desenvolviam sementeiras de trigo, cevada, centeio e milho. A este respeito Vide A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, p. 81-84.

<sup>424</sup> Não possuímos qualquer informação que nos permita indicar uma espécie (ou espécies) específicas de trigo plantadas nas terras que Almostrer afora. É provável que exista mais do que uma espécie. Sobre esta questão do trigo vejam-se os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques, *Ibidem*, p. 81-84 e Henrique de Barros, *O problema do trigo*, p. 17-18.

<sup>425</sup> galego, mourisco. Veja-se a este respeito as informações que Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 72, fornece sobre os espécimes cultivados nas granjas e pelos foreiros de Alcobaça, no século XIV.

<sup>426</sup> Henrique da Gama Barros, *Ibidem*, p. 32-33; Artur Castilho, *O Trigo*, p. 335; Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 72.

gráfico 30 - Cereais



A ausência de uma discriminação tipológica das sub-variedades deste cereal pode resultar do facto de este produto panificável ser uma constante diária junto dos camponeses e dos senhorios e, de forma muito natural designado como "trigo"<sup>427</sup>.

Cereal de maior qualidade e claramente preferido por agricultores e senhorios, o trigo ocupa as melhores terras e garante a maior parte do pagamento das rendas, especialmente o de melhor qualidade, reservado para a eira ou, se for caso disso, para a comercialização. Observando as informações fornecidas pela documentação<sup>428</sup>, deparamos com uma esmagadora utilização do trigo mais puro no pagamento das rendas. Dos cereais existentes no período medieval, como a cevada, o centeio ou o milho não possuímos informações directas. Encontramos alguns contratos de aforamento a fixarem tributos tendo por base vários quantitativos de pão meado<sup>429</sup>, onde é muito provável que ao

---

<sup>427</sup> Vide Maria Helena da Cruz Coelho, *Ibidem*, I vol., p. 131.

<sup>428</sup> Vide gráfico 30 - Cereal, p. 155.

<sup>429</sup> São bastantes as referências a pagamentos de rendas com "pão meado": AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 18; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 50; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 53; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 53; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 58; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 40; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 57. Sobre esta questão são importantes as informações de A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, p. 85-86.

trigo, de menor qualidade, sejam misturadas porções de cevada<sup>430</sup>, ou de outros cereais.

O plantio de centeio, cereal de grandes tradições na alimentação das populações rurais, não aparece referido em nenhuma das explorações que o mosteiro arrenda ao longo do século XIV. Cereal extremamente robusto e adaptado a regiões cobertas por solos débeis, constantemente flageladas por variações muito rudes do clima, e com reduzida rentabilidade, não constituía para os agricultores das regiões vizinhas do Vale de Santarém, motivo de atracção. A elevada fertilidade dessas terras, favorecidas pela proximidade de água e cobertas por índices de humidade elevados, acabava por ser mais propícia ao plantio de outras culturas cerealíferas, como as diversas variedades de trigo, milho e cevada.

Cultura fundamental, a existência de cereais é comprovada, também, por um conjunto razoável de citações referentes a unidades transformadoras de cereal. Vários pergaminhos existentes no cartório das monjas de Almoester referem-se à posse de moinhos, sobretudo junto aos ribeiros próximos da instituição monástica de Almoester<sup>431</sup>.

Produzidos largamente, como vimos, torna-se muito difícil conseguir calcular e definir as dimensões utilizadas para o plantio destes cereais. No conjunto dos documentos indicadores sobre a existência de terras agricultadas a maior incidência recai sobre terras de sementeira.

A esta realidade correspondem vários termos definidores, como "terra", "courela de herdade" ou "herdade de pão". O próprio conceito de "herdade", aplicado genericamente, corresponde, na maior parte dos casos a espaços

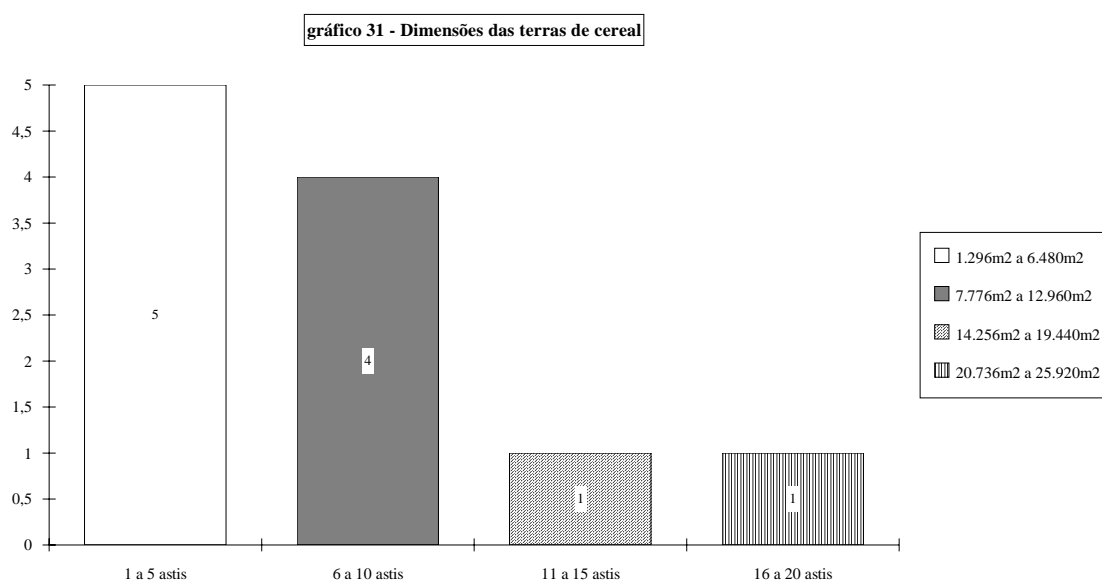
---

<sup>430</sup> Desta opinião são Pedro de Azevedo, *Os Reguengos da Estremadura*, n.º XXI, p. 23-24 e n.º XXII, p. 24; A. H. de Oliveira Marques, *Ibidem*, p. 73 e Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, I vol., p. 135.

<sup>431</sup> AN/TT, *M.º Alm.*, m. 10, n.º 45. 1305 Abril 20; AN/TT, *M.º Alm.*, m. 10, n.º 6. 1350 Outubro 28; AN/TT, *M.º Alm.*, m. 5, n.º 27. 1363 Fevereiro 13; AN/TT, *M.º Alm.*, m. 5, n.º 17. 1384 Junho 13; AN/TT, *M.º Alm.*, m. 5, n.º 15. 1387 Maio 25.

destinados à produção de culturas cerealíferas. Optámos, por isso, por considerar todos estes elementos terminológicos como um todo: searas ou terras de pão<sup>432</sup>.

Do total de propriedades produtoras de cereal pertencentes ao mosteiro espalhadas pela região do Vale de Santarém, a maioria não apresenta qualquer indicação capaz de permitir uma reconstituição das suas reais dimensões. Possuímos apenas referências discretas sobre algumas "herdades"<sup>433</sup> e "terras de pão"<sup>434</sup>.



A medida agrimensora padrão parece ser o *astil*<sup>435</sup>, patente em alguns documentos relatores de contratos de enfiteuse estabelecidos entre o cenóbio feminino de Almoester e um conjunto de lavradores locais. Infelizmente estas

<sup>432</sup> O mesmo procedimento, embora baseado em realidades estatísticas diferentes, foi seguido por Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 201.

<sup>433</sup> É o caso, por exemplo de uma "herdade de pão", com 9 *astis* de dimensão, aforada pelo mosteiro de Almoester ao lavrador Estação Anes, no lugar de Tavra, termo de Santarém (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 12. 1381 Setembro 15).

<sup>434</sup> As monjas emprazam, por uma vida, 12 *astis* de terra em Balêa, a Lourenço Domingues de Santarém (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 53. 1387 Maio 11). Outro exemplo é o contrato de emprazamento, também por uma vida, de 20 *astis* de terra de cereal, feito a Fernão Afonso (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 58. 1387 Dezembro 19). Este enfiteuta era criado do cavaleiro Diogo Gomes da Silva.

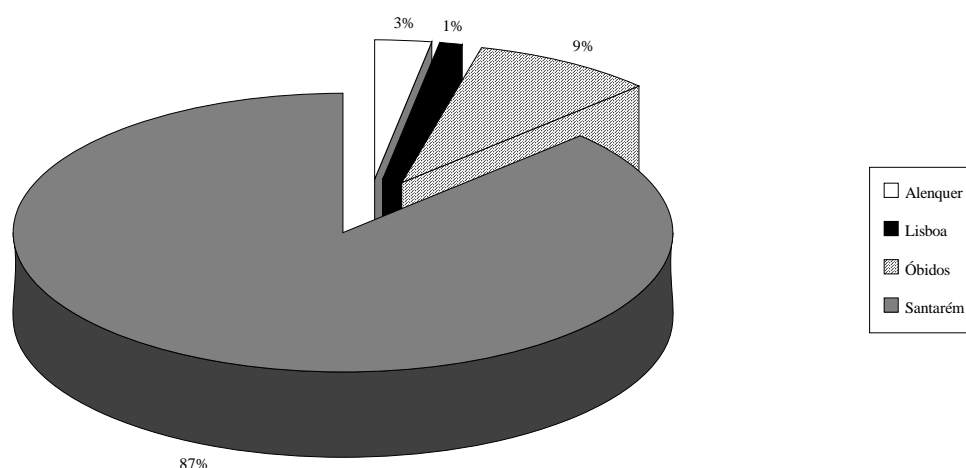
<sup>435</sup> O *astil* equivaleria a 1296 m<sup>2</sup> (120x120 pés). Semelhante indicação é apontada por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário...*, p. 621-622.



referências são demasiado escassas e, por isso impeditivas de nos poderem proporcionar a dimensão dos terrenos adjudicados ao plantio de cereal.

A produção de cereais é associada, por sistema, a propriedades de dimensões consideráveis e à utilização de bastante mão-de-obra. Esta é assegurada pelos foreiros e seus dependentes<sup>436</sup>, que as cultivam intensamente. As dimensões e a complexidade deste género de explorações agrárias implicam um grande investimento por parte dos agricultores. Este tipo de exploração acaba por imprimir um ritmo de constante renovação e consolidação dos laços que sustentam este tecido campesino, tantas vezes em oposição aos senhorios monásticos<sup>437</sup>.

gráfico 32 - Distribuição espacial dos campos de cereal (concelhos)



A localização dos campos de cereal pertencentes a Almoester é bastante variada<sup>438</sup>, ocupando terras em diferentes termos concelhios como Alenquer, Lisboa, Óbidos e Santarém.

---

<sup>436</sup> Entre outras referências a criados de foreiros podemos citar um pergaminho de 1372 Setembro 26 (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 6, n<sup>o</sup> 33), em que Gil Esteves (criado do cavaleiro-vilão de Santarém, Lopo Gonçalves) aparece a testemunhar uma partilha de bens no Cartaxo.

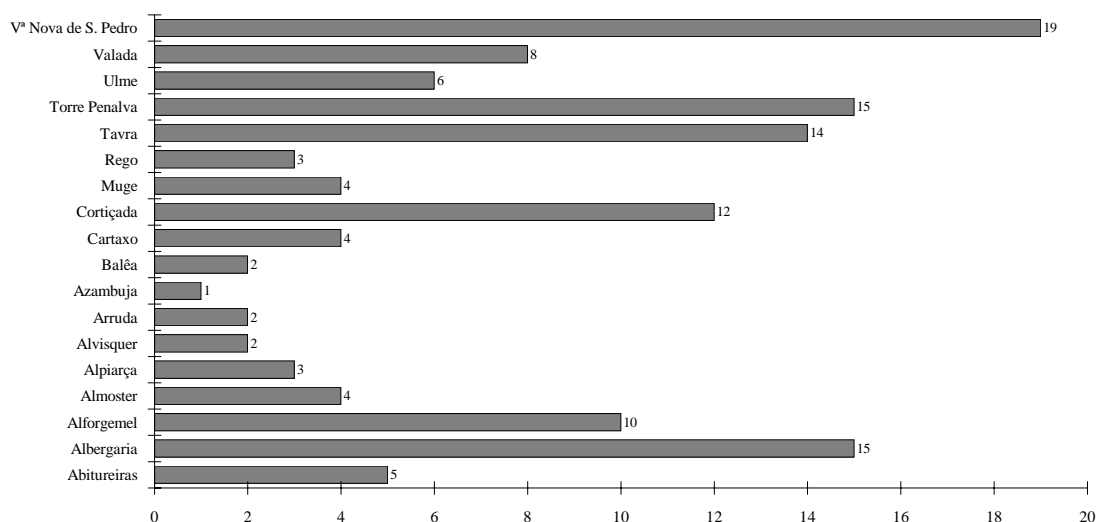
<sup>437</sup> É o que nos demonstram Slicher Van Bath, *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)* e J. Angel García de Cortázar, *La Sociedad Rural en la España Medieval*, p. 200-225.

<sup>438</sup> Observe-se com mais detalhe o **MAPA - Terras de Pão**, p. 160.

Observando a forma como aquelas propriedades se distribuem, verificamos que pertence ao termo de Santarém a maior parte. Com efeito, 87% das terras lavradas com cereal espalha-se pelo alfoz escalabitano, deixando aos outros três concelhos onde o mosteiro possui herdades de "pão", totais muito pouco expressivos<sup>439</sup>.

Sendo terras destinadas ao plantio de cereais, sobretudo de trigo, necessitam de condições específicas capazes de garantirem boas colheitas e uma razoável constância das qualidades do solo.

gráfico 33 - Distribuição espacial das terras de cereal (termo de Santarém)



Embora possuindo campos de trigo por todo o termo santareno, o mosteiro contudo apresenta uma tendência, que para nós não é estranha<sup>440</sup>, de concentração das suas explorações cerealíferas em núcleos bem determinados. A maior parte das explorações arrendadas situam-se a escassos quilómetros do mosteiro<sup>441</sup> em lugares como Vila Nova de S. Pedro, Torre Penalva, Albergaria,

<sup>439</sup> Como podemos observar no **gráfico 32 - Campos de cereal**, p. 159. Alenquer apresenta 5 (3%) "terras de pão"; Lisboa apenas 1 (1%) e Óbidos compõe 13 herdades que correspondem a 9% do total de campos de cereal possuídos por Almoester.

<sup>440</sup> Este fenómeno de concentração de terras é comum a todas as casas monásticas em geral e às cistercienses em particular. Autores como Maria Helena da Cruz Coelho, Iria Gonçalves e Pedro Gomes Barbosa, em estudos pormenorizados sobre património rústico de várias instituições monacais, apresentam os mesmos resultados.

<sup>441</sup> Vide **MAPA - Terras de Pão**, p. 159.

Alforgemel e na própria aldeia de Almoester, paredes meias com o mosteiro. Aqui, as condições de terreno parecem ser favoráveis a uma boa exploração deste tipo de culturas: terras pesadas e muito férteis, abrigadas do vento Norte e próximas de um grande número de cursos de água, capazes de lhes fornecerem a humidade indispensável ao crescimento das espigas.

Um pouco mais longe do mosteiro, para Norte, ficam os campos de pão junto à Cortiçada e ao pequeno povoado das Abitureiras. Provavelmente mais pequenos que os anteriores e, sem dúvida, ínfimos em tamanho quando comparados com as lezírias e as terras da Valada, estes terrenos são no entanto bastante apetecíveis para os pequenos agricultores locais, que constantemente se tornam ali rendeiros do mosteiro.

Andando para Levante, cada vez mais próximos das "Portas do Sol", ficam as courelas de pão de Alvisquer<sup>442</sup>, pouco expressivas no património almosteriense. Mas, importantes, são sem dúvida os campos da Valada, do Cartaxo e de Azambuja<sup>443</sup>, que por serem compostos por unidades agrícolas de maior dimensão e estarem ligadas a solos de grande capacidade produtiva<sup>444</sup> e com uma fácil regeneração da camada arável<sup>445</sup>, atraem como foreiros do cenóbio ricos proprietários rurais e cavaleiros-vilãos ligados à hierarquia administrativa de Santarém.

Outra área de concentração de terras destinadas ao plantio de cereal encontra-se localizada na outra margem do Tejo e tem como centro as terras em torno do lugar de Alpiarça<sup>446</sup>. Tavra e Ulme compõem aqui a maior parte dos terrenos cerealíferos administrados pelas monjas cistercienses, e que

---

<sup>442</sup> Vide MAPA - Terras de Pão, p. 159.

<sup>443</sup> Vide MAPA - Terras de Pão, p. 159.

<sup>444</sup> Os campos irrigados da Valada (Balata) são famosos pela sua fertilidade.

<sup>445</sup> Em circunstâncias normais permitem duas colheitas por ano.

<sup>446</sup> Vide MAPA - Terras de Pão, p. 159.

apresentam as mesmas condições de grande produtividade traçadas para as searas do outro lado do rio. Mais para Sul, quase em frente aos campos alagados da Valada ficam as terras de trigo de Muge e Balêa<sup>447</sup>, que compõem o último núcleo das "herdades de pão" pertencentes ao mosteiro de Santa Maria de Almoester.

Campos concentrados em áreas bem determinadas, devem a sua existência e forte capacidade produtiva, à proximidade de locais habitados. A grande quantidade de mão-de-obra que estas terras exigem acaba por condicionar a escolha dos locais para a sua implantação. A proximidade do mosteiro e das várias aldeias que lhe estão próximas, ou a concentração no espaço peri-urbano de Santarém trazem a estas terras a permanência de grupos humanos extensos e constantes que, em condições normais, garantem índices de produção bastante rentáveis.

Não possuímos muitas informações acerca da contiguidade existente entre os campos de cereal que recolhemos na documentação das monjas de Almoester. Contudo, parece-nos verosímil que, nos locais de maior concentração, como por exemplo, os campos que rodeavam a aldeia de Vila Nova de S. Pedro, algumas destas "herdades de pão" se encontrassem ligadas. A concentração da propriedade encabeçada por casais faz com que se encontrem associadas a terras plantadas com cereal, um conjunto de vinhedos, olivais, pomares, almuinhas e outras "culturas mimosas"<sup>448</sup>, que complicam a detecção das extremas delimitadoras das várias propriedades.

Constituindo a maioria do património rústico do cenóbio almoesteriense, o cultivo dos cereais corresponde a um modelo de exploração extensiva, onde o trigo detém a primazia, num ordenamento espacial bem determinado e que

---

<sup>447</sup> Vide **MAPA - Terras de Pão**, p. 159.

<sup>448</sup> Como ferragiais e outras culturas associadas à produção de pecuária. Vide a este respeito, Orlando Ribeiro, *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e Comentário de Albert Silbert*, p. 106.

muito provavelmente não destoará do praticado na região escalabitana há poucos anos atrás. A este modelo agrícola, praticado em extensão, acrescenta-se um anel de cultivo mais intensivo, um círculo de *coltura promiscua*, mais próximo dos centros urbanos e vocacionado para o abastecimento destes. Um aro composto por produções "mimosas", onde os vinhedos se apresentam como a cultura onde se verifica um maior investimento. É das vinhas que passaremos a tratar.

### **b) O vinho**

Cultura agrícola tradicional no nosso País, o plantio da vinha, nesta zona do Vale do Tejo, não está apenas sujeito a determinações da Geografia ou da acção do clima. A expansão da vinha e da vitivinicultura encontra-se, também, relacionada com as profundas transformações sociais do Ocidente Medieval. Sacralizada e sacralizadora, associada desde o primeiro instante à redenção das almas, elemento fundamental na liturgia cristã, a vinha e a bebida fermentada que dela deriva, conhecem, no século XIV, momentos de verdadeira expansão. A procura do vinho, sobretudo pelos mercados urbanos europeus, levava os países meridionais a intensificar o seu cultivo<sup>449</sup>. Eclesiásticos e laicos, senhores e camponeses, abastados e desfavorecidos, todos anseiam por esta bebida que os fortalece, alimenta e *...in vino, veritas...* os enriquece.

A constante solicitação das cidades leva a um aumento sistemático do plantio de cepas por todo o lado. Primeiro junto aos rios e cursos de água,

---

<sup>449</sup> Embora não se justifique aqui uma análise mais detalhada da importância do vinho no universo medieval, *Vide* a este respeito as obras de referência de Roger Dion, *Histoire de la Vigne et du Vin en France des Origines au XIX<sup>e</sup> Siècle*, p. 83 a 230; Georges Duby, *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, p. 179 a 183. Para o caso português são importantes os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 16-17; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, p. 152 a 155; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, p. 81 a 87.

capazes de irrigarem as vinhas e de transportarem o líquido espirituoso, resultante do esmagamento dos bagos<sup>450</sup>; drenando e secando paus<sup>451</sup>, aproveitando depois os antigos lodaçais para plantar vinhedos de variadas qualidades; associando as cepas a outras culturas agrícolas, como as árvores de fruto ou os ferragiais; finalmente, implantando-se ao redor dos aglomerados urbanos, sempre que as condições do solo e do clima permitiam o seu plantio<sup>452</sup>.

Entre a propriedade rústica de Almoester as vinhas aparecem logo atrás das terras de cereal. As 50 courelas de vinha<sup>453</sup>, correspondentes a 19% do total de prédios rústicos representam uma das principais fontes de riqueza do mosteiro e uma das culturas que mais vemos ser desenvolvida ao longo de toda a centúria de Trezentos nesta região do Vale de Santarém.

Cultura adaptável, mas necessitada de constantes cuidados, aparece nas propriedades arrendadas por Almoester, quase sempre associada a outras formas de cultura, como olivais e pomares e relativamente próxima dos locais habitados. Esta proximidade humana garantia aos vinhedos uma manutenção e vigilância constantes. Um conjunto apreciável de contratos de aforamento sobre casais de herdade deixa entrever, junto às grandes áreas plantadas com cereal, parcelas de vinha que, embora não sejam referidas directamente pelo instrumento jurídico, aparecem no momento do pagamento dos foros<sup>454</sup>. O ¼

---

<sup>450</sup> Veja-se a este respeito Georges Duby, *Ibidem*, p. 180.

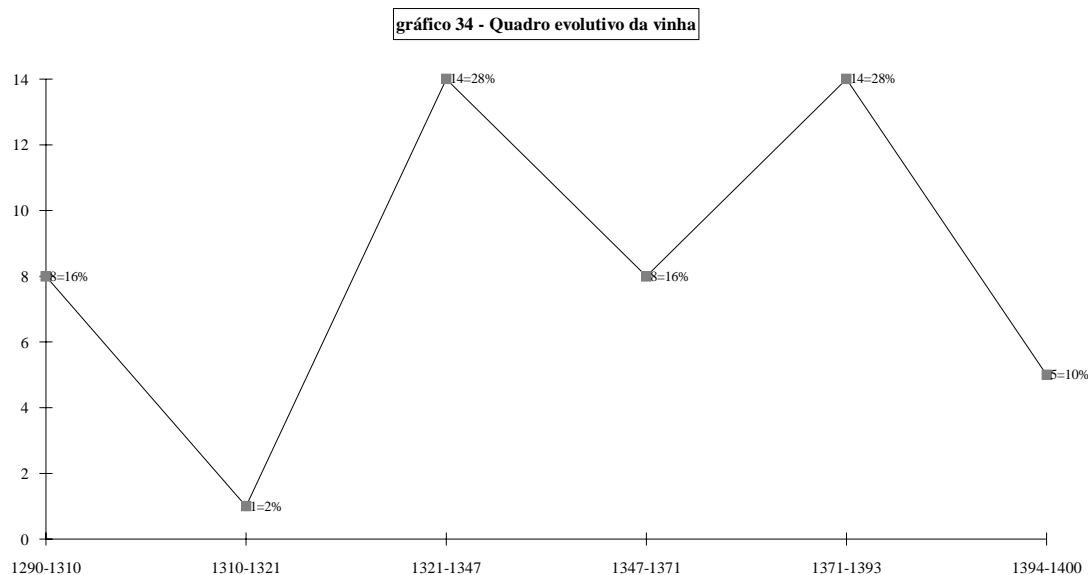
<sup>451</sup> O próprio mosteiro de Santa Maria de Almoester investe na drenagem de um paul, onde mais tarde, junto a terras de pão encontramos algumas courelas de vinha. O paul em causa situa-se em Alpiarça e tinha pertencido a D. Berengária Aires (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 3, n<sup>o</sup> 2. 1305 Fevereiro 12).

<sup>452</sup> São exemplo os casos de Lisboa, Santarém, Torres Vedras, Évora e Beja, entre muitas outras cidades e vilas do País.

<sup>453</sup> *Vide gráfico 29 - Prédios rústicos*, p. 148. Obviamente que este número não corresponde ao total de vinhedos possuídos pelo mosteiro de Almoester no século XIV. Muitos dos casais de herdade deveriam ter, com toda a certeza, pedaços de terra ocupados com pés de vinha e, tal como no caso das searas, um conjunto apreciável de documentos refere-se a vinhas na forma plural, mas sem indicar a quantidade exacta.

do vinho entregue às monjas no dia de S. Miguel de Setembro, juntamente com os alqueires de cereal, os capões e os ovos, prova a existência de terras plantadas com vide. É o caso, por exemplo, de um emprazamento feito em quatro vidas de um casal com várias vinhas a João Vasques e Constança Anes, os quais pagam de foro em cada ano além de dois alqueires de fogaça e de um capão, o quarto de toda a produção de vinho, que devem entregar no lagar do mosteiro. Neste "contrato a prazo", os arrendatários comprometem-se, também, a construir um moinho na "...água que vem de Alforagemel..."<sup>455</sup>.

A evolução da vinha ao longo dos vários abaciados por nós estudados apresenta dados curiosos e que de certa forma acompanham o crescimento do restante património fundiário das freiras de Almoester. Com efeito, os dois abaciados mais empreendedores que Almoester conheceu<sup>456</sup> registam, quando comparados com outras gestões abaciais, um notável acréscimo de campos plantados com vide.



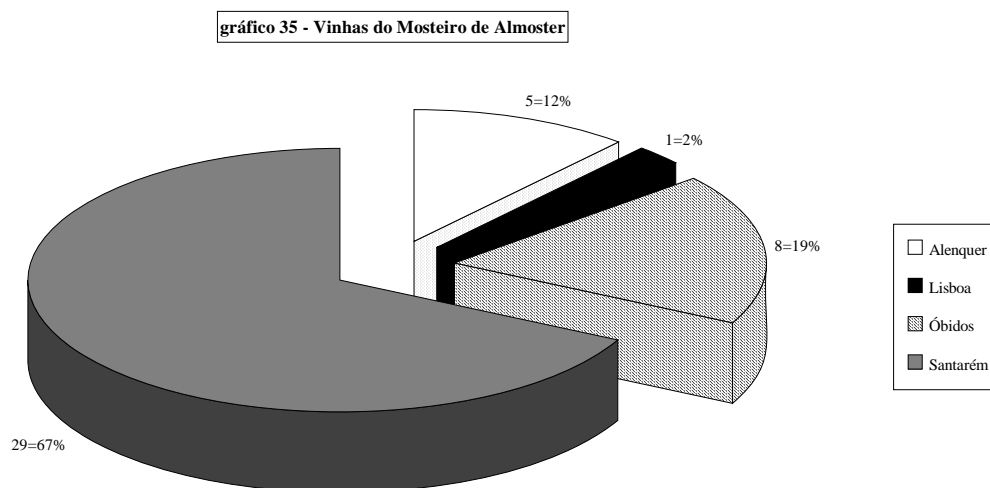
O espaço ocupado pelos vinhedos daquela instituição bernarda mantém,

<sup>454</sup> O mesmo se verifica para toda a estrutura agrária do Baixo Mondego, estudada por Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, p. 157.

<sup>455</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11. 1294 Maio 9.

<sup>456</sup> Maria Gomes da Silva (1321-1347) e Sancha Vasques da Fonseca (1371-1393).

em termos gerais, a mesma linha de ocupação apresentada pelas terras de sementeira. Localizadas em toda a parte onde o mosteiro possui propriedades rurais<sup>457</sup>, as courelas de vinha apresentam, contudo, particularidades que devem ser salientadas.



A distribuição de propriedades onde a vinha era explorada incide sobretudo no espaço territorial de Santarém<sup>458</sup>. As 29 (67%) terras de vinha aqui detectadas sobrepõem-se nitidamente aos valores apresentados por outros termos concelhios como Óbidos, Alenquer e Lisboa.

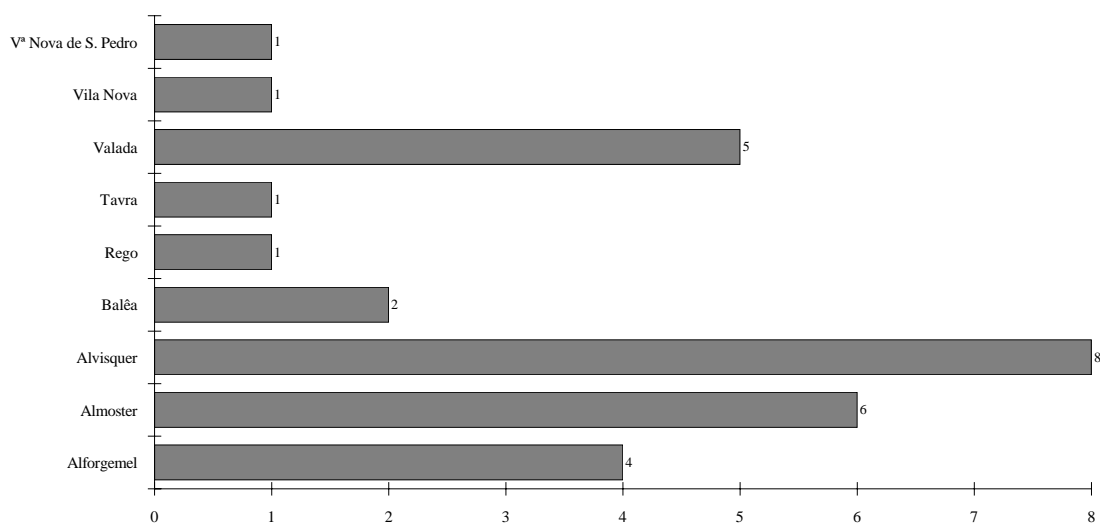
---

<sup>457</sup> Vide mapa junto (distribuição das vinhas).

<sup>458</sup> Vide gráfico 35 - As vinhas de Santa Maria de Almoester, p. 166.



gráfico 36 - Distribuição espacial das vinhas do mosteiro no termo de Santarém



A plantação das vinhas não se fazia ao acaso, embora se encontrem algumas culturas dispersas<sup>459</sup>. Observando com atenção o modelo distributivo<sup>460</sup>, reparamos que o plantio das cepas se apresenta em manchas bastante compactas, em locais próximos de núcleos populacionais ou em áreas onde o acesso se encontrava bastante facilitado, quer por estrada, quer utilizando embarcações fluviais. É o caso do pequeno aglomerado populacional de Alvisquer, bem situado no espaço peri-urbano de Santarém e local com condições excepcionais para o plantio da vinha<sup>461</sup>, e que sobressai em relação a outros lugares onde o mosteiro imprime o desenvolvimento desta monocultura.

Almoester e Alforgemel<sup>462</sup> surgem como os segundo e terceiro locais onde o plantio das cepas surge com maior intensidade. A proximidade do mosteiro e as condições de intenso povoamento que estes espaços protagonizam favorece o plantio da vinha<sup>463</sup>. Junto ao Tejo, na sua margem

---

<sup>459</sup> Vide gráfico 36 - Termo de Santarém (vinhas), p. 166.

<sup>460</sup> Vide mapa junto e gráfico 36 - Termo de Santarém (vinhas), p. 166.

<sup>461</sup> Maria Ângela Beirante, *Ibidem*, p. 168, refere constantemente o intenso plantio de vinha que o município e outras instituições monásticas efectuavam nas terras de Alvisquer.

<sup>462</sup> Vide gráfico 36 - Termo de Santarém (vinhas), p. 166.

Norte, ficam as irrigadas terras da Valada<sup>464</sup>, que ao lado dos campos de trigo apresentam algumas explorações de vide. O plantio de vinhedos junto às margens do principal rio português continua agora descaindo para Sul. Balêa e Tavra<sup>465</sup> registam algumas manchas deste tipo de cultura na posse do mosteiro.

Na sua grande maioria as vinhas integravam-se, por regra, em unidades de exploração integradas, organizadas por casais geralmente habitados<sup>466</sup>. A vinha surge associada aos espaços habitados, pela necessidade dos constantes cuidados que este tipo de cultura apresenta<sup>467</sup> e que só podem ser atendidos pelo uso de vasta mão-de-obra.

Não possuímos qualquer indicação que nos permita distinguir quais as variedades vinícolas produzidas nas terras dominadas por Almoester. É provável que fossem produzidos vinhos "brancos" e "vermelhos"<sup>468</sup>, a partir de várias castas, com qualidades diferentes e destinados a vários usos<sup>469</sup> e a diferentes mercados.

Uma das condicionantes relacionada com a exploração de vinho nos tempos medievais tem a ver com as precárias condições de conservação do líquido fermentado. A deterioração podia desenvolver-se rapidamente o que obrigava à existência de boas condições de armazenamento. O mosteiro tem em sua posse várias adegas, localizadas em Santarém e nos principais locais de

---

<sup>463</sup> A totalidade das vinhas detectadas nestes dois locais, muito próximos geograficamente, quando associadas, ultrapassam em número os vinhedos plantados em Alvisquer.

<sup>464</sup> Vide **gráfico 36 - Termo de Santarém (vinhas)**, p. 166.

<sup>465</sup> Vide mapa junto e **gráfico 36 - Termo de Santarém (vinhas)**, p. 166.

<sup>466</sup> São disso exemplo vários documentos existentes no cartório de Santa Maria de Almoester: AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11. 1294 Maio 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 4. 1363 Julho 30; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 10. 1365 Dezembro 3; etc.

<sup>467</sup> A vinha exige cuidados durante, pelo menos, dois terços do ano. Vide Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 79; Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 83.

<sup>468</sup> Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 84 e Maria Ângela Beirante, *Ibidem*, fazem referências a vários tipos de vinho produzidos no termo de Santarém por várias instituições monásticas.

<sup>469</sup> Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 83-84, aponta para a existência de uma selecção apurada das castas cultivadas pelos rendeiros de Alcobaca nas terras de Alenquer e Santarém.

produção de vinho<sup>470</sup>, que lhe permitem receber, por altura das vindimas, os excedentes destinados aos mercados. A proximidade de centros urbanos, principais consumidores deste produto, e o fácil acesso a vias de escoamento rápidas e seguras, tornam-se determinantes no êxito desta cultura agrária.

Nos pergaminhos de Almoester que nos falam da vinha encontramos muitas indicações de que a esta cultura se encontravam associadas outras espécies agrícolas, especialmente constituídas por espécies fruteiras<sup>471</sup> e, por vezes, alguns olivais. Esta associação de culturas é bastante fomentada pelo mosteiro, que nos contratos realizados com os indivíduos que vão explorar as terras, os obrigam ao plantio da vinha e de árvores de fruto<sup>472</sup>.

### **c) Oliveiras, olivais...**

Integrando o último elemento agrícola da famosa trilogia mediterrânica<sup>473</sup> surgem-nos os campos de oliveiras. Cultura desenvolvida com bastante intensidade na região estremenha<sup>474</sup> surge na maioria das terras possuídas pelo mosteiro. Tão carenciada de mão-de-obra como a vinha, a mancha ocupada pelas oliveiras surge mais estreitamente ligada a aglomerados populacionais<sup>475</sup>.

---

<sup>470</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 38. 1304 Janeiro 12; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 18. 1328 Julho 3 (a adega referida neste documento possui 5 cubas, 3 tonéis e 1 bacelo).

<sup>471</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21. 1301 Junho 3.

<sup>472</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 50. 1377 Fevereiro 22 - Domingos Martins, almocreve de Santarém, ao arrendar uma herdade e uma vinha ao mosteiro é obrigado a semear árvores de fruto nas extremas das duas propriedades.

<sup>473</sup> Orlando Ribeiro, *Ibidem*, p. 77-78.

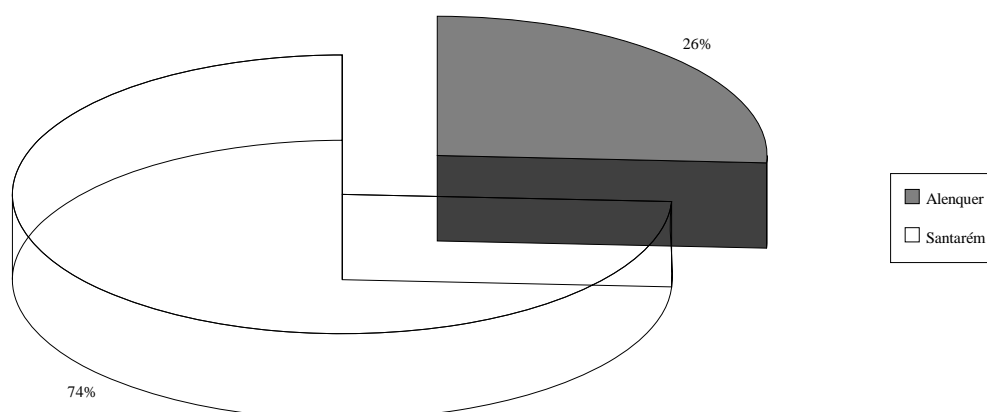
<sup>474</sup> Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 87-89; Maria Ângela Beirante, *Ibidem*, p. 171-172; Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*, p. 204-207, citam com abundância a exploração sistemática desta cultura agrária.

<sup>475</sup> Vide mapa junto

Não possuímos muitos documentos que refiram com exactidão o trabalho que envolve a exploração dos olivais, mas de certeza, que caberia ao foreiro a obrigação de preparar o terreno para o plantio das árvores, arrancando os matos, lavrando o terreno e plantando as chantas de oliveira.

Por todo o lado se espalhavam oliveiras. Isoladas ou plantadas em grupo, estas árvores aparecem com bastante insistência nos documentos jurídicos do mosteiro. Extremando terras de cereal, associadas a courelas de vinha ou integrando campos próprios, a sua exploração é fundamental para a economia do mosteiro.

gráfico 37 - Olivais do mosteiro

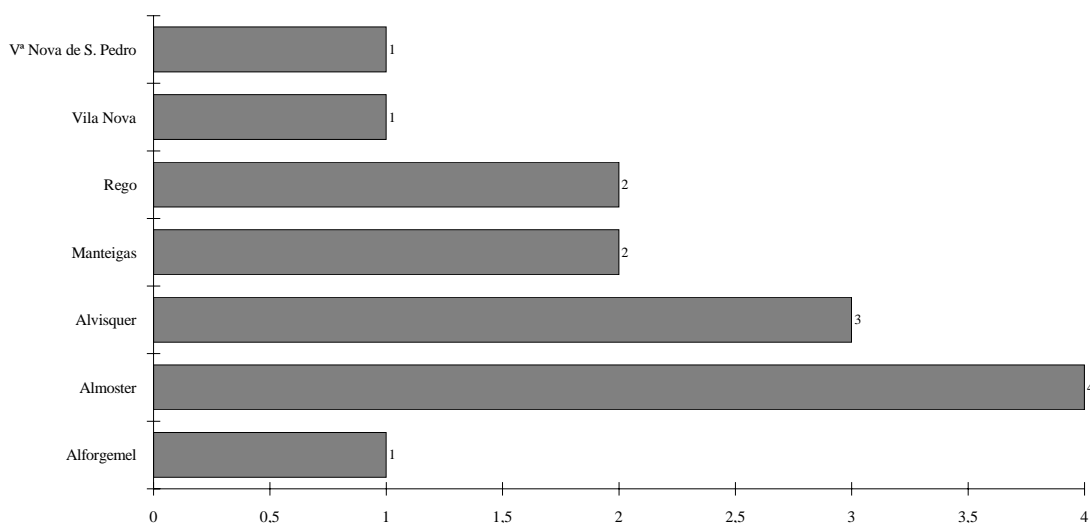


Embora comendo 5 olivais (26%) na periferia da vila de Alenquer, é no espaço escalabitano que Santa Maria de Almoester possui a maior parte das terras preenchidas com este tipo de árvores<sup>476</sup>. Com efeito, de 74% (14 unidades) das referências existentes nos documentos das monjas sobre olivais situam-se no termo de Santarém.

---

<sup>476</sup> Os valores aqui apresentados são relativos a unidades referidas especificamente na documentação. É verosímil que o mosteiro tivesse arrendados muito mais olivais, adstritos a outras herdades, dada a estrutura compósita que constitui a exploração rural desenvolvida por aquele mosteiro.

gráfico 38 - Distribuição espacial dos olivais do mosteiro no termo de Santarém



A distribuição espacial destas explorações incide em áreas bastante concentradas e localizadas nas proximidades de aldeias e locais densamente habitados. É o aglomerado habitacional de Almofter que compreende o maior volume de oliveiras, logo seguido por outros espaços habitados como Alvisquer, Manteigas, Rego, etc.

O azeite, produto essencial na vida quotidiana do homem medieval, referido nas rendas pagas às monjas, era produzido e armazenado em lagares existentes em alguns dos espaços dominados por Santa Maria de Almofter<sup>477</sup>.

#### **d) As culturas "mimosas": almuinhas, hortas e pomares**

Ervilha, fava, grão-de-bico, tremçoço são espécimes agrícolas existentes no arsenal de vegetais do agricultor medieval. Falar do plantio destas espécies de leguminosas torna-se complicado visto não possuímos muitas referências documentais. Com efeito os pergaminhos são pouco esclarecedores sobre este

---

<sup>477</sup> O mosteiro possui 6 lagares localizados em Alvisquer (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 21. 1301 Junho 3); Tavra (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 46. 1301 Junho 5); Alforgemel (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 2. 1344 Setembro 28 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2).

tipo de culturas. Mas a inexistência dessas referências não implica, necessariamente, que os lavradores não as produzam. Através de estudos recentemente realizados por vários investigadores em senhorios monásticos com interesses nesta região Tagana<sup>478</sup>, sabemos que o plantio de espécimes leguminosos era fundamental no equilíbrio e manutenção das capacidades produtivas do solo, já que lhe garantem um azotamento eficaz. Por outro lado, o facto de algumas espécies serem consumidas frescas<sup>479</sup> por homens e animais reduzia, consideravelmente, a percentagem que este tipo de culturas pagaria na eira.

A referência a almuinhas<sup>480</sup> localizadas próximo de zonas de habitação e, protegidas por vedações, implica a existência deste tipo de plantas e de outros legumes, ligados a sistemas agrícolas mais protegidos e sofisticados.

Hortas e pomares eram uma constante nas explorações rurais emprazadas pelo mosteiro<sup>481</sup>. A sua existência vinha completar a magra

---

<sup>478</sup> Particularmente importante é o trabalho de Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 80, sobre o mosteiro de Alcobaça onde, por toda a região estremenha, estes tipos de vegetais são produzidos com bastante intensidade, sendo relevada a sua importância na estrutura de produção rural, como a autora refere quando fala sobre o plantio de tremoçais:

*"...Talvez porque se cultivavam, para alimento, em muito maior escala que qualquer outra leguminosa, até porque bastante usados na alimentação animal; talvez porque não se consumiam em verde; talvez porque se semeavam em grande parte para azotar a terra, pelo seu enterramento em floração, como ainda no século XX e era necessário reservar bastante semente, para o próximo ano; talvez por todas estas razões juntas."*

<sup>479</sup> O caso da fava e da ervilha.

<sup>480</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 45. 1305 Abril 20; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 46. 1366 Novembro 14; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 23. 1371 Abril 8; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 45. 1382 Dezembro 8.

<sup>481</sup> A importância complementar deste tipo de culturas é realçado por Roger Grand e Raymond Delatouche, *L'Agriculture au Moyen Age. De la fin de l'Empire Romain au XVI<sup>e</sup> Siècle*, vol. II de *L'Agriculture à travers les ages*, p. 336-337; Marie-Thérèse Lorcin, *Les Campagnes de la Région Lyonnaise aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> Siècles*, p. 28; Iria Gonçalves; *Ibidem*, p. 88-90. Esta última autora distingue, com bastante clareza, as hortas e almuinhas exploradas por pequenos agricultores e aquelas que são possuídas por proprietários mais poderosos:

*"...Mas enquanto a generalidade dos camponeses e muitos cidadãos possuíam e cultivavam, tão perto quanto possível da sua residência, uma pequena parcela de terra, em regra de melhor qualidade do que a restante, até porque muito trabalhada e estrumada, para a obtenção dos cultivos mais delicados - legumes frescos e fruta - para seu consumo, os monges de Alcobaça, embora tivessem também, agricultadas com idêntico fim as suas hortas e pomares situadas dentro da própria cerca do mosteiro, tinham depois muitos outros, espalhados por diferentes locais, esses visando fins lucrativos. Muitos outros senhores procuravam igualmente e com o mesmo intuito, estas propriedades."*

produção do lavrador, permitindo-lhe dispor de uma variedade de produtos complementares quer para a sua subsistência, quer auxiliando no pagamento das rendas e, porque não, acabando por ser vendidos directamente nos mercados urbanos. Outras vezes estes modestos espaços de cultura aparecem isolados, sendo assim aforados. Os documentos referem com frequência a existência de choussos acompanhando o espaço físico da casa rural que encabeça a propriedade (ou propriedades) entregue aos novos rendeiros. Nalguns casos são acompanhados por árvores de fruto, ou então pela obrigação de as plantarem<sup>482</sup>. Este plantio de árvores frutíferas não contraria a exploração das hortas, afectando o crescimento das espécies plantadas. Pelo contrário, acabam por proteger e valorizar o pequeno espaço agricultado.

As citações de aforamentos de almuinhas, hortas e pomares, são, por si só, bastante escassas, embora este facto não desvalorize a sua importância. Região densamente povoada encontra no plantio sistemático de pequenos espaços de produção bastante intensa a possibilidade de poder equilibrar o seu regime alimentar. Com crescimento bastante elevado ao longo de todo o século XIV<sup>483</sup>, as almuinhas, as hortas e os pomares que lhes estão adstritos não são desprezadas pelo mosteiro. Numa cartografia relativa às explorações hortícolas<sup>484</sup> podemos observar que elas abrangem todos os locais onde as monjas detêm bens rústicos, especialmente nos sítios onde sabemos terem existido casas com habitação permanente. Mesmo nos espaços urbanos onde Almoester detém interesses económicos - Alenquer, Lisboa, Óbidos e Santarém - podemos encontrar referências à existência de pequenas hortas. As traseiras

---

<sup>482</sup> É o que acontece com João Peres Costela, morador no lugar de Castanheira, termo de Alenquer. Um empraçamento por três vidas que faz de um conjunto de vinhas localizadas naquele lugar, traz como condição, além da construção de uma casa e de um pardieiro, o plantio de várias árvores de fruto. (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 29. 1389 Novembro 17). Estas vinhas tinham antes estado aforadas a João Henriques, também morador em Castanheira.

<sup>483</sup> *Vide*, Iria Gonçalves, *Ibidem*, p. 89.

<sup>484</sup> *Vide* mapa junto.

das casas que o mosteiro possui na rua dos Mercadores<sup>485</sup> encontram-se preenchidas com pequenos jardins de legumes.

### **e) Moer e pisar: os instrumentos de transformação**

Perdendo-se nos confins dos tempos<sup>486</sup> o moinho hidráulico aparece como um dos principais responsáveis pela transformação das matérias-primas e pela produção de excedentes. Entre as muitas causas ligadas ao desenvolvimento das cidades por todo o continente europeu, encontra-se esta unidade transformadora<sup>487</sup>, que aproveitando energia natural acabou por permitir processar com eficácia e com custos mais reduzidos as culturas cerealíferas, inundando os mercados urbanos com a produção excedentária do mundo rural.

Mais importante do que nunca, a água é excepcionalmente aproveitada no período medieval. O seu potencial energético usado como meio de subsistência, locomoção e irrigação, é utilizado como força motriz para o funcionamento de moinhos e azenhas de vários tipos, pisões e lagares<sup>488</sup>. A roda hidráulica, aperfeiçoada pelos romanos, conhece na Idade Média importantes modificações que permitem a quem a explora conseguir maior rendimento<sup>489</sup>.

---

<sup>485</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 59. 1342 Julho 16.

<sup>486</sup> As primeiras referências a esta invenção e à sua sistemática utilização, andam próximo do ano 500 a.C. (V. Gordon Childe, *Teorias da História*, Lisboa, 1964, p. 27). Oriundo do norte da Grécia e da Anatólia, por volta do século I, espalha-se por todo o império nos séculos seguintes, sendo constantemente inovado e aperfeiçoado.

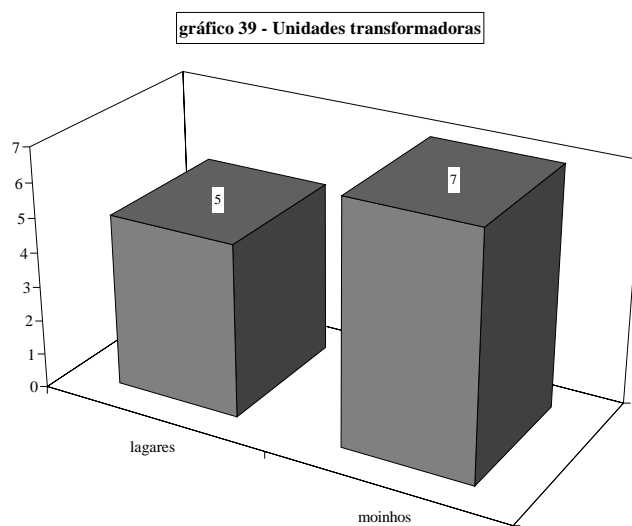
<sup>487</sup> Jean Gimpel, *A Revolução Industrial na Idade Média*, p. 9-11.

<sup>488</sup> Lynn White, *Téchnologie Médiévale et Transformations Sociales*, p. 106-107; Jean Gimpel, *A Revolução Industrial na Idade Média*, p. 9-18; Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 116; Pedro Gomes Barbosa, *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*, p. 44-47.



O mosteiro de Santa Maria de Almoester possui vários destes engenhos. Associados a propriedades rurais e urbanas, estas unidades transformadoras encontram-se em perfeitas condições de constituir o embrião de um modelo "industrial" agregador e catalisador do desenvolvimento do modelo produtivo patrocinado pelas monjas.

Moinhos e azenhas, movidos a água parecem ser os engenhos mais frequentes na documentação de Almoester<sup>490</sup>. A sua função é a de transformar o cereal colhido nas courelas aforadas pelo mosteiro em farinha, elemento indispensável à subsistência do Homem medieval.



A localização destes engenhos aparece um pouco por todo o espaço onde o mosteiro detém explorações rurais. Concentravam-se, porém, de uma forma especial, próximos do mosteiro<sup>491</sup>. Os lugares de Almoester<sup>492</sup>, Cortiçada<sup>493</sup>, Abitureiras<sup>494</sup> e Vila Nova do Couto<sup>495</sup> são os preferidos para a

---

<sup>489</sup> O mecanismo que chega ao mundo medieval, e que nos é descrito por Vitruvius, consiste num sistema mecânico onde a roda motriz é colocada verticalmente em relação à corrente aquífera, permitindo ao moinho funcionar com caudais mais limitados. Sobre as modificações introduzidas em moinhos e azenhas medievais *Vide* Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*, p. 45.

<sup>490</sup> *Vide* gráfico 39 - Unidades transformadoras, p. 175.

<sup>491</sup> *Vide* MAPA - moinhos e lagares, p. 179.

<sup>492</sup> *Vide* Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoester, p. 176

implantação de moinhos e azenhas. Além da proximidade em relação à casa monacal, sempre importante, esta localização visa sobretudo aproveitar os recursos energéticos potenciais, como a existência de ribeiros e cursos de água com correntes aquíferas capazes de fazer movimentar as rodas daqueles engenhos.

### *Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoſter*

<i>PROPRIETÁRIO</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>LOCAL</i>	<i>DATA</i>	<i>DOCUMENTO</i>
<i>Mº de Almoſter</i>	lagar - 1	Alvisquer	1301 Junho 3	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 21
<i>Mº de Almoſter</i>	lagar - 1	Tavra	1301 Junho 5	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 46
<i>Mº de Almoſter</i>	moinho - 1	Vila Nova do Couto	1305 Abril 20	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 45
<i>Mº de Almoſter</i>	lagar - 2	Alförgemel	1344 Setembro 28	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 2
<i>Mº de Almoſter</i>	moinho - 2	Almoſter	1350 Outubro 28	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 10, nº 6
<i>Mº de Almoſter</i>	lagar - 1	Alförgemel	1351 Janeiro 2	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 8, nº 3
<i>Mº de Almoſter</i>	moinho - 2	Cortiçada	1363 Fevereiro 13	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 27
<i>Mº de Almoſter</i>	moinho - 1	Arruda	1384 Junho 13	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 17
	moinho - 1	Rio Maior		
<i>Mº de Almoſter</i>	moinho - 2	Abitureiras	1387 Maio 25	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 5, nº 15

Ao contrário de outros estabelecimentos monásticos<sup>496</sup> não encontramos o mosteiro a exercer um monopólio cerrado sobre a posse e a exploração directa de moinhos e lagares. Embora pertença das monjas<sup>497</sup>, estes meios de produção surgem, nos documentos de Almoſter, constantemente aforados a particulares mediante o pagamento de uma renda. São vários os exemplos que podemos indicar: o primeiro contrato enfiteútico realizado entre o mosteiro feminino de Almoſter e diversos lavradores particulares, ocorre na Primavera

<sup>493</sup> Vide *Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoſter*, p. 176.

<sup>494</sup> Vide *Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoſter*, p. 176.

<sup>495</sup> Vide *Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoſter*, p. 177.

<sup>496</sup> Sobretudo o mosteiro de Alcobaça, estudado por Iria Gonçalves, *ibidem*, e Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, século XII a 1325*.

<sup>497</sup> Alguns dos engenhos de moagem entraram na posse do mosteiro através de instrumentos de doação feitos por algumas das suas monjas. É o caso da doação feita pelas monjas Maria da Silva e Aldonça Gonçalves de dois moinhos situados na Póvoa da Cortiçada (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 27. 1363 Fevereiro 13), ou os moinhos localizados em Arruda e Rio Maior pertencentes à monja professa Teresa Gonçalves Coutinho, também doados por testamento ao mosteiro (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 15).

de 1305<sup>498</sup>, quando D. Maria Rodrigues, representando a abadessa Berengária Aires e o convento, autoriza Domingos Martins Ginete e Domingas Beatriz a fazerem um aforamento perpétuo de um moinho<sup>499</sup> situado em Vila Nova do Couto, "...na água que vem de Alforzomel...". Este contrato, celebrado no próprio mosteiro<sup>500</sup>, obrigava os novos locatários a entregar todos os anos o quarto da produção do moinho<sup>501</sup>. Em 1350 o mosteiro realiza um emprazamento curioso<sup>502</sup>. D. Maria Peres, monja professa de Almoester, empra a Mateus Domingues e Clara Anes<sup>503</sup> um conjunto de vinhas, terras de pão e olivais, situados junto a Almoester num lugar chamado de Moinho do Cuco<sup>504</sup>. Seria apenas mais um contrato feito sobre bens de lavoura se no seguimento do documento não encontrássemos a expressão "...con sas muynhos...". O último emprazamento de moinhos feito pelo cenóbio ocorre no ano de 1384 durante a regência de D. Leonor Teles<sup>505</sup>, quando Sancha Vasques da Fonseca empra por uma vida dois moinhos localizados em Arruda e Rio Maior<sup>506</sup> a Teresa Gonçalves Coutinho<sup>507</sup> com foro de 100 libras anuais.

---

<sup>498</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 45. 1305 Abril 20.

<sup>499</sup> Era conhecido como "...moinho do Cabo Trigueiro...". Esta azenha vinha acompanhada de uma almuinha.

<sup>500</sup> Tem como testemunhas vários capelães de Almoester: Domingos Martins, Martinho Anes, Domingos Domingues e Gomes Martins. Surge ainda como confirmante João Esteves, referido como escudeiro de D. Berengária Aires.

<sup>501</sup> 2 alqueires de trigo, 1 capão e 9 ovos.

<sup>502</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 6. 1350 Outubro 28. O emprazamento é estabelecido por três vidas. Estes bens vão passar ao mosteiro por doação da monja Maria Peres,

<sup>503</sup> São moradores no "...couto de Almoester...". A renda paga em duas prestações: na Páscoa e no dia de S. Miguel, em Setembro, importava em 16 libras, 2 alqueires de trigo limpo, 2 capões e 20 ovos.

<sup>504</sup> Entre os séculos XVII e XIX este lugar é conhecido como o da Quinta de Santa Vitória.

<sup>505</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 17. 1384 Junho 13.

<sup>506</sup> Cada um destes moinhos estava incorporado num casal de herdade. O moinho de Rio Maior ficava situado no lugar de S. João da Ribeira (antiga ribeira de Rio Maior).

<sup>507</sup> Teresa Gonçalves é monja de Almoester.

A importância deste tipo de "fábrica" é bem patente em várias disposições que as monjas tomam em relação à construção de novas unidades. É o que acontece em 1294<sup>508</sup> quando a abadessa de Almoester, ao emprazar<sup>509</sup> um casal com vinha e olival em Vila Nova de S. Pedro, manda os novos rendeiros<sup>510</sup> construir um moinho "...na água que vem de Alforomel...".

Classificar os engenhos de moagem em posse do mosteiro é-nos extraordinariamente difícil. As informações pura e simplesmente não existem quanto ao tamanho, dimensões e composição daquelas unidades transformadoras<sup>511</sup>. Os fins moageiros a que se destinavam já são, no entanto, mais acessíveis através dos documentos disponíveis. Praticamente todos se destinavam à moagem de trigo e de outros cereais<sup>512</sup>. Muito provável é também a existência de moinhos construídos próximo de pequenos caudais de água que apenas ganhavam força com as chuvas de Inverno<sup>513</sup>.



---

<sup>508</sup> AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 1, n<sup>o</sup> 11. 1294 Maio 9.

<sup>509</sup> O emprazamento é feito em quatro vidas.

<sup>510</sup> João Vasques e Constança Anes. Pagavam de foro 2 alqueires de fogaça e 1 capão, além do ¼ da produção de azeite e vinho que deveriam entregar no lagar.

<sup>511</sup> É muito provável que alguns deles correspondessem aos modelos levantados por Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 120:

*"...Quase todos estes engenhos eram pequenas moagens...A maior parte deles laborava com dois pares de moendas. Embora fossem poucos os que tinham apenas um par, poucos eram também aqueles que possuíam três. Essas mós eram, como ainda hoje, de duas qualidades: as chamadas mós "alveiras", ou "trigueiras", feitas de quartzite e destinadas à moedura do trigo, ao fabrico de farinha alva, e as "segundeiras", talhadas em granito e empregadas na moagem dos cereais de segunda".*

<sup>512</sup> Vide **Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoester**, p. 177.

<sup>513</sup> É o caso dos dois moinhos localizados na Póvoa da Cortiçada, junto a um pequeno curso de água, que só parece ter caudal suficiente durante os meses de chuva (AN/TT, *M<sup>o</sup> Alm.*, m. 5, n<sup>o</sup> 27. 1363 Fevereiro 13).

As instalações e engrenagens transformadoras possuídas por Almoſter não se limitavam apenas a engenhos capazes de moer o grão. Era necessário fazer vinho e extrair o azeite das olivas acabadas de colher nos inúmeros olivais arrendados pelo mosteiro. Os dados fornecidos pela documentação Almoſterense não são explícitos em relação aos tipos de lagar existentes. Muito difícil é estabelecer se a unidade em causa se destina à produção de vinho ou ao esmagamento da azeitona, tanto mais que todas estas instalações vêm associadas a contratos de aforamento estabelecidos sobre courelas de vinha e terras de olival. Segundo Iria Gonçalves, o investimento em lagares de azeite seria muito mais oneroso do que a construção e manutenção de engenhos transformadores de uva<sup>514</sup>. Parece-nos assim verosímil que a mesma relação verificada para o grande empório económico alcobacense encontre uma expressão idêntica no pequeno espaço domínial de Almoſter.

Os 5 lagares expressamente referidos pelos pergaminhos das monjas de Almoſter situam-se em Alvisquer, Alfoſgemel e Tavra<sup>515</sup>. Pensamos não serem os únicos existentes dada a quantidade de referências, para outros locais, sobre pagamentos de foro que recomendam expressamente que as uvas ou as azeitonas sejam entregues no lagar.

Pouco sabemos do tipo de estrutura ou do modo de funcionamento destas unidades transformadoras, que em princípio não deveriam ser tecnologicamente muito sofisticadas. Sobretudo as de vinho, que apenas necessitariam de cubas, tinas e dornas, equipamento destinado ao pisar e armazenar da uva e do mosto<sup>516</sup>. Quanto à energia necessária para o seu funcionamento ela provavelmente proviria dos cursos de água, na proximidade

---

<sup>514</sup> Vide, *ibidem*, p. 124.

<sup>515</sup> Vide **Os Meios de Produção do Mosteiro de Almoſter**, p. 177 e **MAPA - Moinhos e Lagares**, p. 177.

<sup>516</sup> Da mesma opinião é Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 124-125. Afirma a autora que o processo de produção de azeite se revelava mais complexo, necessitando por isso de infraestruturas e equipamento mais sofisticado.

dos quais algumas destas unidades foram construídas, como os três lagares que o mosteiro possui em Alforgemel<sup>517</sup>, servidos pela mesma torrente que faz mover as pesadas mós das azenhas, que também ali se situam.

## **4.2. Os prédios urbanos**

Ao analisar as formas de composição de propriedade que Almoester apresenta desde o seu momento fundacional até finais da centúria de trezentos reparamos que a realidade do património monástico é preenchida, na sua maioria, por bens situados em contexto rural. No entanto, embora não de forma directa, mas sem dúvida importante, senão mesmo determinante, sentimos constantemente a presença do elemento urbano. A estrutura do domínio rural, que se centra como vimos, em torno do mosteiro, está, no entanto, fortemente condicionada pela proximidade centrípeta de Santarém. A vizinhança com um dos principais centros urbanos portugueses faz com que Almoester, dentro das suas limitações de investimento, imprima e dinamize condições propícias ao desenvolvimento de meios de transformação, exemplificados nos vários moinhos, lagares e adegas. Naturalmente que estas unidades transformadoras de matéria-prima existem para dar resposta às necessidades, cada vez mais irresistíveis, de produção de excedentes. O estímulo vem das cidades. Santarém e Alenquer perfilam-se, pois, como centros ordenadores (e redistribuidores) que intervêm directamente sobre o espaço rural que as rodeia fazendo com que, em função das suas necessidades, estruturas organizadoras de características mais limitadas, como o mosteiro de Almoester, organizem modelos de gestão vocacionados para o abastecimento dos mercados urbanos<sup>518</sup>.

---

<sup>517</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 2. 1344 Setembro 28 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2.

Se é a cidade que condiciona e estimula o ritmo económico das monjas bernardas, é então para ela que o mosteiro se deve virar. O espaço urbano passa a ser um destino fundamental. Ali compõe o mosteiro uma série de casas<sup>519</sup> e outros prédios urbanos, destinados a atrair numerário. Uns são arrendados, outros utilizados como entrepostos e locais de armazenamento, a partir dos quais alguns produtos rurais transformados, como o vinho, são lançados no mercado urbano.

Mas as casas são mais do que meros pontos de referência do crescimento e da vida económica do mosteiro. Elas continuam o próprio espaço físico do cenóbio. É nelas que encontramos, muitas vezes, os procuradores<sup>520</sup> a realizarem escrituras de arrendamento e de compra; ou a receberem os instrumentos de pessoas benfazejas ao mosteiro que a troco da salvação da sua alma, lhe doam parte dos seus bens.

Espaços de gestão económica do mosteiro, as dependências urbanas surgem também como intermediários importantes na resolução de grande parte das questões jurídicas com que essa casa monacal se debate ao longo de todo o século XIV, sobretudo aquelas que dizem respeito ao reconhecimento dos direitos e prerrogativas das freiras de Almoester. É o caso de uma sentença régia proferida por D. Afonso IV e enviada a todas as justiças do reino<sup>521</sup>, ordenando que as autoridades do concelho de Santarém impeçam que as casas que o mosteiro possui naquela vila sejam habitadas por estranhos sem o consentimento da abadessa. Esta ordenação régia de 1331 resulta de uma

---

<sup>518</sup> Exemplo bem demonstrativo deste condicionamento urbano é a realidade descrita por Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, p. 162-163, para o mosteiro de Semide e o seu pólo ordenador: Coimbra.

<sup>519</sup> entre outro exemplos podemos citar uma autorização dada por D. Dinis a D. Berengária Aires para que esta possa adquirir "casas" em Lisboa, no valor de 300 libras (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 31. 1294 Setembro 12).

<sup>520</sup> Todos os documentos que fazem, de uma forma ou de outra, referência a contratos estabelecidos pelo convento nas "suas casas de Santarem", indicam apenas a existência física do procurador.

<sup>521</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 43. 1331 Fevereiro 7.

apelação feita pela abadessa e convento de Almoester, "*...nas suas casas de Santarém...*", sobre uma série de actos de vandalismo praticados por alguns cavaleiros do concelho escalabitano<sup>522</sup>.

O tratamento dos dados relativos à propriedade urbana que Almoester possui desde o momento da sua fundação até ao final do século XIV é bastante vago e, sobretudo, fragmentário. A exiguidade das informações quanto à quantidade, distribuição e localização daqueles bens impede-nos de poder fornecer um registo pormenorizado, bem como proceder a uma interpretação correcta da forma como o mosteiro se relaciona com os vários tecidos urbanos com que contacta.

Ao procurarmos estabelecer a localização dos vários prédios urbanos que Almoester possuía, especialmente na vila de Santarém, deparamos logo com um problema fundamental: qual o local exacto de estabelecimento da propriedade referida na freguesia ou rua, já que na maioria dos casos nos faltam referências a confrontações. Nestas condições é impossível para nós sabermos se o prédio em causa se encontra no início, no meio ou no fim da rua. Numa vila de planta radial como é a de Santarém, onde os arruamentos principais se dirigem do centro para os arredores, o desconhecimento dos exactos locais de estabelecimento dos prédios urbanos, impede a elaboração de uma cartografia mais pormenorizada da propriedade urbana almoesteriense.

Santa Maria de Almoester apresenta um escasso conjunto de propriedades urbanas, sobretudo quando comparadas com as propriedades localizadas no meio rústico. Os documentos existentes no cartório das monjas indicam-nos um total de 11 prédios urbanos (representativos de somente 4% do total de propriedades detidas pelo mosteiro)<sup>523</sup>. Destes a maioria é composta por casas destinadas a habitação.

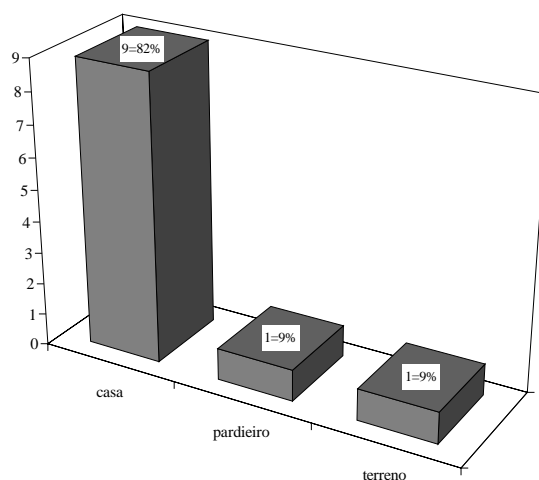
---

<sup>522</sup> "*...arrancando portas e tábuas...*"

<sup>523</sup> Vide gráfico 27 - Propriedades do mosteiro entre 1290 e 1400, p. 146.



gráfico 40 - Prédios urbanos na posse do mosteiro



Com efeito, nas 11 propriedades urbanas detectadas nos documentos, 9 correspondem a casas, totalizando 82% do valor total<sup>524</sup>, contra os 9% correspondentes à posse de um terreno<sup>525</sup>. Este pedaço de terra, situado na rua dos Mercadores, em Santarém, vai ser arrendado por quatro anos a Vasco Lourenço<sup>526</sup> e Maria Peres contra o pagamento de 20 soldos anuais e com a condição de "...ali serem construídas casas...". Outra referência singular é a que nos surge no início do ano de 1394, relativa a um contrato de emprazamento estabelecido sobre um pardieiro<sup>527</sup>. João Martins<sup>528</sup> e Inês Garcia, moradores em Santarém emprazam em três vidas aquela propriedade, entregando por ano a Almoester uma renda de 3 libras.

---

<sup>524</sup> Como podemos observar no **gráfico 40 - Prédios urbanos**, p. 183.

<sup>525</sup> E mesmo este terreno irá ser utilizado na construção de mais uma casa pertencente ao mosteiro. AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 57. 1338 Setembro 4.

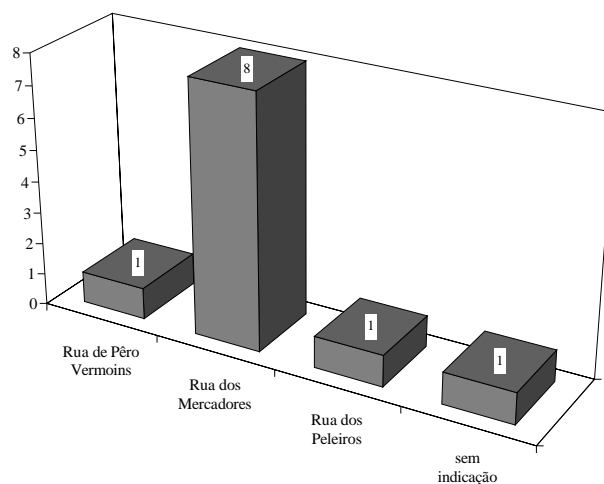
<sup>526</sup> Este Vasco Lourenço era alfaiate na vila de Santarém.

<sup>527</sup> Desconhecemos a localização exacta desta propriedade (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 55. 1394 Janeiro 7).

<sup>528</sup> João Martins é estribeiro de profissão.

A totalidade das casas e outras propriedades urbanas pertencentes ao mosteiro concentram-se na vila de Santarém, localizando-se a maioria na rua dos Mercadores<sup>529</sup>.

gráfico 41 - Localização da propriedade urbana do Mosteiro (Santarém)



Nesta rua, pertencente à freguesia de Santa Maria de Marvila, são empraçadas duas casas<sup>530</sup> a João de Santarém e Geralda Gonçalves<sup>531</sup>. Estes empraçamentos, com a duração de três vidas, são realizados nos anos de 1328 e 1329 e iniciam uma série de contratos estabelecidos entre o mosteiro e diversos inquilinos.

Localizadas praticamente no centro da vila, ladeando a Rua Direita, principal artéria escalabitana, as casas de Almoester incorporam-se no centro nevrálgico daquela estrutura urbana<sup>532</sup>.

### ***Mosteiro de Santa Maria de Almoester - Prédios Urbanos***

---

<sup>529</sup> Vide gráfico 41 - Localização da propriedade urbana (vila de Santarém), p. 184.

<sup>530</sup> Uma destas casas tinha pertencido à monja Maria Gil (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 8. 1328 Maio 18).

<sup>531</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 8. 1328 Maio 18 e AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 58. 1329 Março 26.

<sup>532</sup> Todo este espaço é constantemente disputado por várias casas monásticas. É o caso do mosteiro de Alcobaça que aqui possui várias casas como indica Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 107.

<i>PROPRIETÁRIO</i>	<i>PROPRIEDADE</i>	<i>LOCALIZAÇÃO</i>	<i>DOCUMENTO</i>
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 1 <sup>533</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 8 1328 Maio 18
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 1 <sup>534</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 58 1329 Março 26
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 1 <sup>535</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 61 1329 Outubro 31
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	terreno - 1 <sup>536</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 57 1338 Setembro 4
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 1 <sup>537</sup>	rua de Pêro Vermoins (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 7, nº 28 1341 Junho 1
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 1 <sup>538</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 59
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casas - + <sup>539</sup>	rua dos Mercadores (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 62 1387 Junho 24
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	pardieiro - 1 <sup>540</sup>	(Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 55 1394 Janeiro 7
<i>Mosteiro de Almoſter</i>	casa - 2 <sup>541</sup>	rua dos Peleiros (Santarém)	AN/TT, <i>Mº Alm.</i> , m. 3, nº 3 1396 Janeiro 4

O extremo laconismo dos pergaminhos das monjas sobre as casas que possuíam na vila de Santarém levanta enormes problemas quando pretendemos definir o tipo e a forma da "casa medieval". Os termos "*casa*" e "*casas*" são utilizados indistintamente, para definir estruturas de habitação ou outro tipo de dependências. Correspondendo geralmente a espaços de habitação<sup>542</sup>, é muito provável que possuíssem construções adjacentes destinadas às mais diversas

<sup>533</sup> Emprazada por três vidas a João de Santarém e Geralda Gonçalves. Foro de 5 libras.

<sup>534</sup> Esta casa foi arrendada por três vidas a João de Santarém e Geralda Gonçalves, com renda anual de 5 libras. Desconhecemos a exacta localização desta casa.

<sup>535</sup> Emprazada por três vidas a Martim Peres Carvalhosa e Maria Anes. O foro anual é de 5 libras.

<sup>536</sup> Emprazado a Vasco Lourenço e Maria Peres, com a obrigação de construírem casas e com renda anual de 20 soldos.

<sup>537</sup> Emprazada por três vidas a António Peres e Maria Peres. Foro anual de 3 libras.

<sup>538</sup> Emprazada em três vidas a Afonso Mateus, mercador e Maria Vasques. Foro de 4 libras.

<sup>539</sup> Emprazadas a Pêro Gonçalves, tosador e Constança Domingues. Foro de 8 libras.

<sup>540</sup> Emprazado em três vidas a João Martins, estribeiro e Inês Garcia. Foro de 3 libras. Desconhecemos a exacta localização deste pardieiro.

<sup>541</sup> Estas duas casas foram doadas ao mosteiro pela monja Maria Esteves Azeimota.

<sup>542</sup> Algumas são referidas como "casas de morada", sobretudo as localizadas na rua dos Mercadores.

utilizações. Algumas das casas referidas nos pergaminhos de Almoester possuem, associados a si, espaços referenciados como adegas<sup>543</sup>.

Nalgumas dessas habitações existem espaços destinados ao plantio de determinados produtos frutícolas e hortícolas<sup>544</sup> destinados a servirem de complemento alimentar aos inquilinos. A existência destes quintais ou choussos torna-se aspecto preponderante nos contratos enfiteúticos, estabelecidos entre as monjas e os novos locatários. Silos<sup>545</sup> e poços não são referidos uma única vez. Mas tal facto não implica a sua inexistência. O plantio de árvores de fruto ou de espécies mimosas obriga, além de uma grande utilização de adubo, a constantes irrigações, pelo que nos parece verosímil que algumas delas tivessem poços e tanques de água, nos seus quintais.

Também não possuímos quaisquer dados relativos ao tamanho e forma das casas<sup>546</sup>. A altura dos prédios não é referida, não sabendo por isso se estamos perante casas térreas ou de dois pisos<sup>547</sup>. De qualquer forma, mesmo possuindo dois andares a sua altura não deveria ser muito elevada, como acontece com a maioria das construções medievais cristãs conhecidas nas vilas portuguesas<sup>548</sup>. Os documentos de Almoester referem a existência de algumas

---

<sup>543</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 61. 1329 Outubro 31; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 59. 1342 Julho 16.

<sup>544</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 28. 1341 Junho 1.

<sup>545</sup> Geralmente designados na documentação medieval por "covas de pão".

<sup>546</sup> O único estudo conhecido sobre o desenvolvimento urbanístico de Santarém, de Maria Ângela Beirante, *ibidem*, não dispõe de indicação sobre as dimensões e disposição interna das habitações existentes na vila durante o século XIV.

<sup>547</sup> Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 111, refere que o número de divisões não deveria ser muito grande:

"...em geral uma "casa dianteira" onde se desenrolava toda a vida doméstica e uma "câmara", bastavam ao comum dos nossos compatriotas da Idade Média. Mas por vezes as comodidades habitacionais alargavam-se pela existência de uma cozinha onde podia, incluso, existir uma chaminé, de uma sala, de uma "ante-câmara", de uma ou até mesmo mais "privadas", cujos esgotos ligavam aos do concelho. O desafogo de um alpendre, de uma sacada, de um balcão, podia também trazer um pouco mais de largueza à moradia".

<sup>548</sup> Vide a este respeito, Maria del Carmen Carlé, "La Ciudad Castellana a comienzos de la Baja Edad Media", *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas*, nº 3, 1958, p. 427; "La Casa en la Edad Media Castellana", *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, 1982, p. 182; Jacques le Goff, "L'apogée de la France urbaine médiévale. 1150-1330", in *Histoire de la France Urbaine*, 2. *La ville*

casas sobradadas<sup>549</sup> em Santarém, bem como térreas<sup>550</sup>. Embora as habitações com apenas um andar pareçam, à primeira vista, estar em minoria. Tal não implica que estejamos perante uma situação normal. A exiguidade de prédios urbanos detectados nas fontes de Almoester impede que se estabeleça um padrão geral de construção em que as casas com sobrado sejam as mais preferidas. Faltam mais estudos sobre o dinamismo arquitectónico do espaço urbano de Santarém.

Quanto aos materiais de construção utilizados, a fazer fé na documentação disponível, parece que a maioria, fosse no campo ou na cidade, era construída em pedra e cal<sup>551</sup>, sendo as estruturas internas e o esqueleto da cobertura feitas em madeira<sup>552</sup>, revestida depois com telha.

---

*médiévale des Carolingiens a la Renaissance*, dir. por Georges Duby, Paris, 1980, p. 391; Sobre as casas portuguesas vejam-se Vitor Pavão dos Santos, *A Casa no Sul de Portugal na Transição do Século XV para o Século XVI*, dissertação de Licenciatura em História, FLL, Lisboa, 1964, p. 34-35; José Marques, "Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do séc. XV (Subsídios para o seu estudo)", sep. da *Revista de História*, Porto, 1982, p. 15; A.H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 65-67; Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 109-111; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, p. 66, entre outros.

<sup>549</sup> Todas as casas localizadas na rua dos Mercadores possuem dois andares. Segundo Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, p. 73-74, as freguesias de Marvila (onde estavam localizadas a maioria das casas de Almoester, que esta autora não refere) e de S. Nicolau eram compostas, simultaneamente, por casas térreas e sobradadas.

<sup>550</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 61, nº 3. 1329 Outubro 31.

<sup>551</sup> Afonso Mateus, mercador em Santarém e sua mulher Maria Vasques ao emprazarem a Almoester uma casa, comprometem-se a construir uma casa de dois pisos, em pedra e cal, coberta com telha e com sobrado em madeira no terreno anexo à casa emprazada. A construção deveria estar concluída no Natal de 1343 (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 59. 1342 Julho 16). Sobre este aspecto são importantes as informações que Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 113, recolheu sobre os prédios urbanos que Alcobaça possuía em Santarém.

<sup>552</sup> A estrutura em madeira deveria ser unida através de entalhes e juntas e consolidada com a utilização de pregos feitos de ferro fundido. Sobre os materiais de construção usados durante a Idade Média por toda a Europa, *Vide* Jean Chapelot e Robert Fossier, *Le Village et la Maison au Moyen Age*, Paris, 1980, p. 255-326; para o caso português Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 113, que refere a frequência "normal" com que esta fórmula (pedra, cal, madeira, telha, pregadura) aparece na documentação remissiva a construção de casas.

«De uma ponta a outra da hierarquia das riquezas, nota-se claramente ao longo de todas as fontes que os senhores do século XIV permaneciam, não menos do que os seus antepassados, ligados afectivamente à terra dominial. Todos eles desejavam ver a sua mesa fornecida pelos seus campos, pelos seus pomares, pelas suas vinhas, e pelas zonas alagadiças que os especialistas tratavam um pouco por toda a parte na proximidade das residências...»

Georges Duby,

*Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*

## IV

# A EXPLORAÇÃO DO PATRIMÓNIO

### 1. *Exploração indirecta: os contratos enfiteuticos*

Na falta de uma prática directa de exploração da terra, é sobre os contratos de enfiteuse dos campos de cultivo que teremos de construir o modelo de produção que serviu o mosteiro de Almoester. A administração do património almoesteriense assenta num modelo de exploração indirecta. Esta regra, no entanto, não nos impede de colocar a hipótese de, para alguns casos, poderem existir explorações directas por parte do mosteiro<sup>553</sup>. Esta possibilidade deriva da existência de um conjunto de propriedades rurais, adquiridas pelo mosteiro, que nunca são emprazadas nem aforadas. Necessidade motivada pela carência de produtos essenciais ou auto-abastecimento das monjas bernardas, nunca o saberemos. Aliás a documentação não nos permite confirmar esta hipótese na íntegra e o facto de não possuímos as séries documentais completas levanta a muito verosímil possibilidade de aquelas terras, afinal de contas, terem sido aforadas em período posterior ao estudado por nós<sup>554</sup>.

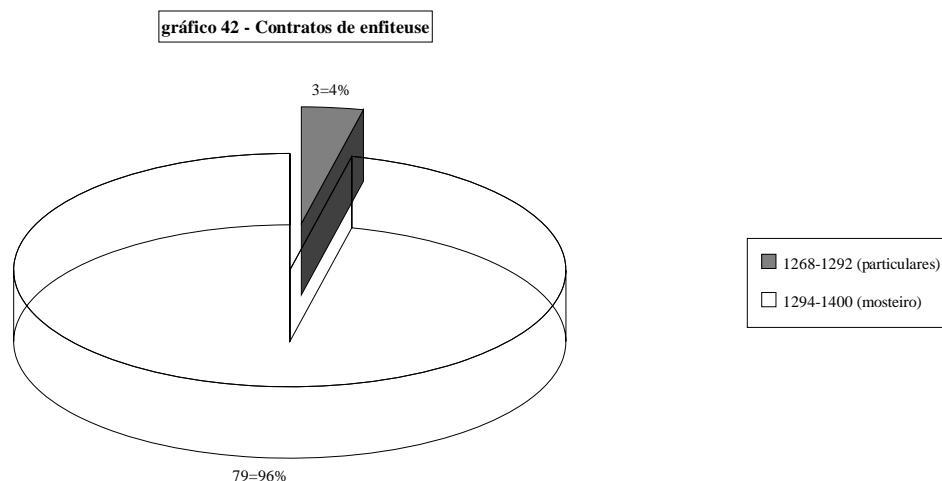
Desconhecemos qual a relação de contratos entre particulares existentes para os séculos XII e XIII, com uma referência excepcional aos últimos vinte

---

<sup>553</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 53. 1320 Outubro 21; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 23. 1374 Julho 28.

<sup>554</sup> Ao estudar a propriedade das Albergarias de Évora e o seu modelo de administração, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, p. 101, levanta esta hipótese de aplicação por parte daquelas instituições de um modelo de exploração directa que, pontualmente apareceria associado ao regime normal de gestão baseado em aforamentos e emprazamentos. A mesma carência documental impediu-o de fundamentar esta perspectiva.

anos da centúria de Trezentos, onde encontramos alguns contratos de enfiteuse<sup>555</sup>.



Até à fundação do mosteiro, apenas detectamos três contratos realizados entre particulares de propriedades que mais tarde irão reverter a favor do mosteiro. O primeiro consiste no aforamento, em forma perpétua, de um casal situado em Vale de Soeiro Tição. Datado de 1268 Outubro 15, é realizado entre D. Berengária Aires (proprietária) e Domingos Martins Agudo e Maria Anes, passando os novos locatários a pagar uma renda anual de 14 maravedis, dois alqueires de trigo e um capão<sup>556</sup>. Marta Peres, que mais tarde irá ser prioressa de Almoester concede em aforamento perpétuo a Simão Peres<sup>557</sup> e Lourença Domingues um olival localizado em Vila Nova<sup>558</sup>. Dez anos mais tarde surge-nos outro contrato de enfiteuse realizado entre particulares. D. Berengária Aires, agora já abadessa de Almoester, arrenda por vinte anos, uma quinta<sup>559</sup> que

<sup>555</sup> Vide gráfico 42 - Contratos de enfiteuse, p. 191.

<sup>556</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 23. 1268 Outubro 15.

<sup>557</sup> Simão Peres é irmão da monja Marta Peres.

<sup>558</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 56. 1282 Agosto 9 - Vila Nova do Couto. Os enfiteutas pagavam de renda o  $\frac{1}{4}$  de toda a produção;  $\frac{1}{2}$  da produção de azeite; 2 alqueires de trigo e 1 capão.

<sup>559</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 46. 1292 Janeiro 26.



possuía em Montelongo, na região da Beira Alta,<sup>560</sup> a Martim Eanes e Geralda Peres a troco de uma renda anual de 58 maravedis.

Impedidos de poder estabelecer um quadro comparativo da evolução do modelo enfiteutico, resta-nos pois, fixar-nos nos dados fornecidos por todo o século de Trezentos. Aqui é manifesto o avultado número de contratos (95 contratos<sup>561</sup> que representam 96% de toda a documentação referente a enfiteuses existente no cartório de Almoester), que se vai avolumando com o andar do século. Aliás este período é, como sabemos, marcado por um expressivo recuo da exploração directa da terra, encontrando a maioria das instituições monásticas a concederem terras rurais e património urbano a rendeiros das mais variadas proveniências sociais<sup>562</sup>.

Os contratos de locação existentes na documentação de Almoester surgem estruturados em vários modelos específicos<sup>563</sup>: contratos de emprazamento<sup>564</sup> e instrumentos de arrendamento. Esta forma de exploração do património, típica dos momentos finais da sociedade medieval, cresce e multiplica-se à medida que o domínio monástico das monjas de Almoester se vai consolidando. É um processo que visa rentabilizar o património adquirido e

---

<sup>560</sup> Desconhecemos a exacta localização deste topónimo.

<sup>561</sup> Vide **gráfico 42 - Contratos de enfiteuse**, p. 191. Obviamente que as terras exploradas através de contratos de renda deveriam ser muito superiores aos números indicados. É importante fixarmos que a maioria das terras de lavoura aforadas se mantinham, de forma perpétua e hereditária, nas mãos dos descendentes. Tal facto impedia, em condições normais, a celebração de novos contratos. Vide a este respeito Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, I vol., p. 291 e segs.

<sup>562</sup> É por exemplo o caso da magna abadia cisterciense de Alcobaça, estudada por Iria Gonçalves, *ibidem*, e por Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, século XII a 1325*.

<sup>563</sup> Vide **gráfico 43 - Mosteiro de Almoester (modelos de exploração indirecta)**, p. 196.

<sup>564</sup> Existe na documentação de Almoester uma distinção bem nítida entre cartas de aforamento, geralmente contratos perpétuos, e instrumentos de emprazamento, onde o novo inquilino afora por um limitado número de vidas uma ou mais propriedades do mosteiro. Desta opinião são Maria Helena da Cruz Coelho, *ibidem*, p. 295, nota 2 e Luis Carlos Amaral, *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, p. 111-112.

acumulado pelas monjas, através de um modelo económico baseado na fórmula enfiteútica, perspectivado a longo prazo<sup>565</sup>.

Naturalmente a reserva monacal deveria apresentar-se muito reduzida, o que levantaria dificuldades ao sustento da comunidade monástica de Almoester. Os produtos vitais, bem como a possibilidade de aumento de capital eram suportados pelos rendimentos das terras rurais e dos prédios urbanos arrendados a particulares. O regime enfiteútico, que pressupõe, por vezes, a divisão entre a propriedade trabalhada de forma directa e o domínio útil consignado à exploração de outrem, permitia ao cenóbio feminino de Almoester receber proventos dos seus bens imóveis, diminuindo consideravelmente as necessidades administrativas e permitindo um desdobramento da propriedade que, a curto prazo, traz vantagens sociais, evitando uma excessiva concentração de bens nas mãos de um reduzido número de proprietários<sup>566</sup>.

O contrato enfiteútico que vemos ser celebrado pelo senhorio de Almoester<sup>567</sup> e o novo foreiro consistia na transferência da posse útil do prédio em causa por um período de duração variável<sup>568</sup>, mediante o pagamento de um foro anual. Grande número destes documentos contratuais estabelecia cláusulas que obrigavam o novo concessionário a executar determinados melhoramentos na propriedade, que podiam ir desde o plantio de novas culturas<sup>569</sup> até à manutenção e consolidação dos edifícios ou mesmo à construção de novas estruturas<sup>570</sup>.

---

<sup>565</sup> Vide sobre esta questão Jose Angel García de Cortázar, *La Sociedad Rural en la España Medieval*, p. 205-212.

<sup>566</sup> Vide a este respeito para o caso português Mário Júlio B. de Almeida e Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, p. 162; idem, "Enfiteuse", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, II, Lisboa, reedição de 1979, p. 379-383.

<sup>567</sup> Todos os contratos são feitos pelo procurador do mosteiro, geralmente representado pelo capelão da Igreja de Almoester.

<sup>568</sup> Por períodos definidos, em anos ou vidas, ou então por tempo ilimitado: perpetuamente.

<sup>569</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 7. 1400 Setembro 2.

Em muitos dos contratos estabelecidos de forma perpétua, o novo foreiro dispõe livremente do prédio, no que diz respeito à gestão do mesmo. Mas esta liberdade não lhe concede o direito de o poder alienar quer por venda, quer por outra forma jurídica<sup>571</sup>. Procurando manter um controlo dos seus prédios, o mosteiro estabelece a obrigatoriedade de receber informações sobre possíveis alienações que os foreiros queiram executar. Os bens aforados podem ser transmitidos aos descendentes directos desde que fosse mantida a unidade do prédio e do foro<sup>572</sup>.

Não cumpridas as regras, o mosteiro pode executar a *comisso*, ou seja, a anulação do contrato estabelecido, perdendo o concessionário o direito à posse do prédio<sup>573</sup>. É o que acontece a Maria Martins, viúva de Lourenço Anes de Briteiros, que renuncia ao emprazamento de várias casas, vinhas, olivais e de um lagar, situadas no termo de Lisboa, no lugar de Alvalade<sup>574</sup>. Outro exemplo do não cumprimento das regras estabelecidas é o de Martim Domingues que no ano de 1347 fica sem o usufruto de uma casa que havia aforado ao mosteiro<sup>575</sup>. A razão principal que terá levado as monjas a apelar para os juízes de Santarém relaciona-se com o não pagamento das rendas devidas pelo foreiro. Outra sentença paradigmática, lavrada pelos juízes do termo escalabitano a rogo das freiras cistercienses, ocorre no ano de 1395<sup>576</sup>, quando é feita uma demanda a João Domingues, sendo este acusado de ter abandonado um casal que havia

---

<sup>570</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11. 1294 Maio 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 57. 1338 Setembro 4; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 59. 1342 Julho 16; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 26. 1367 Dezembro 27; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 29. 1389 Novembro 17

<sup>571</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 60. 1335 Setembro 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 33. 1395 Agosto 27.

<sup>572</sup> Vide sobre este aspecto Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, VIII, p. 186; Mário Júlio B. Almeida Costa, *ibidem*, p. 152; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ibidem*, p. 102.

<sup>573</sup> Mário Júlio B. Almeida Costa, *ibidem*, p. 109 e 178.

<sup>574</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 5. 1344 Março 3.

<sup>575</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 37. 1347 Março 10.

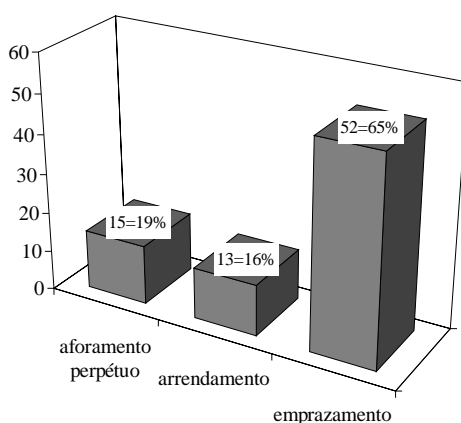
<sup>576</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 33. 1395 Agosto 27.

arrendado ao mosteiro, preferindo ir lavar outro casal, situado fora do couro de Almoester, que pertencia ao cavaleiro Lopo Rodrigues<sup>577</sup>.

### **a) Por quanto tempo?**

Os contratos de aforamento executados por Almoester aos seus foreiros dividiam-se em três tipos, podendo ser executados por prazos de tempo bastante limitados, em arrendamentos de vários anos; por prazos mais alargados sobre um determinado número de vidas de detentores do respectivo prédio ou indefinidamente em locações estabelecidas de forma perpétua.

**gráfico 43 - Modelos de exploração indirecta (Mosteiro de Almoester)**

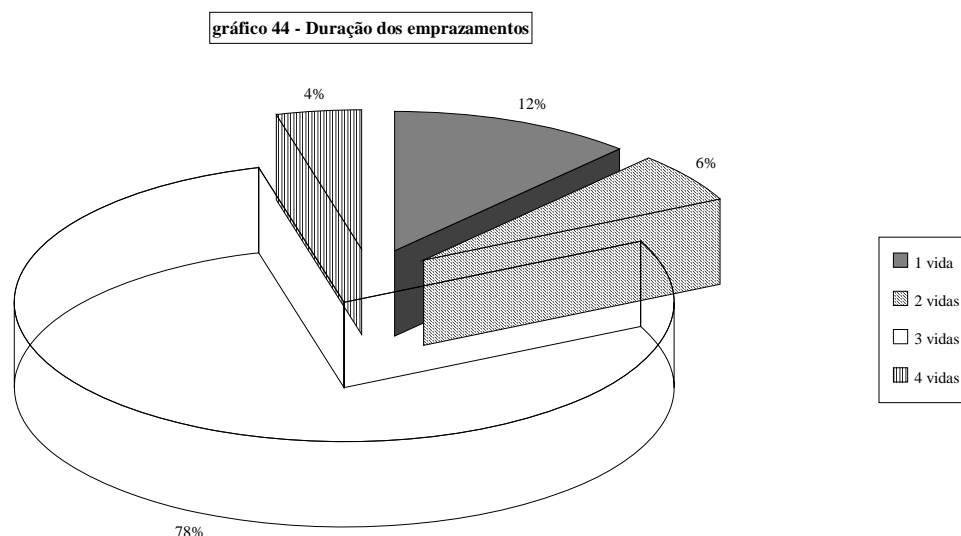


Os emprazamentos apresentam-se na documentação de Almoester como o modelo mais utilizado. Com efeito, dos oitenta contratos de locação detectados naquele cenóbio, cinquenta e dois (65%) dizem respeito a cartas de emprazamento. Este modelo de contrato "a prazo" apresentava um período de vigência mais alargado, variando normalmente entre uma (12% = 6 contratos) e três

---

<sup>577</sup> João Domingues refere em sua defesa que Lopo Rodrigues o teria coagido pela força a abandonar as terras do mosteiro.

vidas (78% = 41 contratos), podendo, em casos excepcionais atingir ou ultrapassar as quatro (4% = 2 contratos)<sup>578</sup>.



Ao conceder o aforamento de prédios seus, neste regime, notamos por parte do mosteiro uma preocupação bastante evidente de tornar claro e preciso o sistema de contagem das "vidas". No caso de Almoester, o método parece-nos uniforme<sup>579</sup>. Sendo celebrados, geralmente, pelo foreiro e por sua mulher<sup>580</sup>, a contagem incide sobre cada um deles, correspondendo marido e mulher, a duas vidas.

A predominância deste tipo de modelo na maior parte das instituições monásticas portuguesas deve-se sem dúvida a dois factores determinantes: em primeiro lugar a tendência, cada vez mais acentuada a partir do século XII, para a substituição do modelo familiar extensivo pela família nuclear ou estreita (pai, mãe e filhos). A esta estrutura social, que no século XIV já é predominante na maior parte dos reinos europeus, não é alheio este tipo de

<sup>578</sup> Vide gráfico 44 - Duração dos emprazamentos, p. 197.

<sup>579</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ibidem*, p. 103 ao estudar os contratos de locação executados pelas albergarias de Évora apresenta modelos diferentes. Ali o processo não é uniforme "...sendo, por vezes, marido e mulher contados como duas vidas; noutros casos, porém, considera-se o termo da primeira vida após a morte dos dois, sendo esta, de resto, a situação mais corrente".

<sup>580</sup> A maioria dos aforamentos é feita a foreiros casados.

contrato. O empraçamento da terra em várias vidas (geralmente três) permite consolidar e dar estabilidade a estes grupos familiares restritos que defrontam novas realidades económicas. Citando Luís Carlos Amaral:<sup>581</sup>

*"A noção de tempo é aqui fundamental. As três vidas, que na realidade correspondem a duas gerações, introduzem um tempo médio entre a brevidade dos arrendamentos e a «eternidade» dos aforamentos. este tempo médio, se bem que não permita uma actualização de rendas tão rápida como no caso dos arrendamentos, tem, em contrapartida, a enorme vantagem de incentivar o foreiro a introduzir melhorias na sua terra, uma vez que a sua permanência seria mais duradoura".*

Os aforamentos perpétuos e hereditários correspondem a 19% (15 unidades)<sup>582</sup> do total de contratos de locação feitos pela abadessa e convento de Almoester, colocando-os em segundo plano como modelo utilizado pelas monjas na gestão dos seus recursos económicos. A concessão perpétua do domínio útil de uma propriedade pode à primeira vista implicar o futuro alienamento desse bem. Aos olhos do Direito Canónico apenas podiam ser aforadas perpetuamente terras incultas<sup>583</sup> e nunca propriedades arroteadas e em plena produção. Esta situação revelava-se, por vezes, extraordinariamente vantajosa para os domínios monásticos, já que podia ser utilizada quando mais conviesse, possibilitando o afastamento compulsivo do inquilino.

Os treze contratos de arrendamento disponibilizados pela documentação de Almoester, e que ocupam 16% (13 unidades)<sup>584</sup> do total de aforamentos efectuados apresentam um período de duração que podia vigorar entre um e dez

---

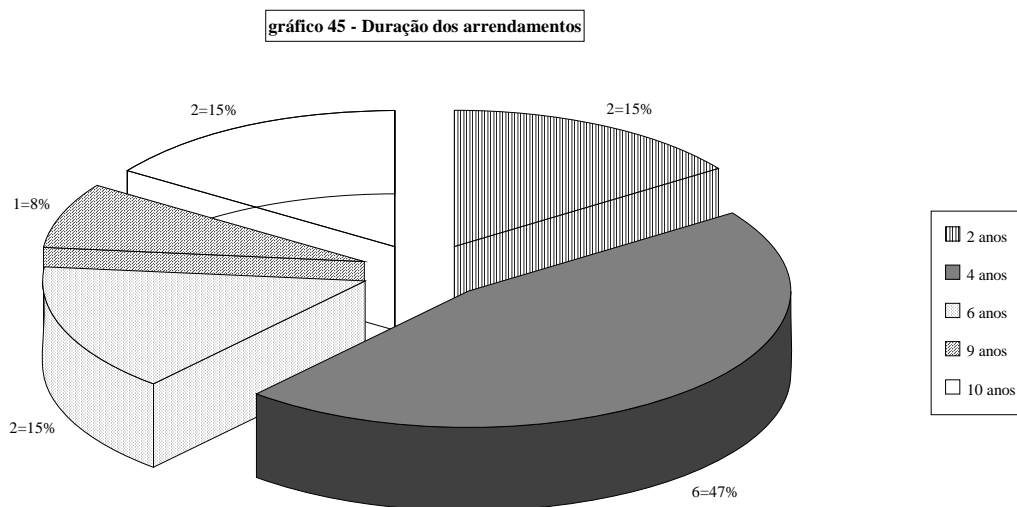
<sup>581</sup> Luis Carlos Amaral, *ibidem*, p. 74.

<sup>582</sup> Vide **gráfico 43 - Mosteiro de Almoester (modelos de exploração indirecta)**, p. 196.

<sup>583</sup> Henrique da Gama Barros, *ibidem*, p. 88-90 e Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 189.

<sup>584</sup> Vide **gráfico 43 - Mosteiro de Almoester (modelos de exploração indirecta)**, p. 196.

anos<sup>585</sup>. Neste conjunto assumem uma clara expressão maioritária as concessões de prédios feitas por quatro anos (47% = 6 contratos)<sup>586</sup>.



Analisando agora a movimentação dos contratos de locação concedidos por Almoester em cada um dos seus abaciados, constatamos a existência de uma tendência de crescimento sobre as formas de exploração indirecta do património.

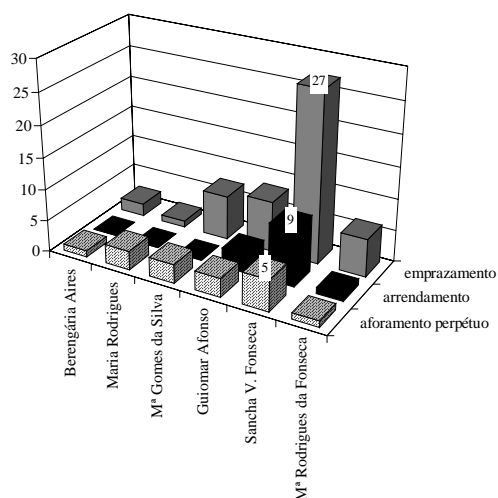
A partir de 1321 e até cerca de 1393 o fenómeno conhece uma subida bastante apreciável, com especial relevo para os cerca de 45 contratos enfitêuticos, celebrados entre o mosteiro e diversos particulares durante o abaciado de Sancha Vasques da Fonseca (1371-1393).

---

<sup>585</sup> Vide gráfico 45 - Duração dos Arrendamentos, p. 199.

<sup>586</sup> Vide gráfico 45 - Duração dos Arrendamentos, p. 199.

gráfico 43 - Mosteiro de Almoester (modelos de exploração indirecta)



Esta tendência de crescimento vai ao encontro do que conhecemos sobre a documentação existente para este período e referente a outras realidades monásticas.

Tal como avançámos na análise geral, também na evolução de contratos de locação por abaciados, o predomínio vai para os contratos de emprazamento. Embora transmitindo o domínio útil da propriedade para o rendeiro, este tipo de modelo enfiteutico pressupõe a existência de um **prazo**, findo o qual a propriedade, geralmente melhorada e valorizada, volta às mãos das monjas, permitindo uma constante actualização das rendas. É este modelo que parece tomar cada vez mais importância no sistema de gestão agrária desenvolvido pelo mosteiro. Quanto mais avançamos para o fim do século XIV, mais encontramos a utilização do modelo enfiteutico a prazo como a estrutura dominante<sup>587</sup>. É o que se verifica com as propriedades dadas a explorar por Almoester no último quartel daquela centúria<sup>588</sup>.

<sup>587</sup> O mesmo se verifica com as propriedades submetidas a regime enfiteutico pertencentes ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. *Vide* Iria Gonçalves, *ibidem*, p. 193-194.

<sup>588</sup> *Vide* gráfico 46 - Contratos de enfiteuse (por abaciado), p. 200.



## **b) A quem?**

Fundado nos finais do século XIII, o mosteiro de Santa Maria de Almoester vai estruturar-se ao longo dos cem anos seguintes sobre um modelo de exploração indirecta, que incide em propriedades de menores dimensões do que as existentes no século anterior<sup>589</sup>. As inúmeras dificuldades que conhecemos para este período final da sociedade medieval, sobrevivente à Guerra dos Cem Anos e às constantes pestilências que lhe restringem a capacidade de crescimento demográfico, levam a que o mundo rural, em estado de grande debilidade, se socorra de novos métodos que lhe possibilitem a integração nas novas realidades. Aspecto fundamental reside nas fórmulas adoptadas sobre a gestão da terra e a divisão dos seus rendimentos pela sociedade sobrevivente e que, como diz Georges Duby, carecem ainda de um estudo mais aprofundado<sup>590</sup>:

*«Para explicar os progressos do arrendamento a meias como a redução da extensão das herdades, parece necessário, também neste ponto, realizar o inquérito social, ou observar as mudanças de atitude económica não só no mundo dos senhores, mas considerar também a situação dos camponeses que exploravam a terra. Donde provinham os homens que assumiram a gestão da terra senhorial e que cooperaram assim para modificar profundamente as estruturas do senhorio? Quais eram os seus meios, as suas intenções e as suas aspirações?»*

Os arrendatários do mosteiro de Almoester por nós levantados perfazem um total de 80, representando um volume considerável de propriedades exploradas e de rendas auferidas. Mas estes contratos correspondem, numa

---

<sup>589</sup> É um facto que não possuímos as dimensões exactas das propriedades pertencentes a Almoester, mas parece-nos verosímil que a estrutura de exploração agrária com características senhoriais tenha, à semelhança, do que vinha acontecendo na Europa meridional e noutras regiões portuguesas, sofrido uma considerável redução na extensão média das explorações rurais.

<sup>590</sup> Georges Duby, *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, vol. II, p. 202-203.

análise primária, a 80 foreiros, que por sua vez representam outros tantos fogos<sup>591</sup>. É sobre esta realidade social, da qual os emprazamentos em três vidas são um excelente indicador, que se estende o domínio das monjas de Almoester, num enquadramento que, embora pobre, se aproxima, pensamos, com mais realismo da vivência medieval.

Muito pouco podemos dizer acerca dos foreiros que encontramos a estabelecer contratos com o mosteiro de Almoester, especialmente sobre a sua situação social. É provável que a grande maioria fosse constituída por pequenos camponeses que apenas dispusessem de uma única propriedade<sup>592</sup>. Desconhecemos por completo se apenas teriam aforada só essa propriedade ou se possuíam contratos de aforamento com outros senhorios<sup>593</sup>, ou até pequenas explorações alodiais.

Existe, no entanto, outro grupo mais ligado ao meio urbano, que aparece dispondo de várias propriedades em simultâneo. Alguns casos apresentam mesmo o foreiro a habitar nas vilas de Santarém ou de Alenquer e a lavrar várias propriedades espalhadas pela área do alfoz escalabitano onde o mosteiro compõe a maior parte do seu domínio. É o caso de Gonçalo Anes, morador em Santarém que, no ano de 1365, empraça por três vidas várias herdades ao mosteiro, localizadas nas proximidades de Vila Nova de São Pedro<sup>594</sup>.

---

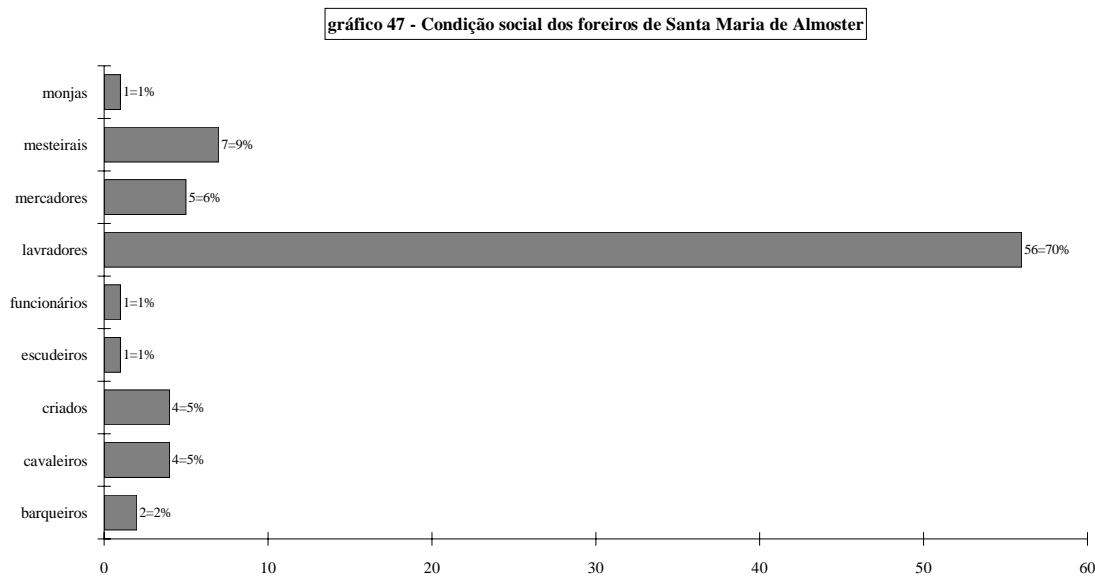
<sup>591</sup> É particularmente difícil com os dados que dispomos e com a ausência de estudos específicos sobre esta questão avançarmos com números exactos. O cálculo do número de famílias nucleares existentes sob o domínio de Almoester necessita de um tratamento estatístico mais aprofundado com base em teorias de investigação mais recentes e, sobretudo, partir para estudos comparativos com outras realidades. De momento a realização de tal tarefa encontra bastantes dificuldades pelo que nos abtemos de a executar.

<sup>592</sup> desconhecemos por completo as dimensões da maioria das propriedades arrendadas por estes camponeses ao mosteiro.

<sup>593</sup> Os dados existentes sobre arrendamentos feitos no vale de Santarém ainda se encontram por explorar, na sua quase totalidade. O trabalho de Iria Gonçalves sobre as propriedades ali possuídas pelo mosteiro de Alcobaça constitui ao momento a única possibilidade de confrontação.

<sup>594</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 53. 1365 Agosto 25.

Numa análise mais detalhada sobre as informações disponíveis nos pergaminhos de Santa Maria de Almoester podemos tentar um conhecimento mais objectivo sobre as profissões e a condição social dos foreiros. Em relação às situações que conhecemos, verifica-se um acentuado predomínio de indivíduos ligados às actividades agrícolas, como o gráfico abaixo nos indica.



Com valores próximos dos 70% cabe ao grupo dos lavradores a principal fatia dos contratos enfiteúticos estabelecidos com as monjas. A informação disponível sobre a composição deste grupo é bastante limitada. É provável que neste conjunto de indivíduos a maioria seja detentora apenas de uma propriedade.

Curiosamente encontramos um segundo grupo composto exclusivamente por mesteirais (9% do total de contratos), que vão arrendar ao mosteiro propriedades situadas em zonas peri-urbanas, especialmente em torno de Santarém, e onde a vinha constitui o principal pólo de atracção. Este domínio da cidade sobre os campos que a circundam alcança ainda maior expressão se a este conjunto de indivíduos saídos dos mesteres lhe juntarmos vários mercadores (6%)<sup>595</sup> e indivíduos ligados a profissões situadas em

<sup>595</sup> Vide gráfico 47 - Condição social dos foreiros de Almoester, p. 203.

contexto urbano, como os funcionários (1%) e os barqueiros (2%). Dispondo, em condições normais, de rendimentos relativamente restritos, a procura de parcelas de terra por aforar surge como uma necessidade fundamental, destinada a suprir as carências alimentares do grupo familiar<sup>596</sup>.

A cavalaria vilã encontra-se também representada e activamente envolvida no processo de enfiteuse patrocinado por Almoester. Cerca de 5% dos contratos estabelecidos são feitos a indivíduos ligados a este grupo e geralmente moradores na vila medieval de Santarém.

Um contrato de empraçamento por quatro vidas feito com Pêro Esteves das Meadas<sup>597</sup>, escudeiro (1%) lança-nos na pista do grupo nobiliárquico, muito discretamente referido pelas fontes de Almoester, mas que não deixa de mostrar a sua presença. E, enfatizando esta presença, surgem-nos alguns contratos estabelecidos com criados (5%) de casas que, suspeitamos, se tenham incorporado um dia na estrutura de linhagem regional. Outros, eventualmente, terão estado ao serviço de funcionários régios. Tal parece ser o caso de Estêvão Peres de Runa, antigo criado de Afonso Peres, contador do rei, que no ano de 1351 empraça por três vidas diversos casais com vinhas e um lagar em Alforgemel<sup>598</sup>.

Ocupando apenas 1%, temos um contrato de empraçamento por uma vida estabelecido entre o mosteiro e uma das suas monjas<sup>599</sup>, sobre dois casais e dois moinhos, localizados respectivamente em Arruda e Rio Maior.

Entre os foreiros contam-se, ainda, elementos pertencentes a grupos étnicos diferentes. É o caso de Mofamide Boticário, pertencente à comunidade

---

<sup>596</sup> Sobre esta questão e para o espaço da Galiza, Vide Fernando López Alsina, *Introducción al Fenómeno Urbano Medieval Gallego, através de tres ejemplos: Mondoñedo, Vivero y Ribadeo*, p. 80-81. Para o caso português Vide José Mattoso, *Identificação de um País*, I, p. 363.

<sup>597</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, Mº 3, nº 95. 1381 Junho 11 - O foreiro aceita empraçar, com renda de 24 libras, ½ quinta no lugar de Requeixada, próximo de Santarém

<sup>598</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2 - A renda anual é de 20 libras.

<sup>599</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 17. 1384 Junho 13.

judaica de Santarém, que empraça por três vidas um olival localizado em Manteigas, bem dentro da zona peri-urbana de Santarém<sup>600</sup>.

Quanto ao grupo muçulmano, as informações são mais escassas, mas é provável que existissem ainda alguns desempenhando trabalhos não especializados. Parece ser este o caso da moura referida num testamento datado de 1321, onde Afonso Guilherme deixa à sua filha Maria Afonso (monja de Almoester) entre outros bens uma escrava moura avaliada em 100 libras<sup>601</sup>.

O universo dos foreiros de Almoester não ficaria completo se não fizéssemos uma abordagem mais detalhada a um conjunto de indivíduos que, embora em minoria, surgem como personagens interessantes na estrutura dominial de Almoester. Senhorio feminino em que a dinâmica das suas monjas enquanto gestoras e até rendeiras se torna no modelo operativo por excelência, será pertinente avaliarmos a forma como as mulheres se inserem na estrutura enfitêutica. Com efeito, dos 80 foreiros de Almoester por nós contados, apenas 3 são mulheres. Dessas 3 foreiras sabemos com toda a segurança que 2 são viúvas<sup>602</sup> e 1 é monja de Almoester<sup>603</sup>. Nenhuma das mulheres possuidoras de contratos de locação com o mosteiro é detentora de mais do que uma propriedade, geralmente correspondente a uma casa ou a um casal. O estado de viuvez impulsionava-as, sem dúvida, para o exercício de um papel mais activo,

---

<sup>600</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 45. 1326 Julho 6 - A renda anual é de 10 libras. Não é, no entanto, esta a única referência a judeus existente nos documentos de Almoester. Em várias ocasiões, encontramos-los a estabelecer contratos com o mosteiro relacionados com as mais diversas actividades. É o caso de Abraão Judeu, carpinteiro que, com os seus dois filhos, Samuel e Moisés, se compromete a madeirar o Paço de D. Berengária, em Almoester. O artesão compromete-se a executar um trabalho semelhante ao que tinha feito no Paço real de Frielas, comprometendo-se a acabar a obra no dia 1 de Maio de 1306, deixando por resgate, caso não cumpram os seus "corpos" e tudo o que possuem (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 44. 1305 Novembro 3).

<sup>601</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 37 - Maria Afonso recebe além da escrava, 2500 libras, 300 libras em liteira, 1 vaso de prata e 2 casas em Lisboa no valor de 300 libras, arrendadas por 6 anos à Ordem do Hospital.

<sup>602</sup> Margarida Esteves (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 30. 1323 Abril 3); Joana Domingues, viúva de Afonso Anes Aranha (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 42. 1386 Janeiro 20).

<sup>603</sup> Teresa Gonçalves (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 17. 1384 Junho 13).

até ao momento em que um novo casamento as relegasse para segundo plano, mesmo sendo as proprietárias dos contratos.

O estatuto social dos foreiros parece-nos ser bastante diversificado surgindo-nos elementos ligados a actividades secundárias e mesmo terciárias. Nobres, escudeiros, cavaleiros-vilãos, funcionários, mercadores, aparecem-nos com alguma frequência como podemos constatar. Mas o predomínio vai, sem qualquer sombra de dúvida, para os elementos do povo: "lavradores", mesteiros e criados.

### **c) Estrutura das rendas e pagamento dos foros**

O estudo da vida rural na Idade Média assenta numa realidade documental composta sobretudo por tombos de propriedades e contratos agrários, onde a questão das rendas alcança particular destaque. O acentuado descalabro que o modelo de exploração directa sofre a partir dos finais do século XIII<sup>604</sup> encontra reflexos na necessidade que as estruturas dominiais têm de modificar os seus modelos de gestão. Santa Maria de Almoester não é excepção e a criação de um complexo sistema de rendas permite-lhe, à semelhança de outras instituições<sup>605</sup>, exercer um apertado domínio sobre o espaço agrário que possui, tornando-se no principal elo de ligação entre o mosteiro, a terra e os rendeiros que a trabalham<sup>606</sup>.

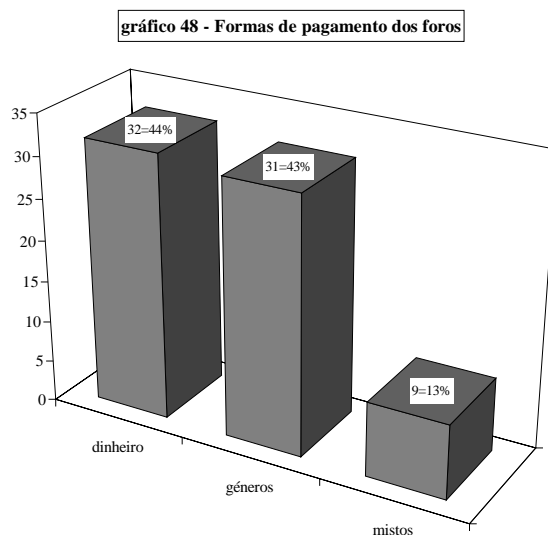
---

<sup>604</sup> Obviamente, este decréscimo geral da exploração directa conhece diferentes variações motivadas pelas diferenças regionais, que apresentam ritmos diferentes de evolução e que são, hoje em dia, ponto assente para a realidade europeia em geral e peninsular, em particular.

<sup>605</sup> É o caso do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, estudado por Luis Carlos Amaral, *ibidem*, p. 99, onde o modelo fundamental de crescimento e gestão agrária se tipifica em torno de um modelo de exploração indirecta em que as rendas são o vector fundamental do domínio.

<sup>606</sup> Sobre a evolução do sistema de rendas medieval, Vide, Georges Duby, *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, p. 191-209; Javier Pérez-Embid Wamba, *El Císter en Castilla y León. Monacato y dominios rurales (siglos XII-XV)*, p. 170-217, 314-329 e 513-581. Para o caso português são importantes os trabalhos de Armando de Castro, *A Evolução Económica de Portugal dos séculos*

O cânone fixo, estipulado para o pagamento dos foros, podia ser efectuado de diversas formas: em géneros, em produtos e dinheiro e apenas em espécie. O pagamento do terrádigo nas propriedades pertencentes ao mosteiro é, na sua maioria, constituído por pagamentos só efectuados em géneros (43%) ou apenas em espécie (44%), aparecendo alguns pagamentos mistos (13%)<sup>607</sup>.



Os foros pagos em espécie incidem sobre os produtos produzidos em maior quantidade na terra aforada, como o cereal, o vinho, o azeite, mas na maioria dos casos é o pagamento em fogaça aquele que parece ser mais utilizado nos pagamentos feitos pelos agricultores. Com efeito, 57%<sup>608</sup> do total de rendas pagas em géneros às monjas de Almoster incidem sobre a produção de cereal de grande qualidade. O montante de dois alqueires de fogaça parece ser a prestação normal a entregar ao mosteiro. "pão meado", vinho e azeite também são bastante utilizados, sobretudo o primeiro que, com 27%<sup>609</sup>, parece representar a segunda forma de pagamento preferida pelas monjas.

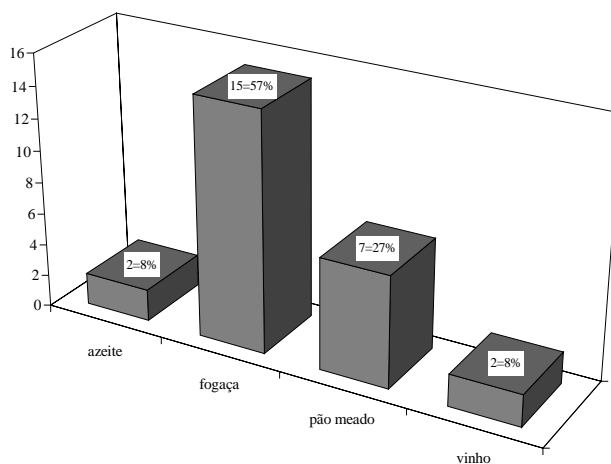
---

XII a XV, vols. II e III, e o artigo "Renda" no *Dicionário de História de Portugal*; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 91-93; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, p. 271-373; Iria Gonçalves, *ibidem*, 283-301; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *ibidem*, p. 111-115; Luis Carlos Amaral, *ibidem*, p. 99.

<sup>607</sup> Vide gráfico 48 - Formas de pagamento dos foros, p. 208.

<sup>608</sup> Vide gráfico 49 - Géneros mais utilizados no pagamento dos foros, p. 209.

gráfico 49 - Géneros mais utilizados no pagamento dos foros



As unidades transformadoras, como moinhos e lagares, aforadas pelo mosteiro a particulares, apresentam a mesma uniformização de pagamento que a observada para a exploração de terras de lavoura: os moinhos pagam em cereal<sup>610</sup> e os lagares em vinho ou azeite<sup>611</sup>.

O pagamento das rendas em géneros era geralmente completado com outros produtos acessórios, ou frutícolas<sup>612</sup>, ou então incidindo sobre as explorações pecuárias. O sistemático pagamento em marrões, capões e ovos é disso exemplo. Cerca de 18%<sup>613</sup> dos foros pagos ao mosteiro são completados com suínos, aves de capoeira e ovos, sendo mesmo cinco deles pagos apenas com carne de aves e ovos<sup>614</sup>.

<sup>609</sup> Vide gráfico 49 - Géneros mais utilizados no pagamento dos foros, p. 209.

<sup>610</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 45. 1305 Abril 20; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 17. 1384 Junho 13.

<sup>611</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 11. 1294 Maio 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 8, nº 3. 1351 Janeiro 2.

<sup>612</sup> As indicações são muito escassas.

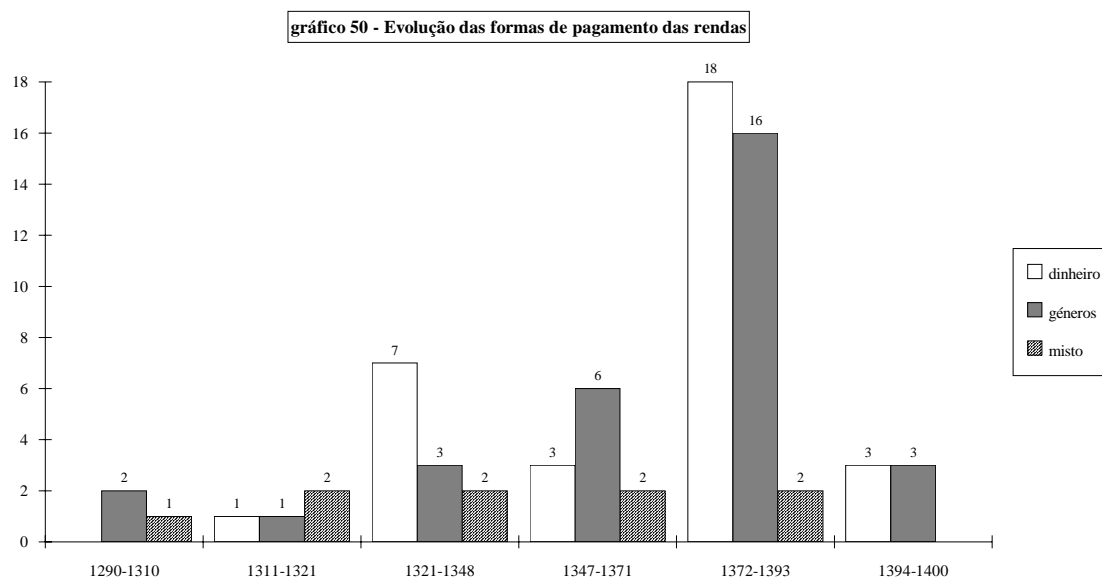
<sup>613</sup> Como podemos verificar na seguinte tabela:

<i>total de aforamentos</i>	<i>rendas completadas com pecuária</i>
78	22 = 18 %

<sup>614</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº. 1321; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 30. 1323 Abril 3; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 3. 1325; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 23; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 18. 1378 Novembro 7.



Olhando a evolução das rendas no senhorio monástico de Almoester verificamos que as formas de pagamento em géneros e em espécie se mantêm muito próximas. De uma forma geral, as rendas solicitadas num determinado momento estavam de acordo com a situação económica vigente.



Os pagamentos em géneros alimentares (cereais, vinho, azeite ou carnes) representavam uma garantia maior, visto o seu valor intrínseco se manter relativamente inalterável, pelo menos nos tempos mais próximos.

O pagamento das rendas em dinheiro poderia ser bastante mais complexo, sobretudo quando relacionado com as constantes desvalorizações de moeda que caracterizou os finais do período medieval português. Uma solução encontrada era a de colocar os pagamentos em espécie monetária sobre uma moeda forte. Com efeito, os pagamentos são sempre efectuados em libras e sempre "...de boa moeda portuguesa...", o que de qualquer forma não impede a existência de tendências inflacionistas associadas às quebras de moeda. São as libras o tipo de numerário mais corrente na solvência dos foros ao mosteiro. De vez em quando aparecem-nos referências a pagamentos executados em soldos<sup>615</sup> e, numa mão cheia de casos, em maravedis<sup>616</sup>. O quadro seguinte dá-

<sup>615</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m.º 3, nº 57. 1338 Setembro 4; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 34. 1376 Outubro 9; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 35. 1376 Outubro 23; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 53. 1387 Janeiro 4.

nos indicações sobre as espécies monetárias mais utilizadas no pagamento das rendas devidas ao mosteiro:

<i>Moeda</i>	<i>Foros Pagos</i>
libra	34
soldo	4
maravedi	3

Pormenor interessante relaciona-se com o facto de não possuímos nenhuma referência sobre a correspondência cambial entre as várias moedas, sejam elas novas ou antigas. Este facto é tanto mais curioso, quando sabemos a multiplicidade de desvalorizações e alterações que o sistema financeiro português conheceu ao longo do século XIV. Se exceptuarmos os dez anos do curto reinado de D. Pedro I, onde os mercados financeiros e a moeda portuguesa conheceram alguma estabilidade, todo o resto da centúria de Trezentos viveu um profundo ciclo de quebra financeira bem retratado pelo notável conjunto de novas moedas que foram surgindo.

Analisando quantitativamente os foros pagos em espécie sobre os prédios rústicos, verificamos que, em termos gerais, os valores entregues poucas vezes ultrapassam as 25 libras, sendo mesmo este grupo composto por propriedades cujos rendimentos só muito raramente excedem as 5 libras, como o quadro seguinte nos indica:

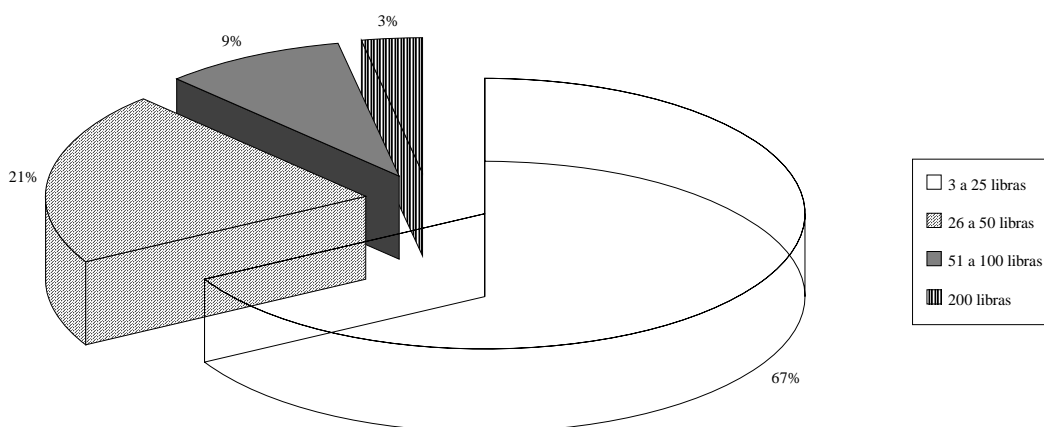
<i>Foro</i>	<i>Totais</i>
3 libras	4
4 libras	2
5 libras	3
6 libras	1
7 libras	1
8 libras	2

---

<sup>616</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 44. 1314 Outubro 29; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 41. 1380 Abril 12; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 6, nº 9. 1386 Janeiro 20.

9 libras	1
10 libras	2
12 libras	1
13 libras	1
15 libras	1
16 libras	1
18 libras	1
20 libras	3
25 libras	1

gráfico 51 - Pagamentos de foros em dinheiro (prédios rústicos)



Num segundo grupo aparecem alguns prédios rurais, provavelmente de maiores dimensões, onde o quantitativo das rendas aumenta consideravelmente, atingindo as 50 libras, mas correspondendo a um conjunto muito restrito. Com efeito, apenas quatro contratos de locação (21%) apresentam pagamentos cujos montantes variam entre 26 e 50 libras<sup>617</sup>. Superiores a 50 libras de renda anual encontramos também muito poucas propriedades. Um contrato que dá ao

<sup>617</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 54. 1347 Junho 22 - O mosteiro afora perpetuamente a Afonso Martins Negro e Sancha Anes uma série de bens que possui no lugar de Ventosa (Vila Nova de S. Pedro). Às 50 libras anuais são ainda acrescentados 1 alqueire de fogaça, 1 capão e 10 ovos; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 39. 1370 Dezembro 17 - Pêro Anes empraça por três vidas uma vinha localizada próximo de Santarém (desconhecemos o exacto lugar); AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 3. 1379 Dezembro 21 - Corresponde ao aforamento perpétuo de ½ casal efectuado por Vicente Durão e Margarida Vicente. A propriedade está situada no Outeiro da Cortiçada e às 30 libras são ainda acrescentados ¼ da produção, ½ capão e 5 ovos; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 7, nº 18. 1393 Março 27. Este empraçamento em 3 vidas feito por Rodrigo Bilão e Antoninha Afonso sobre uma vinha localizada no lugar de Balêa é extremamente curioso. Os foreiros pagam 25 libras ao mosteiro de Almoester e outras 25 ao mosteiro de Santa Clara de Santarém

mosteiro 80 libras de renda anual<sup>618</sup>, dois documentos de enfiteuse que estabelecem rendimentos na ordem das 100 libras<sup>619</sup>. De valor mais expressivo apenas possuímos referências sobre um contrato de emprazamento em duas vidas, realizado entre o mosteiro e o casal Lourenço Anes e Guiomar Anes, sobre duas almuinhas localizadas em Almoester com foro anual de 200 libras.<sup>620</sup>



As prestações em géneros ocupam um dos lugares mais importantes no conjunto das rendas dos camponeses de Almoester. A partir das fontes disponíveis desconhecemos as dimensões das áreas de cultivo, o que não nos ajuda quando pretendemos saber quais os níveis de produção que as terras exploradas pelos rendeiros do mosteiro apresentariam. Esta impossibilidade, agravada ainda pela forma como o modelo de rendimentos e recolha de rendas se desenvolve em Almoester, onde a utilização do numerário vai crescendo de importância, obriga-nos a considerar aqui um padrão específico de análise: a importância da produção agrícola como parte fundamental no modelo rentabilizador do mosteiro.

A estrutura económica de Almoester é bastante limitada, sobretudo quando analisada a partir de uma perspectiva de investimento, o que desde logo lhe impede quaisquer tipo de veleidades de se poder imiscuir na crescente economia de mercado que o século XIV vai desenvolvendo. Infelizmente, não

---

<sup>618</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 56. 1303 Novembro 27.

<sup>619</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 32. 1384 Junho 13 - Teresa Gonçalves, monja de Almoester, empraza durante a sua vida 2 casais e 2 moinhos, em Arruda e Rio Maior, pelo valor de 100 libras anuais; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 29. 1389 Novembro 17 - João Peres Costela, morador na Castanheira, empraza por 3 vidas e com renda anual de 100 libras, 3 vinhas situadas naquele lugar do termo de Alenquer.

<sup>620</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 2, nº 7. 1400 Setembro 22.

possuímos instrumentos discriminativos capazes de nos poderem fornecer uma relação das despesas que Almoister seria forçada a suportar e, tão pouco, a possibilidade de poder estabelecer padrões comparativos com as rendas recebidas em cada ano, que nos permitam estabelecer com eficácia uma relação do *deve* e do *haver*, nas contas do mosteiro.

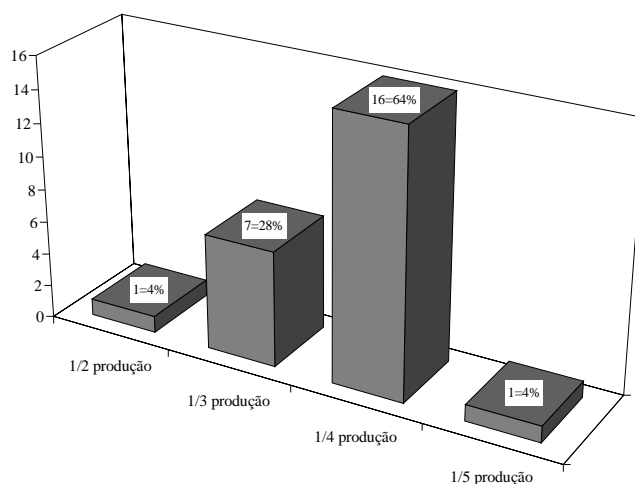
Embora se encontre um núcleo considerável de prestações pagas em dinheiro, o mosteiro não pode forçar os seus próprios limites. Estes estariam condicionados por necessidades permanentes de auto-abastecimento que, no fundo, correspondem a uma necessidade fundamental que todas as instituições monásticas desta época apresentam, e que tem a ver com o armazenamento de géneros necessários à sua manutenção. A esta necessidade junta-se ainda a preocupação em adquirir e guardar excedentes que pudessem garantir a sua subsistência em períodos de maior crise, bem como prover ao "agasalho" dos pobres e a outras formas de assistência social. Tal situação implica um regime de grande equilíbrio, onde a gestão monacal procura fugir à tentação de tornar a sua economia demasiado monetarista. A produção directa de algumas explorações rurais não chegaria, com toda a certeza, para suprir as necessidades quotidianas do mosteiro, o que leva ao arrendamento da maioria das suas propriedades agrícolas.

Como vimos o principal produto agrícola pretendido pelo mosteiro é o cereal, com especial ênfase para a produção de trigo, logo seguido de pagamentos efectuados em vinho e azeite<sup>621</sup>. A maior parte destas rendas, escrupulosamente pagas ao mosteiro, correspondia a quantitativos mais ou menos certos e que revelam uma tendência uniformizadora desenvolvida pelo mosteiro sobre os rendimentos agrícolas, que em muito vem facilitar a gestão do seu património fundiário.

---

<sup>621</sup> Vide gráfico 49 - Géneros mais utilizados no pagamento dos foros, p. 209.

gráfico 52 - Rendimentos em géneros



A estrutura de rendas que recaía sobre os foreiros que se ocupavam do *ager* de Almoester era sobretudo de incidência parciária, já que a maior parte das explorações deveriam ser de pequenas dimensões. Nestas terras com incidência de searas, courelas, terrenos, etc., o foro incidia geralmente sobre  $\frac{1}{4}$  da produção extraída dessas propriedades, a que depois eram acrescentados factores complementares de renda, como a entrega de aves e outros produtos.

A tendência sobre o pagamento de rendas apresenta-se, assim, manifestamente uniformizadora, obedecendo à política gestora das freiras, que valorizando quantidades normalizadas de géneros entregues, procura propiciar uma fácil e rápida conversão de excedentes em numerário.



Além dos pagamentos em géneros ou directamente em dinheiro, o mosteiro recebia, na maior parte das suas locações, pagamentos complementares. Estes pagamentos eram constituídos sobretudo por aves de capoeira e seus derivados, bem como por outros animais<sup>622</sup>. Eventualmente

<sup>622</sup> Rendimentos em animais e derivados

importantes no equilíbrio alimentar e no orçamento familiar dos agricultores que os produziam, desempenhavam todavia um papel fundamental na despensa das monjas de Almoester. Além de serem preponderantes na dieta alimentar das monjas e das obras de assistência social que o mosteiro desenvolvia, a possibilidade de poder dispor de um conjunto apreciável de galináceos e dos seus ovos para transaccionar no mercado revelava-se determinante, sobretudo no angariar de moeda que pudesse vir fortalecer os cofres do mosteiro. Infelizmente, não possuímos quaisquer dados que nos possam fornecer os preços de mercado correspondentes a cada um destes produtos.

Dos vários tipos de galináceos conhecidos no período medieval, são os capões os mais utilizados na solvência da maioria das rendas pagas ao mosteiro, juntamente com quantitativos específicos de ovos. Tal como observámos para as prestações em cereais, também os pagamentos feitos em aves e ovos apresentam uma tabela normalizada.

Muito longe das quantidades de capões e frangões entregues pelos rendeiros à despensa das monjas, aparecem-nos, de quando em vez, referências a animais de maior porte. Num contrato de emprazamento sobre uma herdade feito pelo mosteiro a João Afonso, além do foro de 80 libras anuais o lavrador deveria entregar três marrões, já escaldados<sup>623</sup>. Outro aforamento de 1367, sobre um casal, prevê além de ½ da produção e de um capão, a entrega de um marrão<sup>624</sup>.

---

<i>Animais e Derivados</i>	<i>Totais</i>
capões	22,5
frangões	3
marrões	4
ovos	189

<sup>623</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 56. 1303 Novembro 27 - Esta herdade encontrava-se localizada em Levezes, próximo de Santarém O contrato tem a duração de uma vida.

<sup>624</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 26. 1367 Dezembro 27 - Lourenço Palmeiro empraza por uma vida um casal situado na Ponte da Couraça, em Alenquer.

Desconhecemos por completo qualquer ligação das monjas de Almoester a explorações ganadeiras, o que não implica que em algumas das explorações arrendadas não existissem cabeças de gado<sup>625</sup>. A zona de inserção rural do mosteiro, com fortes tradições ao nível da produção pecuária e a importância que a criação de gado alcança na Idade Média, constituindo mesmo uma das principais reconversões económicas que a estrutura senhorial patrocinou, no sentido de combater a crise agrária dos finais do período medieval, leva-nos a admitir a hipótese de em algumas das unidades agrárias aforadas pelas monjas existirem explorações deste género. Mas, com excepção de uma pequena referência, todos os outros documentos do cartório de Almoester são mudos sobre este tipo de produção rural.



Parte considerável das rendas acumuladas pelas monjas assenta no pagamento de foros relativos a prédios urbanos. O aluguer destas propriedades, que o mosteiro adquiriu, quase sempre por herança, é um dos principais fornecedores de numerário ao mosteiro. Logicamente, as rendas das casas e terrenos emprazados dentro de perímetros urbanos são sempre consumadas em dinheiro, ao contrário do que se verifica com os prédios rurais.

A monetização das rendas extraídas destas propriedades levanta ao senhorio de Almoester um problema delicado, sobretudo quando confrontado com as sucessivas desvalorizações que a moeda portuguesa conhece neste século e que já referimos anteriormente. Este fenómeno, que tem como consequência directa a quebra acentuada das rendas auferidas pelas monjas, é, de certo modo, ultrapassado, quando nos contratos de enfiteuse os procuradores

---

<sup>625</sup> A única referência diz respeito a uma obrigação que um foreiro de Almoester tem, de no casal que emprazou, fazer duas casas e uma charrua para os bois (AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 26. 1367 Dezembro 27).



do mosteiro estabelecem a obrigatoriedade de os novos inquilinos passarem a pagar sempre em moeda antiga<sup>626</sup>.

Os montantes das rendas pagas relativas ao aluguer de prédios urbanos parecem não ultrapassar as 5 libras<sup>627</sup>, o que corresponderia a foros de pequenas dimensões, sobretudo se tivermos em consideração que, por volta dos anos cinquenta do século XIV, um alqueire de trigo valeria perto de 2 libras (= 40 soldos)<sup>628</sup>.



As rendas devidas ao mosteiro eram sempre pagas ao ano, em datas fixadas nos contratos, obviamente enquadradas em períodos de festividade litúrgica. No quadro abaixo colocado podemos observar que o pagamento dos foros se concentra no dia de S. Miguel de Setembro.

<i>DATA DE PAGAMENTO</i>	<i>TOTAL DE CONTRATOS</i>
Natal	3 = 4%
Páscoa	1 = 1%
S. João Baptista	1 = 1%
S. Martinho	1 = 1%
S. Miguel de Setembro	54 = 70%
Sant'Ana	1 = 1%
Stª Maria de Agosto	2 = 3%
sem informação	15 = 19%

<sup>626</sup> Ou o equivalente em moeda corrente.

<sup>627</sup> **Rendas de prédios urbanos**

<i>Propriedade</i>	<i>Renda</i>	<i>Total de Prédios</i>
casa	20 soldos	1
casa	4 libras	3
casa	5 libras	3
pardieiro	3 libras	1
terreno	3 libras	1

<sup>628</sup> Vide a este respeito A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, quadro da p. 150.

A escolha deste dia deve-se em grande parte à necessidade de ajustar a recolha das rendas com o final das colheitas, sobretudo de cereal e de uva. As outras datas parecem encontrar pouca expressão nos hábitos das monjas de Almoster. É o caso dos pagamentos efectuados no período pascal que, se noutras instituições encontram grande expressão, aqui em pleno domínio das monjas de Almoster passa praticamente despercebido. Excepção feita para um contrato executado em 1342 em que a abadessa Maria Gomes da Silva empraça por três vidas uma casa localizada na rua dos Mercadores, em Santarém, a Afonso Mateus, mercador e sua mulher Maria Vasques<sup>629</sup>.

Do conjunto de documentos relativos a pagamentos feitos em géneros alimentares e em dinheiro apenas um apresenta datas distintas. Este, que corresponde a um empraçamento por três vidas de várias propriedades<sup>630</sup> feito a Pedro Anes e Margarida Anes, apresenta um foro anual de 7 libras, 2 capões e 20 ovos. O pagamento das 7 libras seria entregue no dia de S. Martinho, enquanto as aves de capoeira e os seus derivados deveriam ser entregues ao mosteiro por alturas do S. Miguel de Setembro<sup>631</sup>.

A serem pagos na celebração do nascimento do Redentor possuímos três contratos enfiteúticos (4%)<sup>632</sup>. Os dias de S. João Baptista<sup>633</sup> e de Sant'Ana<sup>634</sup> apenas possuem uma referência cada nos documentos relativos a contratos de

---

<sup>629</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, mº 3, nº 59. 1342 Julho 16 - Os novos locatários são obrigados a fazerem mais uma casa "...em pedra e cal, de telha, de madeira e de sobrado...", tendo que ficar concluída até ao dia de Natal de 1343. A renda anual paga por este aforamento é de 4 libras.

<sup>630</sup> Diversas casas, 1 almuinha, 1 chousso e 1 olival.

<sup>631</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 10, nº 23. 1371 Abril 8.

<sup>632</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 8. 1378 Setembro 20; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 5, nº 3. 1379 Dezembro 21; AN/TT, *Mº Alm.*, m. 4, nº 43. 1387 Junho 24.

<sup>633</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 3, nº 23. 1379 Julho 10.

<sup>634</sup> AN/TT, *Mº Alm.*, m. 1, nº 40a. 1390 Maio 5.

locação. 19% do total de contratos não possuem qualquer indicação relativa às alturas do ano em que os foros deveriam ser pagos a Almostrer.

«Está frio no scriptorium, dói-me o polegar. Deixo esta escritura, não sei para quem, já não sei a propósito de quê: stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus.»

Umberto Eco, *O Nome da Rosa*

## V

### CONCLUSÃO

Terminemos pois. Ao longo deste nosso estudo procurámos desenvolver ideias e apresentar sugestões passíveis de poderem determinar a estrutura económica da casa monacal de Almoester. A existência deste mosteiro e a sua importância específica na comunidade regional em que se insere encontram-se intrinsecamente ligadas ao longo de todo o século XIV. Os actos das monjas, materiais e espirituais, repercutem-se nos espaços envolventes, ultrapassando a individualidade do cenóbio e integrando-se nos destinos individuais e colectivos daqueles que, por muitas e variadas razões, procuraram aquele lugar de refúgio.

Retiro espiritual onde algumas mulheres se refugiaram em busca de protecção, amparo e conhecimento, foi também, por necessidade e por regra, um estabelecimento de forte vocação económica.

Por aqui nos ficámos. Toda a nossa investigação girou em torno de um conjunto de fontes principais, que saídas directamente do cartório das monjas, se circunscreviam a um conjunto apreciável de contratos de locação. As listagens feitas a partir daqueles documentos individuais foram-nos permitindo, pouco a pouco, construir uma imagem da forma como aquela instituição monástica geria o seu espaço agrário.

O modelo fundamental assentava, como vimos, na exploração indirecta do património fundiário, onde a estrutura de rendas assumia o papel primordial, revelando um vasto conjunto de aspectos materiais e económicos existentes entre o senhorio monástico e os rendeiros que nele se inseriam, e onde a submissão económica destes últimos à casa monacal surge como uma manifesta realidade.

Esta realidade económica, que parece confirmar-se noutros mosteiros estudados neste mesmo período<sup>635</sup>, apresenta-se, no entanto, como uma realidade virtual. Embora sejam conhecidos alguns fenómenos específicos para a região onde Almoester se insere<sup>636</sup>, devemos ser cautelosos nas generalizações sobretudo num período cronológico fortemente afectado por profundas alterações culturais, políticas, económicas e sociais. O mosteiro surge num contexto de mudança, num período em que os modelos de produção das unidades monásticas - e não só - optam por formas de exploração assentes em usufruto indirecto, onde a administração financeira reflecte as novas regras do mercado, bem visíveis no progressivo aumento das rendas pagas em numerário em relação ao tradicional sistema de pagamento através de géneros.

A política de gestão agrária desenvolvida pelas abadessas e monjas de Almoester desde os últimos anos do século XIII e durante todo o século XIV, pautou-se por uma actuação em consonância com as características desse espaço cronológico, ajustando-se às novas exigências de uma sociedade medieval cada vez mais urbana, mas ao mesmo tempo desenvolvendo o senhorio, numa perspectiva de rentabilidade económica, onde os rendeiros são particularmente visados.

Santa Maria de Almoester representa assim um microcosmos; uma realidade singular e isolada, que no entanto necessita de ser integrada num processo mais amplo, onde o mosteiro surge como fenómeno activo na sociedade englobante. Foi esta a nossa preocupação: a integração. O aparecimento desta casa monacal deve ser entendido dentro de um processo organizativo do espaço adjacente ao macrocosmos representado pelo núcleo urbano de Santarém, sobretudo num momento em que as expectativas

---

<sup>635</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*; Iria Gonçalves, *ibidem*; Pedro Gomes Barbosa, *ibidem*; Rui Cunha Martins, *ibidem*; Luís Carlos Amaral, *ibidem*.

<sup>636</sup> Nomeadamente o trabalho de Maria Ângela Beirante, *ibidem*. Este estudo não analisa em pormenor as relações existentes entre os vários senhorios laicos e unidades monásticas existentes na vila de Santarém ou na periferia.

económicas se voltam para fórmulas mais elaboradas no que diz respeito à gestão dos recursos agrícolas.

Unidade senhorial profundamente ligada às estruturas locais e dependente destas, vê-se obrigado a conviver com outras formas de poder, desenvolvendo mecanismos específicos necessários a essa convivência. Mas além desta articulação, nem sempre desejável, com o poder local, o mosteiro é enquadrado pelas determinações de um universo mais centralizado, onde o poder régio assume o principal papel.

Estrutura económica e relações de poder aparecem como peças importantes no relato de Almoester, enquadrando-o e determinando as suas acções. Mas o mosteiro também determina; também organiza. A sua acção enquadradora regista-se num ordenamento espacial onde impõe modelos gestionários próprios. Tal atitude faz desta unidade cisterciense um autêntico senhorio com plena capacidade de todas as prerrogativas que lhe são inerentes.

Não pretende este estudo constituir-se como uma monografia exaustiva sobre os trabalhos e os dias das monjas de Almoester. Muito ficou por fazer. Resta-nos contudo pensar que todo este trabalho representa apenas o princípio de uma tarefa que está longe de estar concluída.

## **BIBLIOGRAFIA**



## FONTES MANUSCRITAS

### ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO

#### *Chancelarias*

*D. Dinis*, Livros 1 a 11.

*D. Afonso IV*, Livro 3 e Livro 4, fl. 46.

*D. Fernando*, Livro 1.

#### *Conventos Diversos*

Convento de Santa Maria de Almoester, ms. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10.

*Mosteiro de Chelas*, maço 7.

*Livros de Reis*, 1 e 2.

*Livro dos Forais Novos da Estremadura*.

*Gavetas*, maço 1.

## FONTES IMPRESSAS

*Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa, I.N.I.C. - Centro de Estudos Históricos, 1984.

*Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica por José Mattoso, nova série. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV (1325-1336)*, 3 vols. Lisboa, I.N.I.C. - Centro de Estudos Históricos, 1990.

*Institutos Religiosos: Santa Maria de Almoester (IV/A/43/3 e IV/A/44/2)*. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

*Itinerários Régios Medievais. Itinerário de El-Rei D. Dinis 1278-1325*, dir. de Virgínia Rau. Lisboa, 1962.

"Foros antigos dos concelhos de Santarém, S. Martinho de Mouros e Torres Novas", *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, vol.IV. Lisboa, 1816, pp. 527-639.

"Legislação agrícola ou colecção de leis, decretos, cartas e outros documentos oficiais de interesse agrícola", ed. por António Gomes Ramalho, in *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, 8º Ano, nº 4.

"Povoação da Estremadura no XVI século", ed. por Anselmo Braancamp Freire, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, 1908, pp. 241-284.

"Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI século", ed. por Anselmo Braancamp Freire, in *ibidem*, vol. IV, 1906, pp. 93-105.

*Livros Velhos de Linhagens*, ed. crít. de Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, 1980.

*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crít. de José Mattoso, 2 vols.. Lisboa, 1980.

COELHO, António Borges

*Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1970-1974.

S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de

*Historia chronologica e crítica da real abadia de Alcobaça, da congregação cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada do chronista mor Fr. Manoel dos Santos, Provas, e addições*. Lisboa, 1827.

SANTOS, Frei Manuel dos

*Alcobaça Illustrada. Notícias, e Historia dos Mosteyros, e monges insignes cistercienses da congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal , e Algarves*. Coimbra, 1970.

## INSTRUMENTOS DE TRABALHO

*Livro I de Místicos. Livro II del Rei D. Fernando. Documentos para a História da Cidade de Lisboa.* Lisboa, 1949.

*Mappas das Medidas do Novo Systema Legal Comparadas com as Antigas nos Diversos Concelhos do Reyno e Ilhas.* Lisboa, 1868.

*Ordenações do Senhor Rey D. Afonso V*, ed. fac-similada com notas textológicas de Eduardo Borges Nunes, 5 vols.. Lisboa, 1984.

*Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, org. de A. H. de Oliveira Marques; Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade. Lisboa, I.N.I.C., 1990.

*Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. de António Alberto Banha de Andrade, 1-3 vols. Lisboa, ed. Resistência, 1980-1986.

*Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, 6 vols. Porto, Iniciativas Editoriais, 1977.

*Diccionario de Historia Eclesiastica de España*, I e II, dir. Quintin Aldea Vaquero, Tomas Martin Martinez, Jose Vives Gatell. Madrid, ed. Institut. Enrique Florez, 1973.

*Diccionario Historico, Chorographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico de Portugal*, dir. de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa, ed. J. Romano Torres e C<sup>a</sup>, 1909.

*Guia de Portugal. II. Estremadura, Alentejo, Algarve*, dir. de Raul Proença. Lisboa, reed. Fund. Calouste Gulbenkian, 1983.

*História Florestal, Aquícola e Cinegética*, vols III, IV, dir. de Carlos Manuel L. Baeta Neves. Lisboa, ed.. Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, Secretaria de Estado das Florestas, Direcção-Geral das Florestas, 1982-1983.

*Diccionario de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, 4 vols.. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

*Cronologia Geral da História de Portugal*, dir. de Joel Serrão. Lisboa, 1971.

*Bibliografia Corográfica de Portugal*, org. por Durval Pires de Lima, vols. I e II, supl. vols. I a IV. Lisboa, 1962-1975.

*Carta Agrícola e Florestal de Portugal*, escala 1:250 000, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário. Lisboa.

*Carta Corográfica de Portugal*, escala 1:400 000, Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa.

*História de Portugal* (dir. Damião Peres), vols. 1-3, Lisboa, 1928-1932.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols.. Lisboa-Rio de Janeiro, 1935-1960.

*Dictionaire Archéologique des Techniques*, Paris, 1963.

*Dizionario Ecclesiastico*, 3 vols.. Torino, 1953-1958.

ANDRADE, António Alberto Banha de e Fernando Jasmims Pereira (dir)  
*Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vols. 1-3, Lisboa, 1980-1986.

AZEVEDO, Pedro de  
"A Chancelaria de D. Afonso IV", in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, VI (1912). Lisboa, pp. 180-199.

BONASSIE, Pierre  
*Dicionário de História Medieval*. Lisboa, 1985.

CARDOSO, Luis

- Dicionário Geográfico*. Lisboa, 1747.
- CARDOSO, P. Luiz  
*Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de Todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, 2 tomos. Lisboa, 1747-1751.
- Diccionario Geográfico*. Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, MDCCLI.
- CASTRO, João Baptista de  
*Mapa de Portugal Antigo e Moderno*
- COSTA, António Carvalho da  
*Corografia Portugueza e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, 2ª ed., vols. I a III. Braga, 1868-1869.
- Corografia e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 2ª ed.. Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.
- ENCARNAÇÃO, D. Thomaz da  
*Historia Ecclesiae Lusitanae*, vol. IV. Coimbra, 1759.
- FARIA, Manuel Severim de  
*Notícias de Portugal*, liv. I, Dis. II, Lisboa, 1701.
- FRAZÃO, A. C. Amaral  
*Novo Dicionário Corográfico de Portugal (continente e ilhas adjacentes)*. Revisto, aumentado e actualizado por A. A. Dias Cabral. Porto, Editorial Domingos Barreira, [s.d.].
- GEORGE, Pierre  
*Dictionnaire de la Géographie*. Paris, 1970.
- GIRÃO, Aristides de Amorim  
*Geografia de Portugal*, 1ª ed.. Porto, 1941.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho  
*Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Corographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, 12 vols. Lisboa, 1873-1890.
- MACHADO, José Pedro  
*Dicionário Onomástico, Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3 vols., ed. Confluência, Lisboa, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira  
*Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, vol. IV da Nova História de Portugal* ( dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira  
*Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed.. Lisboa, Editorial Estampa, 1988
- MORAES Silva, António de  
*Diccionario da Língua Portugueza*, 2 vols., 7ª ed.. Lisboa, Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877-1878.
- SANTA ROSA DE VITERBO, frei Joaquim de  
*Elucidário das palavras, termos, e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, (ed. crítica de Mário Fiúza), 2 vols., Porto, 1984.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo  
*História de Portugal, vol. I, Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Lisboa, 1977.
- VITERBO, Francisco de Sousa  
*Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*. 3 vols.. Lisboa, 1953.

## ESTUDOS

- ABEL, Wilhelm  
*Crises Agraires en Europe (XII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles)*. Paris, 1973.
- ADAM, Paul  
*La Vie Paroissiale en France au XIV<sup>e</sup> Siècle*. Paris, 1964.
- ALARCÃO, Jorge  
*Portugal Romano*, 3<sup>a</sup> ed. rev.. [Lisboa], imp. 1983.
- AMARAL, Luís & DUARTE, Luís  
"Prazos do Século e Prazos de Deus (os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no Último Quartel do Século XV)". *Jornadas Sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983.
- AMARAL, Luís  
*S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Porto, 1987.
- AMARAL, Maria Teresa Barreira  
*Para a História da Ordem de Cister em Portugal*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1974.
- ANDRADE, Amélia Aguiar  
"Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média", in *Ler História*, X (1987), pp. 3-13.  
  
*Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa. 1990.  
  
"Um percurso através da paisagem urbana medieval", in *Povos e Culturas*, II (1987), pp. 57-77.
- ANDRADE, Maria Eugénia de Matos  
*Notas para o Estudo da Antroponímia Portuguesa*, tese de licenciatura apresentada à FLUL, Lisboa, 1942.
- ANTONETTI, Guy  
*L'Économie Médiévale*, PUF, Paris, 1975.
- ANTUNES JÚNIOR, António A.  
*Notas Sobre o Ribatejo e Seu Calendário Agrícola*. Lisboa, 1939.
- ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira  
*Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 2<sup>a</sup> ed., I, Porto, 1964.
- ARIÉS, Phillipe  
*O Homem Perante a Morte*, vol. 1, Lisboa, 1988.
- ARNAUT, Salvador Dias  
*A Crise Nacional dos Fins do Século XIV, I, A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1960.
- ARRUDA, Virgílio  
*Santarém no Tempo*. Santarém, 1971.
- ASCASO SARVISE, Lourdes  
*El Monasterio Cisterciense de Santa Maria de Casbas (1173-1350)*, Huesca, [s.d.].
- ASSUNÇÃO, Tomás Lino de  
*As Monjas de Semide. Reconstituição do Viver Monástico*. Coimbra, 1900.
- AZEVEDO, J. Lúcio de  
*Épocas de Portugal Económico*, 2<sup>a</sup> ed.. Lisboa, 1947.

- AZEVEDO, Pedro de  
 "Os escravos", in *Arquivo Histórico Português*, I (1903), pp. 289-307.
- Os Reguengos da Estremadura na 1ª Dinastia*
- AZEVEDO, Rui Pinto  
 "O Foral de Santarém", in *Actas do Congresso Histórico do Portugal Medieval*, tomo I, *Bracara Augusta*, vols., XIV-XV, nº 1-2. Braga, 1963.
- BAKER, A.R.H.  
 "Evidence in the *nonarum inquisitiones* of contracting arable lands in England during the early XIV th. century", in *Economic History Review*, XIX (1966), pp. 518-532.
- BAKER, A.R.H. & BUTLIN, R  
 "Conclusion: problems and perspectives", in *Studies of Field Systems in the British Isles*. Cambridge, 1973, pp. 620-656.
- BARATA, José Henriques  
 "Santarém nos escritores árabes", in *Ribatejo*, nº 3, 2ª série. Lisboa, 1954.
- BARATIER, Édouard  
*La Démographie Provençale du XIII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle*. Paris, 1961.
- "Production et exportation du vin du terroir de Marseille du XII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle", *Bulletin Philologique et Historique*, 1959. Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques, 1960, pp. 139-149.
- BARBOSA, Pedro Gomes  
 "Santa Maria de Alcobaça no Termo de Elvas (a Formação do seu Património Fundiário)", in *A Cidade*, nova série, nº 6, Portalegre, 1991, p. 7-17.
- Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (sc. XII a 1325)*, Lisboa, 1992.
- BARBOSA, Pedro Gomes, José Manuel Varandas e António Balcão Vicente  
 "Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central (Séculos XII e XIII)", in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do I Encontro Sobre Ordens Militares*, Palmela, 1991, p. 91-99.
- BAREL, Yves  
*La Ciudad Medieval. Sistema Social - Sistema Urbano*, trad. espanhola da ed. original francesa. Madrid, 1980.
- BARRIOS GARCÍA, ANGEL  
*Estructuras Agrarias y de poder en Castilla. El Ejemplo de Avila (1085 a 1320)*, 2 vols., Salamanca, Universidade de salamanca, 1983-1984.
- BARRIOS GARCÍA, ANGEL & EXPOSITO, A. M.  
 "Demografia Medieval: Modelos de Pollamiento en la Extremadura Castellana a Medios del Siglo XIII", in *Studia Historica*, vol.I, 2, (1983), p. 113-148.
- BARROS, Henrique da Gama  
*História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª ed. (com notas de Torquato de Sousa Soares), 11 vols., Lisboa, 1945-1954.
- O Problema do Trigo*, 3ª ed.. Lisboa, 1944.
- BAUTIER, Robert-Henri  
 "Feux, population et structure sociale au milieu du XV<sup>e</sup> siècle. L'exemple de Carpentras", in *Annales E.S.C.*, XIV (1959) 2, pp. 255-268.
- BEAUMONT, Maria Alice (coordenação de)  
*Presença de Cister em Portugal*. [Alcobaça], 1984.
- BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha  
*As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, 1984.
- "O Alentejo na 2ª Metade do Século XIV - Évora na Crise de 1383-1385", in *Estudos Medievais*, nº7, Porto, 1986, p. 119-154.

- Santarém Medieval*. Lisboa, 1980.
- Santarém Quinhentista*. Lisboa, 1981.
- Confrarias Medievais Portuguesas*. Lisboa, 1990.
- Évora na Idade Média*, Dissertação de doutoramento apresentada à F.C.S.H, da Universidade Nova. Lisboa, 1988.
- "As mancebias nas cidades medievais portuguesas", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, vol. I. Coimbra, 1985, pp. 221-241.
- "Para a história da morte em Portugal (séculos XII-XIV)", in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol. I. Lisboa, 1982, pp. 357-383.
- "Relações entre o homem e a natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé (séculos XIV-XV), in *Actas das I Jornadas de História Medieval do algarve e da Andaluzia*. Loulé, 1987, pp. 231-242.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca  
*Rainhas de Portugal*, 2 vols.. Lisboa, 1878-1879.
- BENNASSAR, Bartolomé  
"L'approvisionnement des villes de Castille aux temps modernes", in *L'Approvisionnement des Villes de l'Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Modernes*. Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983. Auch, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985, pp. 155-164.
- BENNASSAR, Bartolomé & GOY, Joseph  
"Contibution à l'histoire de la consommation alimentaire du XIVe au XIXe siècle", in *Annales E.S.C.*, n° 2-3, 1975.
- BERTHE, Maurice  
*Le Comté de Bigorre, un milieu rural au Bas Moyen Age*, Paris, 1976.
- Famines et Épidémies dans les Campagnes Navarraises à la Fin du Moyen Age*, 2vols.. Paris, 1984.
- BERTRAND, Georges  
"Pour une histoire écologique de la France rurale", in *Histoire de la France Rurale*, dir. de Georges Duby e Armand Wallon, vol. I - *La Formation des Campagnes Françaises, des Origines au XIV<sup>e</sup> Siècle*, dir. de Georges Duby. Paris, 1975, pp. 34-13.
- BIRABEN, Jean-Noël  
"Alimentation et démographie historique", in *Annales de Démographie Historique*. 1976.
- Les Hommes et la Peste en France et dans les Pays Européens et Méditerranéens*, 2 vols.. Paris-La Haye, 1976.
- BISHKO, Charles Julian  
*Spanish and Portuguese Monastic History. 600-1300*, Londres, 1984.
- BLOCH, Marc  
"European Feudalism", in *Mélanges Historiques*, tomo I. Pref. de Charles-Edmond Perrin. Paris, S.E.V.P.E.N., 1963, pp. 177-188.
- "Liberté et Servitude Personelles au Moyen Age, particulièrement en France", in *ibidem*, pp. 286-355.
- "The Rise of Dependent Cultivation and Seigniorial Institutions", in *ibidem*, pp. 210-258.
- "Avénement et conquête du moulin à eau", in *Mélanges Historiques*, vol. II. Paris, reimp. 1983, pp. 800-821.
- Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, 3<sup>a</sup> ed.. Paris, 1988.
- "Les paysages agraires; essai de mise au point", in *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, VIII (1936), pp. 256-277.
- A Sociedade Feudal*. Lisboa, Edições 70, 1982.

- La Historia Rural Francesa*. Barcelona, 1978.
- BOIS, Guy  
*Crise du Féodalisme*, Paris, 2<sup>a</sup> ed., 1981.
- "Noblesse et crise des revenus seigneuriaux en France au XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles: essai d'interprétation", in *La Noblesse au Moyen Age XI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles. Essais à la Mémoire de Robert Boutrouche*. Paris, 1976, pp. 219-233.
- BOLENS, Lucie  
"Engrais et protection de la fertilité dans l'agronomie hispano-arabe. XI<sup>e</sup> - XII<sup>e</sup> siècles", in *Études Rurales*, n° 46, 1972, pp. 34-60.
- Agronomes Andalous du Moyen Age*. Paris, 1981.
- BOLTON, Brenda  
*A Reforma na Idade Média*. Lisboa, 1986.
- BOLTON, J.L.  
*The Medieval English Economy 1150-1500*. London, 1985.
- BONAUDO DE MAGNANI, Marta  
"El Monasterio de San Salvador de Oña. Economía Agraria y Sociedad Rural (1011-1399)", in *Cuadernos de Historia de España*, ts. LI-LII. Buenos Aires, 1970, pp. 42-118.
- BORDEAUX, Michèle  
*Aspects Economiques de la Vie de l'Eglise aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> Siècles*. Paris, 1969.
- BORGES, Nelson Correia  
"Moinhos de Vento", in *História*, XXX (Abril de 1981), pp. 72-82.
- "Moinhos hidráulicos", in *Ibidem*, XXIX (Março de 1981), pp. 66-74.
- BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes  
"Los Contratos Agrarios y el Mercado de Trabajo en el Campo Sevillano Bajomedieval", in *Historia, Instituciones, Documentos*, n° 14, pp. 191-192
- El Mundo Rural Sevillano en el siglo XV: Aljarafe y Ribera*. Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1983.
- "Efectos del cambio económico en el ámbito rural. Los sistemas de crédito en el campo sevillano (fines del siglo XV y principios del XVI)", in *En la España Medieval - V. Estudios en Memoria del Profesor D. Claudio Sánchez-Albornoz*, vol. I. Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 219-244.
- BOSERUP, Ester  
*Evolution Agraire et Prèssion Démographique*. Paris, 1970.
- BOTURÃO, Júlio  
"A Ribeira de Santarém", in *Vida Ribatejana*. Vila Franca de Xira, 1959, pp. 164-168.
- BOUTON, Jean de la Croix & MOURET, Dominique  
"Convers et Converses des Moniales Cisterciennes au XII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> Siècles", in *Les Cisterciens du Languedoc (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup>)*, Toulouse, Privat, 1986, p. 283-310.
- BOUTROUCHE, Robert  
*Seigneurie et Féodalité*, 2 vols., Paris, Aubier, 1968-1970.
- "La dévastation des campagnes pendant la guerre de Cent Ans", in *Mélanges 1945*. III. *Études Historiques*, Paris, 1969.
- BRANDÃO, frei António  
*Monarquia Lusitana*, introdução de A. da Silva Rego; notas de A. Dias Farinha, I.N.C.M, Lisboa, 1973-1988.



- BRANDÃO, frei Francisco  
*Monarchia Lusitana*, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues do Anjos, 1751-1752.
- BRANDÃO, Zeferino  
*Monumentos e Lendas de Santarém*. Lisboa, 1883.
- BRAJOS LARGO, Luis Antonio  
 "Arrendamiento y Explotación de los Montes de Toledo en la Segunda Mitad del Siglo XV", in *Campesinos y Señores en los Siglos XIV y XV. Castilla-La Mancha y América. I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha*. Castilla-La Mancha, servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, [s.d.], pp. 109-118.
- BRAUDEL, Fernand  
*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, 2 vols., Lisboa, D. Quixote, 1984.
- BRAVO, Pedro & OLIVEIRA, Duarte  
*Viticultura Moderna*, 4ª ed.. Coimbra, 1974.
- BRITNELL, R.H.  
 "Minor landlords in England and medieval agrarian capitalism", in *Past and Present*, nº 89, [s.l.], 1980, pp. 3-22.
- BRITO, Francisco Nogueira de  
 "Santarém", col. *Monumentos de Portugal*, nº 5. Porto, 1929.
- BUENO GARCÍA, María Luisa  
 "Crisis Económica en las Villas del Señorío del Monasterio de Irache. 1315-1316", in *Primer Congreso General de Historia de Navarra. 3. Comunicaciones edad Media. Príncipe de Viana*, Anejo 8-1988, Año XLIX. Navarra, Intitucione Príncipe de Viana, 1986, pp. 321-329.
- CABANES PECOURT, Maria Desamparados  
*Los Monasterios Valencianos. Su Economía en el Siglo XV*. Valencia, 1974.
- CAETANO, Marcello  
 "As Cortes de 1385", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 5, Lisboa, 1951, p. 5-65.  
*A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios Para o Seu Estudo*, Lisboa, s.d.  
*História do Direito Português. Das Origens ao Século XVI*, 2ª ed., Lisboa, 1985.  
*Lições de História do Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.
- CALLIER-BOISVERT, Colette  
 "La vie rurale au Portugal. Panorama des travaux en langue portugaise", in *Études Rurales*, nº 27. 1967.
- CAMPOS, Ezequiel de  
*O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa Através dos Séculos*, 2ª ed.. Lisboa, 1943.
- CÂNCIO, Francisco  
*Ribatejo Histórico e Monumental*. Lisboa, 1938-40.  
*Subsídios para a História Económica do Ribatejo*. 3 fasc.. Lisboa, 1944.
- CANTERA MONTENEGRO, Enrique  
 "Notas para un Estudio de Geografía Histórica de la Rioja en la Edad Media: núcleos de población en la Rioja Alta a mediados del siglo XIII", in *En La España Medieval - V. Estudios en Memoria del profesor D. Claudio Sánchez-Albornoz*, vol. I. Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 245-265.
- CANTOR, Leonard  
 "Forests, chases, parks and warrens", in *The English Medieval Landscape*. London & Camberra, ed. L.M. Cantor, 1982, pp. 56-85.  
 "Introduction: the english medieval landscape", in *Ibidem*. London & Camberra, ed. L.M. Cantor, 1982, pp. 17-24.
- CARLÉ, Maria del Carmen

- "La Casa en la Edad Media Castellana", *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, 1982, pp. 165-229.
- "La Ciudad Castellana a comienzos de la Baja Edad Media", *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas*, nº 3, 1958, pp. 413-432.
- "El bosque en la Edad Media (Asturias, León, Castilla) in *Cuadernos de Historia de España*, LIX-LX. (1976), pp. 297-374.
- CARPENTIER, Elisabeth  
 "Autour de la Peste Noire, famines et épidémies dans l'Histoire du XIV<sup>e</sup> siècle", in *Annales E.S.C.*, XVIII. (1962) 6, pp. 1062-1092.  
*Une Ville Devant la Peste. Olvicto et la Peste Noire de 1348*, Paris, 1962.
- CARPENTIER, Elisabeth & GLENISSON, Jean  
 "Bilans et méthodes: la démographie française au XIV<sup>e</sup> siècle", in *Annales E.S.C.*, XVII (1962) 2, pp. 109-129.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de  
*Coisas e Palavras. Alguns Problemas Etnográficos e Linguísticos Relacionados com os Primitivos Sistemas de Debulha na Península Ibérica*. Coimbra, 1953.  
 "Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego", in *Revista Portuguesa de História*, tomo VIII. Coimbra, 1959, pp. 277-284.
- CARVALHO, José Vieira de  
*O Mosteiro de S. Salvador de Moreira (séculos XI a XIV). Subsídios para a sua História*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964.
- CARZOLIO DE ROSSI, Maria Inês  
 "Formación y desarrollo de los dominios del monasterio de San Pedro de Cardeña", in *Cuadernos de Historia de España*, vol. XLV-XLVI, 1967, pp. 79-150.
- CASADO ALONSO, Hilario  
*Señores, Mercaderes Y Campesinos. La Comarca de Burgos al fines de la Edad Media (siglos XV-XVI)*. ed. Junta de Castilla y León, León, 1987.
- CASTAGNETTI, Andrea  
*L'Organizzazione de Territorio Rurale nel Medioevo. Circostrizioni ecclesiastiche e civili nella "Langobardia" e nella "Romania"*, 2<sup>a</sup> ed.. Bologna, Pàtron Editore, 1982.
- CASTELO-BRANCO, Fernando  
 "Do Tráfego Fluvial e da Sua Importância na Economia Portuguesa", sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1958.  
 "Os Moínhos na Economia Portuguesa", in *Revista Portuguesa de História*, 8, Coimbra, 1959, p. 35-44.  
 "Aspectos e Problemas da Crise de 1383", in *Anais*, Academia Portuguesa de História, 2<sup>a</sup> série, 19, Lisboa, 1970, p. 9-26.  
 "A Exportação de Vinho Durante a Primeira Dinastia", sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1963.
- CASTILHO, Artur  
 "A aveia", sep. *Manual Enciclopédico do Agricultor Português*. Porto, 1946.  
 "O centeio", in *Ibidem*. Porto, 1947.  
 "A cevada", in *Ibidem*. Porto, 1947.  
 "O trigo", in *Ibidem*. Porto, 1950.
- CASTILLO OCAÑA, Carmen Argente del  
 "Bienes Muebles e Immuebles de Pequeños Labradores y Artesanos en Jaén (1511)", in *La Sociedad Medieval Andaluza: Grupos no Privilegiados. Actas del III Coloquio de Historia Medieval Andaluza*. Jaén, Diputación Provincial de Jaén - Instituto de Cultura, 1984, pp. 199-210.

- CASTRO, Armando de  
*A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, 11 vols., Lisboa, Portugal, 1964-1970.
- As Ideias Económicas no Portugal Medieval (sécs. XIII a XV)*, Lisboa, 1978.
- "Maladia", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 143-144.
- "Reguengos", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, pp. 261-262.
- "Transformações das relações económicas. O humilde e tenaz esforço humano de domínio do meio natural", in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 2, Lisboa, 1984, pp. 241-273.
- "Desenvolvimento das actividades produtivas", in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, 1984, pp. 209-222.
- "Relações económicas fundamentais", in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, 1984, pp. 223-232.
- "O sistema monetário", in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, 1984, pp. 233-242.
- "Actividade comercial e financeira", in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, 1984, pp. 243-256.
- CAVACO, Cláudio Filipe de Almeida  
 "Senhorios jurisdicionais e movimentos anti-senhoriais em Portugal nos séculos XIV e XV", in *Arqueologia do Estado. I. As Jornadas Sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. I. Lisboa, 1988, pp. 271-290.
- CHAINEUX, Marie Claire  
*Culture de la Vigne et Commerce du Vin dans la Région de Liège au Moyen Age*. Liège, 1981.
- CHAPELOT, Jean e FOSSIER, Robert  
*Le Village et la Maison au Moyen Age*, Paris, 1980.
- CHÉDEVILLE, André  
*Chartres et ses Campagnes (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, 1973
- De la Cité à la Ville 1000-1150*, in *Histoire de la France urbaine*, dir. por Georges Duby, 2, la ville médiévale. *Des carolingiens à la Renaissance*, dir. por Jacques Le Goff, Paris, 1980.
- CHELINI, Jean  
*Histoire Religieuse de l'Occident Médiéval*, 2<sup>e</sup> ed.. Paris, 1968.
- CHEVRIER, M. Georges  
 "Les Statut Juridique de la Propriété Foncière a Dijon (VIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle)", *Bulletin Philologique et Historique*, 1959. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1960, pp. 493-498.
- CHICÓ, Mário Tavares  
*A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa, 1954.
- CIPOLLA, Carlo M.  
*História Económica da Europa Pré-Industrial*. Lisboa, 1984.
- COCHERIL, Maur  
 "Les Infantes Tereza, Sancha, Mafalda et l'Ordre de Citéau au Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 16, vol.I, Lisboa, 1976, p. 33-49.
- Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*, Lisboa, Bertrand-Paris, Belle Letres, 1966.
- Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, 1<sup>a</sup> ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978.
- "L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique", in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. I, 1964, pp. 217-287.

- "L'Ordre de Citeaux au Portugal. Le problème historique", in *Estudos*, ano 37, 1959, pp. 127-150.
- "Les monastères du nord de Portugal", *sep. de Collectanea Ord. Cist. Ref.*, tomo XIX, nº 1, 2 e 4, [s.l.], 1957.
- "Abadias cistercienses portuguesas", in *Lusitânia Sacra*, tomo IV. Lisboa, 1959, pp. 61-92.
- COELHO, António Borges  
 "Os Árabes e Santarém", in *Santarém: a Cidade e os Homens*, Santarém, 1977, p. 9-16.
- COELHO, Maria Helena da Cruz  
*O Mosteiro de Arouca, do Século X ao Século XIII*, ed. Centro de História da Universidade de Coimbra. Coimbra. 1977.
- O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols. INCM. Coimbra. 1983.
- "Apontamentos Sobre a Comida e a Bebida do Campesinato Coimbrão em Tempos Medievos", in *Revista de História Económica e Social*, 12 (1984), p., 91-101.
- "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas", in R.H.E.S., XX (Maio-Agosto de 1987), pp. 45-63.
- "Permanences et mutations dans le monde rural au Portugal au XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI (1989), pp. 67-96.
- "O senhorio crúzio do Alvorge na Centúria de Trezentos", in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol. I. Lisboa, Estampa, 1982, pp. 177-240.
- COELHO, Maria Helena da Cruz & MARTINS, Rui Cunha  
 "O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XV)", *sep. da Revista Theologica*, 2<sup>a</sup> série, Braga, 1993, pp. 481-506.
- COELHO, Maria Helena da Cruz & VENTURA, Leontina  
 "A mulher como um bem e os bens da mulher", *sep. A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio*. Coimbra, 1986.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves  
 "Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém (séculos XII-XV)", *sep. Estudos Medievais*. Porto, 1987, pp. 99-170.
- Tomar Medieval: o espaço e os homens, séc. XIV-XV*. Lisboa, 1988.
- CONTAMINE, Philippe de  
 "La Noblesse au Moyen Âge. XI-XV Siècles", in *Essais à la Mémoire de Robert Boutrouche*, Paris, PUF, 1976.
- COSTA, Avelino de Jesus da  
*Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1993
- "Santa Iria e Santarém - aditamento", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 14, vol.III, Lisboa, 1974, p. 521-530.
- "Santa Iria e Santarém - revisão de um problema biográfico e toponímico", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 14, vol.III, Lisboa, 1974, p. 1-63.
- COSTA, B. C. Cincinnato da  
 "Les vignobles et les vins", in *Le Portugal au Point de Vue Agricole*, org. B. C. Cincinnato da Costa e D. Luis de Castro. Lisboa, 1900, pp. 327-433.
- COSTA, Mário Júlio B. de Almeida  
 "Enfiteuse", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, II, [s. l.], reedição de 1979.
- Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, 1957.

- "Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média", *sep. do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. LV. Coimbra, 1979.
- COULET, Noël  
 "Pour une histoire du jardin. Vergers et potagers à Aix-en Provence: 1350-1450", in *Le Moyen Age*, LXXIII (1967), pp. 239-270.
- CUNHA, Mafalda Soares da  
*Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- DALARUN, Jacques  
*Amor e Celibato na Igreja Medieval*. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1990.
- DALLA-BELLA, João António  
*Memoria Sobre a Cultura das Oliveiras em Portugal*, 2ª ed.. Lisboa, 1818.
- DAUMAS, Maurice  
*As Grandes Etapas do Progresso Técnico*. Lisboa, [s.d.].
- DAVEAU, Suzanne  
*Répartition et Rhythme des Précipitations au Portugal*. Colaboração de Conceição Velho, Vanda Gama e Leonor Carvalho. Lisboa, I.N.I.C. - Centro de Estudos Geográficos, 1977.
- "Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos Pré-Históricos", in *CLIO*, vol. 2. Lisboa, 1980, pp. 13-37.
- DAVICO, Rosalba  
 "População", in *Região*. Lisboa, 1986, pp. 190-261.
- DIAS, Jorge  
*Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*. Pref. de Ernesto Veiga de Oliveira. [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1982.
- DIAS, Jorge & GALHANO, Fernando  
*Aparelhos de Elevar a Água de Rega. Contribuição para o Estudo do Regadio em Portugal*, 2ª ed.. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- DION, Robert,  
*Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX siècle*, 2ª ed., Paris, 1977.
- DRAIN, Michel  
*Geografia da Península Ibérica*, 2ª ed., Lisboa, 1975.
- DUBY, Georges  
*Saint Bernard et l'Art Cistercien*, 2ª ed., Paris, 1979.
- L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval*, 2 vols., Paris, 1977.
- La Société aux XI et XIII siècles dans la région Mâconnaise*, Paris, 1953.
- A Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, 2 vols., Lisboa, [s. d.].
- Saint Bernard et L'Art Cistercien*. Paris, 1979.
- Guerreiros e Camponeses. Os Primórdios do Crescimento Europeu (sec. VII-XII)*. Lisboa, 1980.
- "Le budget de l'abbaye de Cluny entre 1080 et 1155", in *Hommes et Structures du Moyen Age*. Paris, 1973, pp. 61-82.
- Hommes et Structures du Moyen Age*. Paris, 1973.
- DUBY, Georges & WALLON, Armand (dir),  
*Histoire de la France Rurale, vol. 1*, Paris, 1975.
- DUCASSÉ, Pierre  
*História das Técnicas*, 2ª ed.. Lisboa, 1962.

- DUFOURCQ, Ch.-E. & DALCHÉ, J.Gautier  
*Histoire Économique et Sociale de l'Espagne Chrétienne au Moyen Âge*, ed. Armand Colin, Paris, 1976.
- DURÃES, Margarida & RODRIGUES, Ana Maria  
 "Família, igreja e estado: a salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes", in *Arqueologia do Estado. I. As Jornadas Sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. I. Lisboa, 1988, pp. 817-836.
- DURAND, Robert,  
*Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII siècles*, Paris, 1982
- ESTEPA DÍEZ, Carlos  
 "El Alfoz y las Relaciones Campo-Ciudad en Castilla y León durante los siglos XII y XIII", in *Studia Historica*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984, vol. II, nº 2, pp. 7-26.
- FABAL, Gustavo  
*Pensamiento Social desde el Medievo hasta el siglo XIX*. ed. Ayuso, Madrid, 1973.
- FAUCHER, Daniel  
*Géographie Agraire. Types de Cultures*. Lisboa, 1935.
- FÉDOU, René  
*L'État au Moyen Age*. Paris, 1971.
- FERNANDES, A. de Almeida  
 "Acção dos cistercienses de Tarouca. As granjas dos séculos XII e XIII", in *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVI. Guimarães, 1976, pp. 5-123.
- FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas  
*Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O Caso de Beja*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- FERNÁNDEZ-PACHECO, Juan Ramon Romero  
 "Estructura de la propiedad feudal de la tierra en el Reino de Navarra (1247-1321). El ejemplo del Monasterio de San Pedro de Rivas", in *Primer Congreso General de Historia de Navarra. 3 Comunicaciones Edad Media. Príncipe de Viana*, Anejo 8-1988, Año XLIX, Navarra, Institucione Príncipe de Viana, 1986, pp. 609-614.
- FERRO, João Pedro  
 "Para o estudo da população portuguesa medieval. O caso de Alenquer" in *História*, CXXII (Novembro de 1989), pp. 38-55.
- FERRO, Maria José Pimenta  
*Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974.
- "Para o Estudo da Numária de D. Dinis" in *Do Tempo e da História*, vol. V, Lisboa, 1972, p. 201-228.
- "Algumas Reflexões Sobre a Legislação Monetária de Afonso III", sep. *Revista da Faculdade de Letras*, 4ª série, nº1, Lisboa, 1977.
- Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, 1970.
- Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1483)* Lisboa, 1974.
- Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, 1979.
- Assistência na Idade Média, in *História da Igreja em Portugal*, dir. por António Banha de Andrade, I, Lisboa, 1974.
- FONTAINE, Georges  
*Pontigny. Abbaye Cistercienne*. Paris, 1928.
- FOSSIER, Robert  
*Historia del Campesinato en el Occidente Medieval (siglos XI-XIV)*. Barcelona, imp. 1985.

- La Infancia de Europa. Aspectos Economicos y Sociales.* 2 vols.. Barcelona, 1984.
- FOURQUIN, Guy  
*Seigneurie et Feudalité au Moyen Age.* Paris, 1970.
- História Económica do Ocidente Medieval.* Lisboa, 1981.
- FREMAUX-CROUZET, Annie  
 "Franciscanisme des Villes et Franciscanisme des Champs dans l'Espagne du Bas Moyen Age", in *Les Espagnes Médiévales. Aspects Économiques et Sociaux. Mélanges Offerts à Jean Gautier Dalché. Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, n° 46. Nice, Les Belles Lettres, 1983. pp. 53-65.
- FREMONT, Armand  
*A Região, Espaço Vivido.* (trad. portuguesa), Coimbra, 1980.
- FRIEDMANN, Georges  
*Villes et Campagnes. Civilisation Urbaine et Civilisation Rurale en France.* Paris, 1953.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel  
 "Organización Social del Espacio: Propuestas de Reflexión Y Analisis Historico de sus Unidades en la España Medieval" in *Studia Historica - Historia Medieval*, vol. VI, Salamanca, 1988, pgs. 195-236.
- "La Sociedad Rural Peninsular en la Edad Media", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, 1987, p. 491-539.
- La Sociedad Rural en la España Medieval*, Madrid, 1988.
- História Rural Medieval.* Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- GARCIA, António Garcia y  
 "Derecho Canónico y Vida Cotidiana en el Medievo", in *Revista Portuguesa de História*, tomo 24, Lisboa, 1988, p. 189-226.
- GARCIA, João Carlos et alii.  
*Inventário de Interpretações Cartográficas de Fontes Medievais Portuguesas*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1985.
- GARCIA, José Manuel  
 "Scallabis, importante nó viário na Antiguidade", in *Ribatejo Ilustrado*, (20-12-1977 e 24-11-1978).
- GAUTIER-DALCHÉ, Jean  
 "Le domaine du monastère de Santo Toríbio de Liébana", in *Anuario de Estudios Medievales*, 2. Barcelona, 1965.
- "L'Étude du commerce médiéval à l'échelle locale, régionale et inter-régionale: la pratique méthodologique et le cas des Pays de la Couronne de Castille", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975.
- "L'Occupation du Sol du Villadeix au Moyen Age", in *Recherches sur l'Histoire de l'Occupation du Sol du Périgord*. Dir. de Charles Higounetomo Paris, C.N. R. S., 1978, pp. 61-77.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha  
*Elementos para o Estudo das Arroteas no Vale do Mondego Durante o Século XVI (ensaio de história agrária)*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964.
- "Engenhos de moagem no século XVI (técnicas e estruturas)", in *Do Tempo e da História*, vol. I. Lisboa, 1965.
- GIMPEL, Jean  
*A Revolução Industrial na Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1976.
- GIRÃO, A. de Amorim  
*Geografia de Portugal*, 3ª ed., Porto, 1960.

- "População rural e população urbana em Portugal", in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol. II, nº 12-13. Coimbra, 1956, pp. 67-76.
- GLICK, Thomas F.  
*Regadio y Sociedad en la Valencia Medieval*. Valencia, Del Cenia al Segura, 1988.
- GODINHO, Vitorino Magalhães  
*A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, [s.d.].  
*Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, Armand Colin, 1955.
- GOMES, Saúl António  
"Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos Séculos XII a XV", in *Lusitania Sacra*, tomo IV, 2ª série, Lisboa, 1992.  
*O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1990.
- GONÇALVES, Iria  
"Da Estrutura do Casal nos Fins da Idade Média", in *Revista História & Crítica*, 7, Lisboa, 1981.  
*Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa, 1988.  
*O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989.  
"Amostra de antroponímia alentejana do século XIV", in *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa, 1988, pp. 69-104.  
"Acerca da alimentação medieval", in *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa, 1988, pp. 201-217.  
"Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média", in *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa, 1988, pp. 105-142.  
"Formas medievais de assistência num meio rural estremenho", in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica Durante a Idade Média*, *Actas das I.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, 1972, pp. 439-454.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel  
"La Gran Propiedad en la Andalucía del Siglo XIII", in *En la España Medieval. Estudios dedicados al profesor D. Julio González González*. Madrid, Universidad Complutense, 1980, pp. 143-153.
- GOUREVITCH, Aaron J.  
*As Categorias da Cultura Medieval*. Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- GRAND, Roger & DELATOCHE, Raymond  
*L'Agriculture au Moyen Age. De la Fin de l'Empire Romain au XVI<sup>e</sup> Siècle*, vol. III de *L'Agriculture à Travers les Ages*. Paris, 1950.  
*L'Agriculture au Moyen Age. De la fin de l'Empire Romain au XVI<sup>e</sup> Siècle*, vol. II de *L'Agriculture à travers les ages*, dir. por Émile Savoy, Paris, 1950.
- GRAVES, C.V.  
"The economic activities of the Cistercians in medieval England. 1128-1307", in *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis*, tomo XIII, 1957, pp. 3-62.
- GRIGG, David  
*Population Growth and Agrarian Change. An Historical Perspective*. Cambridge, 1980.
- GUERIN, Isabelle  
*La Vie Rurale en Sologne aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> Siècles*. Paris, 1960.
- GUERREAU-JALABERT, Anita  
"Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale", in *Annales E.S.C.*, nº 6, 1981.
- GUIMARÃES, Manuel da Silva



- A Oliveira e o Azeite na Região de Tomar. Usos e Costumes.* Tomar, 1979.
- GUSMÃO, Artur Nobre de  
*A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (ensaio de arqueologia medieval)*, Lisboa, 1956.
- HAENENS, Albert d'  
*L'Abbaye de Saint-Martin de Tournai de 1290 à 1350. Origines, Évolution et Dénouement d'Une Crise.* Lovaina, 1961.
- HARVEY, Barbara  
*Living and Dying in England. 1100-1540. The Monastic Experience*, Londres, Clarendon Press, 1993.
- HATCHER, John  
*Plague, Population and the English Economy.* London, 1977.  
  
*Rural Economy and Society in the Duchy of Cornwall 1300-1500*, Cambridge, 1970.
- HAUDRICOURT, A.G. & BRUNHES-DELAMARRE, Mariel  
*L'Homme et la Charrue à Travers le Monde*, 5<sup>a</sup> ed.. [Paris], 1955.
- HEERS, Jacques  
*Le Clan Familial au Moyen Age.* Paris, 1974.  
  
*Esclaves et Domestiques au Moyen Age.* Paris, 1974.  
  
"Les limites des méthodes statistiques pour les recherches démographiques au Moyen Age", in *Annales de Démographie Historique*. 1968, pp. 43-72.  
  
*L'Occident au XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> Siècles. aspects Economiques et Sociaux*, 5<sup>a</sup> ed.. Paris, 1990.
- HENISCH, Bridget Ann  
*Fast and Feast. Food in Medieval Society.* Pennsylvania, 1976.
- HESPANHA, António Manuel  
*História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna.* Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- HIGOUNET, Charles  
"Les types de exploitations cisterciennes et prémontrées du XIII<sup>e</sup> siècle et leur rôle dans la formation de l'habitat et des paysages ruraux", in *Annales de l'Est*, n<sup>o</sup> 21, *Géographie et Histoire Agraire. Actes du Colloque International Organisé par la Faculté de Lettres de l'Université de Nancy.* Nancy, 1959, pp. 260-271.
- HILTON, Rodney H.  
*The English Peasantry in the Later Middle Ages. The Ford Lectures for 1973 and related studies.* Oxford, Clarendon Press, 1979.  
  
*Siervos Liberados. Los movimientos Campesinos Medievales y el Levantamiento Ingles de 1381*, trad. espanhola. Madrid, 1978.  
  
"Pain et Cervoise dans les Villes Anglaises au Moyen Age", in *L'Approvisionnement des Villes de l'Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Modernes.* Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983. Auch, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985, pp. 221-229.
- HINOJOSA, Eduardo de  
"El régimen señorial y la cuestión agraria en Catluña durante la Edad Media", in *Obras*, tomo II. Madrid, 1955, pp. 35-323.
- HOSKINS, W.G.  
*Fieldwork in Local History*, 2.nd ed.. London, 1982.  
  
*Local History in England*, 3.rd ed.. London/New York, 1984.
- IBANÈS, Jean  
*La Doctrine de l'Église et les Réalités Économiques au XIII<sup>e</sup> Siècle. L'Intérêt, les prix, et la monnaie.* Paris, 1967.

- JEANNIN, P.  
 "La protoindustrialisation: developpement ou impasse?", in *Annales E.S.C.*, XXV (1980) 1, pp. 52-65.
- JÍMENEZ GÓMEZ, Santiago  
 "Analises de la terminologia agraria en la documentación lucense del siglo XIII", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975, pp. 115-133.
- KELLENBENZ, Hermann  
 "Industries rurales en Occident de la fin du Moyen Age au XVIII<sup>e</sup> siècle", in *Annales E.S.C.*, 18<sup>o</sup> ano, 1963, pp. 833-882.
- KERSHAW, Ian  
 "The great famine and agrarian crises in England 1315-1322", in *Past and Present*, LIX (1973), pp. 3-50.
- LALIENA CORBERA, Carlos  
*Sistema Social, Estructura Agraria y Organización del Poder en el Bajo Aragón en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Teruel, Instituto de Estudios Turolenses - Diputación Provincial de Teruel, 1987.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida  
*Apontamentos para a História do Azeite em Portugal*. Lisboa, 1949.
- LAPEYRE, Henri  
*Géographie de l'Espagne Morisque*, SEVPEN, 1959.
- LE GOFF, Jacques  
 "L'apogée de la France urbaine médiéval. 1150-1330", in *Histoire de la France Urbaine, 2. La ville médiévale des Carolingiens a la Renaissance*, dir. por Georges Duby, Paris, 1980, pp. 184-405.  
 "Trabalho, técnicas e artesãos nos sistemas de valor na Alta Idade Média (do século V ao século X)" in *Para Um Novo Conceito da Idade Média*, pp. 85-99.  
*Para um Novo Conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente, trad. portuguesa. Lisboa, 1980.*  
*A Bolsa e a Vida. Economia e Religião na Idade Média*. Lisboa, 1987.  
*O Nascimento do Purgatório*. Lisboa, 1993.
- LE MENÉ, Michel  
*l'Économie Médiévale*, PUF, Paris, 1977.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel  
*Histoire du Climat Depuis l'An Mil*, vols. I e II. Paris, Flammarion, imp. 1983.  
 "Aspects historiques de la nouvelle climatologie", in *Revue Historique*, CCXXV (1961), pp. 1-20.  
 "Le climat des XI<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles", in *Annales E.S.C.*, XX (1965) 5, pp. 899-922.  
 "Histoire et climat", in *Annales E.S.C.*, XIV (1959) 1, pp. 3-34.
- LEAL, Augusto Barbosa de Pinho  
*Santarém. A Cidade e os Homens*. Santarém, 1977.
- LEGAY, Georges  
 "L'Occupation du Sol et le Peuplement de la Chatellenie d'Ans" in *Recherches sur l'Histoire de l'Occupation du Sol du Périgord*. Dir. de Charles Higounetomo Paris, C.N. R. S., 1978, pp. 53-59.  
 "Le Rôle de la Zone Péri-Urbaine dans l'Approvisionnement des Villes Armoricaïnes au Moyen Age", in *L'Approvisionnement des Villes de l'Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Modernes*. Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983. Auch, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985, pp.
- LEGUAY, Jean-Pierre

- "La propriété et le marché de l'immobilier à la fin du Moyen Age dans le royaume de France et dans les grands fiefs périphériques", in *D'Une Ville à l'Autre: les Villes Européennes (XIII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> Siècles)*, Actes du Colloque org. par L'École Française de Rome du 1.er au 4 Décembre 1986. Rome, 1989, pp. 135-199.
- La Rue au Moyen Age*. Rennes, 1984.
- "La rue: élément du paysage urbain et cadre de la vie dans les villes du royaume de France et des dans les grands fiefs aux XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> Siècles", in *Le Paysage Urbain au Moyen, Actes du Congrès des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public*. Lyon, 1981, pp. 23-53.
- LEITE, Fernando Barros  
*O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*, edição do autor, Coimbra, 1993.
- LEKAI, Louis J.  
*Les Moines Blancs, Histoire de l'Ordre Cistercien*, trad. do mosteiro de Sainte Marie de Boulaur. Paris, 1957.
- Los Cistercienses, ideales y realidad*, Barcelona, 1987.
- LEMONNIER, Pierre  
"Solo", in *Enciclopedia Einaudi*, vol. VIII - Região. Lisboa, 1986, pp. 59-96.
- LEULLIOT, Paul  
"Études d'histoire agraire et questions de méthode", in *Annales E.S.C.*, ano 11<sup>o</sup>, 1956, pp. 237-243.
- LIMA, Jorge Hugo Pires de  
"O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII. Alguns subsídios para o estudo das suas relações com particulares", in *Congresso do Mundo Português*, vol. II. Lisboa, 1940.
- LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa  
*Tractado Practico, e Critico de Todo o Direito Emphyteutico Conforme a Legislação, e Costumes deste Reino e Uso Actual das Naçoens*, 2 tomos. Lisboa, 1814.
- LOPES DE MENESES, Amadeu  
*Documentos Acerca de la Peste Negra en los Dominios de la Corona de Aragón*, Zaragoza, Escuela de Estudios Medievales, 1956.
- LOPES, A. Simões  
*Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*, 3<sup>a</sup> ed.. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1987.
- LORCIN, Marie-Thérèse  
*Les Campagnes de la Région Lyonnaise aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> Siècles*, Lyon, 1974.
- "Retraite des veuves et filles au convent: quelques aspects de la condition féminine à la fin du Moyen Âge", in *Annales de Démographie Historique*. 1975.
- LUCAS, Henry S.  
"The great european famine of 1315, 1316 and 1317", in *Speculum*, V (1930), pp. 343-377.
- MACKAY, Angus  
"Ciudad y Campo en la Europa Medieval", in *Studia Historica*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1984, vol. II, n<sup>o</sup> 2, pp. 27-53.
- MANRIQUE, P. Angel  
*Annales Cistercienses*, Lyon, 1642-1649.
- MANZANO MORENO, Eduardo  
"El Regadío en al-Andalus: problemas en torno a su estudio", in *En la España Medieval - V. estudios en memoria del profesor D. Claudio Sánchez-Albornoz*, vol. I. Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 617-632.
- MARIÑO VEIRAS, Dolores  
*Señorio de Santa Maria de Meira (de 1150 a 1525). Espacio Rural, Régimen de Propiedad y Régimen de Explotación en la Galicia Medieval*, Coruña, 1983.

- MARQUES, A. H. de Oliveira  
*Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, 1968.
- A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1971.
- "A População Portuguesa nos Fins do Século XIII", in *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega.
- "A Pragmática de 1340", in *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega.
- "A Moeda Portuguesa Durante a Idade Média", in *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega.
- "Pesos e medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, reed. de 1979, vol. V.
- "Preços - Na Idade Média", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, reed. de 1979, vol. VI.
- "A pragmática de 1340", in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1980.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes  
 "A Introdução da Ordem de Cister em Portugal", in *La Introduccion del Císter en España y Portugal*, Burgos, 1991, p. 163-193.
- MARTIN MARTIN, Jose Luis  
*El Patrimonio de la Catedral de Salamanca*. Salamanca, 1985.
- MARTÍN MARTÍN, Jose Luis  
 "Sur les origines et les modalités de la grande propriété du Bas Moyen Age en Estrémadure et dans la Transierra de León", in *Les Espagnes Médiévales. Aspects Économiques et Sociaux. Mélanges Offerits à Jean Gautier Dalché. Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, n° 46. Nice, Les Belles Lettres, 1983, pp. 81-91.
- MARTIN, Jose Luis  
*La Peninsula en la Edad Media*. Barcelona, 1976.
- MARTINS, J. Silva  
*Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, vol. I. [Lisboa], Prelo editora, imp. 1973.
- MARTINS, Mário  
 "A Vida Reclusa e a Sua Influência na Idade Média", in *Revista Lusitana*, Lisboa, nova série, n° 4, 1982-1983, p. 53-65.
- "Da vida e da morte dos monges de Alcobaça", *sep. de Brotéria*, vol. LI, fasc. 2-3. Lisboa, 1950.
- MATTOSO, José  
 "Perspectivas Económicas e Sociais das Cortes de 1385", in *Actas das Jornadas Sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983, p. 159-170.
- A Nobreza Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1981.
- Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, 1982.
- Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982.
- "Senhorios Monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII", in *Actas de Las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, Santiago de Compostela, 1975.
- "L'Abbaye de Pendorada des Origines à 1160", in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 7, 1957, p. 1-192.
- Identificação de Um País. Ensaio Sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, vol. I - *Oposição*, vol. II - *Composição*. Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- "Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)" in *Revista de História Económica e Social*, n° 9, Lisboa, Jan.-Jun. 1982, p. 145-162.

"Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola - J.A. Garcia de Cortazar", in *CLIO*, sep. do vol. 1. Lisboa, 1970.

"Os fundamentos da formação social", in *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 2. Lisboa, 1984, pp. 157-175.

"A diferenciação social", in *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 2. Lisboa, 1984, pp. 177-189.

"As classes sociais", in *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 2. Lisboa, 1984, pp. 191-225.

*Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa, 1985.

"Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal", in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa, 1985, pp. 101-121..

"Para a história do regime senhorial no século XIII", in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa, 1985, pp. 135-147.

"Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média", in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa, 1985, pp. 241-257.

"O enquadramento social e económico da primeiras fundações franciscanas", in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa, 1985, pp. 329-345.

"Feudalismo e concelhos. A propósito de uma nova interpretação", in *Estudos Medievais*, nº 7, Porto, 1986, pp. 199-209.

"Os Moçárabes", in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. Lisboa, 1987, pp. 19-34.

"O feudalismo português", in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. Lisboa, 1987, pp. 115-123.

"A difusão da mentalidade vassálica na linguagem quotidiana", in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. Lisboa, 1987, pp. 149-163

"Feudalismo e história das instituições", in *Fragmentos de Uma Composição Medieval*. Lisboa, 1987, pp. 131-138.

MAZO ROMERO, Fernando

"Propriedad y régimen de explotación en la Tierra de Barros, a Fines de la Edad Media", in *En la España Medieval - III. Estudios en memoria del profesor D. salvador de Moxó*. Madrid, Universidad Complutense, 1982, pp. 81-108.

MEDEIROS, Carlos Alberto

*Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, Estampa, Lisboa, 1991.

MENEZES, A.A. Telles de

"L'Apiculture", in *Le Portugal au Point de Vie Agricole*, org. de B.C. Cincinnato da Costa e D. Luis de Castro. Lisboa, 1900, pp. 763-782.

MERÊA, Paulo

*Novos Estudos de História do Direito*.

*Estudos de Direito Hispânico Medieval*, 2 vols., Coimbra, 1952- 1953.

"Em torno da palavra «couto»", in *O Instituto*, vol. 69, nº 1. Coimbra, 1922.

"Sobre a chamada «reserva hereditária», in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo II. Coimbra, 1953.

"Sobre as origens da terça", in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo II. Coimbra, 1953.

"Os limites da reivindicação mobiliária no antigo direito português", *sep. de O Instituto*, vol. 68, nº 9. Coimbra, 1921.

- "Temas histórico-jurídicos (a propósito de alguns livros recentes). I. Emprazamento e aforamento. II. Reserva hereditária", in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XIX. Coimbra, 1944, pp. 228-243.
- "Temas histórico-jurídicos (a propósito de alguns livros recentes). Donaciones post obitum", in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XIX. Coimbra, 1944, pp. 430-442.
- "Sobre a revogabilidade das doações por morte", in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo I. Coimbra, 1952, pp. 173-197.
- MIMOSO, Ruy Braz  
*A Natureza Jurídica do Dote*. Lisboa, 1952.
- MISKIMIN, Harry A.  
*The Economy of Early Renaissance. Europe 1300-1460*. New-Jersey, 1969.
- MONCADA, Luis Cabral de  
"O casamento em Portugal na Idade Média", in *Estudos de História do Direito*, vol. I. Coimbra, 1948.  
  
*A «Tradição» e a Transferência da Propriedade Imobiliária no Direito Português (séculos XII-XV)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- MONTENEGRO, Arthur  
*Do Regimen Dotal*. Coimbra, 1895.
- MORAES, Manuel do Carmo Rodrigues de  
"Frutas e legumes", in *Le Portugal au Point de Vie Agricole*, org. de B.C. Cincinnato da Costa e D. Luis de Castro. Lisboa, 1900, pp. 609-628.  
  
*Viticultura Prática Portuguesa*, 4ª ed.. Porto, 1952.
- MORATO, Francisco Manuel Trigozo de Aragão  
"Memoria em que se pretende mostrar, que até ao tempo d'elrei D. Diniz não existio lei alguma em Portugal, que proibisse geralmente ás igrejas e mosteiros a aquisição de bens de raiz", in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VII, 1821, pp. 1-60.
- MORENO, Humberto Baquero  
"Alguns documentos para o estudo das estradas medievais portuguesas", in *Revista de Ciências do Homem*, vol. V, série A. Lourenço Marques, 1972.  
  
"O casamento no contexto da sociedade medieval portuguesa", *sep. de Bracara Augusta*, tomo XXXIII, fasc. 75-76 (87-88). 1979.  
  
"O mercado na Idade Média. (O caso de Torre de Moncorvo)", in *Estudos de História de Portugal*, vol. I, sécs. X-XV. *Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*. Lisboa, 1982.  
  
*A Acção dos Almoceves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos Fins da Idade Média*. Porto, 1979.
- MORETA VELAYOS, Salustiano  
*Rentas Monasticas en Castilla: problemas de metodo*. Salamanca, 1974.  
  
*El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de un Dominio Monastico Castellano (902-1338)*. Salamanca, 1971.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa  
*Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Porto, 1991 (dactilografado).
- MOXÓ, Salvador de  
"Los señorios. En torno a una problemática para el estudio del regimen señorial", in *Hispania*, vol. XXIV, 1964, pp. 185-236 e 399-430.  
  
"Los señorios. Estudio metodológico", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975, pp. 163-173.
- MUÑOZ, Angela

- "Un ejemplo femenino de gestión económica: el monasterio de San Pedro de Rivas de Pamplona (1247-1339)", *Príncipe de Viana*, XLIX, 1968 (anejo 8).
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira & MACEDO, Jorge Borges de  
 "As instituições e as técnicas na História regional", in *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros. Estudo económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche*. Lisboa, 1961, pp. 63-95.
- NEVEAUX, Hugues  
 "Dîme et production céréalière: l'exemple du Cambrésis (fin XIV<sup>e</sup>-début XVII<sup>e</sup> siècle)", in *Annales E.S.C.*, n° 2. 1973.
- Vie et Déclin d'une Structure Économique. Les Grains du Cambrésis (fin du XIV<sup>e</sup> - début du XVII<sup>e</sup> siècle)*. Prefácio de Emmanuel le Roy Ladurie. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Monton Éditeur, 1980.
- NEVES, C.M.L. Baeta  
 "Da evolução histórica das zonas «húmidas» e do seu interesse actual - os paus", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 99<sup>a</sup>, n° 7-9 e 10-12. 1982.
- NUNES, J. J.  
 "A Vegetação na Toponímia Portuguesa" in *Boletim da Classe de Letras da Academia de Ciências*, vol. XIII, Lisboa, 1918-1919, p. 131-175.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando & PEREIRA, Benjamim  
*Alfaia Agrícola Portuguesa*, 2<sup>a</sup> ed.. Lisboa, I.N.I.C. - Centro de Estudos de Etnologia, 1983.
- Construções Primitivas em Portugal*, 2<sup>a</sup> ed.. Lisboa, Publicações D. quixote, 1988.
- Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*. [Lisboa], I.N.I.C., 1983.
- OLIVEIRA, Miguel de  
 "Origens da Ordem de Cister em Portugal", sep. da *Revista Portuguesa de História*, tomo V - Homenagem a Gama Barros, Coimbra, 1951.
- "Santa Iria e Santarém", in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 7, 1957, p. 439-470.
- "Origens da Ordem de Cister em Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 5, 1951, p. 317-353.
- História Eclesiástica de Portugal*, 4<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1968.
- As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua Origem e Formação*. Lisboa, 1950.
- OLIVEIRA, Pedro Bravo Eduarte de  
*Viticultura Moderna*, 4<sup>a</sup> ed.. Coimbra, 1974.
- OLMEDA, Mauro  
*Sociedades Pre-Capitalistas IV. Las Fuerzas Productivas y las Relaciones de Producción en la Edad Média*, México, 1963.
- ORLANDIS, José  
 "Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media", in *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo 24. Madrid, 1956, pp. 95-279.
- PACAUT, Marcel  
*Les Ordres Monastiques et Religieuses au Moyen Age*. Paris, 1970.
- PACHECO, J. Preto  
 "Do poder de compra da moeda portuguesa desde os começos da nacionalidade até nossos dias", sep. de *Boletim dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica do Comércio e da Indústria*, fasc. I e II. Lisboa, 1938.
- PALLARES MÉNDEZ, Maria del Carmen  
*El Monasterio de Sobrado: un ejemplo de protagonismo monástico en la Galicia medieval*. La Coruña, 1979.

- PALLARES MÉNDEZ, Maria del Carmen & PORTELA SILVA, Ermelindo  
 "Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia en los siglos IX-XII", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975, pp. 95-113.
- El Bajo Valle del Miño en los Siglos XII y XIII. Economía Agraria y Estructura Social*. Santiago de Compostela, 1971.
- La Colonización Cisterciense en Galicia (1142-1250)*. Santiago de Compostela, 1981.
- PARAIN, Charles  
 "La evolución de la técnica agrícola", in *Historia Económica de Europa desde la Decadencia del Imperio Romano*, dir. J.H. Clapham e Eileen Power, vol. I - La Vida Agraria en la edad Media. Madrid, [s.d.], pp. 143-203.
- PARISSE, Michel  
*Les Nonnes au Moyen Age*. Clamecy, 1983.
- PASCOALI, Gianfranco  
*Agricoltura e Società Rurale in Romagna nel Medioevo*. Bologna, Pàtron Editore, 1984.
- PASTOR DE TOGNERI, Reyna  
*Resistencias y Luchas Campesinas en la Época del Crecimiento y Consolidación de la Formación Feudal. Castilla y León, siglos X-XIII*, 2ª ed.. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.
- "Poblamiento, frontera y estructura agraria en Castilla la Nueva (1085-1230)", in *Cuadernos de Historia de España*, ts. XLVII-XLVIII. Buenos Aires, 1968, pp. 171-220.
- PEREIRA, Sertório do Monte  
 "Les céréales", in *Le Portugal au Point de Vie Agricole*, org. de B.C. Cincinnato da Costa e D. Luis de Castro. Lisboa, 1900, pp. 565-608.
- PEREZ DE URBEL, Justo  
*Los Monges Españoles en la Edad Media*, vol. II. Madrid, 1934.
- PEREZ-EMBED WAMBA, Javier  
 "El Cister femenino en Castilla y Leon. Fundación y organización de las comunidades monásticas (s.XII-XIII)", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval*, vol. 3. Porto, 1989.
- El Cister en Castilla y Leon. Monacato y Dominios Rurales (s. XII-XV)*. Salamanca, 1986.
- PERNOUD, Régine  
*La Femme au Temps des Cathédrales*. Paris, 1980.
- PESEZ, Jean-Marie  
 "Aldeia", in *Região*. Lisboa, 1986, pp. 376-395.
- PHILIPPE, Robert  
 "L'église et l'énergie pendant le XI siècle dans le pays Entre Seine et Loire", in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, ano 1-2. Poitiers, 1984, pp. 107-117.
- PIEL, Joseph  
 "Miscelânea de toponímia peninsular", in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, tomo 1. Coimbra, 1961, pp. 186-195.
- PIJASSOU, René  
 "Aspects Géographiques de l'Occupation du Sol en Périgord", in *Recherches sur l'Histoire de l'Occupation du Sol du Périgord*. Dir. de Charles Higounetomo Paris, C.N. R. S., 1978, pp. 165-178.
- PIUZ, Anne-Marie  
 "Les relations économiques entre les villes et les campagnes dans les sociétés préindustrielles", in *Villes et Campagnes XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> Siècles*. Lyon, 1977.
- PLATELLE, Henri  
*Le Temporel de l'Abbaye de Saint-Armand. Des Origines à 1340*. Paris, 1962.



- POSTAN, Michael M.  
*The Medieval Economy and Society*. Harmondsworth, 1975.  
*Ensayos Sobre Agricultura y Problemas Generales de la Economia Medieval*. Madrid, 1981.
- POUNDS, Norman J.G.  
*Historia Economica de la Europa Medieval*, 2ª ed.. Barcelona, 1984.
- POWER, Eileen  
*Medieval Women*. Cambridge, 1976.
- PRIETO BANCES, Ramon  
 "La explotación rural del dominio de San Vicente de Oviedo en los siglos X al XIII. (Notas para su estudio)", *sep. de Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 1940.
- RAPP, Francis  
*L'Église et la Vie Religieuse en Occident à la Fin du Moyen Age*. Paris, 1971.
- RAU, Virgínia  
*Sesmaria Medievais Portuguesas*, 2ª ed.. Lisboa, 1982.  
*Estremadura e Ribatejo. Livret-guide de l'excursion D. Congrès Internationale de Géographie*, Lisboa, 1949.
- RAVARA, António Pinto  
*A Propriedade Urbana Régia*. Dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1967.
- RIBEIRO, João Pedro  
*Dissertações Chronológicas e Críticas Sobre a História da Jurisprudência Ecclesiástica e Civil de Portugal*, tomo IV, parte II, 2ª ed.. Lisboa, 1867, pp. 1-22.
- RIBEIRO, Orlando  
*A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e Comentário de Albert Silbert*, Lisboa, 1970.  
*Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*. 2ª ed.. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.  
*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3ª ed., Lisboa, 1967.  
*Introdução ao Estudo da Geografia Regional*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1987.  
*Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. [Lisboa], Livros Horizonte, [s. d.].  
*Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, 1967.  
*Iniciação em Geografia Humana*. Lisboa. Edições Sá da Costa, 1986.  
 "Agricultura", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol.I, p. 60-66.  
 "Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal", *sep. Boletim do I.A.P.O.* lisboa, 1979.  
 "Povoamento rural e regimes agrários no Sudeste da Beira", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo VI. Lisboa. 1939, pp. 281-295.
- RIBEIRO, Orlando & LAUTENSACH, Hermann  
*Geografia de Portugal, Organização. Comentários e actualização de Suzanne Daveau*. Lisboa, Sá da Costa: vol. I, A Posição geográfica eo Território, 1987; vol. II, O Ritmo Climático e a Paisagem; vol. III, O Povo Português, 1989.
- ROBERTS, Brian K.  
*Rural Settlement in Britain*. London, Paperback ed., 1979.
- RODRIGUES, Ana Maria  
 "La Formation et l'Exploitation du Domaine de la Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XIII-finXV)", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1983.

*La Collégiale de São Pedro (pin XIII-pin XV Siècle). Étude Économique et Sociale*, dissertação de Doctorat de III Cycle apresentada à Universidade de Paris IV Sorbonne em Novembro de 1981.

"Torres Vedras e o Seu Termo Durante a Primeira Dinastia", in *Actas das Jornadas Sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983, p. 17-27.

As Colegiadas de Torres Vedras nos Séculos XIV e XV, sep. *Didaskalia*, s.l., 1985.

"O domínio rural e urbano da Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras no final do século XV", in *R.H.E.S.*, XVII (Janeiro-Junho de 1986), pp. 71-88.

*Les esclaves dans la société Portugaise au Moyen Age*, dissertação de *Maitrise* apresentada à Universidade de Paris IV - Sorbonne. Paris, 1979.

"O património das donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média", in *As Ordens Militares em Portugal. Actas do I Encontro Sobre Ordens Militares*. Palmela, 1991, pp. 117-118.

"A política contratual dos senhores rurais de Torres Vedras na segunda metade do século XV", in *Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a Sua Época"*, vol.I. Porto, 1989, pp. 445-458.

"A população de Torres Vedras em 1381", in *R.H.E.S.*, XXV (Janeiro-Abril de 1989), pp. 15-46.

*Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*. Dissertação de doutoramento dactilografada apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1992.

RODRÍGUEZ MOLINA, José

"Economía rural medieval en Andalucía Bética", in *Andalucía Medieval. Actas I Coloquio Historia de Andalucía. Cordoba, November 1979*. Cordoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, 1982, pp. 151-170.

ROMERO CAMACHO, Isabel Montes

*Propriedad y Explotación de la Tierra en la Sevilla de la Baja Edad Media. El Patrimonio del Cabildo-Catedral*. Sevilla, Fundación Fondo de Cultura de Sevilla, 1988.

RONCAYOLO, Marcel

"Região", in *Enciclopédia Einaudi*, vol.VIII - Região. Lisboa, 1986, pp. 161-189.

ROQUE, Mário da Costa

*As Pestes Medievais Europeias eo "Regimento Proueytoso Contra a Pestenença". Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]: tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris, 1979.

ROWLEY, Trevor

"Medieval Field Systems", in *The English Medieval Landscape*, ed. L.M. Cantor. London & Camberra, 1982, pp. 25-55.

RUBIO, José-António

"Donaciones post-obitum en La Edad Media de León y Castilla", *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo IX.

"Donaciones reservato usufructo en La Edad Media de León y Castilla", *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo IX.

RUCQUOI, Adeline

"Molinos e aceñas au coeur de la Castille septentrionale (XI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)", in *Les Espagnes Médiévales. Aspects Économiques et Sociaux. Mélanges offerts à Jean gautier Dalché. Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, n° 46. Nice, Les Belles Lettres, 1983, pp. 107-122.

RUIZ DE PENA, J. Ignacio

"Esquema para el estudio de un señorío eclesiástico medieval: jurisdicción de la Mitra Ovetense en el Siglo XIV", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a Ciencias Historicas*, vol. II, Historia Medieval. Santiago de Compostela, 1975, pp. 217-229.

SAA, Mário

*As Grandes Vias da Lusitânia*, vols.I e II. Lisboa, 1959.

SALAS DUQUE, Diana

- "Terminologia de la producción y organización de los espacios de cereal en Navarra. Siglos X a XII", in *Primer Congreso General de Historia de Navarra. 3 Comunicaciones Edad Media. Príncipe de Viana*, Anejo 8-1988, Año XLIX, Navarra, Institucione Príncipe de Viana, 1986, pp. 171-181.
- SALVADO, Artur  
*Alguns Elementos para o Estudo Evolutivo da Indústria Oleícola Portuguesa. Regimentos e Posturas sobre Lagareiros e Lagares de Azeite*. Lisboa, 1959.
- SAMARKIN, V. V.  
*Geografía Histórica de Europa Occidental en la Edad Media*, Madrid, 1981.
- SANTAMARÍA LANCHO, Miguel  
"Formas de propiedad, paisajes agrarios y sistemas de explotación en Segovia (siglos XIII-XIV)", in *En la España Medieval - IV. Estudios en memoria del profesor D. Angel Ferrari Nuñez*, tomo II. Madrid, Universidad Complutense, 1984, pp. 917-962.
- SANTOS, Maria José Azevedo  
*As Origens do Mosteiro de S.Paulo de Almaziva*, Coimbra Editora. Coimbra. 1982.  
*O Cartulário do Mosteiro de S.Paulo de Almaziva*, Edição Crítica, Coimbra Editora, Coimbra, 1981.
- SANTOS, Vítor Pavão dos  
*A Casa no Sul de Portugal na Transição do Século XV para o Século XVI*, dissertação de Licenciatura em História, FLL, Lisboa, 1964.
- SEABRA, António Luis Guerra  
*A Potencialidade Agrícola de Portugal. Produção Efetiva. Capacidade Produtiva. Potencialidade*. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, 1920.
- SEGURA GRAIÑO, Cristina  
"El abastecimiento de agua en Almería a fines de la Edad Media", in *En la España Medieval - IV. Estudios dedicados al profesor D. Angel Ferrari Nuñez*, tomo II. Madrid, Universidad Complutense, 1984, pp. 1005-1017.  
"La propiedad de la tierra en Almería a fines del siglo XV", in *En la España Medieval - IV. Estudios dedicados al profesor D. Julio González González*, Madrid, Universidad Complutense, 1980, pp. 495-506.  
"Realengo y señorío en la tierra de Almería en el siglo XV", in *En la España Medieval - IV. Estudios en memoria del profesor D. Salvador de Moxó*. Madrid, Universidad Complutense, 1980, pp. 596-617.
- SÉGUY, J.  
"Une sociologie des sociétés imaginées: monachisme et utopie", in *Annales, E.S.C.*, nº 2, 1971.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo  
Santarém, História e Arte, 2ª ed.. Santarém, 1959.  
"A judiaria em Santarém no reinado de D. João I", in *Vida Ribatejana*, nº especial. Vila Franca de Xira, 1962.
- SIGAUT, François  
"La technologie de l'agriculture. Terrain de rencontre entre agronomes et ethnologues", in *Etudes Rurales*, LIX (1975), pp. 103-111.
- SILBERT, Albert  
"O coletivismo agrário em Portugal. história de um problema", in *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ª ed.. Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 199-281.
- SILVA, Armando Jorge  
"J.A.García de Cortazar: Las transformaciones de la Sociedad Peninsular en el Marco de la Depression de los Siglos XIV e XV", in *Revista História & Crítica*, 12. Lisboa. 1985.
- SILVA, Manuela Santos  
"A assistência socila na Idade Média. Estudo comparativo de algumas instituições de beneficiência de Santarém", sep. *Estudos Medievais*, Porto, 1987.

*Obidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*, dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova. Lisboa, 1987.

- SILVA, Maria Manuela Tavares dos Santos & CONDE, Manuel Silvío Alves  
"Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média", in *Actas das Jornadas de História Medieval "1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV"*. Lisboa, 1985, pp. 69-98.
- SIVERY, Gérard  
*Structures Agraires et Vie Rurale dans le Hainaut à la Fin du Moyen Age*, 2 ts.. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1977-1980.
- SMITH, Robert S.  
"La sociedad agraria medieval en su apogeo - 3. España", in *Historia Economica de Europa desde la Decadencia del Imperio Romano*, dir. de J.H. Clapham e Eileen Power, vol. I, *La Vida Agraria en la Edad Media*, trad. de Andrés Sánchez Arbós. Madrid, [s.d.], pp. 413-433.
- SOÁREZ FERNÁNDEZ, Luis  
*Historia Social y Economica de la Edad Media Europea*. Madrid, 1969.
- SOUSA, Armindo de  
"O mosteiro de Santo Tirso no século XV", in *Estudos Medievais*, nº 1, 1981, pp. 95-156.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e  
"Paisagem agrária e organização socila dos espaços no Alentejo medieval (séculos XII a XV)", in *Economia e Sociologia*, XLV-XLVI (1988), pp. 21-39.  
  
*A Propriedade das Albergarias de Évora Nos Finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990.
- SOUSA, Maria Celeste Campos Vaz de  
*Subsídios para o Estudo do Povoamento e Exploração Agrária dos Coutos de Alcobaça (séculos XII a XIV)*, trabalho dactil. depositado na Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1958.
- SOUZA, José Pedro de Saldanha Oliveira e  
*Subsídios para a História da Agricultura em Portugal. Coutos de Alcobaça. As Cartas de Povoação*. Lisboa, 1929.
- TEIXEIRA, Francisco  
*O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Câmara Municipal de Santarém, 1992.
- TELLES, Inocêncio Galvão  
*Aportamentos para a História do Direito das Sucessões Português*. Lisboa, 1963.
- TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de  
"Un modelo andaluz de explotación agraria bajo medieval", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975, pp. 135-154.
- TRINDADE, Maria José Lagos  
"Aspectos do aproveitamento agrário de Entre Douro e Minho nos séculos XII a XIII - O mosteiro de Cete", in *Estudos de História Medieval e Outros*. Lisboa, 1981, pp. 177-189.  
  
"A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI - subsídios para a sua História", in *Estudos de História Medieval e outros*. Lisboa, Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa - Cooperativa Editora de História Crítica, 1981, pp. 1-95.  
  
"A utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média", in *Actas de Las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II - *Historia Medieval*. Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94.
- UBIETO ARTETA, Agustín  
*El Real Monasterio de Sigena (1168-1300)*. Valencia, 1966.
- VACA LORENZO, Angel  
"La peste negra en Castilla. Aportación al estudio de algunas de sus consecuencias economicas y sociales", in *Studia Historica*. Salamanca, ediciones Universidad de Salamanca, 1984, vol. II, nº 2, pp. 89-107.

- VALDEAVELLANO, Luis G. de  
*Curso de Historia de las Instituciones Españolas. de los Orígenes al Final de la Edad Media*, 6ª ed., Madrid, Universidad Complutense, 1982, pp. 695-704.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio  
 "Campesinos y señores en los siglos XIV y XV en Castilla-La Mancha", in *Campesinos y Señores en los Siglos XIV e XV. Castilla-La Mancha y América. I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha*. Castilla-La Mancha, servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, [s.d.], pp. 5-12.
- "Reflexiones sobre la crisis bajomedieval en Castilla", in *En la España Medieval - IV. Estudios en memoria del profesor D. Angel Ferrari Nuñez*, tomo II. Madrid, Universidad Complutense, 1984, pp. 1047-1060.
- VALOUS, Guy  
*Le Monachisme Clunisien des Origines au XV<sup>e</sup> Siècle. Vie Intérieure des Monastères et Organisation de l'Ordre*, tomo I, *L'Abbaye de Cluny. Les Monastères Clunisiens*, 2ª ed., Paris, 1970.
- Le Temporel et la Situation Financière des Établissements de l'Ordre de Cluny du XII<sup>e</sup> au XIV<sup>e</sup> Siècle, Particulièrement dans les Provinces Françaises*. Paris, 1935.
- VARANDAS, José Manuel  
 "A valorização do domínio de Alcobaça: as granjas (séculos XII e XIII)", in *Actas do Congresso Internacional Sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I. Ourense, 1992, pp. 553-561.
- VASCONCELLOS, J. Carvalho & FRANCO, J. do Amaral  
 "Esboço de vegetação natural portuguesa", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 79, nº 4-6. Lisboa, 1958, pp. 157-160.
- VASCONCELOS, António Ribeiro de  
*Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, vol. II, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1984, pp. 6, 14 e 17.
- VERLINDEN, Charles  
 "Le grand domaine dans les États iberiques chrétiens au Moyen Age. État de la question et introduction à l'étude du problème", in *Recueils de la Société Jean Bodin*, vol. IV, *Le Domaine*. Bruxelles, 1949, pp. 177-208.
- "Quelques aspects d'Histoire de la tenure au Portugal", in *ibidem.*, vol. III, *La Tenure*. Bruxelles, 1938, pp. 231-243.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos  
*Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova. Lisboa, 1990.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos & SILVA, Maria João M. da  
 "Morrer e Testar na Idade Média: Alguns Aspectos da Testamentária dos Séculos XIV e XV", in *Lusitania Sacra*, tomo IV, 2ª série, Lisboa, 1992.
- VRIES, Jean de  
 "Histoire du climat et économie: des faits nouveaux, un interprétation différente", in *Annales, E.S.C.*, 32º ano, nº 1. Paris, 1977, pp. 198-226.
- WHITE, Lynn  
*Téchnologie Médiévale et Transformations Sociales*. Paris, 1969.
- ZBYZEWSKI, Georges  
 "Étude Géologique de la région de Santarém", in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XXXV. Lisboa, pp. 193-225.

## MAPAS

*Carta Militar de Portugal* - Escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Lisboa: folhas 351, 352, 356, 358, 363, 364, 376, 377.

*Carta Militar de Portugal* - Escala 1: 250 000, Serviço Cartográfico do Exército, Lisboa: folha 5.